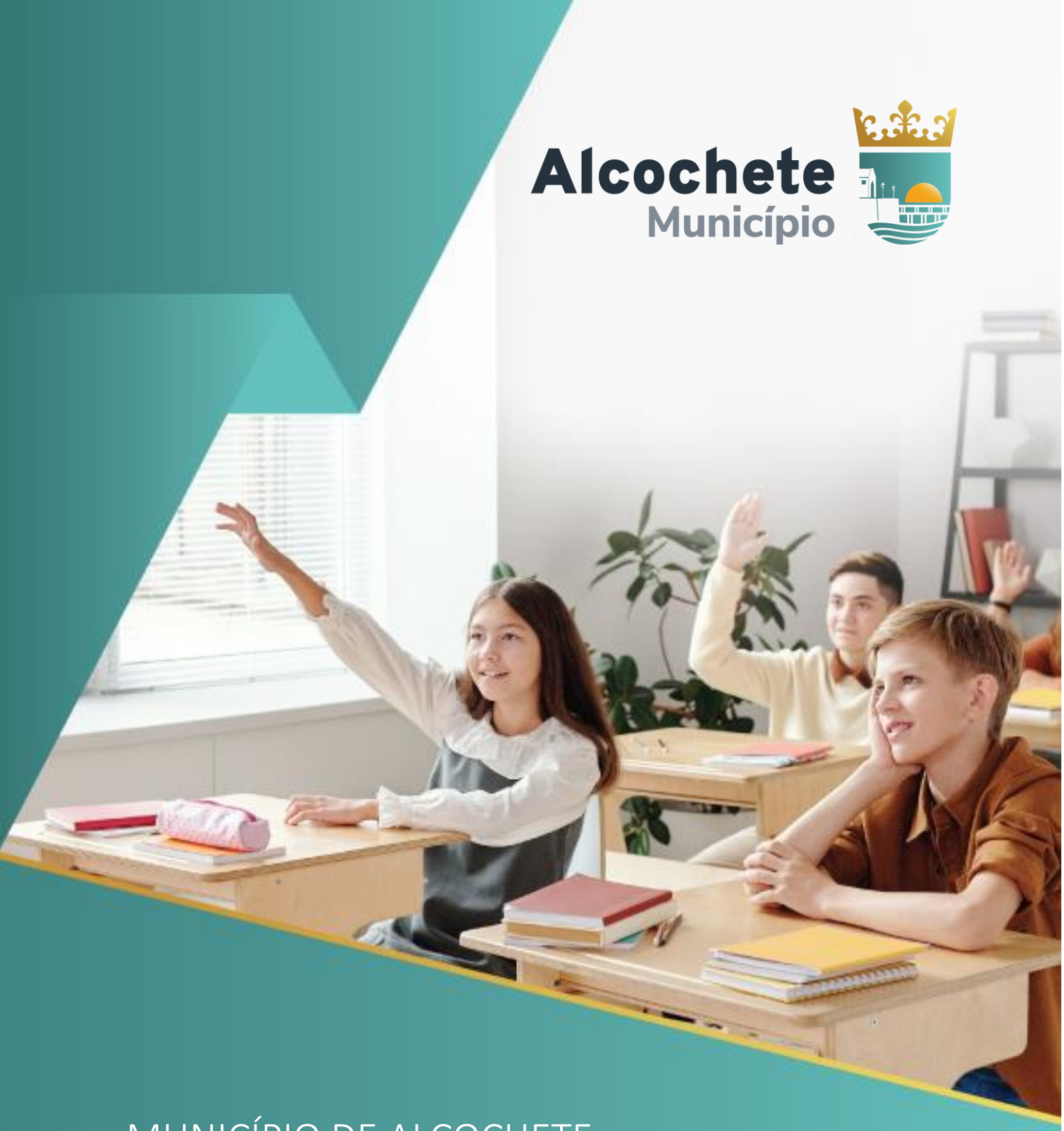
Alcochete
Município



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

# REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA

RELATÓRIO 02 | janeiro 2022 | PR-04916

Alcochete Município

spi Sociedade Portuguesa de Inovação

# Revisão da Carta Educativa do Município de Alcochete

Este documento é parte integrante dos trabalhos de revisão da Carta Educativa e da Carta Desportiva do município de Alcochete, correspondendo ao Relatório 02. Revisão da Carta Educativa.

Sociedade Portuguesa de Inovação

PR-04916 | janeiro 2022

# ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO ..... 1
1.1. Contexto de trabalho da Carta Educativa ..... 2
1.2. Objetivos ..... 6
1.3. Metodologia ..... 7
2. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO ..... 11
2.1. Dinâmicas demográficas e socioeconómicas ..... 12
2.1.1. Enquadramento territorial ..... 12
2.1.2. Povoamento e rede urbana ..... 15
2.1.3. Dinâmicas demográficas ..... 21
2.1.4. Dinâmica socioeconómica ..... 36
2.1.5. Perfil de escolaridade da população e indicadores educacionais ..... 43
2.2. Sistema educativo e competências municipais em matéria de educação ..... 48
2.2.1. Sistema educativo em Portugal ..... 48
2.2.2. Competências municipais em matéria de Educação ..... 52
2.3. Carta educativa de 2007 e investimentos municipais em educação ..... 55
2.3.1. Carta educativa de 2007 ..... 55
2.3.2. Investimentos municipais em educação ..... 57
2.4. Rede escolar e dinâmicas de educação e ensino ..... 60
2.4.1. Análise global da rede escolar no Município ..... 60
2.4.2. Educação pré-escolar ..... 73
2.4.3. 1º Ciclo do ensino básico ..... 80
2.4.4. 2º e 3º Ciclos do ensino básico ..... 86
2.4.5. Ensino secundário ..... 88
2.5. Dimensões educativas complementares ..... 94
2.5.1. Estratégia municipal de combate ao abandono e promoção do sucesso escolar ..... 94
2.5.2. Educação e formação ..... 96
2.5.3. Educação inclusiva ..... 101
2.5.4. Apoios à família e complementos educativos ..... 104

2.5.5. Transportes escolares ..... 112
2.5.6. Recursos humanos ..... 116
2.6. Cenarização e projeções da população escolar ..... 119
2.6.1. Cenários de evolução ..... 119
2.6.2. Projeção da população escolar ..... 123
2.7. Síntese do diagnóstico ..... 129
3. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO ..... 135
3.1. Prioridades estratégicas da política educativa municipal ..... 136
3.2. Programa de intervenção ..... 139
3.2.1. Propostas de intervenção ..... 139
3.2.2. Calendarização das propostas de intervenção ..... 153
3.3. Enquadramento na Política Urbana Municipal ..... 155
3.4. Recomendações para o acompanhamento da implementação da carta educativa ..... 158
ANEXOS ..... 161
I. CENARIZAÇÃO E PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS ..... 162
I.1. Enquadramento e metodologia ..... 162
I.2. Análise prospetiva das componentes demográficas ..... 166
I.3. Cenários de evolução ..... 175
I.4. Projeção da população escolar ..... 191
II. VALORES DE REFERÊNCIA PARA O INVESTIMENTO ..... 196
BIBLIOGRAFIA ..... 199

# ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Metodologia dos trabalhos ..... 7
Figura 2. Localização e enquadramento regional do concelho de Alcochete ..... 13
Figura 3. Localização e enquadramento local do concelho de Alcochete ..... 14
Figura 4. Hierarquia da rede urbana no concelho de Alcochete ..... 16
Figura 5. Sistema de povoamento e variação da população das freguesias ..... 17
Figura 6. Evolução da população no Concelho, nos séculos XX e XXI ..... 21
Figura 7. Taxa de crescimento efetivo, natural e migratório (%), em 2019 ..... 24
Figura 8. População residente em Alcochete por continente de naturalidade, em 2011 ..... 26
Figura 9. Número de nados vivos e de óbitos no concelho de Alcochete ..... 28
Figura 10. Pirâmide etária do concelho de Alcochete, 2001 ..... 32
Figura 11. Pirâmide etária do concelho de Alcochete, 2011 ..... 32
Figura 12. Pirâmide etária do concelho de Alcochete, 2019 ..... 33
Figura 13. Índice de envelhecimento nas freguesias, em 2011 ..... 35
Figura 14. Emprego e desemprego por freguesias, em 2011 ..... 37
Figura 15. População empregada por setor de atividade, em 2011 ..... 38
Figura 16. Ganho médio mensal (€) dos trabalhadores por conta de outrem, entre 2011-2018 ..... 41
Figura 17. Rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por habitante e agregado fiscal, 2018 ..... 42
Figura 18. Poder de compra per capita, em 2017 ..... 42
Figura 19. População residente com 15 e mais anos segundo o nível de escolaridade completo atingido, em 2001 e 2011 ..... 43
Figura 20. Taxa bruta de pré-escolarização (%), nos anos letivos 2011/2012 e 2018/2019 ..... 44
Figura 21. Taxas brutas de escolarização no ensino básico e secundário (%), nos anos letivos 2011/2012 e 2018/2019 ..... 45
Figura 22. Taxas de retenção e desistência (%), nos anos letivos 2011/2012 e 2018/2019 ..... 46
Figura 23. Sistema de educação e formação em Portugal ..... 50
Figura 24. JI do Samouco e EB n.º 1 de Alcochete (Monte Novo) ..... 57
Figura 25. Centro Escolar de S. Francisco e EB23 El-Rei D. Manuel I ..... 60
Figura 26. Estabelecimentos escolares, segundo a natureza institucional e o nível de escolaridade, 2020-2021 ..... 61
Figura 27. EB1 do Passil e EB1 da Restauração ..... 66
Figura 28. Escola Secundária de Alcochete ..... 67
Figura 29. Polidesportivo da Escola Secundária e Polidesportivo da EB 23 El-Rei D. Manuel I ..... 69
Figura 30. Número de alunos matriculados, segundo a natureza institucional das escolas, entre os anos letivos 2010-2011 e 2019-2020 ..... 70
Figura 31. Distribuição dos alunos matriculados (%), por natureza do estabelecimento e nível de ensino, em 2010/11 e 2019/20 ..... 71
Figura 32. Estabelecimentos escolares do ensino pré-escolar, segundo a natureza institucional, 2020-2021 ..... 74
Figura 33. Número de alunos matriculados no ensino pré-escolar, segundo a natureza institucional das escolas, entre os anos letivos 2010-2011 e 2019-2020 ..... 76
Figura 34. Evolução do número de alunos matriculados no ensino pré-escolar, por escola, entre os anos letivos 2010-2011 e 2020-2021 ..... 77
Figura 35. Origem dos alunos por estabelecimento da rede pública pré-escolar ..... 79
Figura 36. Estabelecimentos escolares do 1º CEB, segundo a natureza institucional, 2020-2021 ..... 80
Figura 37. Número de alunos matriculados no 1º CEB, segundo a natureza institucional das escolas, entre os anos letivos 2010-2011 e 2019-2020 ..... 82
Figura 38. Evolução do número de alunos matriculados no 1º CEB, por escola, entre os anos letivos 2010-2011 e 2020-2021 ..... 83

Figura 39. Origem dos alunos por estabelecimento da rede pública do 1.º CEB ..... 85
Figura 40. Estabelecimentos escolares do 2º e 3º CEB, segundo a natureza institucional, 2020-2021 ..... 86
Figura 41. Evolução do número de alunos matriculados no 2º e 3º CEB, por escola e ciclo de ensino, entre os anos letivos 2010-2011 e 2020-2021 ..... 88
Figura 42. Estabelecimentos escolares do ensino secundário, segundo a natureza institucional, 2020-2021 ..... 89
Figura 43. Número de alunos matriculados no Ensino Secundário, entre os anos letivos 2010-2011 e 2019-2020 ..... 91
Figura 44. Número de alunos da Escola Secundária, por oferta formativa, entre os anos letivos 2015-2016 e 2020-2021 ..... 91
Figura 45. Alunos do pré-escolar segundo o escalão da ASE por estabelecimento de ensino, em 2020-2021 ..... 110
Figura 46. Alunos do 1º CEB segundo o escalão da ASE por estabelecimento de ensino, em 2020-2021 ..... 111
Figura 47. Transportes escolares no âmbito dos circuitos especiais ..... 115
Figura 48. Evolução dos docentes em exercício (%), nos anos letivos 2011/2012 e 2018/2019 ..... 117
Figura 49. Síntese da Projeção Demográfica, para o concelho de Alcochete ..... 120
Figura 50. Projeção da população em idade escolar (Cenário de atração baixa) para o concelho de Alcochete, por grupos etários ..... 125
Figura 51. Projeção da população em idade escolar (Cenário de atração tendencial) para o concelho de Alcochete, por grupos etários ..... 126
Figura 52. Projeção da população em idade escolar (Cenário de atração acentuada) para o concelho de Alcochete, por grupos etários ..... 127
Figura 53. Síntese da população em idade escolar, para o concelho de Alcochete ..... 128
Figura 54. Propostas de intervenção para o Eixo 1: Requalificar os equipamentos de educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário ..... 143
Figura 55. Modelo Organizacional da Revisão da Carta Educativa de Alcochete ..... 158
Figura 56. Evolução da Taxa Bruta de Mortalidade (‰) ..... 166
Figura 57. Evolução das Taxas Brutas de Fecundidade Geral (‰) ..... 170
Figura 58. Regressão Linear das Taxas Brutas de Fecundidade Geral para o concelho de Alcochete (‰) ..... 171
Figura 59. Pirâmides Etárias para o concelho de Alcochete (Cenário natural) ..... 174
Figura 60. Evolução do Saldo Migratório (N.º), no concelho de Alcochete, entre 1991 e 2017 ..... 176
Figura 61. Distribuição da população residente segundo as migrações, em 2011 ..... 177
Figura 62. Pirâmides Etárias para o concelho de Alcochete (Cenário de atração baixa) ..... 182
Figura 63. Pirâmides Etárias para o concelho de Alcochete (Cenário de atração tendencial) ..... 184
Figura 64. Pirâmides Etárias para o concelho de Alcochete (Cenário de atração acentuada) ..... 186
Figura 65. Síntese da Projeção Demográfica, para o concelho de Alcochete ..... 188
Figura 66. Regressão Linear do dos alunos matriculados (ensino público e privado) nos anos letivos 2009/2010-2019/2020 ..... 192
Figura 67. Síntese da população em idade escolar, para o concelho de Alcochete ..... 195

# ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Evolução da população residente segundo a dimensão dos lugares (2001 e 2011) ..... 18
Tabela 2. População residente por lugares (2001 e 2011) ..... 19
Tabela 3. População residente em 2011 e 2021 ..... 23
Tabela 4. População residente nas freguesias em 2001, 2011 e 2021 ..... 23
Tabela 5. População residente em Alcochete em 2011, segundo as migrações relativamente a dezembro de 2005 e 2009 ..... 25
Tabela 6. População residente em Alcochete em 2011, segundo a naturalidade ..... 25
Tabela 7. População estrangeira no concelho de Alcochete com estatuto de residente, em 2019 ... 26
Tabela 8. Taxa bruta de mortalidade e de natalidade e taxas de crescimento natural e de mortalidade infantil (2001, 2011 e 2019) ..... 27
Tabela 9. Nascimentos e óbitos (2001, 2011 e 2019) ..... 28
Tabela 10. Variação populacional por grupo etário (2001-2011 e 2011-2019) ..... 29
Tabela 11. População residente, por local de residência e grupo etário (2001, 2011 e 2019) ..... 30
Tabela 12. Índice de envelhecimento ..... 34
Tabela 13. População ativa e emprego ..... 36
Tabela 14. Número de empresas sediadas no concelho de Alcochete ..... 38
Tabela 15. Número de empresas por CAE e volume de negócios no concelho de Alcochete ..... 40
Tabela 16. Taxa de analfabetismo (%), em 2001 e 2011 ..... 44
Tabela 17. Investimentos em educação no concelho de Alcochete entre 2017 e 2021, segundo a natureza da despesa ..... 59
Tabela 18. Estabelecimentos de ensino por natureza institucional e localização, em 2020/22021 ... 62
Tabela 19. Estabelecimentos de ensino por natureza institucional, por nível de ensino e localização (freguesia), em 2020/21 ..... 63
Tabela 20. Creches e Centro de Atividades de Tempos Livres em Alcochete, ano letivo 2020-2021 ..... 64
Tabela 21. Caraterização geral dos edifícios dos estabelecimentos de ensino de Alcochete, ano letivo 2020-2021 ..... 65
Tabela 22. Biblioteca, equipamentos desportivos e recreios nos estabelecimentos de ensino, ano letivo 2020-2021 ..... 68
Tabela 23. Alunos e turmas da rede escolar pública de Alcochete, por níveis e ciclos de ensino, ano letivo 2020-2021 ..... 72
Tabela 24. Estabelecimentos de ensino de Alcochete com educação pré-escolar, ano letivo 2020-2021 . 75
Tabela 25. Capacidade e ocupação dos estabelecimentos de ensino públicos do pré-escolar, ano letivo 2020-2021 ..... 76
Tabela 26. Estabelecimentos de ensino de Alcochete com educação do 1º CEB, ano letivo 2020-2021 .. 81
Tabela 27. Capacidade e ocupação dos estabelecimentos de ensino públicos de Alcochete com 1º CEB, ano letivo 2020-2021 ..... 83
Tabela 28. Estabelecimentos de ensino do 2º e 3º CEB no concelho de Alcochete, ano letivo 2020-202187
Tabela 29. Capacidade e ocupação dos estabelecimentos de ensino público de Alcochete com 2º e 3º CEB, ano letivo 2020-2021 ..... 87
Tabela 30. Capacidade e ocupação dos estabelecimentos de ensino público de Alcochete com ensino secundário, ano letivo 2020-2021 ..... 92
Tabela 31. Atletas, modalidades e desempenho académico da UAARE da Escola Secundária de Alcochete ..... 93
Tabela 32. Atividades que integram o Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar de Alcochete ..... 95
Tabela 33. Indivíduos com 18 ou mais anos, participantes em cursos de educação e formação de adultos, nos anos letivos 2012/2013 e 2018/2019 ..... 99
Tabela 34. Nº de alunos com necessidades específicas por escola/nível de ensino e necessidades associadas para o ano letivo 2020/2021 ..... 103

Tabela 35. Lista de admissões para serviços AAAF e CAF por estabelecimento de educação, ensino e ciclo de escolaridade ..... 106
Tabela 36. N.º de trabalhadoras afetos aos serviços AAAF e CAF e n.º de crianças que usufruem dos mesmos, por estabelecimento de ensino ..... 107
Tabela 37. Número de alunos beneficiários das AEC, por estabelecimento de ensino e minutos, para o ano letivo 2020/2021 ..... 108
Tabela 38. Alunos beneficiários da Ação Social Escolar, por tipologia de ensino, nos anos letivos 2019-2020 ..... 110
Tabela 39. Plano Municipal de Transportes por circuito, distância, duração, e número de alunos transportados por tipologia de ensino ..... 116
Tabela 40. Assistentes operacionais nas escolas da rede pública, ano letivo 2020-2021 ..... 118
Tabela 41. Cenário natural para o concelho de Alcochete, no horizonte da Projeção Demográfica 120
Tabela 42. Cenário de atração baixa para o concelho de Alcochete, no horizonte da Projeção Demográfica ..... 121
Tabela 43. Cenário de atração tendencial para o concelho de Alcochete, no horizonte da Projeção Demográfica ..... 122
Tabela 44. Cenário de atração acentuada para o concelho de Alcochete, no horizonte da Projeção Demográfica ..... 122
Tabela 45. População residente em idade escolar, para o concelho de Alcochete, em 2011 ..... 124
Tabela 46. Extrapolação da população em idade escolar com base no número de alunos entre os anos letivos 2009/2010-2019/2020, no concelho de Alcochete ..... 124
Tabela 47. Projeção da população em idade escolar (Cenário de atração baixa) para o concelho de Alcochete, por grupos etários ..... 125
Tabela 48. Projeção da população em idade escolar (Cenário de atração tendencial) para o concelho de Alcochete, por grupos etários ..... 126
Tabela 49. Projeção da população em idade escolar (Cenário de atração acentuada) para o concelho de Alcochete, por grupos etários ..... 127
Tabela 50. Síntese dos principais indicadores da oferta e da procura educativa e balanço da situação atual da rede escolar pública ..... 132
Tabela 51. Calendarização das propostas de intervenção ..... 154
Tabela 52. Entidades parceiras na implementação da Carta Educativa de Alcochete ..... 159
Tabela 53. Possíveis indicadores de monitorização da Carta Educativa de Alcochete ..... 160
Tabela 54. População residente em 2011 e número médio de óbitos entre 2011, 2012 e 2013, por sexo e grupo etário, para o concelho de Alcochete ..... 167
Tabela 55. Tábuas de Mortalidade calculadas para as mulheres, para o concelho de Alcochete, em 2011, por grupos etários quinquenais ..... 169
Tabela 56. Tábuas de Mortalidade calculadas para os homens, para o concelho de Alcochete, em 2011, por grupos etários quinquenais ..... 169
Tabela 57. Taxas de Fecundidade Geral estimadas para o concelho de Alcochete, no horizonte da Projeção Demográfica ..... 171
Tabela 58. Cenário natural para o concelho de Alcochete, no horizonte da Projeção Demográfica 172
Tabela 59. Projeções demográficas (Cenário natural) para o concelho de Alcochete, por grupo etários e sexos reunidos ..... 173
Tabela 60. Saldo migratório estimado para o Cenário de Atração Baixa ..... 178
Tabela 61. Saldo migratório estimado para o Cenário de Atração Tendencial ..... 178
Tabela 62. Saldo migratório estimado para o Cenário de Atração Acentuada ..... 179
Tabela 63. Estrutura-tipo dos movimentos migratório ..... 179
Tabela 64. Cenário de atração baixa para o concelho de Alcochete, no horizonte da Projeção Demográfica ..... 180
Tabela 65. Projeções demográficas (Cenário de atração baixa) para o concelho de Alcochete, por grupo etário ..... 181
Tabela 66. Cenário de atração tendencial para o concelho de Alcochete, no horizonte da Projeção Demográfica ..... 182

Tabela 67. Projeções demográficas (Cenário de atração tendencial) para o concelho de Alcochete, por grupos etários ..... 183
Tabela 68. Cenário de atração acentuada para o concelho de Alcochete, no horizonte da Projeção Demográfica ..... 185
Tabela 69. Projeções demográficas (Cenário de atração acentuada) para o concelho de Alcochete, por grupos etários ..... 185
Tabela 70. População residente em idade escolar, para o concelho de Alcochete, em 2011 ..... 191
Tabela 71. Extrapolação da população em idade escolar com base no número de alunos entre os anos letivos 2009/2010-2019/2020, no concelho de Alcochete ..... 193
Tabela 72. Projeção da população em idade escolar (Cenário de atração baixa) para o concelho de Alcochete, por grupos etários ..... 193
Tabela 73. Projeção da população em idade escolar (Cenário de atração tendencial) para o concelho de Alcochete, por grupos etários ..... 194
Tabela 74. Projeção da população em idade escolar (Cenário de atração acentuada) para o concelho de Alcochete, por grupos etários ..... 194

# LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

| | |
|---|---|
| AAAF | Atividades de Animação e de Apoio à Família |
| ACES | Agrupamento de Centros de Saúde |
| AEA | Agrupamento de Escolas de Alcochete |
| AE | Aprendizagens Essenciais |
| AEC | Atividades de Enriquecimento Curricular |
| AFPDM | Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo |
| AICE | Associação Internacional das Cidades Educadoras |
| AML | Área Metropolitana de Lisboa |
| ANQEP | Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional |
| ASE | Acão Social Escolar |
| CAE | Classificação das Atividades Económicas |
| CAF | Componente de Apoio à Família |
| CATL | Centros de Atividades de Tempos Livres |
| CCDRLVT | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo |
| CERCIMA | Cooperativa de Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Montijo e Alcochete |
| CEF | Cursos de Educação e Formação |
| CET | Cursos de Especialização Tecnológica |
| CITE | Classificação Internacional Tipo da Educação |
| CLAS | Conselho Local de Ação Social |
| CMA | Câmara Municipal de Alcochete |
| CME | Conselho Municipal de Educação |
| CPCJ | Comissão de Proteção de Crianças e Jovens |
| DGEEC | Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência |
| DL | Decreto-Lei |
| DLBC | Desenvolvimento Local de Base Comunitária |
| EB1 | Escola Básica do 1.º Ciclo |
| EB23 | Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos |
| EFA | Educação e Formação de Adultos |
| ENEC | Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania |

| | |
|---|---|
| IAS | Indexante de Apoio Sociais |
| INE | Instituto Nacional de Estatística |
| IPDJ | Instituto Português do Desporto e Juventude |
| IPSS | Instituição Particular de Solidariedade Social |
| IRS | Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares |
| JI | Jardim-de-Infância |
| LBSE | Lei de Bases do Sistema Educativo |
| MCTES | Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior |
| ME | Ministério da Educação |
| MTSSS | Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social |
| NUTS | Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos |
| OCEPE | Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar |
| OLEFA | Organização Local de Educação e Formação de adultos de Alcochete |
| PAFC | Programa de Autonomia e Flexibilidade Curricular |
| PDM | Plano Diretor Municipal |
| PMT | Plano Municipal de Transportes |
| PNPSE | Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar |
| PRR | Plano de Recuperação e Resiliência |
| RCM | Resolução do Conselho de Ministros |
| RNET | Reserva Natural do Estuário do Tejo |
| RVCC | Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências |
| SPI | Sociedade Portuguesa de Inovação |
| TBM | Taxas Brutas de Mortalidade |
| TEF | Taxas Específicas de Fecundidade |
| TFG | Taxa de Fecundidade Geral |
| TICE | Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica |
| TST | Transportes Sul do Tejo |
| UE | União Europeia |

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. Contexto de trabalho da Carta Educativa

O município de **Alcochete desenvolveu, em 2007, uma Carta Educativa**, que efetua, à data, o diagnóstico da oferta educativa e a programação das intervenções consideradas necessárias neste domínio, tendo presente as conclusões do diagnóstico e a política municipal educativa então estabelecida. Face à evolução das condições territoriais, sociodemográficas e económicas, bem como a atualização do quadro legal aplicável, com competências acrescidas para as autarquias, justifica-se a **revisão deste instrumento de planeamento**, de forma a **adequá-lo às necessidades atuais e futuras**. Este é também um momento oportuno para a revisão da Carta Educativa, porquanto se encontra em curso a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), com o qual esta se deve articular[1].

Com efeito, é incumbência do Estado e das autarquias o desenvolvimento de políticas integradas de planeamento das infraestruturas e equipamentos educativos, com base em critérios de distribuição territorial equilibrada, de coesão social, de valorização ambiental e urbanística, e de sustentabilidade económica, visando a promoção de uma oferta educativa qualificada e diversificada, nos seus vários planos de atuação e dirigida para todos os escalões e grupos de população presentes no Concelho.

A revisão da Carta Educativa do concelho de Alcochete teve presente a legislação específica aplicável, bem como o disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o **regime jurídico das autarquias locais**, e a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro da **transferência de competências para as autarquias locais** e para as entidades intermunicipais.

A implementação da Carta Educativa de Alcochete (2ª Geração) deverá, necessariamente, estar articulada com a Plano Estratégico Educativo Municipal de Alcochete que venha a ser desenvolvido, com a proposta da Revisão do PDM e com a Carta Desportiva.

[1] O PDM em vigor no concelho de Alcochete data de 1995, tendo sido aprovado em Assembleia Municipal, a 27 de dezembro de 1995, e ratificado pela RCM n.º 141/97, de 22 de agosto. O processo de revisão do PDM iniciou-se pouco depois, em dezembro de 1999, com a deliberação municipal que deu início a este procedimento. Por dificuldades de diversa natureza, a revisão ainda não se encontra concluída. Presentemente a Comissão Consultiva encontra-se constituída. Segundo o ponto de situação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) sobre as revisões dos PDM na região, datado 31 de janeiro de 2021, a revisão do PDM de Alcochete encontra-se na fase dos Estudos de Caraterização, que já foram apresentados.

## Quadro de referência legal para a revisão da Carta Educativa

Conforme estabelece o **DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro**, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, a "**carta educativa** é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município" (artigo 5.º).

Esta tem como **objetivos** (artigo 6.º):

1. "(…) assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente.

2. (…) o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação.

3. (…) promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis.

4. (…) incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos.

5. (…) garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas daquele."

De acordo com o artigo 7.º do mesmo diploma, a Carta Educativa tem por **objeto**:

1. "A identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respetiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extraescolar.

2. A carta educativa incide sobre os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária.

3. A carta educativa deve refletir a estratégia municipal para a redução do abandono escolar precoce e para a promoção do sucesso educativo.

4. A carta educativa deve prever os termos da prossecução, pelo município, de ações na área das atividades complementares de ação educativa e do desenvolvimento do desporto escolar."

Em termos de **conteúdo**, a Carta Educativa deve conter «a caraterização sumária da localização e organização espacial dos edifícios e equipamentos educativos, o diagnóstico estratégico, as projeções de desenvolvimento e a proposta de intervenção relativamente à rede pública» (n.º 1 do artigo 13º) e é instruída com os seguintes elementos (n.º 2 do artigo 13º):

- "Relatório que mencione as principais medidas a adotar e a sua fundamentação;
- Programa de execução, com a calendarização da concretização das medidas constantes do relatório."

A elaboração da Carta Educativa é da competência da câmara municipal (n.º 1 do artigo 14º), sendo aprovada pela assembleia municipal após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação (CME), e pronúncia do departamento governamental com competência na matéria. Ao elaborar a Carta Educativa, os municípios e o departamento governamental com competência na matéria devem articular estreitamente as suas intervenções, garantindo os princípios e parâmetros técnicos quanto ao ordenamento da rede educativa e da eficácia dos programas e projetos intermunicipais ou de interesse supramunicipal. De acordo com o n.º 7 do artigo 14º, a Carta Educativa Municipal integra o PDM.

Relativamente à **revisão da Carta Educativa**, o artigo 15º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, estabelece o seguinte:

1. "Revestem a forma de revisão da carta educativa as alterações da mesma que se reflitam significativamente no ordenamento da rede educativa anteriormente aprovado, designadamente a criação ou o encerramento de novos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino.

2. A revisão das cartas educativas é obrigatória quando a rede educativa do município fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa, devendo o processo de revisão ser iniciado a solicitação do departamento governamental com competência na matéria ou dos próprios municípios.

3. A carta educativa é obrigatoriamente revista de 10 em 10 anos.

4. À revisão da carta educativa são aplicáveis os procedimentos previstos para a respetiva aprovação."

Por último, a Carta Educativa constitui um instrumento de orientação da gestão do sistema educativo, designadamente quanto ao exercício das competências dos departamentos governamentais e dos municípios em matéria de educação, incluindo os instrumentos de apoio a iniciativas privadas, cooperativas e solidárias, à consignação de financiamentos e à afetação de recursos humanos, materiais e financeiros pelas entidades públicas.

## 1.2. Objetivos

O presente trabalho tem como **objetivo geral** a revisão da Carta Educativa (1ª geração) do município de Alcochete. Com a revisão deste instrumento municipal de planeamento e ordenamento prospetivo estarão criadas condições acrescidas para o eficaz planeamento e gestão dos recursos educativos no Concelho, em linha com as dinâmicas e perspetivas definidas para o desenvolvimento socioterritorial do município de Alcochete.

Complementarmente ao objetivo geral, definem-se os seguintes **objetivos específicos**:

**Avaliação da situação de partida:**
**Determinação do grau de execução da Carta Educativa** (1ª geração) e **análise da atual rede escolar**, considerando o contexto social do concelho, a política educativa e as dinâmicas e projetos desenvolvidos e previstos

**Análise prospetiva:**
Identificação das **atuais carências da rede escolar** e **previsão das carências futuras**

**Proposta de intervenção:**
Atualização das **linhas de orientação estratégica municipais** e definição de **propostas de intervenção** na rede escolar, atendendo ao enquadramento nos objetivos definidos no Programa Governamental para a Educação

A Revisão da Carta Educativa (2ª geração) deverá garantir:

- A adequação da rede escolar às necessidades atuais e previsíveis, compatibilizando a oferta e procura de equipamentos de educação e racionalizando recursos materiais e humanos;
- A qualidade da rede escolar, em termos de estado de conservação, funcionalidade e recursos materiais associados, garantindo condições favoráveis para a prática educativa e a aprendizagem;
- A promoção da coesão social, por via da redução das desigualdades e assimetrias locais e do fomento do sucesso escolar, e a valorização da comunidade educativa.

## 1.3. Metodologia

A Carta Educativa é um instrumento de iniciativa municipal, elaborado à escala local. Possui um âmbito setorial focado na política educativa, mas integrado com outras políticas públicas, e é orientada para a ação concertada entre o Município e os atores locais, numa lógica de programação racional dos recursos e da oferta educativa. Deverá ser alvo de uma monotorização constante e de uma atualização regular.

Tendo presente este entendimento, a metodologia adotada teve em consideração os instrumentos de política educativa nacional, com a devida adequação às especificidades locais. Integrou processos de diagnóstico que permitiram conhecer a atual rede educativa, incluindo as **escolas das redes pública, privada e solidária** presentes no Concelho, e identificar as necessidades que lhes estão associadas. Suportado neste conhecimento foi então possível projetar o futuro desejado e planear a intervenção pública neste domínio, através de um conjunto de medidas e soluções.

O trabalho organizou-se em **quatro etapas distintas**, com tarefas específicas, mas interdependentes, que culminaram na elaboração do presente documento, correspondente à revisão da Carta Educativa (Figura 1).

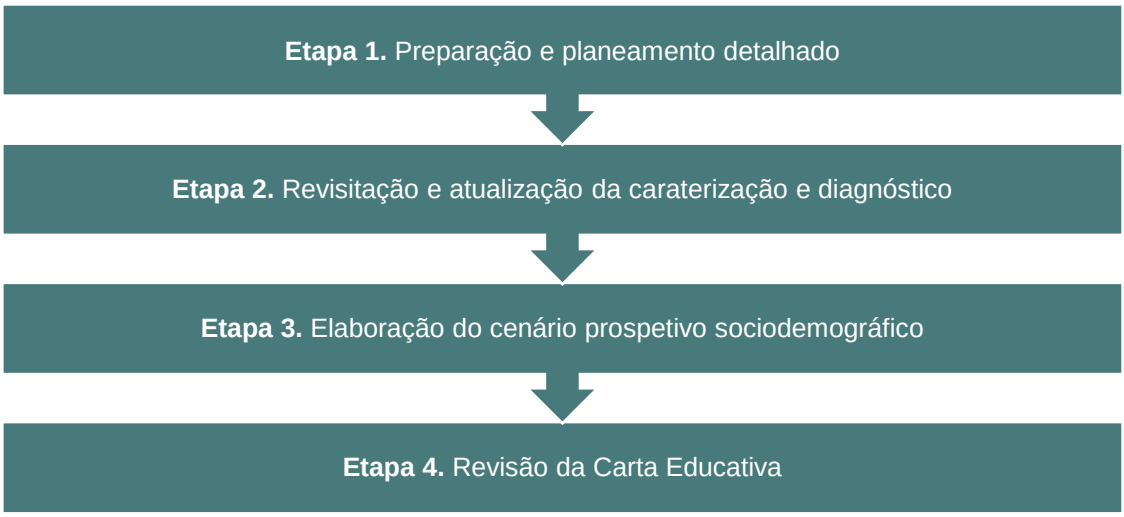



**Figura 1. Metodologia dos trabalhos**

Fonte: SPI

As etapas metodológicas para a execução do trabalho, assim como as tarefas que integram cada uma destas, encontram-se descritas com a necessária profundidade no documento **R01. Planeamento Detalhado**, que constituiu o corolário da primeira etapa.

Neste ponto destaca-se o facto de o trabalho ter sido desenvolvido, ao longo das várias fases, com o **acompanhamento do grupo de trabalho municipal**. Contou igualmente com a **colaboração das entidades da comunidade educativa**, num processo que se pretendeu que fosse participado e partilhado. Este envolvimento, no qual se destaca a participação na 21º **reunião do CME**, realizada na Biblioteca de Alcochete, no dia 2 de junho, a disponibilização de informação de caraterização das ofertas e recursos pelas escolas por via do preenchimento de uma ficha de caraterização e a posterior articulação direta com estas e as demais entidades da comunidade escolar, através da realização de entrevistas[2] e visitas às escolas com necessidades de intervenção mais profundas, foi determinante para o sucesso deste processo.

O diagnóstico estratégico assentou num **conjunto diversificado de fontes de informação**, que abrangeu diversos elementos documentais, bibliográficos e legislativos, assim como elementos estatísticos e cartográficos. As fontes de informação estatística oficiais mais relevantes, a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) para a análise da rede escolar e dos indicadores educativos, e o Instituto Nacional de Estatística (INE), para o contexto demográfico e socioeconómico, e para as projeções da população, foram complementadas com informação recolhida diretamente junto dos serviços municipais, do Agrupamento de Escolas de Alcochete (AEA) e dos diversos estabelecimentos de educação e ensino presentes no Município.

Para as **projeções demográficas e da população escolar** adotou-se o **método das componentes por *coortes***, porque oferece um quadro evolutivo completo da população em estudo, integrando as projeções dos movimentos migratórios. Esta análise, tendo uma base quinquenal, assumiu como horizonte temporal o ano de 2035 (um momento que deverá superar ligeiramente o limite de vigência da Carta Educativa), e recorreu aos dados dos censos de 2011, a informação mais recente que no momento se encontra disponível, para a definição da população de partida. Relativamente aos Censos 2021, será de acrescentar que apenas foram ainda divulgados os dados preliminares, referentes a contagens dos edifícios, alojamentos, agregados e indivíduos ao nível geográfico de freguesia, que foram, no entanto, considerados para aferir os resultados obtidos nas projeções.

Em larga medida, as etapas do trabalho encontram-se refletidas na estruturação do presente documento, o qual integra e relaciona os resultados diversas etapas. A presente Carta Educativa (2ª geração) encontra-se **estruturada em 3 capítulos**.

[2] Agrupamento de Escolas de Alcochete (AEA), Fundação João Gonçalves Júnior (FJGJ), Federação das Associações de Pais do Concelho de Alcochete (FAPEECA).

O **primeiro capítulo**, o presente, dotado de uma natureza introdutória, inicia-se com uma **contextualização do presente trabalho**, incluindo uma breve explicação do quadro de referência legal para a revisão da Carta Educativa. Seguidamente são sistematicamente explanados os **objetivos** que presidem à presente revisão da Carta Educativa, e por último são tecidas algumas **considerações de cariz metodológico** e estruturação do documento.

O **segundo capítulo**, organizado em sete subcapítulos, constitui o **diagnóstico estratégico**, visando obter uma análise e avaliação do estado da arte no concelho de Alcochete, no que à educação diz respeito. O primeiro subcapítulo apresenta uma análise das **dinâmicas demográficas e socioeconómicas**, incluído, para além das dimensões mais diretas (demografia e socioeconomia), um enquadramento territorial, a análise ao povoamento e à rede urbana, assim como a análise ao perfil de escolaridade da população e dos indicadores educativos. O subcapítulo seguinte faz uma breve apresentação do **sistema educativo em Portugal**, assim como uma síntese do quadro de **transferência de competências** para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais em matéria de educação. Segue-se uma apresentação sumária da proposta intervenção de **Carta Educativa de Alcochete** (1ª geração), de 2007, assim como dos principais **investimentos municipais** desenvolvidos no seu período de vigência, com particular enfoque nos investimentos mais recentes. O subcapítulo 2.4. é dedicado à **análise, global e por nível de ensino, da rede escolar e das dinâmicas de educação e ensino** no Município, enquanto o subcapítulo 2.5. desenvolve uma análise das **dimensões complementares da oferta educativa**, abrangendo pontos dedicados à educação e formação, à educação inclusiva, aos apoios e complementos educativos, à ação social escolar, refeições escolares e transportes e aos recursos humanos. O diagnóstico estratégico prossegue com uma **síntese do exercício de cenarização e de projeção da população escolar**, análise que é apresentada na integra em anexo (Anexo I) e termina num último subcapítulo que apresenta uma **síntese do diagnóstico**, correspondente a uma análise integrada das dimensões antes referidas.

Por fim, o **terceiro capítulo** corresponde à **proposta de intervenção**. Estrutura-se em quatro subcapítulos, o primeiro dos quais apresenta as **prioridades estratégicas da política educativa municipal**, oferecendo um enquadramento genérico estratégico para a atuação do Município. O **programa de intervenção**, que integra as propostas de intervenção, por eixo de intervenção, e uma calendarização das mesmas, é exposto no subcapítulo 3.2. As propostas de intervenção para o Eixo I. Requalificar os equipamentos de educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário, são detalhadas com recurso a fichas, que integram uma descrição sumária da intervenção, a identificação dos objetivos e dos resultados que se pretendem alcançar com a intervenção, o promotor e as entidades a envolver, a capacidade máxima instalada, a sua priorização e calendarização indicativa, assim como, sempre que possível, uma estimativa do investimento. Segue-se um enquadramento da revisão da Carta Educativa do Município de

Alcochete na **política urbana municipal** (subcapítulo 3.3.) e, por último, um conjunto de **recomendações para o acompanhamento da implementação** da presente carta educativa (subcapítulo 3.4.).

Em anexo, para além da já mencionada análise de projeção demográfica, com o desenvolvimento de cenários de evolução da população residente e a projeção de população escolar, apresenta-se os **valores de referência para o investimento**, utilizados nos cálculos para cada uma das ações propostas para o Eixo I (Anexo II). Estes valores correspondem, no caso das infraestruturas, aos valores de referência constantes do Anexo I do Despacho do Secretário de estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional de 03/06/2020, e, no caso dos equipamentos, aos expressos no Aviso n.º ALT20-73-2021-16 (Alentejo 2020) - “Infraestruturas educativas para o ensino escolar (ensino pré-escolar, básico e secundário) - Pactos”.

O presente documento, que se encontrava em fase final de elaboração aquando da divulgação, pelo Ministério da Educação (ME), do **Guião para a Elaboração da Cartas Educativas**, considerou e atendeu, sempre que exequível, as sugestões aí expressas.

# 2. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

## 2.1. Dinâmicas demográficas e socioeconómicas

### 2.1.1. Enquadramento territorial

O concelho de Alcochete localiza-se no quadrante sudeste da Área Metropolitana de Lisboa (AML), sendo um dos 18 municípios[3] daquela que é a NUT III mais urbanizada e densamente povoada e que acolhe uma das mais importantes concentrações de recursos, atividades e funções do País.

Usufruindo de uma extensa frente ribeirinha, com cerca de 11 km de extensão, o concelho de **Alcochete beneficia de uma posição regional privilegiada**, adquirindo um lugar de destaque no que se confere ao turismo ambiental e desportos de recreio, tanto ao nível da Península de Setúbal como de Lisboa e Vale do Tejo.

Numa escala mais local, o Concelho **insere-se no arco ribeirinho sul** (Moita / Montijo / Alcochete), desenvolvendo uma **crescente complementaridade funcional com o concelho do Montijo**. Não obstante estar plenamente integrado nas dinâmicas da AML, Alcochete conseguiu, tal como o Montijo, manter algumas caraterísticas marcadamente rurais, resultantes da sua localização de charneira e dos valores naturais presentes, que lhe confere um leque de interessantes singularidades.

Alcochete abrange, juntamente com os concelhos de Benavente e de Vila Franca de Xira, a Reserva Natural do Estuário do Tejo[4] (RNET), uma área de extraordinário valor e múltiplos recursos, mas também de grande sensibilidade, que inclui uma extensa superfície de águas estuarinas, campos de vasas recortados por esteiros, mouchões, sapais, salinas e terrenos aluvionares agrícolas (lezírias).

Integrado no distrito de Setúbal, Alcochete faz fronteira a norte com o município de Benavente, do distrito de Santarém (NUT III Lezíria do Tejo), e com os municípios de Palmela (a este e sudeste) e de Montijo (a sudoeste). A noroeste, confronta com o estuário do Tejo, aspeto determinante para a identidade e para a riqueza deste território, tanto do ponto de vista económico e cultural, como natural e ecológico (Figura 2).

[3] Alcochete; Almada; Amadora; Barreiro; Cascais; Lisboa; Loures; Mafra; Moita; Montijo; Odivelas; Oeiras; Palmela; Seixal; Sesimbra; Setúbal; Sintra; e Vila Franca de Xira.

[4] Área protegida criada em 1976 (Decreto-Lei n.º 565/76, de 19 de julho) e abrange cerca de 14.416 hectares.

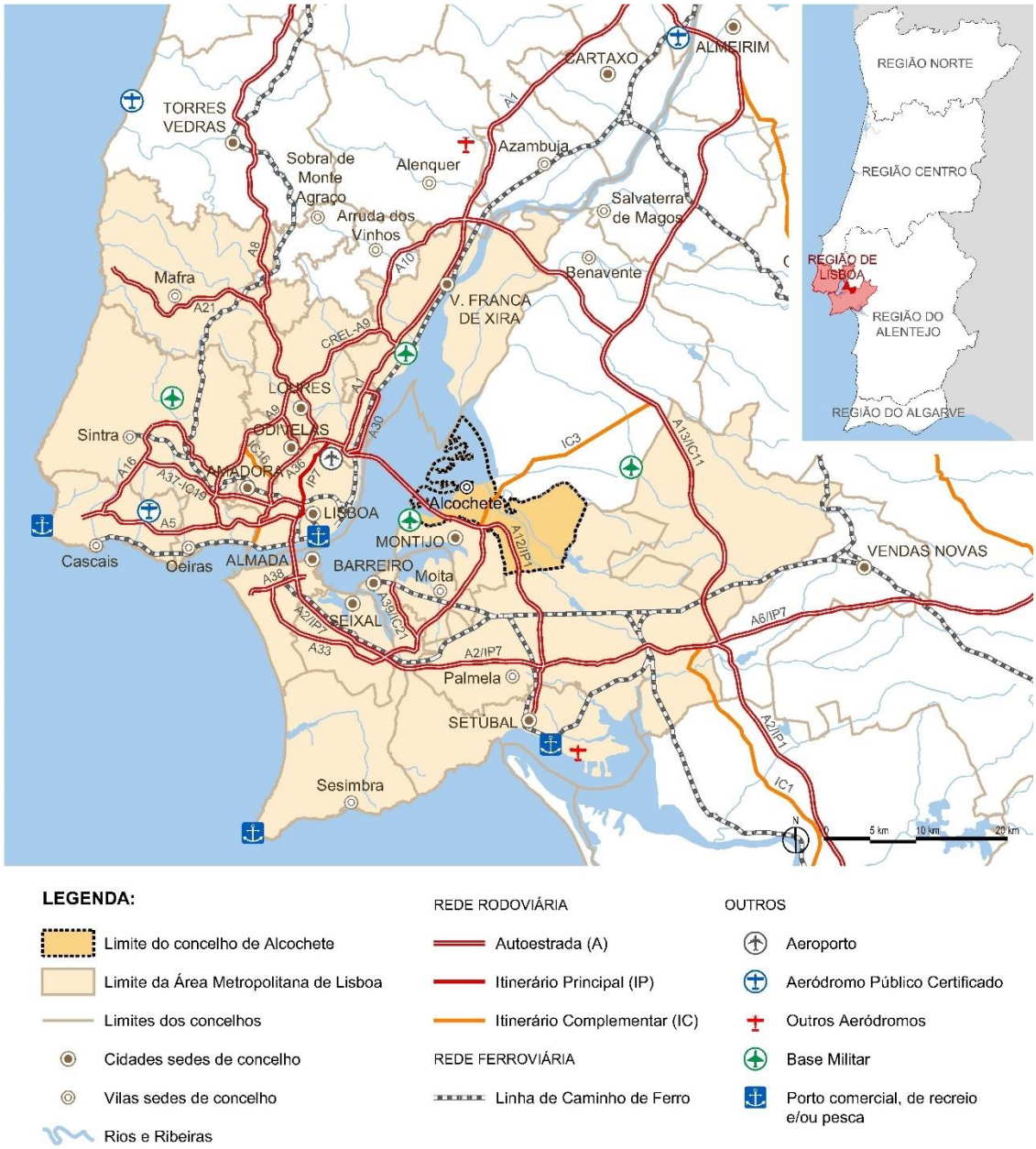



**Figura 2. Localização e enquadramento regional do concelho de Alcochete**

Fonte: SPI

Com uma superfície total de 128,4 km², o território **organiza-se administrativamente em três freguesias**, sem grandes variações altimétricas: Alcochete, Samouco e São Francisco (Figura 3). Estas apresentam dimensões consideravelmente distintas: a freguesia de Alcochete possui quase 120 km² de superfície, enquanto as duas restantes possuem uma área muito inferior (menos de 5 km²).

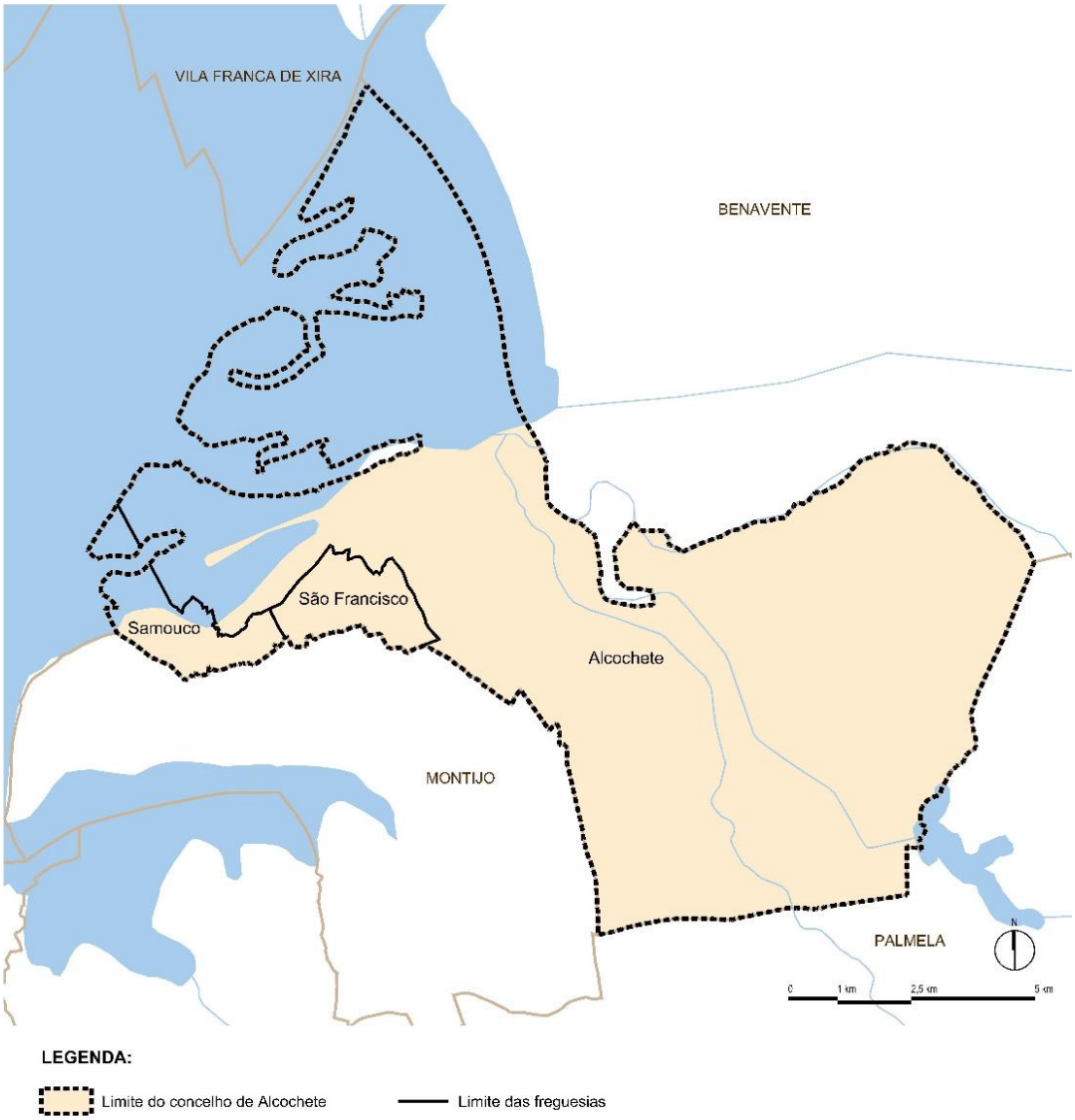



**Figura 3. Localização e enquadramento local do concelho de Alcochete**

Fonte: SPI

A **melhoria da acessibilidade a Lisboa e à AML reposicionou o concelho de Alcochete**, passando de um território periférico a muito próximo e de fácil acesso à capital. O concelho de Alcochete é servido por diversas infraestruturas rodoviárias integradas na rede nacional, que repercutem boas acessibilidades exteriores. Destaca-se a nível nacional a A12, que efetua ligação ao sul do País e a Espanha, a ponte Vasco da Gama, que liga a Península de Setúbal à região norte de Lisboa, e a Circular Regional Interna da Península de Setúbal (A33 e IC32), que efetua ligação à zona costeira, perto da Costa de Caparica. No Concelho, não existem ligações ferroviárias nem portuárias.

Após a abertura da ponte Vasco da Gama, em 1998, e dos respetivos acessos, Alcochete conquistou, no contexto da AML, uma maior proximidade a Lisboa, desenvolvendo novas dinâmicas populacionais e económicas com repercussões na ocupação do território, essencialmente visível no crescimento dos núcleos urbanos sede de freguesia, mas também de alguns lugares como o Passil, Fonte da Senhora e Rego da Amoreira.

### 2.1.2. Povoamento e rede urbana

Em termos de povoamento e rede urbana, constata-se uma **forte concentração populacional nos núcleos urbanos de Alcochete, Samouco e São Francisco**, representando esta distribuição e concentração do povoamento urbano uma das principais especificidades deste território, na sua articulação com o estuário do Tejo e com as extensas manchas associadas aos espaços naturais, agrícolas e agroflorestais.

A hierarquia da rede urbana do concelho de Alcochete organiza-se do seguinte modo (Figura 4 e Figura 5):

- **Núcleo urbano principal** – tendo em conta a estrutura demográfica e funcional, a **vila de Alcochete**, sede da freguesia e do concelho, é o principal núcleo urbano do concelho. Polariza um conjunto de serviços, bens e equipamentos de nível concelhio.

- **Núcleos urbanos complementares** – constituídos pelas sedes de freguesia do **Samouco** e **São Francisco**, que devido à sua dimensão populacional (respetivamente 3.143 e 1.734 residentes, em 2011), oferecem um conjunto de bens, serviços e equipamentos numa lógica de complementaridade à vila de Alcochete;

- **Núcleos complementares** – os restantes lugares, de muito menor dimensão, que registam relativas dinâmicas económicas e populacionais, dinamizando as áreas do território mais desfavorecidas, e que contribuem para um equilíbrio na estrutura de povoamento.

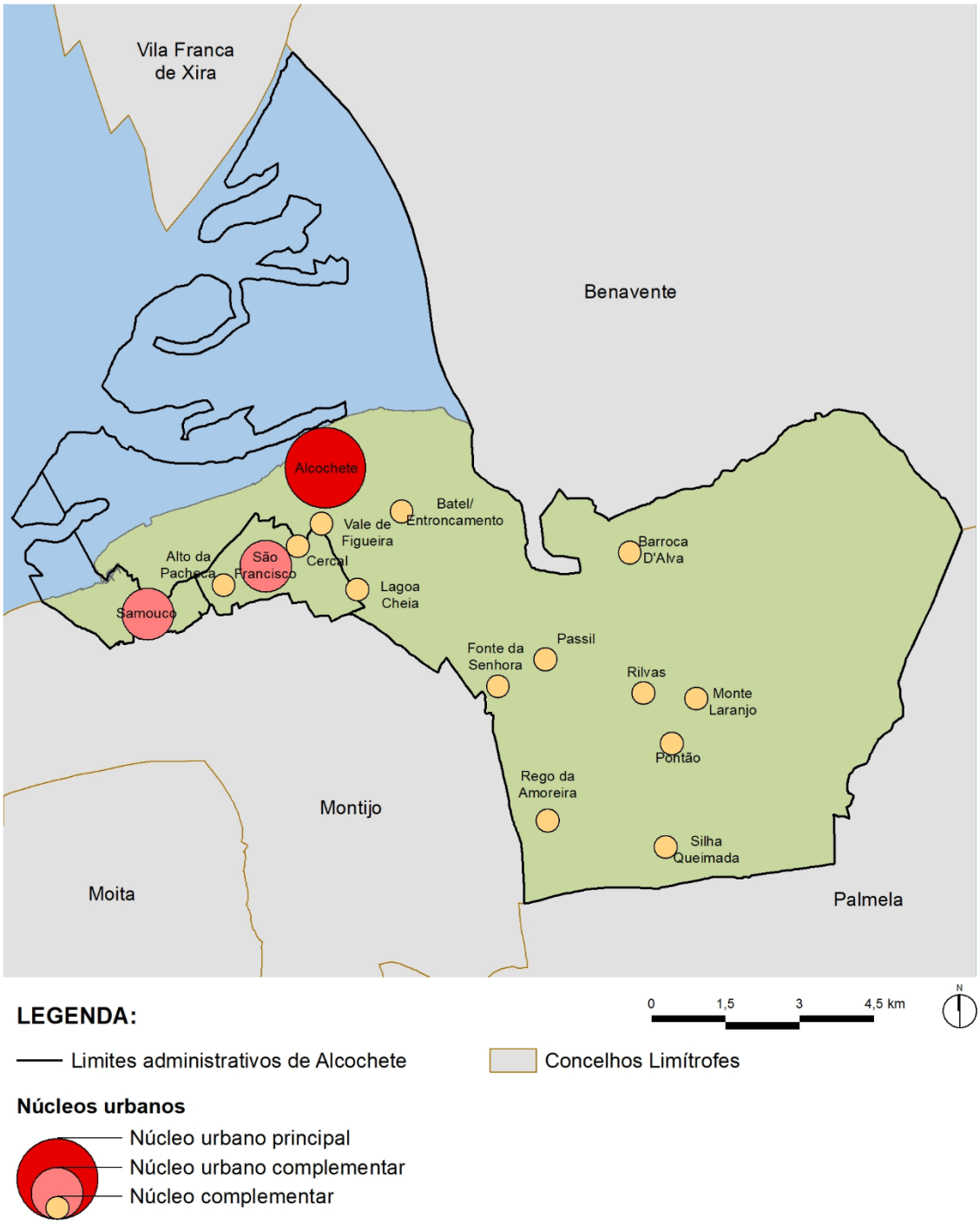



**Figura 4. Hierarquia da rede urbana no concelho de Alcochete**

Fonte: SPI, com base na informação disponibilizada pelo Município de Alcochete

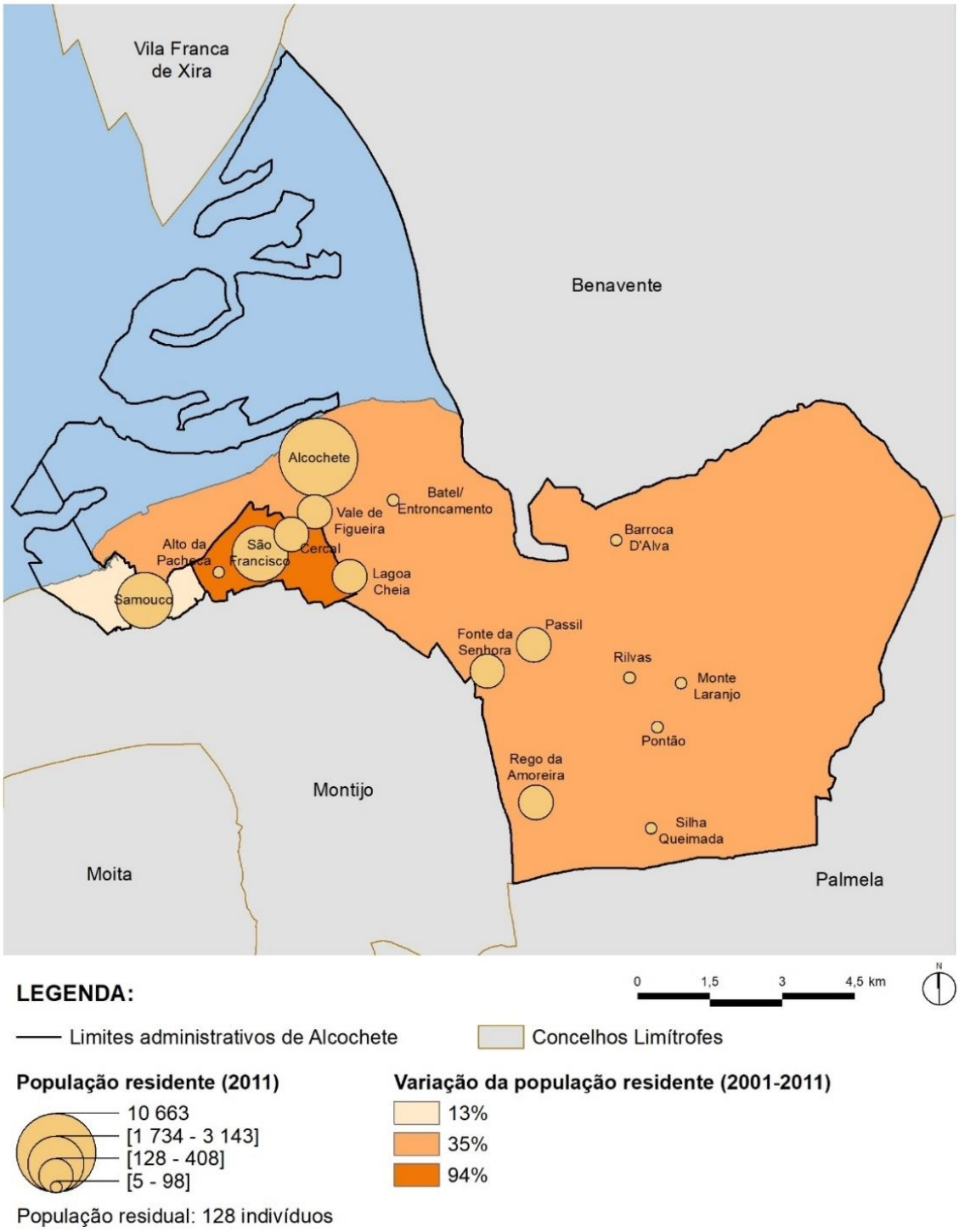



**Figura 5. Sistema de povoamento e variação da população das freguesias**

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Não existindo ainda dados para 2021 com desagregação ao nível das localidades, a análise do povoamento reporta-se a 2011. Em termos de evolução da população residente segundo a dimensão dos lugares, entre 2001 e 2011, constata-se que existiu um aumento populacional em

todas as categorias (Tabela 1). No entanto, percentualmente, os lugares com menos de 2.000 habitantes, apresentam em 2011 (20,7%) uma percentagem populacional inferior à registada em 2001 (21,2%). Verifica-se, igualmente, que os lugares isolados mantêm a mesma percentagem de população (0,7%), entre 2001 e 2011, e que os lugares com 2.000 e mais habitantes, em relação a 2001 (78,1%), reforçam a sua percentagem populacional (78,6%).

Em termos de população residente, verifica-se que os lugares no Concelho integram as seguintes dimensões:

- Mais de 10.000 habitantes | Alcochete;
- Entre 2.000 e 4.999 habitantes | Samouco;
- Menos de 2.000 habitantes | Alto da Pacheca; Barroca D´Alva; Batel/Entroncamento; Cercal; Fonte da Senhora; Lagoa Cheia; Monte Laranjo; Passil; Pontão; Rego da Amoreira; Rilvas; São Francisco; Silha Queimada; e Vale de Figueira. Em 2011, a população residente nestes aglomerados variava entre as 408 pessoas, no Passil, e as 5 pessoas, no Pontão, não chegando, em conjunto a representar 11% da população municipal.

**Tabela 1. Evolução da população residente segundo a dimensão dos lugares (2001 e 2011)**

Fonte: INE, Censos

| Território | Dimensão dos lugares | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Isolados | | | | Menos de 2 000 habitantes | | | | 2 000 e mais habitantes | | | |
| | 2001 | | 2011 | | 2001 | | 2011 | | 2001 | | 2011 | |
| | N.º | % | N.º | % | N.º | % | N.º | % | N.º | % | N.º | % |
| Portugal | 280.010 | 2,7 | 178.684 | 1,7 | 4.395.396 | 42,4 | 3.945.623 | 37,4 | 5.680.711 | 54,9 | 6.437.871 | 61,0 |
| AML | 21.761 | 0,8 | 13.606 | 0,5 | 378.187 | 14,2 | 329.167 | 11,7 | 2.261.902 | 85,0 | 2.479.103 | 87,9 |
| Alcochete | 85 | 0,7 | 128 | 0,7 | 2.764 | 21,2 | 3.635 | 20,7 | 10.161 | 78,1 | 13.806 | 78,6 |

| Território | Dimensão dos lugares | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2 000 – 4 999 habitantes | | | | 5 000 – 9 999 habitantes | | | | 10 000 e mais habitantes | | | |
| | 2001 | | 2011 | | 2001 | | 2011 | | 2001 | | 2011 | |
| | N.º | % | N.º | % | N.º | % | N.º | % | N.º | % | N.º | % |
| Portugal | 976.292 | 9,4 | 983.197 | 9,3 | 798.786 | 7,7 | 947.768 | 9,0 | 3.905.633 | 37,7 | 4.506.906 | 42,7 |
| AML | 292.655 | 11,0 | 281.503 | 10,0 | 283.906 | 10,7 | 351.696 | 12,5 | 1.685.341 | 63,3 | 1.845.904 | 65,4 |
| Alcochete | 2.785 | 21,4 | 3.143 | 17,9 | 7.376 | 56,7 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 10.663 | 60,7 |

Analisando a distribuição da população por lugares (Tabela 2), constata-se que, em 2011, a **Vila de Alcochete possuía mais de 10.600 habitantes**, representando quase 61% da população do Concelho. Acompanhando a tendência verificada na Vila de Alcochete, entre 2001 e 2011, os núcleos do **Samouco, São Francisco, Cercal e Vale Figueira registaram uma dinâmica populacional positiva**, contrastando com os restantes núcleos do Concelho, que apresentaram taxas de variação populacional negativas.

**Tabela 2. População residente por lugares (2001 e 2011)**

Fonte: INE, Censos

| Lugares | População residente | | | | Variação 2001 – 2011 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2001 | | 2011 | | | |
| | N.º | % | N.º | % | N.º | % |
| Alcochete | 7.376 | 56,69 | 10.663 | 60,69 | 3.287 | 44,56 |
| Alto da Pacheca | 85 | 0,65 | 55 | 0,31 | -30 | -35,29 |
| Barroca D´Alva | 91 | 0,70 | 69 | 0,39 | -22 | -24,18 |
| Batel/Entroncamento | 114 | 0,88 | 98 | 0,56 | -16 | -14,04 |
| Cercal | 203 | 1,56 | 317 | 1,80 | 114 | 56,16 |
| Fonte da Senhora | 466 | 3,58 | 397 | 2,26 | -69 | -14,81 |
| Lagoa Cheia | 208 | 1,60 | 161 | 0,92 | -47 | -22,60 |
| Monte Laranjo | 40 | 0,31 | 32 | 0,18 | -8 | -20,00 |
| Passil | 437 | 3,36 | 408 | 2,32 | -29 | -6,64 |
| Pontão | 16 | 0,12 | 5 | 0,03 | -11 | -68,75 |
| Rego da Amoreira | 204 | 1,57 | 170 | 0,97 | -34 | -16,67 |
| Rilvas | 24 | 0,18 | 20 | 0,11 | -4 | -16,67 |
| Samouco | 2.785 | 21,41 | 3.143 | 17,89 | 358 | 12,85 |
| São Francisco | 743 | 5,71 | 1.734 | 9,87 | 991 | 133,38 |
| Silha Queimada | 27 | 0,21 | 22 | 0,13 | -5 | -18,52 |
| Vale de Figueira | 106 | 0,81 | 147 | 0,84 | 41 | 38,68 |
| Dispersos/Residuais | 85 | 0,65 | 128 | 0,73 | 43 | 50,59 |

Deste modo, destaca-se na estrutura de povoamento:

- **Crescimento e consolidação dos núcleos urbanos sede de freguesia**, com destaque para o lugar de São Francisco com uma taxa de variação populacional de 133,4%;
- **Crescimento significativo dos lugares do Cercal** (56,1%) e **Vale de Figueira** (38,7%);
- **Crescimento da população nos lugares isolados** (Dispersos/Residuais), apresentando uma taxa de variação populacional de 50,5%, entre 2001 e 2011;

- **Diminuição populacional**, entre 2001 e 2011, nos lugares do Alto da Pacheca, Barroca D´Alva, Batel/Entroncamento, Fonte da Senhora, Lagoa Cheia, Monte Laranjo, Passil, Pontão, Rego da Amoreira, Rilvas e Silha Queimada.

### 2.1.3. Dinâmicas demográficas

Desde meados do século XX que Alcochete vem registando um expressivo crescimento da sua população residente, apenas quebrado na década de 80. Como é bem visível na figura seguinte, as **dinâmicas de crescimento populacional acentuaram-se com a viragem do século**, tornando-se muito positivas.

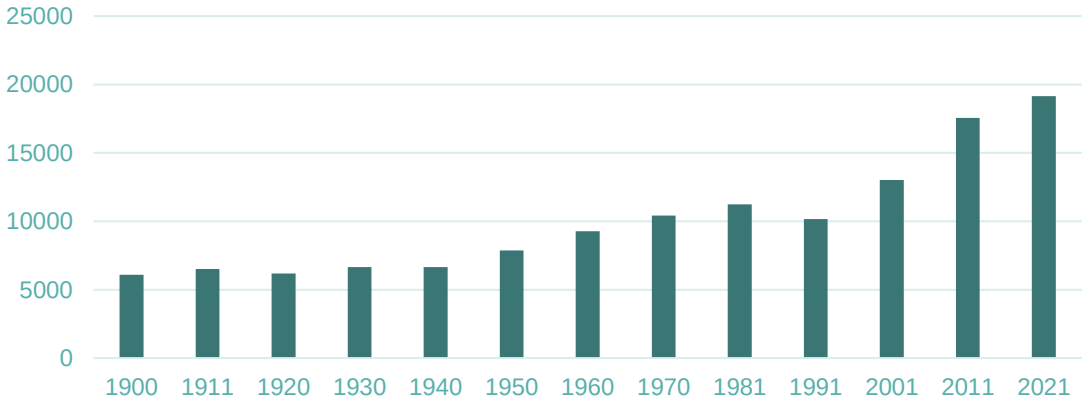



**Figura 6. Evolução da população[5] no Concelho, nos séculos XX e XXI**

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e Resultados Preliminares dos Censos 2021

A evolução demográfica no concelho de Alcochete tem vindo ao longo dos anos a apresentar realidades diferentes, com fases distintas:

- Até 1960 o distrito de Setúbal cresceu regularmente e a um ritmo muito superior ao resto do País. O concelho de Alcochete, embora tenha conhecido um acréscimo demográfico significativo a partir de 40, nunca acompanhou o ritmo distrital;
- Entre 1960 e 1970 verificou-se a explosão demográfica da Península de Setúbal e particularmente dos seus concelhos ribeirinhos. O concelho de Alcochete manteve o seu ritmo de crescimento anterior e mantém assim o seu comportamento marginal em relação ao total do distrito, denotando uma taxa de crescimento demográfico bastante inferior;

[5] Os valores apresentados entre 1900 a 1950 são para população "de facto", ou seja, de população presente. Os valores apresentados posteriormente a esta data são de população residente, embora o valor de 2021 resulte dos dados preliminares dos Censos 2021.

- Os anos 70 foram os do início da crise económica e social da região. Em Alcochete mais de 65% dos seus ativos trabalhava e residia no Concelho e a sua relação mais intensa era com o Montijo que absorvia cerca de 21% da população ativa de Alcochete;

- Depois de 1981, verifica-se uma aceleração do ritmo de crescimento demográfico do distrito de Setúbal, assim como do concelho de Alcochete, sendo já menor a diferença entre as duas taxas de crescimento;

- Em 1991, verificou-se um decréscimo da população, associado a alguns constrangimentos ao nível do emprego e habitação, assim como à falta de acessibilidade relativamente a Lisboa;

- Nos censos de 2001 registou-se, novamente, um crescimento populacional. Este facto deveu-se à abertura da Ponte Vasco da Gama e à conclusão dos projetos rodoviários que o servem. Passou de um concelho periférico em relação a Lisboa, de muito difícil acesso, com uma população estabilizada, sem pressões urbanas, a um concelho que se encontra junto do coração da AML, bem ligado à capital e com potencialidades de servir de articulação com o resto da Península de Setúbal e o sul do País;

- No período entre 2001 e 2011, o Concelho, impulsionado pelos ganhos de acessibilidade, pela estruturação de novas dinâmicas e a introdução de processos de reconfiguração territorial que aproximaram Alcochete do padrão de ocupação e uso do espaço urbano das dinâmicas metropolitanas, regista um crescimento populacional muito expressivo.

- Entre os dois últimos censos (2011 e 2021), o concelho de Alcochete foi o **segundo da AML a registar a maior taxa de crescimento populacional**. Em 2021, à data resultados preliminares, conta com uma população residente de **19.148 habitantes**, verificando-se uma **taxa de variação de 9,0%** em relação aos dados censitários de 2011 (17.569 habitantes). Este valor é muito superior ao verificado na sub-região da AML, onde a taxa de variação de população, em igual período, foi de 1,7%.

**Tabela 3. População residente em 2011 e 2021**

Fonte: INE, Censos

| Território | População residente | | Taxa de variação | Densidade populacional |
|---|---|---|---|---|
| | 2011 | 2021 | 2011-2021 | 2021* |
| | N.º | N.º | % | (hab./km²) |
| Portugal | 10.562.178 | 10.347.892 | -2,0 | 112,2 |
| AML (NUT III) | 2.821.876 | 2.871.133 | 1,7 | 952,2 |
| Alcochete | 17.569 | 19.148 | 9,0 | 149,2 |

* Cálculos próprios com base nos valores preliminares dos censos 2021.

Não obstante o forte crescimento populacional, Alcochete mantém-se como **um dos concelhos da AML com menor densidade populacional**, possuindo grandes extensões de espaços naturais, florestais e agrícolas. A densidade populacional para o concelho, calculada com base nos resultados preliminares dos Censos 2021 é de 155,3 hab./Km², valor significativamente inferior ao da sub-região (951,5 hab./km²).

Ao nível das freguesias (Tabela 4), os dados dos Censos de 2021 (resultados preliminares) revelam que a **freguesia de São Francisco é a que regista a taxa de crescimento mais acentuada** (17,5%), enquanto a freguesia do Samouco apresenta o crescimento populacional mais contido (6,4%), mas ainda assim quase 4 vezes superior ao registado na AML. A freguesia de Alcochete continua, naturalmente, em 2021, a ser a mais populosa, sendo o local de residência de 13.231 pessoas (45,0% dos munícipes).

**Tabela 4. População residente nas freguesias em 2001, 2011 e 2021**

Fonte: INE, Censos

| Território | População residente | | | Taxa de variação | Taxa de variação |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2001 | 2011 | 2021 | 2001-2011 | 2011-2021 |
| | N.º | N.º | N.º | % | % |
| Concelho de Alcochete | 13.010 | 17.569 | 19.148 | 35,0 | 8,9 |
| Freguesia de Alcochete | 9.094 | 12.239 | 13.231 | 34,6 | 8,1 |
| Freguesia do Samouco | 2.788 | 3.143 | 3.347 | 12,7 | 6,4 |
| Freguesia de São Francisco | 1.128 | 2.187 | 2.570 | 93,9 | 17,5 |

## Migrações

Analisando a evolução demográfica por componentes, percebe-se ser a mencionada atratividade do Concelho a responsável pelo crescimento da sua população residente. A taxa de crescimento natural, isto é, a suportada na relação entre nascimentos e óbitos, é, em 2019, positiva (0,11%), traduzindo um número de nados-vivos ligeiramente superior ao número de óbitos (respetivamente 158 e 137), enquanto a **taxa de crescimento migratório é muito positiva** (1,33%) e francamente superior à do conjunto da AML (0,54%) e do País (0,43%). Neste contexto, Alcochete, apresenta, em 2019, uma taxa de crescimento efetivo de 1,44%, bem superior à verificada na AML (0,59%) e no País (0,19%) (Figura 7).

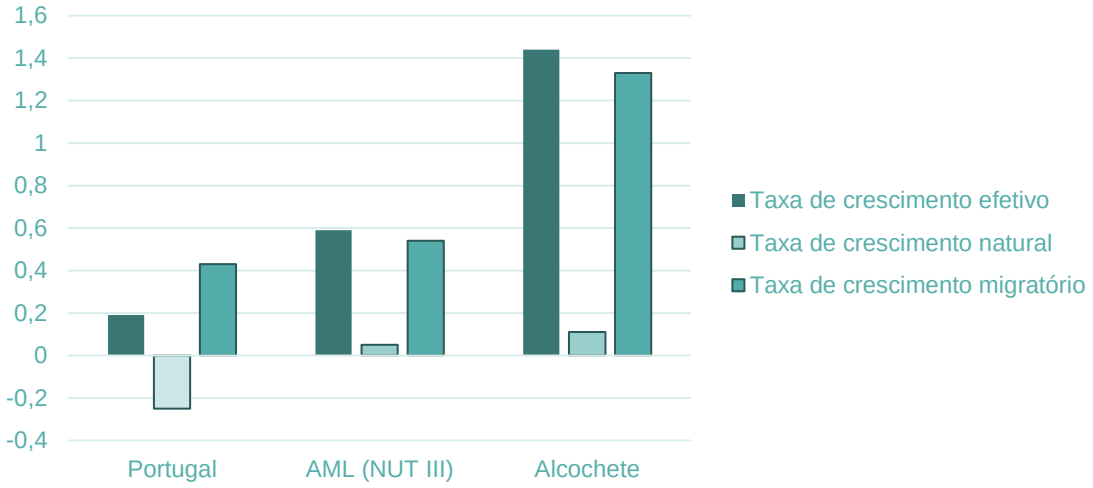



**Figura 7. Taxa de crescimento efetivo, natural e migratório (%), em 2019**

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Conclui-se, assim, ser muito superior o número de novas pessoas a escolher o concelho de Alcochete como local de residência, relativamente ao número de cidadãos de Alcochete que fixam residência noutros locais.

Entre os novos residentes encontram-se tanto pessoas vindas de outros Concelhos, bem como de fora de Portugal. Esta observação encontra-se igualmente expressa na análise à população residente, em 2011, segundo as migrações relativamente a dezembro de 2005 e 2009 (Tabela 5). À data dos apuramentos, verificava-se que, em dezembro de 2005, 18% da população residente era imigrante (3.168 indivíduos), sendo que, em dezembro de 2009, esse número tinha reduzido para cerca 1.177 indivíduos, representando 6,7% da população residente.

**Tabela 5. População residente em Alcochete em 2011, segundo as migrações relativamente a dezembro de 2005 e 2009**

Fonte: INE, Censos

| Território | População residente 2011 | População que mantém a mesma residência, relativamente a: | | Imigrantes no Município | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Proveniente de outros municípios, em: | | Proveniente de outros países, em: | |
| | | 31/12/2005 | 31/12/2009 | 31/12/2005 | 31/12/2009 | 31/12/2005 | 31/12/2009 |
| Concelho de Alcochete | 17.569 | 10.952 | 14.753 | 2.805 | 1.050 | 363 | 127 |
| Freguesia de Alcochete | 12.239 | 7.697 | 10.246 | 1.858 | 715 | 261 | 94 |
| Freguesia do Samouco | 3.143 | 2.090 | 2.698 | 399 | 134 | 50 | 12 |
| Freguesia de São Francisco | 2.187 | 1.165 | 1.809 | 548 | 201 | 52 | 21 |

Em 2011, cerca de 91% da população residente tinha nacionalidade portuguesa (16.056 residentes) e 9% tinha nacionalidade estrangeira (1.513 residentes) (Tabela 6).

**Tabela 6. População residente em Alcochete em 2011, segundo a naturalidade**

Fonte: INE, Censos

| Território | População residente 2011 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total | Naturalidade | | Continente de naturalidade | | | | |
| | | Portuguesa | Estrangeira | Europa | África | América | Ásia | Oceânia |
| Concelho de Alcochete | 17.569 | 16.056 | 1.513 | 641 | 489 | 328 | 53 | 2 |
| Freguesia de Alcochete | 12.239 | 11.147 | 1.092 | 484 | 359 | 205 | 43 | 1 |
| Freguesia do Samouco | 3.143 | 2.921 | 222 | 61 | 66 | 91 | 4 | 0 |
| Freguesia de São Francisco | 2.187 | 1.988 | 199 | 96 | 64 | 32 | 6 | 1 |

Destes estrangeiros, 42% eram naturais da Europa, 32% de África, 22% da América (Figura 8). Com uma percentagem muito reduzida, observava-se uma população oriunda da Ásia (3,5%) e da Oceânia (0,1%).

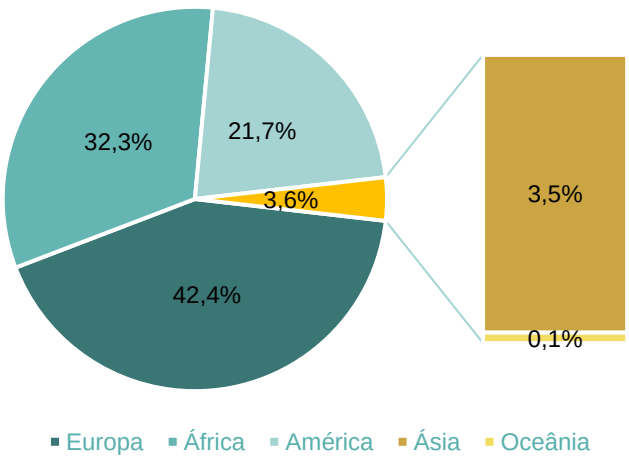



**Figura 8. População residente em Alcochete por continente de naturalidade, em 2011**

Fonte: INE, Censos

Os dados mais recentes relativos à população estrangeira a quem foi concedido título de residência[6], apontam para que, em 2019, residissem no Concelho 1.098 indivíduos de nacionalidade estrangeira. Neste universo, encontram-se representados os grupos de população oriunda da União Europeia (UE) (à data, constituída por 28 Estados Membros[7]) e de fora da UE. O grupo mais numeroso é o que integra a população oriunda da UE, com 562 estrangeiros com estatuto legal de residente, correspondendo a 51,2% da população estrangeira residente em Alcochete (Tabela 7).

**Tabela 7. População estrangeira no concelho de Alcochete com estatuto de residente, em 2019**

Fonte: INE, População estrangeira com estatuto legal de residente

| Nacionalidade (Grupos de países) | População estrangeira | |
|---|---|---|
| | N.º | % |
| EU – 28 Estados-Membro | 562 | 51,2 |
| Extra UE – 28 Estados-Membro | 536 | 48,8 |

[6] Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Não inclui os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular.

[7] O Reino Unido saiu da UE a 1 de fevereiro de 2020.

## Mortalidade e Natalidade

Relativamente à taxa bruta de natalidade[8], verifica-se uma **diminuição do número de nados-vivos** entre 2011 e 2019 (Tabela 8). No caso de Portugal, no ano de 2019, a taxa bruta de natalidade apresentava 8 nados vivos por cada 1000 habitantes, valor inferior ao de 2011, onde se verificaram cerca de 9 nados vivos por cada 1000 habitantes.

Ao nível da AML, em 2011, registaram-se 11 nados-vivos por cada 1000 habitantes, valor que decresce para 10 nados-vivos, em 2019. Acompanhando esta tendência, Alcochete apresenta uma taxa bruta de natalidade, em 2019, de 8 nados-vivos por 1000 habitantes, proporção inferior à registada em 2011, com 12 nados-vivos por 1000 habitantes.

**Tabela 8. Taxa bruta de mortalidade e de natalidade e taxas de crescimento natural e de mortalidade infantil (2001, 2011 e 2019)**

Fonte: INE, Censos e Estimativas anuais da população residente

| Território | Taxa bruta de Mortalidade (‰) | | | Taxa bruta de Natalidade (‰) | | | Taxa de crescimento Natural (%) | | | Taxa de Mortalidade infantil (‰) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | ano 2001 | ano 2011 | ano 2019 | ano 2001 | ano 2011 | ano 2019 | ano 2001 | ano 2011 | ano 2019 | ano 2001 | ano 2011 | ano 2019 |
| Portugal | 10,1 | 9,7 | 10,9 | 10,8 | 9,2 | 8,4 | 0,07 | -0,06 | -0,25 | 5,0 | 3,1 | 2,8 |
| AML | 9,7 | 9,0 | 9,9 | 11,9 | 11,0 | 10,4 | 0,22 | 0,21 | 0,05 | 4,4 | 3,6 | 3,5 |
| Alcochete | 11,6 | 8,6 | 7,0 | 11,5 | 12,2 | 8,0 | -0,02 | 0,37 | 0,11 | 13,4 | 0,0 | 0,0 |

Observando a taxa bruta de mortalidade[9], Portugal apresenta um aumento entre 2011 e 2019, passando de 9,7 óbitos para cerca de 11 óbitos por cada 1000 habitantes. O mesmo fenómeno pode ser observado na AML, que passa de 9 óbitos por cada 1000 habitantes, em 2011, para cerca de 10 óbitos por cada 1000 habitantes, em 2019. No caso do município de Alcochete, verifica-se uma **diminuição do número de óbitos por 1000 habitantes**, entre 2011 e 2019, passando de 8,6 óbitos para 7 óbitos por cada 1000 habitantes, respetivamente.

Tal como referido anteriormente, na análise da taxa de crescimento natural[10], constata-se que, entre 2011 e 2019, ocorreu um agravamento deste indicador no País, aumentando a taxa de crescimento negativa para um valor de -0,25%. Esta tendência foi acompanhada ao nível da AML

[8] INE – Número de nados vivos ocorridos durante um determinado período, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (expressa em número de nados vivos por 1000 habitantes).

[9] INE – Número de óbitos observado durante um determinado período, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 habitantes).

[10] INE – Saldo natural observado durante um determinado período, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1000 habitantes).

e do concelho de Alcochete que, **embora positivas, viram as suas taxas de crescimento natural diminuírem** para 0,05% e 0,11%, respetivamente.

No caso da taxa de mortalidade infantil[11], em Portugal, registou-se entre 2011 e 2019 uma ligeira diminuição dos óbitos nas crianças com menos de 1 ano. A mesma tendência é verificada na AML. O município de Alcochete registou um valor nulo nos anos 2011 e 2019, em sequência da não existência de óbitos de crianças com menos de 1 ano do território (Tabela 9).

**Tabela 9. Nascimentos e óbitos (2001, 2011 e 2019)**

Fonte: INE, Censos e Estimativas anuais da população residente

| Território | População (N.º) | | | Nados vivos (N.º) | | | Óbitos (N.º) | | | Óbitos de crianças com menos de 1 ano (N.º) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | ano 2001 | ano 2011 | ano 2019 | ano 2001 | ano 2011 | ano 2019 | ano 2001 | ano 2011 | ano 2019 | ano 2001 | ano 2011 | ano 2019 |
| Portugal | 10.356.117 | 10.562.178 | 10.295.909 | 112.825 | 96.856 | 86.579 | 105.092 | 102.848 | 111.793 | 567 | 302 | 246 |
| AML | 2.661.850 | 2.821.876 | 2.863.272 | 31.604 | 31.127 | 29.652 | 25.649 | 25.308 | 28.270 | 138 | 113 | 104 |
| Alcochete | 13.010 | 17.569 | 19.787 | 149 | 217 | 158 | 151 | 152 | 137 | 2 | 0 | 0 |

Em relação ao crescimento natural podemos observar que, no Concelho, o número de óbitos diminuiu entre 2011 (152) e 2019 (137), bem como o número de nados-vivos. Apesar desta diminuição, os números registados de nados-vivos, entre estes períodos, foram sempre superiores ao número de óbitos. Em 2011, registaram-se 217 nados-vivos no Concelho, e, em 2019, 158 nados-vivos (Figura 9).

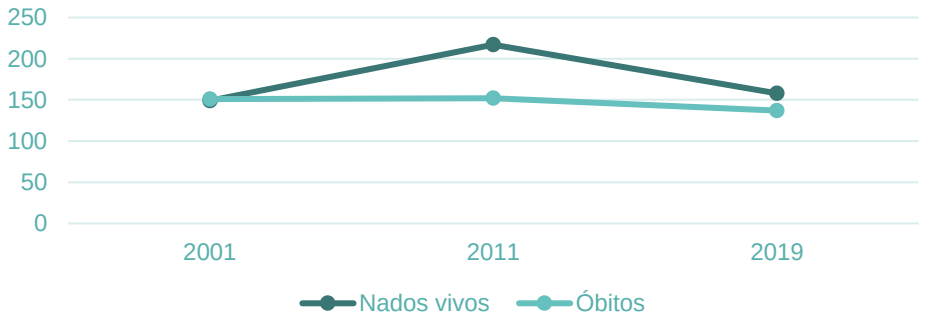



**Figura 9. Número de nados vivos e de óbitos no concelho de Alcochete**

Fonte: INE, Censos e Estimativas anuais da população residente

[11] INE – Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados-vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 nados-vivos).

## Estruturas demográficas

Relativamente à evolução da população por grupos etários entre 2011 e 2019 (Tabela 10), regista-se no concelho de Alcochete um acréscimo populacional generalizado (12,6%), com exceção no **grupo etário dos 0 aos 14 anos**, que **apresenta uma variação negativa** no número de efetivos (-2,8%). Em termos etários, o período analisado fica marcado por um decréscimo populacional da população mais jovem, até aos 14 anos, e pelo aumento significativo da população dos grupos etários mais elevados, particularmente da faixa etária entre os 15 e os 24 anos (44,9%) e entre os 65 e mais anos (30,2%).

**Tabela 10. Variação populacional por grupo etário (2001-2011 e 2011-2019)**

Fonte: INE, Censos e Estimativas anuais da população residente

| Território | Variação entre 2001 – 2011 (%) | | | | | Variação entre 2011 – 2019 (%) | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total | 0-14 anos | 15-24 anos | 25-64 anos | 65 e + anos | Total | 0-14 anos | 15-24 anos | 25-64 anos | 65 e + anos |
| Portugal | 1,99 | -5,09 | -22,46 | 5,54 | 18,69 | -2,52 | -11,15 | -4,49 | -5,31 | 13,45 |
| AML | 6,01 | 10,51 | -19,56 | 5,80 | 25,31 | 1,47 | 3,84 | -0,82 | -5,80 | 23,02 |
| Concelho Alcochete | 35,04 | 57,54 | 8,77 | 36,50 | 26,90 | 12,62 | -2,79 | 44,93 | 7,67 | 30,22 |
| Freguesia de Alcochete | 34,58 | 49,21 | 12,13 | 36,11 | 31,05 | - | - | - | - | - |
| Freguesia do Samouco | 12,73 | 30,61 | -8,06 | 13,81 | 6,92 | - | - | - | - | - |
| Freguesia de São Francisco | 93,88 | 223,65 | 22,73 | 95,15 | 43,06 | - | - | - | - | - |

No que diz respeito à população residente nas freguesias do município de Alcochete, por grupos etários, a análise da variação populacional apenas pode ser feita entre 2001 e 2011, uma vez que não estão disponíveis estimativas da população residente desagregadas por freguesia em anos superiores.

Nestes períodos, a freguesia de Alcochete destaca-se com o maior número de habitantes em todos os grupos etários, seguindo-se a freguesia do Samouco. No que diz respeito à variação populacional, como anteriormente referido, registou-se um aumento da população residente em todas as freguesias (Tabela 11), com especial relevo na freguesia de São Francisco, que quase duplica a sua população (variação populacional de cerca de 94%).

**Tabela 11. População residente, por local de residência e grupo etário (2001, 2011 e 2019)**

Fonte: INE, Censos e Estimativas anuais da população residente

| Território | 2001 | | | | | 2011 | | | | | 2019 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total | 0-14 anos | 15-24 anos | 25-64 anos | 65 e + anos | Total | 0-14 anos | 15-24 anos | 25-64 anos | 65 e + anos | Total | 0-14 anos | 15-24 anos | 25-64 anos | 65 e + anos |
| Portugal | 10.356.117 | 1.656.602 | 1.479.587 | 5.526.435 | 1.693.493 | 10.562.178 | 1.572.329 | 1.147.315 | 5.832.470 | 2.010.064 | 10.295.909 | 1.396.985 | 1.095.766 | 5.522.734 | 2.280.424 |
| AML | 2.661.850 | 396.221 | 366.806 | 1.488.777 | 410.046 | 2.821.876 | 437.881 | 295.043 | 1.575.110 | 513.842 | 2.863.272 | 454.715 | 292.615 | 1.483.818 | 632.124 |
| Concelho de Alcochete | 13.010 | 2.115 | 1.596 | 7.299 | 2.000 | 17.569 | 3.332 | 1.736 | 9.963 | 2.538 | 19.787 | 3.239 | 2.516 | 10.727 | 3.305 |
| Freguesia de Alcochete | 9.094 | 1.526 | 1.129 | 5.096 | 1.343 | 12.239 | 2.277 | 1.266 | 6.936 | 1.760 | - | - | - | - | - |
| Freguesia do Samouco | 2.788 | 441 | 335 | 1.564 | 448 | 3.143 | 576 | 308 | 1.780 | 479 | - | - | - | - | - |
| Freguesia de São Francisco | 1128 | 148 | 132 | 639 | 209 | 2.187 | 479 | 162 | 1.247 | 299 | - | - | - | - | - |

Neste período (2001-2011), há um **especial crescimento no grupo etário dos 0 aos 14 anos em quase todas as freguesias, com destaque para São Francisco** (223,6%), sendo o crescimento total no concelho de Alcochete de 57,5%, neste grupo etário.

O grupo etário compreendido entre os **15 e os 24 anos registou, com exceção da freguesia de Samouco (-8%), um aumento de indivíduos, particularmente a freguesia de São Francisco** (22,7%), verificando-se no Concelho um crescimento populacional de cerca de 9%.

O grupo etário dos 25 aos 64 anos registou um aumento de indivíduos em todas as freguesias, verificando-se um crescimento mais acentuado na freguesia de São Francisco com 95,1% de indivíduos neste grupo. Com os valores mais baixos de crescimento encontra-se a freguesia do Samouco (13,8%). No Concelho, o crescimento populacional neste grupo etário foi de 36,5%.

Relativamente ao grupo dos 65 ou mais anos, verificou-se, igualmente, um aumento populacional em todas as freguesias, com maior expressividade na freguesia de São Francisco (43%). O município de Alcochete, no período referido, teve um aumento total de cerca de 27% de indivíduos com 65 ou mais anos.

Com esta análise, torna-se evidente que Alcochete, entre 2001 e 2011, **contraria o fenómeno verificado no nosso País, o duplo envelhecimento demográfico**, que se caracteriza pela acentuada redução da população mais jovem, a par de um aumento significativo da população com 65 ou mais anos.

No concelho de Alcochete, observando a pirâmide de idades apurada em 2001 (Figura 10) e em 2011 (Figura 11), verifica-se, comparativamente com 2001, que em 2011 existe um aumento no número de efetivos no grupo de idades entre os 0 e ao 14 anos, maioritariamente do sexo feminino, e um decréscimo no número de efetivos nas idades entre os 15 e os 29 anos, principalmente do sexo masculino, até ao grupo etário dos 30-34 anos.

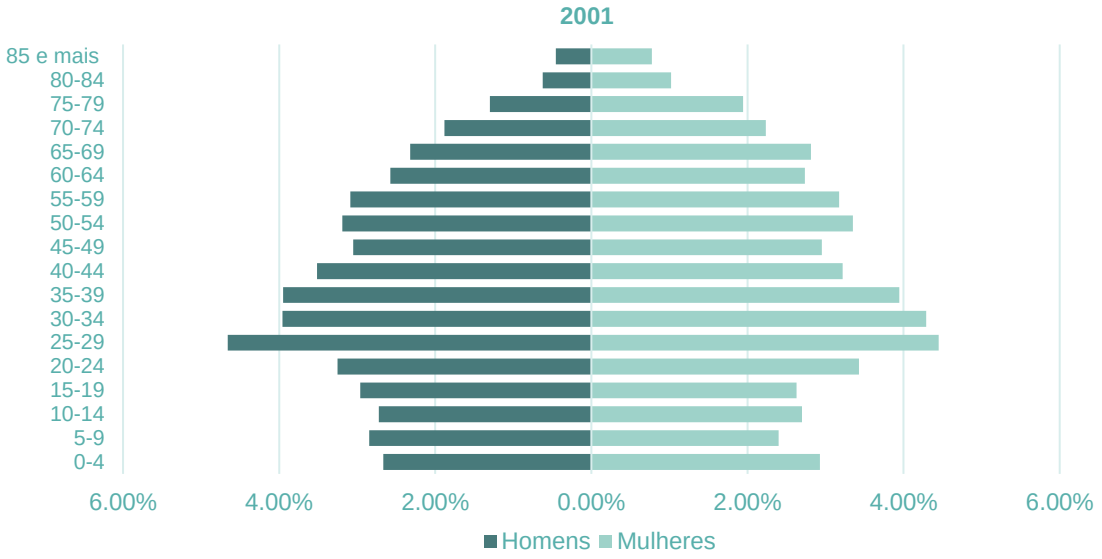



**Figura 10. Pirâmide etária do concelho de Alcochete, 2001**

Fonte: INE, Censos

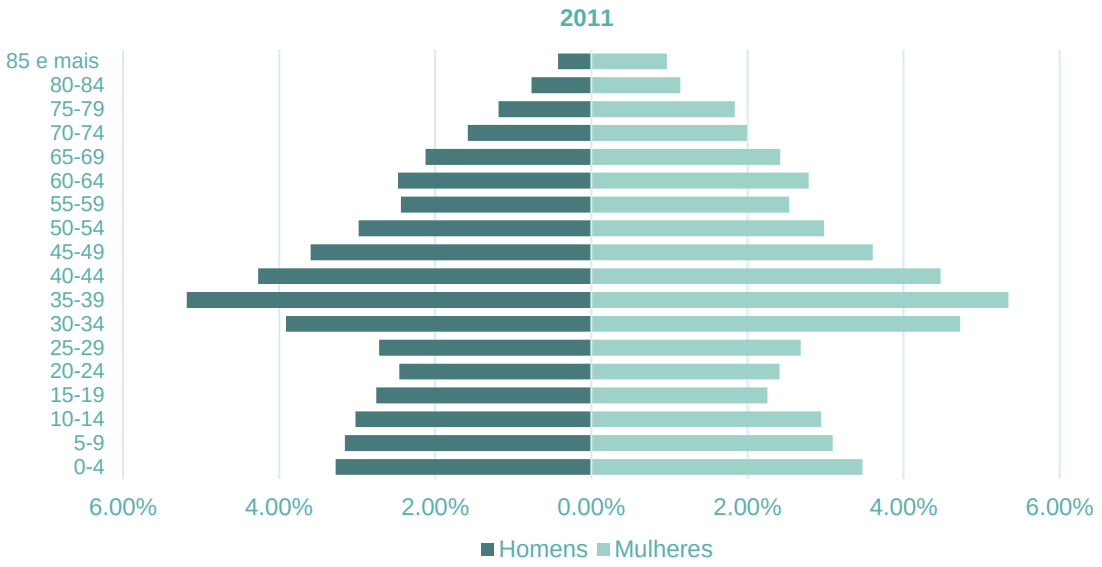



**Figura 11. Pirâmide etária do concelho de Alcochete, 2011**

Fonte: INE, Censos

A partir do grupo etário dos 30-34 anos, em 2011, regista-se um incremento populacional até ao grupo dos 45-49 anos, sobretudo do sexo feminino, verificando-se nos grupos etários seguintes, até o grupo etário dos 75-79 anos, um decréscimo de população, principalmente do sexo feminino. No topo da pirâmide, a partir do grupo etário dos 80 e mais anos, verifica-se um aumento no número de efetivos no Concelho, maioritariamente do sexo feminino.

Analisando a pirâmide etária do concelho, em 2019 (Figura 12), verifica-se que, comparativamente a 2011, Alcochete apresenta uma **diminuição populacional no grupo etário dos 0 anos aos 9 anos**, principalmente do sexo feminino, e um **crescimento**, semelhante em ambos os sexos, **do número de efetivos nas faixas etárias dos 10 anos aos 29 anos**. A partir desta faixa etária e percentualmente repartida por ambos os sexos, o Concelho vê reduzida a sua população nos grupos etários dos 30 aos 39 anos, em relação a 2011.

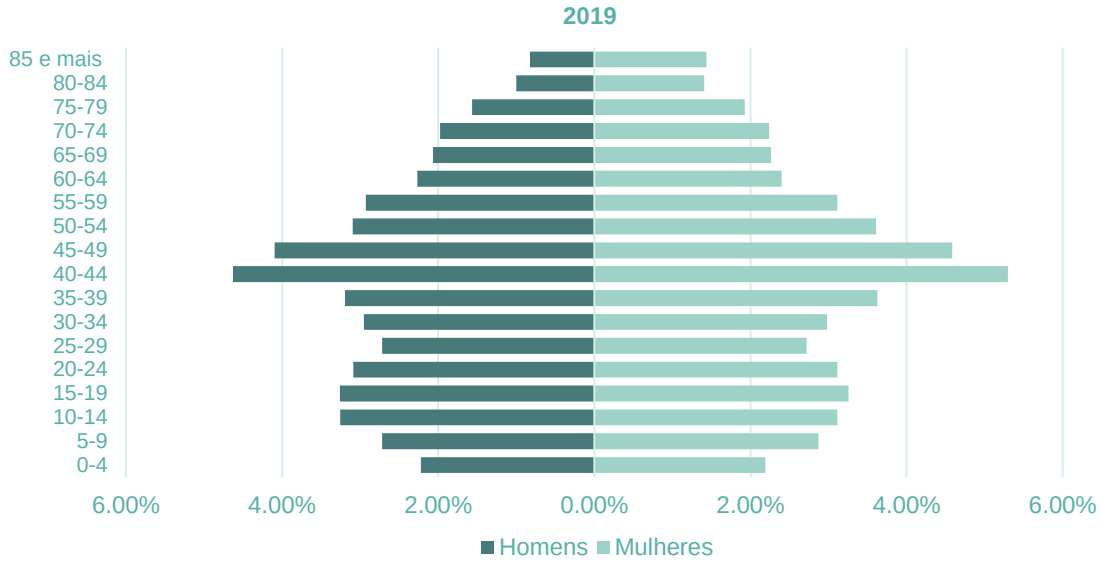



**Figura 12. Pirâmide etária do concelho de Alcochete, 2019**

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

A partir do grupo etário dos 40-44 anos, em 2019, regista-se, sobretudo no sexo feminino, um aumento populacional até ao grupo dos 55-59 anos, verificando-se nos grupos etários seguintes, até o grupo etário dos 65-69 anos, um decréscimo de população, percentualmente repartido por ambos os sexos. No topo da pirâmide, a partir do grupo etário dos 70 e mais anos, verifica-se um crescimento do número de efetivos no Concelho, principalmente do sexo feminino.

Segundo as estimativas populacionais do INE, em 2019, o Concelho registava um **índice de envelhecimento**[12] de 102,0, **superior ao de 2011** (76,2), **mas ainda muito inferior ao estimado para a AML** na mesma data (139,0).

[12] INE – relação entre a população idosa e a população jovem, definida como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa pelo número de pessoas idosas por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos).

**Tabela 12. Índice de envelhecimento**

Fonte: INE, Censos e Estimativas anuais da população residente

| Território | Índice de envelhecimento (N.º) | | |
|---|---|---|---|
| | 2001 | 2011 | 2019 |
| Portugal | 102,2 | 127,8 | 163,2 |
| AML | 103,4 | 117,4 | 139,0 |
| Concelho de Alcochete | 94,5 | 76,2 | 102,0 |
| Freguesia de Alcochete | 88,0 | 77,3 | - |
| Freguesia do Samouco | 101,5 | 83,2 | - |
| Freguesia de São Francisco | 141,2 | 62,4 | - |

Ao nível das freguesias, os dados dos Censos de 2011 (os mais recentes disponíveis com esta desagregação) revelam que a freguesia de São Francisco é aquela onde se registou a taxa de crescimento mais acentuada, e que emerge também como a freguesia mais jovem (62,4), enquanto a freguesia do Samouco, onde o crescimento populacional foi mais contido, corresponde à freguesia onde o índice de envelhecimento é comparativamente maior (83,2) (Figura 13).

O índice de envelhecimento é o indicador que relaciona a população idosa (pessoas com 65 ou mais anos) e a população jovem (pessoas com menos de 15 anos). Portugal, com um índice de envelhecimento estimado em 163,2, para 2019, é um dos países mais envelhecidos da Europa.

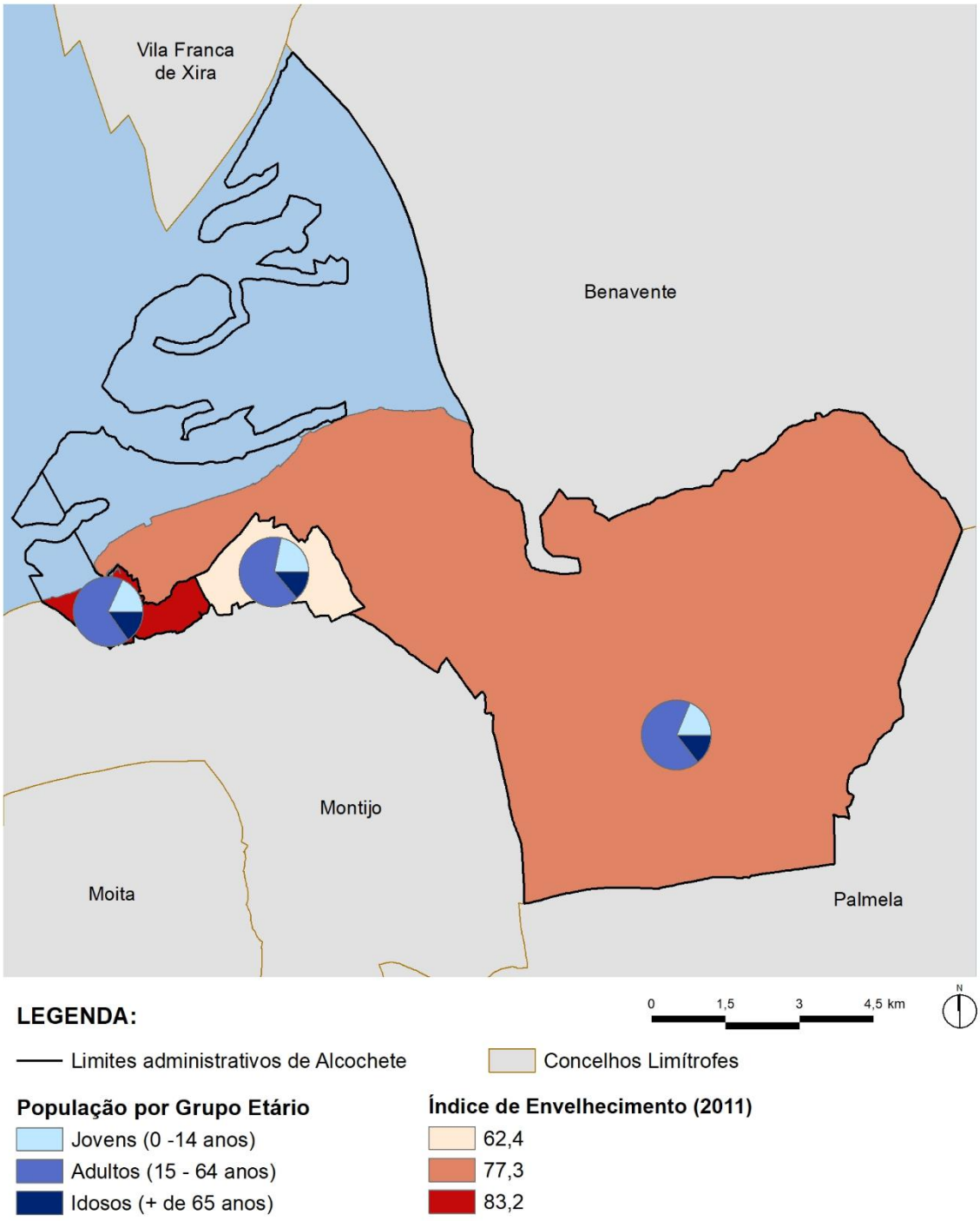



**Figura 13. Índice de envelhecimento nas freguesias, em 2011**

Fonte: INE, Censos 2011

## 2.1.4. Dinâmica socioeconómica

### População ativa e estrutura de atividades económicas

No que se refere à população economicamente ativa, constata-se que, em 2011, o concelho de Alcochete contava com uma população ativa de 9.109 pessoas, das quais 8.010 se encontravam empregadas. A taxa de atividade era, à data, de 51,9%, superior à da AML (49,8%). Quanto ao desemprego, em 2011, o Concelho contava com uma taxa de desemprego na ordem dos 12,1% (1.099 desempregados, 182 dos quais à procura do 1º emprego), valor não muito distante do registado ao nível da NUTS III (12,9%), conforme se pode constatar na Tabela 13.

**Tabela 13. População ativa e emprego**

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2011

| | População ativa | População empregada | Taxa de desemprego |
|---|---|---|---|
| | Nº | Nº | % |
| AML (NUT III) | 1.405.058 | 1.223.276 | 12,9 |
| Alcochete | 9.109 | 8.010 | 12,1 |

A taxa de desemprego atingia valores mais expressivos na freguesia do Samouco e era menor na freguesia de Alcochete (Figura 14).

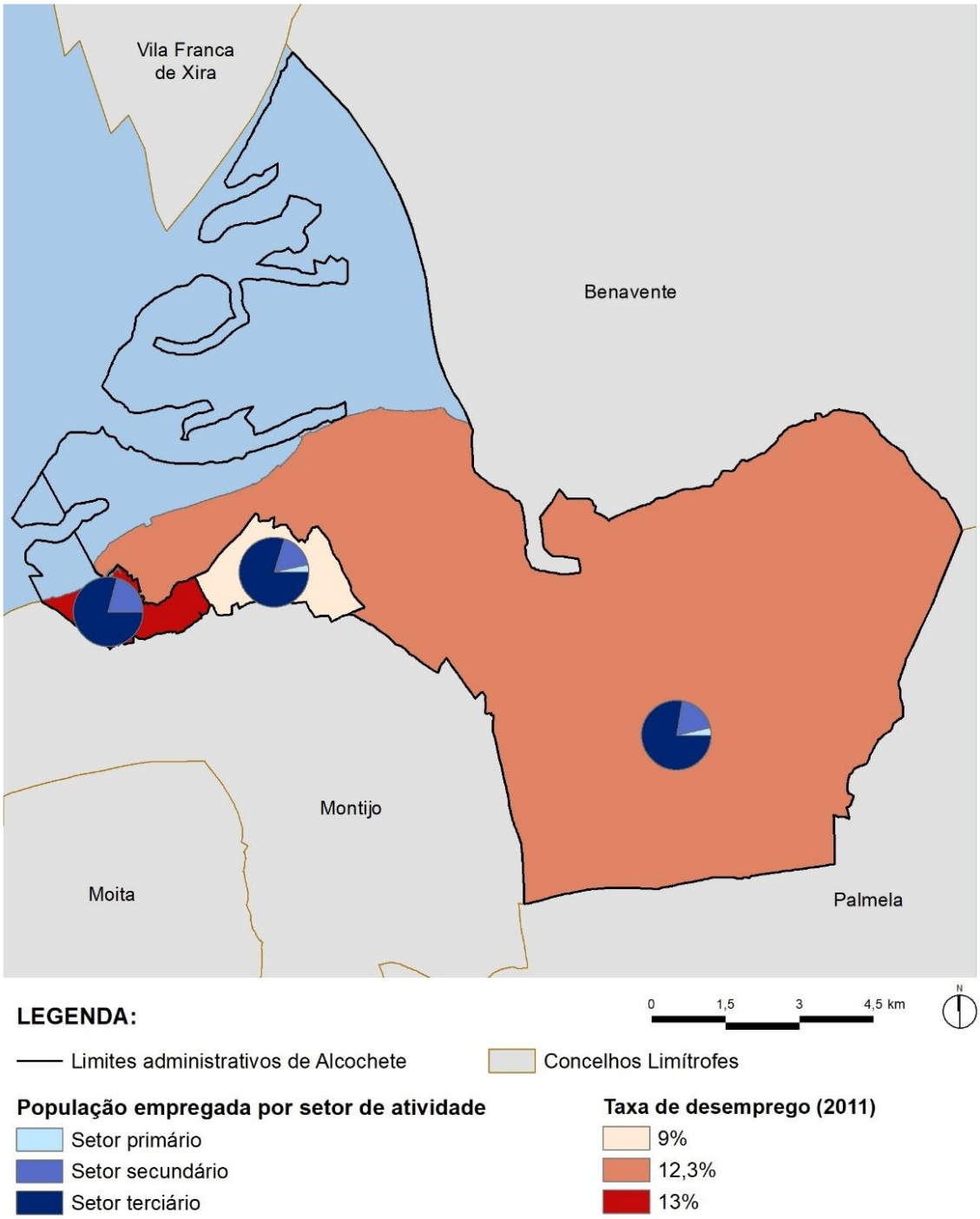



**Figura 14. Emprego e desemprego por freguesias, em 2011**

Fonte: INE, Censos 2011

Em 2011, o **setor com maior representatividade no concelho de Alcochete era o terciário** (6.245 habitantes), abrangendo mais de 3/4 da população empregada. Os setores primário e secundário apresentavam valores significativamente mais reduzidos, sendo o secundário (1.517 habitantes) o que se segue em termos de população empregada.

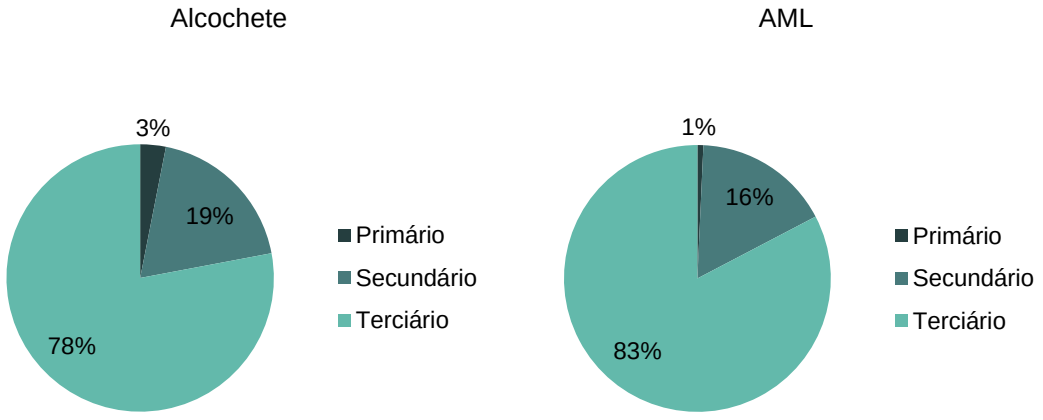



**Figura 15. População empregada por setor de atividade, em 2011**

Fonte: INE, Censos 2011

Não obstante, a reduzida expressividade do setor primário em termos de emprego, esta é, em qualquer das três freguesias do Concelho, superior à observada na região. É igualmente de evidenciar que, tratando-se de um Concelho onde as características rurais se encontram ainda muito presentes, sobretudo associadas às atividades agrícolas, mas também associadas às atividades relacionadas com a exploração dos recursos do estuário do Tejo, o **setor primário assume uma importância superior aquela que é evidenciada pelas estatísticas do emprego e das empresas**. As atividades do setor primário desempenham ainda um papel relevante enquanto atividades de subsistência e de complemento ao rendimento das famílias.

Em termos económicos, em 2019, estavam sediadas em Alcochete 1.979 empresas, o que corresponde a um crescimento de 17,3% relativamente a 2011.

**Tabela 14. Número de empresas sediadas no concelho de Alcochete**

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (anual)

| Território | Economia | | |
|---|---|---|---|
| | Empresas | | Variação 2011-2019 |
| | 2011 | 2019 | |
| | N.º | N.º | % |
| Portugal | 1.113.559 | 1.318.330 | 18,4 |
| AML | 326.384 | 382.504 | 17,2 |
| Alcochete | 1.687 | 1.979 | 17,3 |

A análise detalhada da tabela seguinte permite observar que, em 2019, a principal atividade económica do concelho de Alcochete enquadrava-se na "Atividades administrativas e dos serviços de apoio" com 333 empresas sediadas (16,8%). Depois desta, as atividades económicas mais relevantes correspondiam ao "Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos" (15,7%), às "Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares" (11,8%) e às "Atividades de saúde humana e apoio social" (8,5%).

O conjunto deste tecido económico no território de Alcochete era responsável por um volume de negócios que, em 2019, atingiu cerca de 1.479 milhões de euros. Nesse ano, a principal atividade económica do Concelho era o "Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos", responsável por cerca de 78% da quantia líquida das vendas e prestações de serviços respeitantes às atividades normais das entidades sediadas no território. Depois desta, as atividades da "Construção" e das Indústrias Transformadoras" foram responsáveis por 5,7% e 5,4% do volume de negócios gerado em Alcochete, respetivamente.

De destacar que, entre 2011 e 2019, houve uma **variação positiva do número de empresas e do volume de negócios da "Educação" e das "Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas"**. Em relação à atividade "Educação" verificou-se um crescimento de 3,2% e de 8,3% no número de empresas e no volume de negócios, respetivamente. No caso das "Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas" o crescimento do número de empresas foi de 26,3% e, ao nível do volume de negócios, de 307,2%.

**Tabela 15. Número de empresas por CAE e volume de negócios no concelho de Alcochete**

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (anual)

| Código | Descrição | N.º de Empresas | | | | Volume de negócios (milhões de €) | | | | Variação do N.º de Empresas 2011-2019 | Variação do volume de negócios (milhões de €) 2011-2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2011 | | 2019 | | 2011 | | 2019 | | | |
| | | N.º | % | N.º | % | N.º | % | N.º | % | % | % |
| A | Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca | 90 | 5,3 | 107 | 5,4 | 28,401 | 2,5 | 38,846 | 2,6 | 18,9 | 36,8 |
| B | Indústrias extrativas | 1 | 0,1 | 0 | 0,0 | (a) | | 0,000 | 0,0 | -100,0 | |
| C | Indústrias transformadoras | 75 | 4,4 | 85 | 4,3 | (a) | 8,6 | 79,819 | 5,4 | 13,3 | -19,5 |
| D | Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio | 1 | 0,1 | 3 | 0,2 | (a) | | 0,002 | 0,0 | 200,0 | |
| E | Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição | 4 | 0,2 | 5 | 0,3 | 38,644 | 3,4 | 24,976 | 1,7 | 25,0 | -35,4 |
| F | Construção | 112 | 6,6 | 104 | 5,3 | 38,838 | 3,4 | 83,576 | 5,7 | -7,1 | 115,2 |
| G | Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos | 331 | 19,6 | 311 | 15,7 | 891,224 | 77,5 | 1163,802 | 78,7 | -6,0 | 30,6 |
| H | Transportes e armazenagem | 18 | 1,1 | 37 | 1,9 | 5,807 | 0,5 | 2,525 | 0,2 | 105,6 | -56,5 |
| I | Alojamento, restauração e similares | 139 | 8,2 | 164 | 8,3 | 9,223 | 0,8 | 14,016 | 0,9 | 18,0 | 52,0 |
| J | Atividades de informação e de comunicação | 24 | 1,4 | 48 | 2,4 | 1,300 | 0,1 | 3,252 | 0,2 | 100,0 | 150,1 |
| L | Atividades imobiliárias | 48 | 2,8 | 78 | 3,9 | 12,052 | 1,0 | 27,877 | 1,9 | 62,5 | 131,3 |
| M | Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares | 218 | 12,9 | 234 | 11,8 | 10,054 | 0,9 | 11,672 | 0,8 | 7,3 | 16,1 |
| N | Atividades administrativas e dos serviços de apoio | 225 | 13,3 | 333 | 16,8 | 5,614 | 0,5 | 10,665 | 0,7 | 48,0 | 90,0 |
| P | Educação | 93 | 5,5 | 96 | 4,9 | 2,803 | 0,2 | 3,036 | 0,2 | 3,2 | 8,3 |
| Q | Atividades de saúde humana e apoio social | 152 | 9,0 | 169 | 8,5 | 3,419 | 0,3 | 5,229 | 0,4 | 11,2 | 52,9 |
| R | Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas | 80 | 4,7 | 101 | 5,1 | 1,920 | 0,2 | 7,820 | 0,5 | 26,3 | 307,2 |
| S | Outras atividades de serviços | 76 | 4,5 | 104 | 5,3 | 0,926 | 0,1 | 1,908 | 0,1 | 36,8 | 106,1 |

(a) Dado confidencial

## Rendimento

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, a evolução do ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem em Alcochete foi marcada por quatro períodos distintos (Figura 16). Entre 2011 e 2012, o ganho médio mensal em Alcochete aumenta para os 1.883€, atingido um valor muito superior ao praticado na AML (1.392,8€). No período entre 2012 e 2014, evidencia-se a diminuição progressiva deste indicador, atingindo o seu mínimo nesta última data (1.439,6€) e aproximando-se da realidade da AML (1.378,3€). A tendência inverteu-se nos anos subsequentes, alcançando em 2017 um valor na ordem 2.330€, distanciando-se a passos largos dos valores praticados na AML (1.410,5€), cujos valores sofreram ténues variações. Entre 2017 e 2018, observa-se, novamente, a diminuição deste indicador, atingindo um valor de 2.153,3€ (2018), ainda assim bastante distante do verificado na AML (1.440,1€).

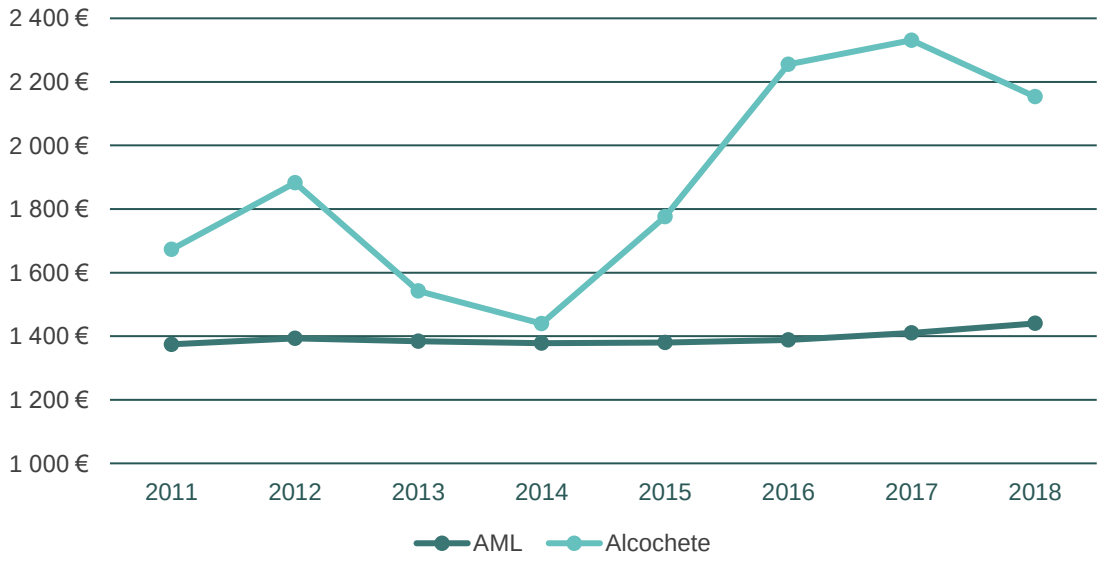



**Figura 16. Ganho médio mensal (€) dos trabalhadores por conta de outrem, entre 2011-2018**

Fonte: INE, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal (anual)

Já no que diz respeito ao rendimento bruto declarado, deduzido do IRS liquidado, verifica-se que o rendimento bruto declarado por habitante em 2018 (11.182€) era ligeiramente inferior ao registado na AML (11.688€), porém superior ao registado a nível nacional (9.280€). Ao analisar o rendimento bruto declarado por agregado fiscal, depreende-se que, para o mesmo período, os valores registados eram consideravelmente superiores (24.141€) quando comparados com as unidades territoriais superiores.

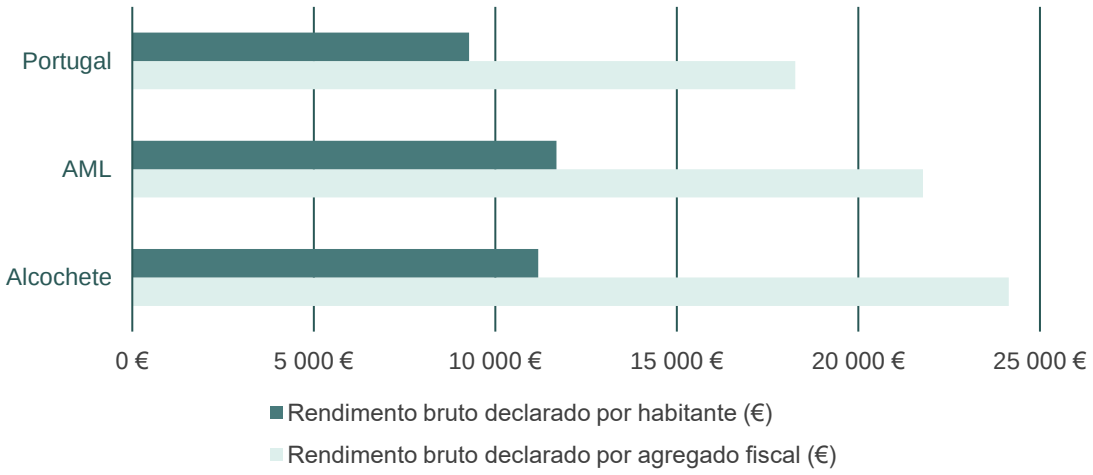



**Figura 17. Rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por habitante e agregado fiscal, 2018**

Fonte: INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação do Ministério das Finanças (anual)

Não menos importante é a análise do indicador poder de compra[13] *per capita* no concelho, indicador este que mede a qualidade de vida da população residente. Em 2017, os dados disponibilizados pelo INE revelaram que o poder de compra *per capita* em Alcochete (118,7) e na AML (124,1) eram **superiores à média nacional** (100), como ilustra a figura seguinte.

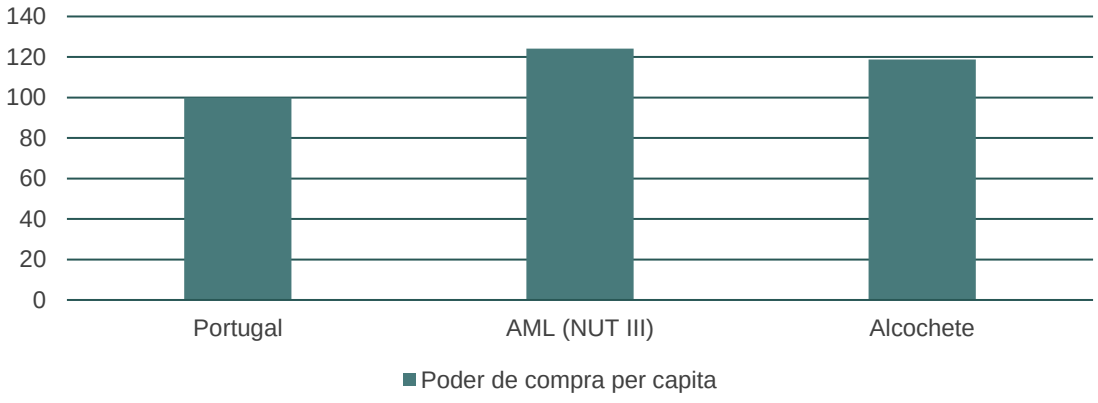



**Figura 18. Poder de compra per capita, em 2017**

Fonte: INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio (bienal)

[13] Neste indicador o valor 100 corresponde à média do país, sendo comparado o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões.

### 2.1.5. Perfil de escolaridade da população e indicadores educacionais

A população do concelho de Alcochete apresenta um perfil de escolaridade aproximado ao da região metropolitana, que é, no contexto nacional, relativamente qualificado. Para além desta evidência, os dados últimos comparativos disponíveis (censos de 2001 e 2011) permitem ainda perceber que houve uma **tendência de aumento dos níveis de escolaridade da população**, generalizada à população nacional, mas que é, em Alcochete, particularmente acentuada.

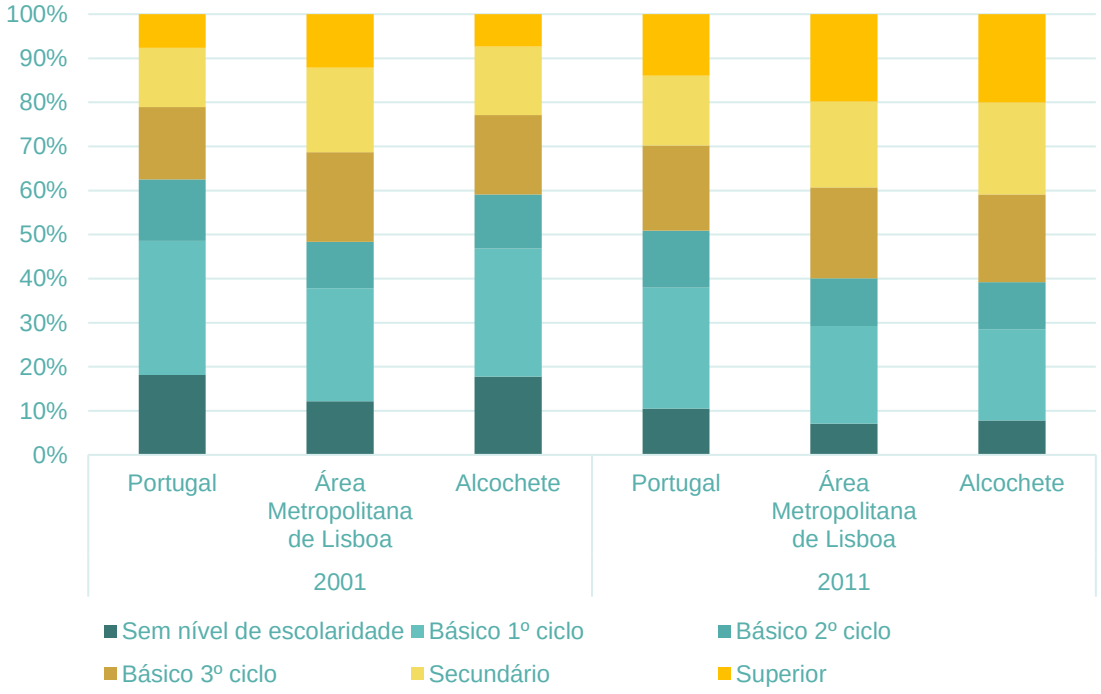



**Figura 19. População residente com 15 e mais anos segundo o nível de escolaridade completo atingido, em 2001 e 2011**

Fonte: INE, Censos 2011 e 2001.

Influenciado pelas dinâmicas de atração de nova população residente, Alcochete é um dos municípios da região onde a **redução da população sem qualquer nível de ensino**, entre 2001 e 2011, foi mais expressiva. Por outro lado, é evidente o aumento da proporção de população com maiores níveis de ensino, em especial dos mais jovens. Não obstante estas melhorias, a taxa de analfabetismo no Concelho, que sofreu um decréscimo de 6,2% entre 2001 e 2011, muito superior ao observado na região e ao nível nacional, era, nesta última data, ainda de 3,9%, superior à registada na AML (3,2%).

**Tabela 16. Taxa de analfabetismo (%), em 2001 e 2011**

Fonte: INE

| | Taxa de Analfabetismo | | Variação 2001-2011 |
|---|---|---|---|
| | 2001 | 2011 | |
| | % | % | % |
| Portugal | 9,0 | 5,2 | -42,2 |
| AML | 5,7 | 3,2 | -43,9 |
| Alcochete (concelho) | 10,1 | 3,9 | -64,4 |
| Alcochete (freguesia) | 9,7 | 3,9 | -59,8 |
| Samouco | 8,3 | 3,4 | -59,0 |
| São Francisco | 17,7 | 4,8 | -72,9 |

Complementarmente é possível analisar as taxas brutas de escolarização, indicadores que exprime a relação entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo.

Assim, no que respeita à taxa da pré-escolarização, existiu, no Concelho, um **aumento muito expressivo de frequência da educação pré-escolar** (Figura 20). Este aumento, embora siga a tendência apresenta pela AML e por Portugal, foi muito mais marcado em Alcochete, que passou de uma taxa de pré-escolarização de 78,8%, no ano letivo de 2011/2012, inferior à registada na AML e no País, para 99,8% no ano letivo de 2018/2019, superando estas escalas de referência.

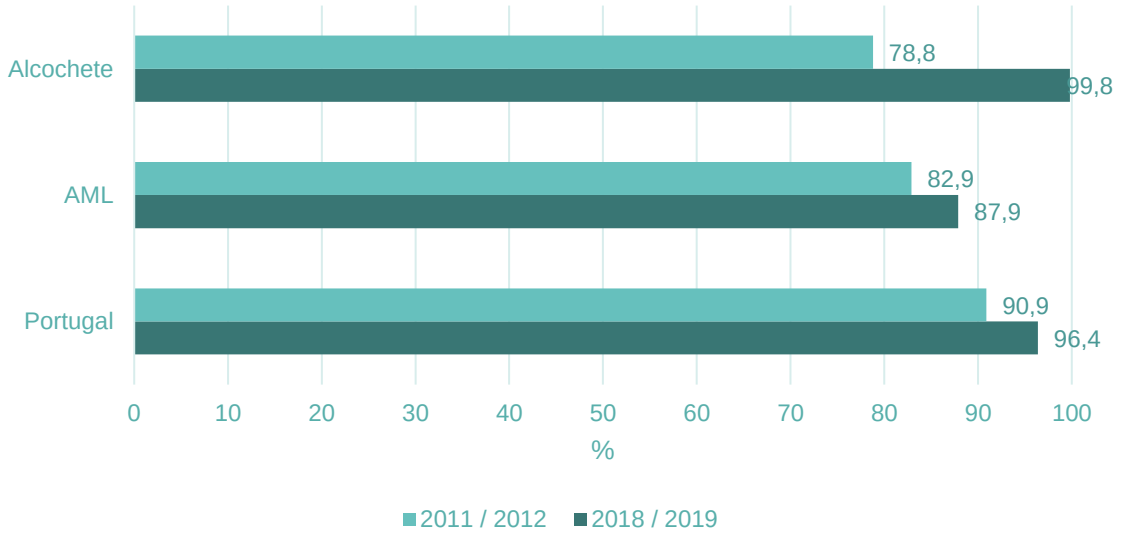



**Figura 20. Taxa bruta de pré-escolarização (%), nos anos letivos 2011/2012 e 2018/2019**

Fonte: DGEEC

No que toca à taxa bruta de escolarização no ensino básico e secundário, de modo geral, verifica-se uma **diminuição ligeira das taxas brutas de escolarização no ensino básico e secundário** entre o ano letivo de 2011/2012 e de 2017/2018 (Figura 21). Esta evolução acompanha a tendência da AML e de Portugal, que, para os mesmos anos, apresenta decréscimos mais expressivos, tanto no ensino básico, como no ensino secundário.

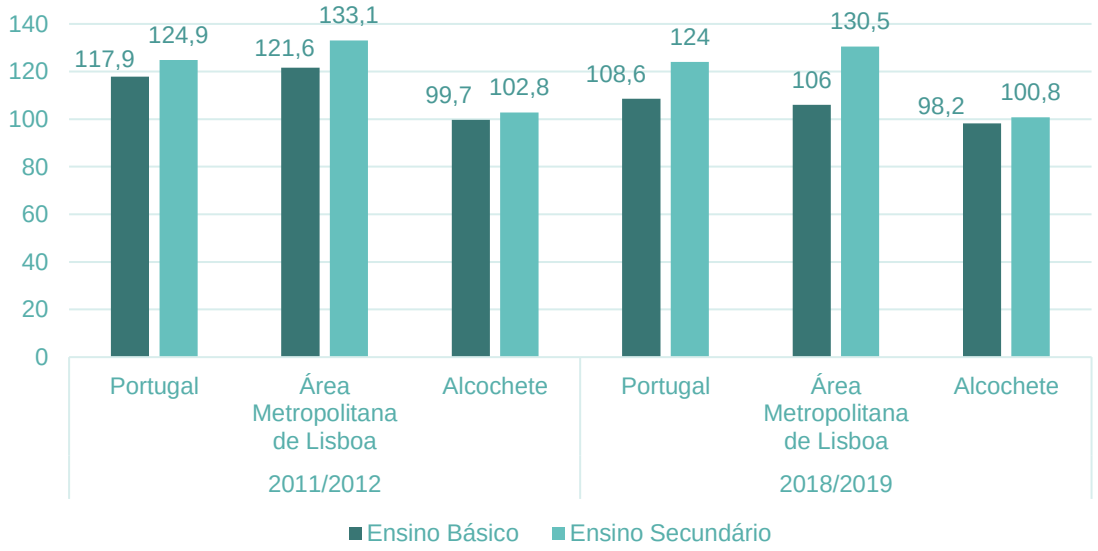



**Figura 21. Taxas brutas de escolarização no ensino básico e secundário (%), nos anos letivos 2011/2012 e 2018/2019**

Fonte: DGEEC

A **taxa de retenção e desistência** mede a percentagem de alunos que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, em terminado nível de ensino, em relação à totalidade de alunos que iniciaram esse mesmo ensino. Relativamente a este indicador, o Concelho apresenta uma **situação genericamente mais favorável do que a AML** e o País (Figura 22).

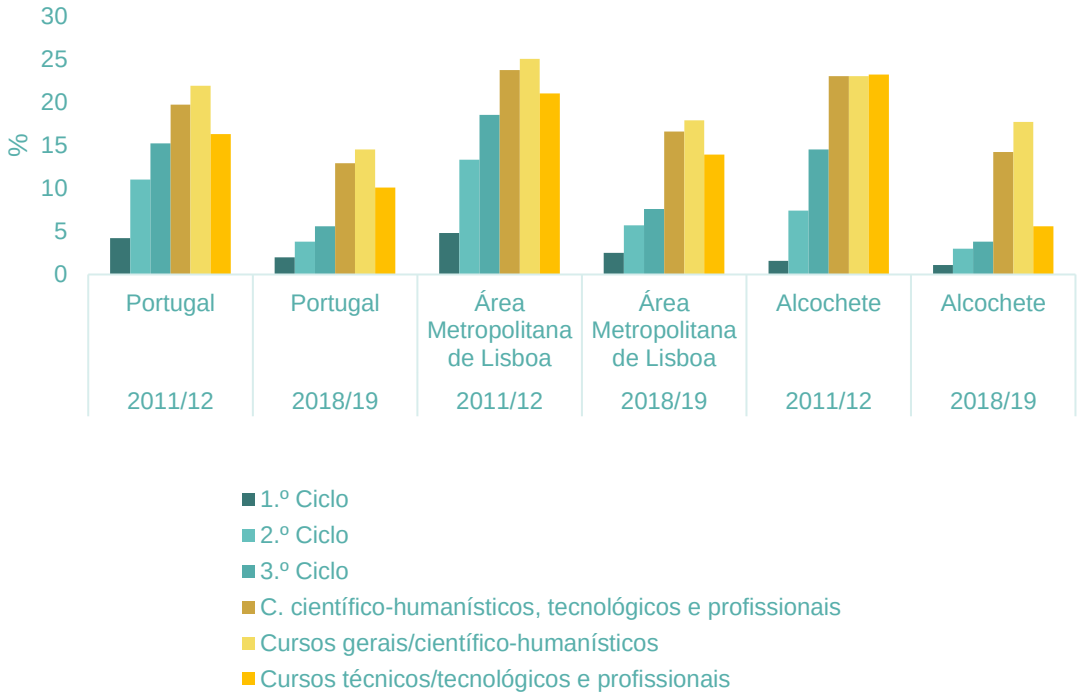



**Figura 22. Taxas de retenção e desistência (%), nos anos letivos 2011/2012 e 2018/2019**

Fonte: DGEEC

Tendo havido melhorias em todos as escalas geográficas analisadas entre os dois anos letivos, as taxas de retenção e desistência para o ensino básico e secundário, no ano letivo de 2018/19, foram mais baixas em Alcochete do que na AML.

Finalmente, no que diz respeito aos resultados académicos (Tabela 17), de acordo com os dados da Equipa de Avaliação Interna do AEA, relativos aos anos letivos 2018-2019 e 2019-2020, registou-te uma **evolução positiva destes nos resultados escolar**, isto é, nas percentagens de sucesso (conclusão), e uma diminuição nas percentagens de insucesso (não conclusão). Para a totalidade das tipologias de ensino da Escola Secundária de Alcochete[14], registou-se uma subida nas percentagens de alunos que concluíram com sucesso os estudos, passando de 58% no ano escolar 2018-2019 para 62,4% no ano escolar 2019-2020, a par de uma descida da taxa de insucesso de 42% (2018-2019) para 32,8%[15].

[14] Ensino Básico (3ºCiclo); Ensino Secundário (Cursos Científico-Humanísticos); Ensino Secundário (Cursos Profissionais); Ensino Recorrente (REC); Ensino Noturno (Educação e Formação de Adultos, EFA).

[15] Infoescolas - Estatísticas do Ensino Básico e Secundário (mec.pt).

**Tabela 17. Resultados académicos (%) no ano letivo 2018-2019 e 2019-2020**

Fonte: AEA, Projeto de Intervenção 2021-2025,

| Tipologia de Ensino | | Ano Escolar 2018-2019 | Ano Escolar 2019-2020 (matriculados) |
|---|---|---|---|
| 1º CEB | Sucesso (Transição) | 97.9 | 99.6 |
| | Insucesso (Não Transição) | 2.1 | 0.4 |
| | Sucesso de Qualidade – Português (Menções Bom e/ou Muito Bom) | 68.8 | 70.9 |
| | Sucesso de Qualidade – Matemática (Menções Bom e/ou Muito Bom) | 70.9 | 73.3 |
| | Sucesso Pleno (Sem menções insuficientes) | 94.8 | 96.5 |
| 2ºCEB | Sucesso (Transição) | 97 | 99.8 |
| | Insucesso (Não Transição) | 3 | 0.2 |
| | Sucesso de Qualidade (Média global > 3,4) | Sem dados | 51.2 |
| | Sucesso Pleno (Inexistência de níveis inferiores a 3) | 78 | 92.7 |
| 3ºCEB | Sucesso (Transição) | 96.4 | 99.9 |
| | Insucesso (Não Transição) | 3.6 | 0.1 |
| | Sucesso de Qualidade (Média global > 3,4) | Sem dados | 35.6 |
| | Sucesso Pleno (Inexistência de níveis inferiores a 3) | 63.7 | 78.3 |
| Ensino Secundário – Cursos Científico-Humanísticos | Sucesso (Transição/Conclusão) | 85.3 | 94.1 |
| | Insucesso (Não Transição/Não Conclusão) | 14.7 | 5.9 |
| | Sucesso de Qualidade (Média global > 13,4) | 54.2 | 65.4 |
| | Sucesso Pleno (Inexistência de níveis inferiores a 10) | 63.3 | 82 |
| Ensino Secundário – Cursos Profissionais | Sucesso (Conclusão) | 85 | 76.7 |
| | Insucesso (Não Conclusão) | 15 | 23.3 |
| Ensino Noturno | Sucesso (Conclusão) | 58 | 62.4 |
| | Insucesso (Não Conclusão) | 42 | 32.8 |
| Ensino Recorrente | Sucesso (Conclusão) | 84.8 | 55.1 |
| | Insucesso (Não Conclusão) | 15.2 | 44.9 |

De acordo com o Projeto de Intervenção do AEA para o quadriénio 2021-2025, esta evolução positiva reconfirmou-se também em 2020 no âmbito do Ensino Superior Púbico, sendo que este é “apresentado como o ano com maior número de candidaturas num total de 166 alunos, dos quais 130 obtiveram colocação”. De acordo com o AEA, não apenas se vem assistindo a um **aumento no número de candidaturas e acessos ao Ensino Superior**, como também, e não menos importante, a um **aumento das expetativas da população estudantil relativamente ao prosseguimento de estudos**.

Todavia, contrapondo a esta realidade, regista-se uma evolução negativa no que se refere às percentagens de sucesso e insucesso nos Cursos Profissionais e no Ensino Recorrente do Ensino Secundário.

## 2.2. Sistema educativo e competências municipais em matéria de educação

### 2.2.1. Sistema educativo em Portugal

Em Portugal, a **educação é um direito consagrado na Constituição Portuguesa**, aprovada em 1976. O artigo 43.º decreta a liberdade de aprender e ensinar, enquanto os artigos 73.º a 77.º garantem o direito à educação, entendido como um direito cultural. Estes princípios foram basilares para a elaboração da Lei de Bases do Sistema Educativo[16], aprovada em 1986 e alterada em 1997, 2005 e 2009, que estabelece o quadro geral do sistema educativo, incluindo a definição dos princípios gerais, organização do sistema educativo e recursos.

Atualmente, o **ensino público é gratuito e universal a partir dos 4 anos de idade**, incluindo a etapa final do pré-escolar. A escolaridade obrigatória tem a duração de 12 anos, iniciando-se aos 6 anos de idade e terminando aos 18 anos ou com a conclusão do ensino secundário.

O sistema educativo português encontra-se estruturado em:

- **Educação pré-escolar**, destinado a crianças desde os 3 anos de idade até à entrada no ensino básico, cuja frequência é opcional (CITE 0[17]);
- **Ensino básico**, destinado a crianças dos 6 aos 15 anos de idade, com caráter universal, obrigatório e gratuito (CITE 1 e 2). O ensino básico compreende 3 ciclos sequenciais, que seguem um currículo geral e comum, com uma duração total de 9 anos de escolaridade:
    - 1.º ciclo (CITE 1): compreende os 4 primeiros anos (1.º ao 4.º ano);
    - 2.º ciclo (CITE 1) compreende os 2 anos seguintes (5.º e 6.º anos);
    - 3.º ciclo (CITE 2) compreende os 3 últimos anos (7.º ao 9.º ano).

[16] Lei 46/86, de 14 de outubro, na sua redação atual.

[17] De acordo com o Manual para utilização da Classificação Internacional Tipo da Educação 2011, do Instituto de Estatísticas da UNESCO: "A Classificação Internacional Tipo da Educação (CITE) é uma estrutura para a recolha, compilação e análise das estatísticas sobre educação comparáveis internacionalmente. A CITE integra a Família das Classificações Económicas e Sociais Internacionais das Nações Unidas e é a classificação de referência que permite organizar os programas educativos e as correspondentes qualificações por níveis e áreas de educação. Desenvolvida pela primeira vez em meados da década de setenta pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a CITE foi revista duas vezes - mais recentemente em 2011. A CITE é produto de um acordo internacional e foi adotada formalmente pela Conferência Geral dos Estados Membros da UNESCO".

- **Ensino secundário** (CITE 3), destinado a jovens dos 15 aos 18 anos de idade, compreende 3 anos de escolaridade (10º ao 12º ano). No início do ensino secundário os alunos realizam escolhas vocacionais. A oferta deste nível de escolaridade encontra-se organizada em diferentes modalidades, podendo os alunos optar por frequentar:

  a) cursos científico-humanísticos;

  b) cursos profissionais;

  c) outras ofertas de educação e formação, designadamente cursos artísticos especializados, cursos com planos próprios (cursos científico-tecnológicos,) e cursos de ensino e formação de jovens.

- **Ensino pós-secundário não superior** (CITE 4), destinado a maiores de 18 anos, com a escolaridade obrigatória completa. É ministrado através de Cursos de Especialização Tecnológica (CET), que normalmente têm a duração de 1 ano e permitem uma formação técnica altamente qualificada, vocacionada para a inserção no mundo do trabalho ou prosseguimento dos estudos de nível superior.

- **Ensino superior** (CITE 5 – 8), encontra-se estruturado segundo os princípios de Bolonha e é constituído pelo ensino universitário e pelo ensino politécnico.

- **Educação e Formação de Adultos**, inclui uma oferta diversificada em função das finalidades, níveis e públicos-alvo específicos. Inclui cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), formação modelar certificada e processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), adquiridas ao longo da vida.

A Figura 23 apresenta esquematicamente o sistema de ensino em Portugal, identificando as diferentes ofertas existentes assim como as principais articulações estabelecidas.

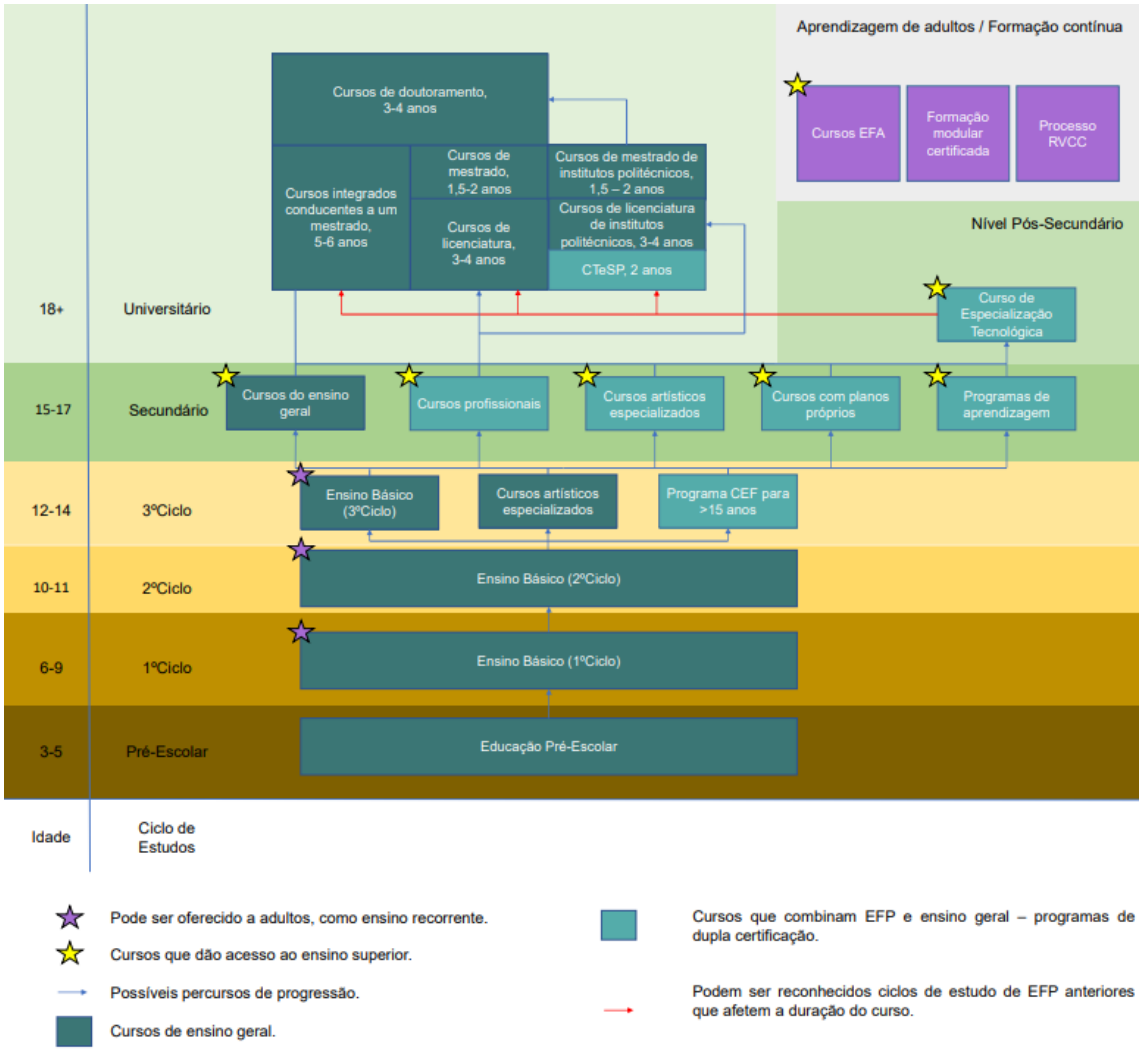



**Figura 23. Sistema de educação e formação em Portugal**

Fonte: SPI, adaptado de CEDEFOP, 2021 (EFP em destaque, Portugal)

A definição, coordenação, execução e avaliação da política de educação nacional, integrando a educação pré-escolar, o ensino básico, o ensino secundário e a educação extraescolar, é responsabilidade do ME. Esta entidade governamental é igualmente responsável pela articulação da política de educação com as políticas de qualificação e formação profissional. Já o Ensino Superior encontra-se na esfera do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), enquanto o Ensino e Formação Profissional e a Educação de Adultos têm dupla tutela do ME e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).

Os Agrupamentos de Escolas constituem unidades orgânicas de ensino da rede pública do ME, com órgãos próprios de administração e gestão, constituídas por estabelecimentos de ensino de um ou mais níveis/ciclos de ensino, incluindo o pré-escolar, que partilham um projeto pedagógico comum.

Os agrupamentos de escola gozam de alguma autonomia, nomeadamente ao nível pedagógico e na gestão dos horários letivos e do pessoal não docente[18]. Com a publicação do DL n.º 55/2018, de 6 de julho, diploma que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens, os agrupamentos passaram também a gozar de alguma autonomia na gestão curricular.

A rede escolar em Portugal integra ainda escolas não agrupadas, que excecionalmente podem não integrar um agrupamento ou agregação. São estas as escolas integradas nos territórios educativos de intervenção prioritária; as escolas profissionais públicas; as escolas de ensino artístico; as escolas que prestem serviços educativos permanentes em estabelecimentos prisionais; e as escolas com contrato de autonomia.

Numa publicação sobre as características-chave do sistema de ensino nacional[19], a Eurydice, uma rede europeia do Programa Erasmus+ dedicada ao estudo e divulgação dos sistemas educativos europeus, resume os principais progressos e desafios nacionais em termos de educação. Como aspetos mais positivos é destacada a capacidade revelada por Portugal em garantir o acesso universal à educação e a redução do abandono escolar, atingindo as metas definidas pela UE e qualificação do sucesso educativo, assim como a significativa melhoria do desempenho dos alunos portugueses nos testes comparativos internacionais. Como constrangimentos existentes salienta a subsistência de taxas de retenção elevadas e associadas a contextos socioeconómicos desfavorecidos e um défice estrutural de qualificações da população adulta.

[18] O Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. sendo o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

[19] "National Education Systems – Portugal", Publicado no site do Eurydice: https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice.

### 2.2.2. Competências municipais em matéria de Educação

A **Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto** estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. A educação, a que este diploma legal dedica o artigo 11º, é um dos domínios/áreas de atuação incluído no novo quadro de competências das autarquias.

O **Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro**, retificado pela Declaração de Retificação n.º 10/2019, de 25 de março, e alterado pelo artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 29 de junho, pelo artigo 422. º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, e pelo Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da educação, ensino e formação profissional.

Deste modo, em matéria de educação, passa a ser competência do Município participar no **planeamento, na gestão e na realização de investimentos**, nomeadamente:

- Elaboração da carta educativa;
- Elaboração do plano de transportes escolares;
- Construção, requalificação e modernização de edifícios escolares, em execução do planeamento definido pela carta educativa respetiva;
- Aquisição de equipamento de edifício escolar, designadamente a aquisição de equipamento básico, mobiliário, material didático e equipamentos desportivos, laboratoriais, musicais e tecnológicos utilizados para a realização das atividades educativas;
- Realização de intervenções de conservação, manutenção e pequena reparação em estabelecimentos da educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo a manutenção dos espaços exteriores incluídos nos perímetros dos estabelecimentos da educação;
- Desenvolvimento da ação social escolar, nas suas diferentes modalidades;
- Gestão do fornecimento de refeições em refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (que poderá ser assegurado por outras entidades certificadas para o efeito, mediante a celebração de contratos, acordos ou protocolos);

- Organização e controlo do funcionamento dos transportes escolares da área de residência dos alunos, nos termos definidos no respetivo plano de transportes intermunicipal;
- Gestão e funcionamento das residências escolares que integram a rede oficial de residências para estudantes;
- Gestão e funcionamento das modalidades de colocação junto de famílias de acolhimento e alojamento facultado por entidades privadas, mediante estabelecimento de acordos de cooperação;
- Promoção e implementação de medidas de apoio à família que garantam a escola a tempo inteiro;
- Recrutamento e seleção do pessoal não docente para exercer funções nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da rede escolar pública do ME;
- Contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos;
- Gestão da utilização dos espaços que integram os estabelecimentos escolares, fora do período das atividades escolares, incluindo atividades de enriquecimento curricular;
- Segurança escolar.

Todas as competências são exercidas pela câmara municipal, com faculdade de delegação no diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

A transferência de competências em matéria de educação implica a transferência para o município da **titularidade dos equipamentos educativos** que integram a rede pública do ME[20], que passará, conforme antes elencado, a ser responsável pela construção, requalificação e modernização da rede de equipamentos escolares, cumprindo o planeamento definido pela carta educativa[21].

[20] Desta transferência de titularidade não incluiria, caso existissem os equipamentos educativos que integram o património próprio da Parque Escolar, E. P. E., e as escolas profissionais agrícolas e de desenvolvimento rural e as escolas profissionais agrícolas que integram a rede pública do Estado.

[21] O ME pode promover a construção, requalificação e modernização de equipamentos escolares cuja oferta de educação e formação abranja, pela sua especificidade, uma área territorial supramunicipal, mediante parecer prévio sobre a construção, requalificação ou modernização do edifício escolar em causa a proferir pelas entidades intermunicipais abrangidas na área territorial supramunicipal.

No entanto, estas responsabilidades continuam, transitoriamente, a ser exercidas pelo ME relativamente aos edifícios constantes de um **mapeamento elaborado por aquele Ministério** identificando os edifícios e equipamentos escolares que necessitam de investimentos de construção de novas infraestruturas, bem como de intervenções de requalificação e modernização de grande dimensão. Nestes casos, as responsabilidades de construção, requalificação e modernização de edifícios escolares serão exercidas pelo ME até que seja assegurado o financiamento dessas operações de investimento[22].

### Conselho Municipal de Educação

No processo de transferência de competências para o Município no domínio da educação é igualmente **reafirmada e reforçada a relevância do papel do CME**, enquanto órgão institucional de intervenção e reflexão da comunidade educativa sobre a política educativa local. O CME é, de acordo com o Artigo 55.º, do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro, definido como uma "instância de consulta, que tem por objetivo a nível municipal, analisar e acompanhar o funcionamento do sistema educativo propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo".

Neste diploma legal, a sua composição é alargada com a inclusão de um representante das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, um representante de cada um dos conselhos pedagógicos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas e um representante das instituições do setor social e solidário que desenvolvam atividade na área da educação (no caso de Alcochete, este último integrava já o CME existente).

[22] O financiamento das operações de investimento em edifícios e equipamentos escolares é assegurado pelos departamentos governamentais com competência na matéria, que, em articulação com as comissões de coordenação e desenvolvimento regional, recorrendo preferencialmente a verbas provenientes de fundos europeus estruturais e de investimento, podendo, contudo, recorrer também a dotações consignadas no Orçamento do Estado. Para efeitos de financiamento das operações de investimento em edifícios e equipamentos escolares, os membros do Governo responsáveis pela área da educação, das finanças e das autarquias locais dão, obrigatoriamente, prioridade às seguintes questões:

a) À supressão de carências de oferta educativa, visando assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória;

b) À intervenção em escolas cujo estado de conservação, bem como os indicadores de utilização e conforto sejam inadequados ao desenvolvimento qualitativo dos respetivos projetos educativos;

c) À remoção de materiais potencialmente nocivos à saúde humana presentes nos edifícios;

d) À instalação de equipamentos laboratoriais, desportivos ou outros, inexistentes em escolas em funcionamento;

e) À racionalização da rede educativa.

## 2.3. Carta educativa de 2007 e investimentos municipais em educação

### 2.3.1. Carta educativa de 2007

A Carta Educativa de Alcochete (1ª geração), desenvolvida em 2007, assentava na territorialização das políticas públicas locais de educação numa lógica de 'escola a tempo inteiro'[23], visando articular uma dimensão pedagógica com a dimensão de ordenamento do território. Com base neste pressuposto, a Carta Educativa visava o reordenamento da rede escolar, tendo em vista:

- a sua reconfiguração e adequação à Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), nomeadamente a integração da Educação Pré-Escolar e dos três ciclos de Ensino Básico (à data o ensino obrigatório); e,
- a compatibilização da oferta/procura de equipamentos de Educação (Educação Pré-Escolar) e Ensino (Ensino Básico e Secundário) existentes e planeados, com a realidade projetada a 10 anos (o ano letivo 2015/2016).

Tendo em conta estes objetivos, a Carta Educativa definia **3 cenários distintos de reconfiguração e reorganização dos territórios educativos**, sustentados pela concretização de um Programa de Intervenção. O primeiro cenário traduzia um território educativo organizado em dois agrupamentos verticais (Pré-escolar ao 9º ano de escolaridade) e uma escola secundária; o Cenário 2 um território educativo organizado num agrupamento vertical (Pré-escolar ao 9º ano de escolaridade) e uma escola secundária, e, por último, o Cenário 3 correspondia a um território educativo organizado num agrupamento vertical, que inclui a escola secundária (Pré-escolar ao 12º ano de escolaridade).

Ainda em 2007, foi adotado o modelo de organização proposto no Cenário 2, tendo sido criado o Agrupamento Vertical de Escolas de Alcochete, que resultou da fusão do Agrupamento Horizontal de Escolas de Alcochete e da Escola EB 2,3 El-Rei D. Manuel I. Esta última escola tornou-se na escola-sede. Quatro anos mais tarde, no ano letivo de 2011/2012, há uma transferência para o Cenário 3 e o Agrupamento de Escolas de Alcochete passa também a integrar a Escola Secundária de Alcochete, tornando-se esta, então, na escola-sede do Agrupamento.

[23] Decorrente do Despacho 12591/2006, de 16 de junho.

O programa de intervenção proposto na Carta Educativa de 2007 contemplava um conjunto de **8 projetos estruturantes**, que visavam a criação e/ou requalificação de estabelecimentos de ensino, e **4 projetos complementares**, centrados na requalificação de espaços exteriores de algumas das escolas do concelho.

Os projetos estruturantes, um dos quais com alternativa com base nos diferentes cenários (projetos n.º 5 e n.º 6), eram os seguintes:

- A requalificação e ampliação da EB1 n°1 de Alcochete (Monte Novo);
- A requalificação e ampliação da EB1 n°2 de Alcochete (Valbom), prevendo a alteração de tipologia para EB1/JI;
- A requalificação e ampliação da EB1/JI da Restauração;
- A construção da EB1/JI em Alcochete;
- A requalificação e ampliação da EB23 El-Rei D. Manuel I e da EB1/JI da Restauração, prevendo, no âmbito do Cenário 1 a organização do território educativo em dois Agrupamentos verticais e uma escola secundária;
- A requalificação e ampliação da EB23 El-Rei D. Manuel I e da EB1/JI da Restauração, prevendo, no âmbito do Cenário 2 a organização do território educativo em um Agrupamento vertical e uma escola secundária;
- Construção de EB1/JI em S. Francisco;
- Construção de EB1/JI em Samouco;
- Construção da Escola Básica Integrada com JI.

No que diz respeito aos projetos complementares, estes correspondiam a intervenções nos espaços exteriores, nomeadamente de espaços de recreio existentes e à criação de novos espaços nos estabelecimentos de educação da EB1/JI da Restauração, EB1/JI do Passil, JI de Samouco e EB1 do Samouco.

### 2.3.2. Investimentos municipais em educação

Nos anos mais recentes o Município tem desenvolvido um relevante esforço de investimento no parque escolar, tendo dado resposta a parte das propostas de intervenção previstas na Carta Educativa de 2007, designadamente no que respeita à oferta do ensino pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB). Estes investimentos garantiram uma resposta que se afigurava urgente às necessidades de ampliação e de requalificação a oferta pública do pré-escolar e do 1º CEB, que se encontram hoje mitigadas.

No período de vigência desta Carta Educativa, destaca-se, em termos de grandes investimentos na rede escolar, a **criação do Centro Escolar de São Francisco, inaugurado em janeiro de 2012**. Este novo equipamento escolar veio concentrar nas mesmas instalações a oferta do 1º Ciclo de Ensino Básico e do Ensino Pré-escolar, que até então acontecia em edifícios distintos. Surgiu em resposta ao forte crescimento da população residente na freguesia, no entanto, a intensidade deste crescimento superou o inicialmente previsto e, em 2019, houve necessidade de o ampliar, tendo o Centro Escolar de São Francisco recebido obras de ampliação e melhoria, que possibilitaram a abertura de duas novas salas para o 1º ciclo, para além do que estava previsto na Carta Educativa.

Anteriormente, tinha já sido construído o **Jardim de Infância de Samouco**, inaugurado no ano letivo de 2003/2004, substituindo a oferta provisória que funcionava em duas salas adaptadas da Junta de Freguesia do Samouco. O novo espaço, construído de raiz para este fim, ampliou a oferta existente para 4 salas e garantiu, à data, os espaços complementares de recreio e de apoio adequados.

**Figura 24. JI do Samouco e EB n.º 1 de Alcochete (Monte Novo)**

Fonte: AEA

A Tabela 17 sistematiza os investimentos municipais em educação entre 2017 e 2021, por natureza e tipo de investimento. Alguns dos investimentos foram financiados pelo Portugal 2020. Em termos de intervenção na beneficiação e ampliação da oferta do pré-escolar e do 1º ciclo, destacam-se:

- Em 2018, a requalificação da **EB/JI do Passil** e a ampliação e requalificação da **EB/JI da Restauração** (tendo a execução desta última intervenção sido estendida ao ano seguinte);
- Em 2019, além da já mencionada ampliação do **Centro Escolar de São Francisco**, o Município promoveu igualmente a ampliação e requalificação da **EB/JI da Restauração** (possibilitando a criação de 3 salas de aula e de 1 sala de apoio, assim como a requalificação do espaço exterior para recreio), a beneficiação do **JI do Samouco**, a requalificação da **EB/JI do Monte Novo** (EB1 nº 1 de Alcochete), e a construção de escola provisória no Valbom;
- Em 2020, foram concretizadas as obras de requalificação e ampliação da **EB/JI do Valbom** (EB1 nº 2 de Alcochete), traduzindo-se num investimento de mais de 2,5 milhões de euros, que possibilitou a criação de duas novas salas de JI (permitindo que a escola passasse também a dispor de ensino pré-escolar, oferta inexistente até ao ano letivo de 2020/2021) e de 3 salas de 1º Ciclo, assim como a criação de um refeitório com cozinha, de uma sala polivalente, de uma sala de AAAF e de uma biblioteca e videoteca. Neste ano, foi igualmente criada uma escola provisória no Samouco;
- Atualmente, está em curso a requalificação e ampliação da **EB1 do Samouco**, uma obra com um custo estimado que supera um milhão de euros, e que deverá possibilitar requalificar o espaço existente, criar 2 novas salas de aula (ficando com um total de 6 salas), a ampliar os espaços de apoio (cantina, espaços de arrumação, biblioteca, sala para componente de apoio à família e sala de professores), assim como a requalificação do espaço de recreio. Em setembro de 2021 foi concluída a segunda fase da intervenção na **EB/JI do Monte Novo** (EB1 nº 1 de Alcochete), dando continuidade à intervenção de 2019, que se traduziu na ampliação do topo noroeste do edifício existente, na criação de uma sala polivalente/refeitório com capacidade para 85 crianças e de vários espaços de apoio, assim como na requalificação do espaço de recreio e do polidesportivo.

A par dos investimentos nos espaços, físicos têm igualmente vindo a ser realizados investimentos complementares, como seja no mobiliário, climatização e extintores, rubricas de despesa que assumiram particular relevância no ano de 2018, ou em material informático, despesa que no ano de 2020, em consequência das exigências decorrentes da pandemia, incluiu quase 8 mil euros com computadores e routers para alunos prioritários.

**Tabela 17. Investimentos em educação no concelho de Alcochete entre 2017 e 2021, segundo a natureza da despesa**

Fonte: CMA, DIS-SE, 2021

| Tipo de investimento | Ano | | | | | Total do período |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| Requalificação da EB/JI do Passil | 0,00 € | 105 008,64 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 105 008,64 € |
| Ampliação e requalificação da EB/JI da Restauração | 0,00 € | 534 071,29 € | 74 433,88 € | 0,00 € | 0,00 € | 608 505,17 € |
| Ampliação do CESF | 0,00 € | 0,00 € | 74 877,22 € | 0,00 € | 0,00 € | 74 877,22 € |
| Melhoria no JI Samouco | 0,00 € | 0,00 € | 35 637,34 € | 0,00 € | 0,00 € | 35 637,34 € |
| Requalificação da EB/JI do Monte Novo | 0,00 € | 0,00 € | 183 767,20 € | 0,00 € | 0,00 € | 183 767,20 € |
| Construção de escola provisória no Valbom | 0,00 € | 0,00 € | 157 881,95 € | 0,00 € | 0,00 € | 157 881,95 € |
| Construção de escola provisória no Samouco | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 146 222,06 € | 0,00 € | 146 222,06 € |
| Requalificação e ampliação da EB/JI do Valbom | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 2 571 779,77 € | 0,00 € | 2 571 779,77 € |
| Requalificação e ampliação da EB1 do Samouco | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 1 134 706,22 € | 1 134 706,22 € |
| Ampliação da EB/JI do Monte Novo | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 502 872,99 € | 502 872,99 € |
| Total de investimento em espaços físicos | 0,00 € | 639 079,93 € | 526 597,59 € | 2 718 001,83 € | 1 637 579,21 € | 5 521 258,56 € |
| Mobiliário, climatização e extintores | 7 761,04 € | 90 843,65 € | 21 761,21 € | 29 210,70 € | 6 766,69 € | 156 343,29 € |
| Material informático | 0,00 € | 8 971,72 € | 7 772,81 € | 15 404,94 € | 0,00 € | 32 149,47 € |
| Palamenta e equipamentos cozinha | 3 893,11 € | 10 165,54 € | 6 668,65 € | 7 074,26 € | 375,97 € | 28 177,53 € |
| Outras despesas[24] | 0,00 € | 0,00 € | 1 600,00 € | 4 052,01 € | 12 438,40 € | 18 090,41 € |
| Total de investimento em educação | 11 654,15 € | 749 060,84 € | 564 400,26 € | 2 773 743,74 € | 1 657 160,27 € | 5 756 019,26 € |

[24] Inclui o aluguer de instalações desportivas (Vulcanense FC) para os alunos da escola de Valbom, em 2019 e 2020, a instalação de uma webcam no AEA, em 2020, o transporte dos alunos da escola do Monte Novo para a escola provisória (2021), e os custos associados à plataforma SIGA, em 2021.

## 2.4. Rede escolar e dinâmicas de educação e ensino

### 2.4.1. Análise global da rede escolar no Município

#### Número e distribuição dos estabelecimentos de ensino

No ano letivo de 2020/2021, a rede escolar do município de Alcochete abrangia um total de **15 estabelecimentos escolares** (Figura 26). Esta é maioritariamente pública (9 escolas), embora abarque igualmente oferta privada, designadamente um total de cinco estabelecimentos privados independentes, assim como uma escola, propriedade de uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), pertencente à rede solidária (privado dependente do Estado).

**Figura 25. Centro Escolar de S. Francisco e EB23 El-Rei D. Manuel I**

Fonte: AEA, SPI

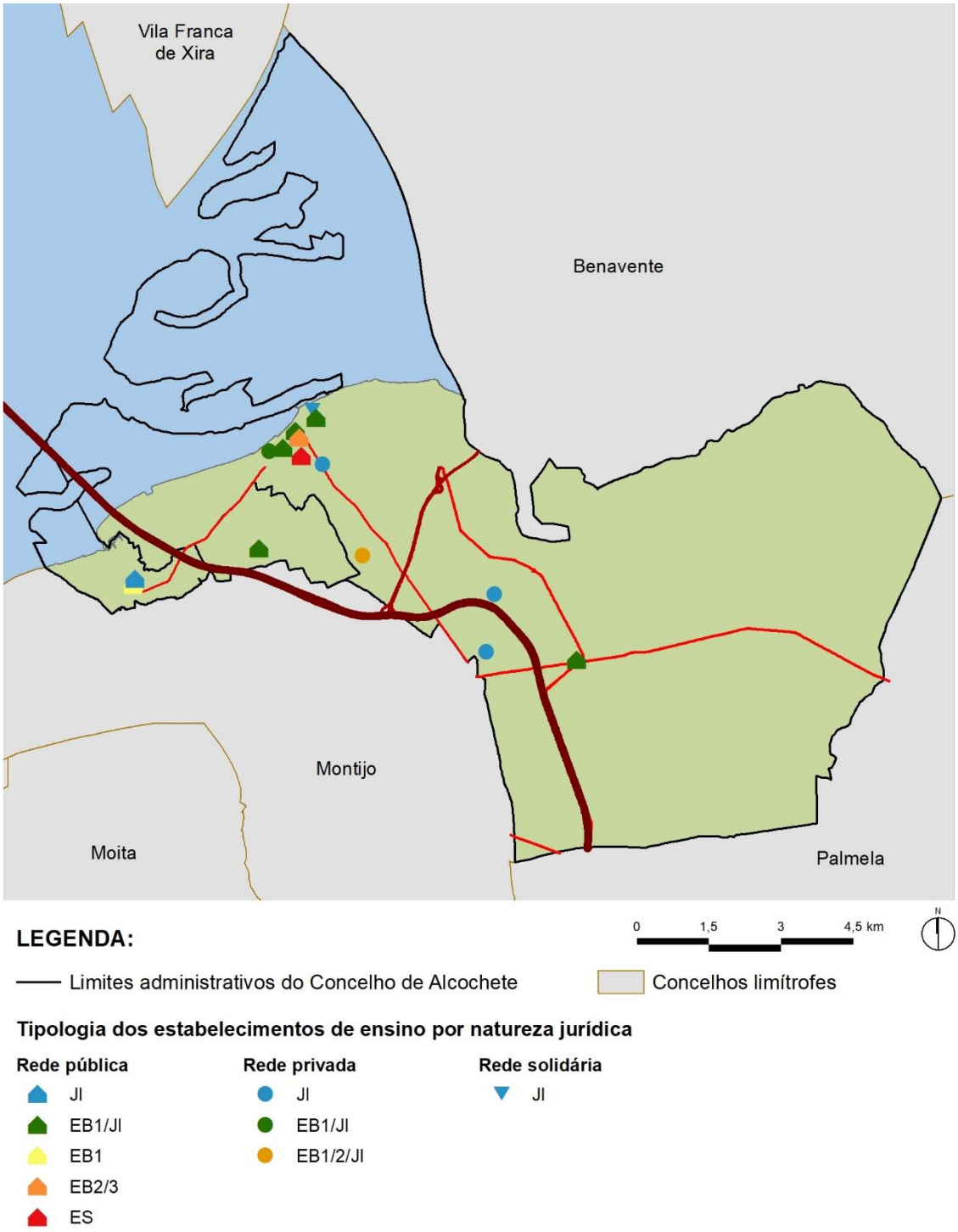



**Figura 26. Estabelecimentos escolares, segundo a natureza institucional e o nível de escolaridade, 2020-2021**

Fonte: CMA, 2021

Embora presente nas três freguesias do Concelho, a oferta escolar concentra-se predominantemente na freguesia de Alcochete e, dentro desta, na sede de concelho. Todavia,

considerando o conjunto da oferta educativa, observa-se a presença de estabelecimentos de ensino em 7 lugares do concelho (Tabela 18).

**Tabela 18. Estabelecimentos de ensino por natureza institucional e localização, em 2020/22021**

Fonte: CMA, 2021

| Localização | Rede pública | Rede solidária | Rede privada | Total |
|---|---|---|---|---|
| | Nº | Nº | Nº | Nº |
| Freguesia de Alcochete | 6 | 1 | 5 | 12 |
| Alcochete | 5 | 1 | 2 | 8 |
| Fonte da Senhora | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Passil | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Pinhal do Concelho | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Sítio da Lagoa Cheia | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Freguesia do Samouco | 2 | 0 | 0 | 2 |
| Samouco | 2 | 0 | 0 | 2 |
| Freguesia de São Francisco | 1 | 0 | 0 | 1 |
| São Francisco | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Concelho | 9 | 1 | 5 | 15 |

A oferta de ensino no Concelho **abrange a todos os níveis de ensino da escolaridade obrigatória**, incluindo a educação pré-escolar, os três ciclos do ensino básico e o ensino secundário. No presente, não existem estabelecimentos de ensino superior no Concelho.

**Tabela 19. Estabelecimentos de ensino por natureza institucional, por nível de ensino e localização (freguesia), em 2020/21**

Fonte: CMA, 2021

| Nível de ensino | Alcochete | Samouco | São Francisco | Total |
|---|---|---|---|---|
| | Nº | Nº | Nº | Nº |
| Rede pública | 6 | 2 | 1 | 9 |
| Pré-escolar | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Pré-escolar e 1º CEB | 4 | 0 | 1 | 5 |
| 1º CEB | 0 | 1 | 0 | 1 |
| 2º e 3º CEB | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Secundário | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Rede solidária | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-escolar | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Rede privada | 5 | 0 | 0 | 5 |
| Pré-escolar | 3 | 0 | 0 | 3 |
| Pré-escolar e 1º CEB | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Pré-escolar, 1º e 2º CEB | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Total de estabelecimentos | 12 | 2 | 1 | 15 |

A rede de escolas públicas no Concelho, tal como consta do Anexo I do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro, é constituída por **um único agrupamento de escolas**, o Agrupamento de Escolas de Alcochete (AEA), com sede na Escola Secundária de Alcochete. Este Agrupamento engloba 9 estabelecimentos de ensino, que entre si abarcam os diversos níveis de ensino presentes (pré-escolar até ao ensino secundário). Deste modo, todo o território municipal fica abrangido por num único território educativo.

O ensino pré-escolar e o ensino básico do 1º ciclo são oferecidos em 6 escolas públicas, e encontram-se presentes nas três freguesias do Concelho. A oferta pública ao nível do pré-escolar é complementada por um equipamento escolar pertencente a uma IPSS, a Fundação João Gonçalves Júnior (FJGJ), com contrato celebrado com o Estado para a criação de oferta pública de ensino (privado dependente do Estado), assim como por cinco estabelecimentos privados independentes. Um destes estabelecimentos escolares privados garante uma oferta educativa até ao 1º ciclo do ensino básico e outro até ao 2º ciclo.

Já a oferta pública ao nível do ensino básico do 2º e 3º ciclos, garantida por uma escola, assim como do ensino secundário, lecionada noutro estabelecimento, encontra-se concentrada na vila de Alcochete. Uma das escolas privadas leciona também o 2º ciclo.

Existe ainda no concelho uma cooperativa com ensino especial, a Cooperativa de Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Montijo e Alcochete (CERCIMA). Existe igualmente uma

oferta de creches e de Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL) garantida quer pelas escolas da rede privada e solidária, quer por outras entidades outras exclusivamente centradas nestas valências (Tabela 20).

No total do Concelho, de acordo com a informação disponibilizada na Carta Social, a valência de creche é disponibilizada em 8 equipamentos, 6 dos quais privados e 2 pertencentes à rede solidária. Em conjunto estas entidades possuem capacidade para acolher 368 crianças (231 em creches privadas e 137 em creches propriedade de IPSS). A taxa de ocupação total e em qualquer das redes ronda os 80%.

**Tabela 20. Creches e Centro de Atividades de Tempos Livres em Alcochete, ano letivo 2020-2021**

Fonte: Carta Social; CMA

| | Creche | | CATL | |
|---|---|---|---|---|
| | Capaciadade | Utentes | Capaciadade | Utentes |
| Colégio Quinta do Concelho* | 38 | 31 | 20 | 18 |
| Refúgio dos Fidalguinhos | 38 | 32 | - | - |
| Colégio Planeta Brilhante | 42 | 25 | 15 | 0 |
| Colégio da Alameda | 38 | 31 | - | - |
| Procenter | - | - | 40 | 40 |
| Os pequenos mestres | - | - | 40 | 38 |
| Colégio Penas Real | 42 | 37 | - | - |
| Creche O Mundo das Cores | 33 | 29 | - | - |
| ABC Kids Center – ATL e Centro de Estudos* | - | - | 80 | 50 |
| Rede privada | 231 | 185 | 195 | 146 |
| JI da FJGJ | 104 | 79 | 68 | 16 |
| CENSA – Centro Social São Brás do Samouco | 33 | 33 | 25 | 20 |
| Rede solidária | 137 | 112 | 93 | 36 |
| Total | 368 | 297 | 288 | 182 |

* A informação diz respeito a 2019/2020.

Quanto aos CATL, a Carta Social identifica um total de 7 equipamentos que integram esta resposta social, 2 dos quais pertencentes à rede solidária. Os CATL possuem uma capacidade total de 288 crianças, prestando resposta 182. A taxa de ocupação é de 75% na rede privada e de 39% na rede solidária.

## Caraterização física

Tal como analisado no capítulo anterior, dedicado ao balanço e avaliação da implementação da Carta Educativa (subcapítulo 2.3.2.), nos últimos anos a **rede escolar pública tem vindo a ser requalificada e ampliada**, concentrando-se estes investimentos, sobretudo, nas escolas do pré-escolar e 1º CEB. Os investimentos já realizados ou em curso, que abrangeram algumas das

escolas datadas de meados do século passado ainda em atividade, como a EB nº 1 de Alcochete, datada dos anos 50, ou a EB1 do Samouco, datada de 1949 e atualmente em requalificação e ampliação, ofereceram uma resposta às necessidades mais urgentes de intervenção dos JI e escolas do 1º CEB.

Assim, entre as escolas públicas do pré-escolar e 1º CEB, as **necessidades de intervenção que persistem encontram-se, sobretudo, no JI do Samouco**, onde existem problemas de conservação que abrangem o interior do edifício, os espaços de recreio e campo de jogos e o mobiliário, equipamentos e infraestruturas das salas, na **EB1 do Passil**, também uma das escolas mais antigas do Concelho, assim como **na EB1 da Restauração**, a primeira das escolas da rede pública a receber obras de requalificação e ampliação. Estas escolas classificam o seu estado geral de conservação como razoável.

**Tabela 21. Caraterização geral dos edifícios dos estabelecimentos de ensino de Alcochete, ano letivo 2020-2021**

Fonte: Escolas, fichas de caraterização; CMA

| Estabelecimento escolar | Natureza | Ano de construção | Estado geral de conservação | Acessibilidade universal | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Acessos | Sanitários adaptados |
| EB n.º 1 de Alcochete | Pública | Anos 50 | Bom | Sim | Sim |
| EB n.º 2 de Alcochete | Pública | 1982 | Bom | Sim | Sim |
| EB1 da Restauração | Pública | 1997 | Razoável | Sim | Sim |
| EB1 de Passil | Pública | 1961 | Razoável | Não | Não |
| JI do Samouco | Pública | 2003 | Razoável | Sim | Sim |
| EB1 do Samouco | Pública | 1949 | Em obra | Sim | Sim |
| EB de São Francisco | Pública | 2012 | Bom | Sim | Sim |
| EB23 El-Rei D. Manuel I | Pública | 1984 | Razoável | Sim | Sim |
| Escola Secundária de Alcochete | Pública | 2004 | Razoável | Sim | Sim |
| Colégio da Alameda | Privada | SI | SI | SI | SI |
| Colégio Quinta do Concelho | Privada | 2009 | Bom | Sim | Sim |
| Colégio Penas Real | Privada | 2008 | Bom | Sim | Sim |
| Colégio Planeta Brilhante | Privada | 2016 | Bom | Sim | Sim |
| Refúgio dos Fidalguinhos | Privada | 2016* | SI | SI | SI |
| JI da FJGJ | IPSS | 1976 | Razoável | Não | Sim |

SI = Sem Informação
* Diz respeito ao polo criado em Alcochete. A entidade foi criada em 2006, no Barreiro, onde se mantem a sede.

**Figura 27. EB1 do Passil e EB1 da Restauração**

Fonte: AEA, CMA

Os restantes estabelecimentos públicos de ensino pré-escolar e de 1º CEB classificam o seu estado geral de conservação de bom. Entre os estabelecimentos privados para os quais foi possível recolher esta informação, três classificam de bom o seu estado geral de conservação, enquanto o restante, o único da rede solidária, o classifica de razoável.

Nas duas escolas públicas que ministram os níveis de ensino mais elevados (a EB23 El-Rei D. Manuel I e a Escola Secundária de Alcochete) o estado geral de conservação foi igualmente classificado de razoável. Não obstante, tendo presente o reconhecimento efetuado no local no âmbito dos trabalhos de revisão da Carta Educativa, destaca-se a **urgência de intervenção na EB 23 El-Rei D. Manuel I.** Acrescente-se que este último estabelecimento de ensino integra o mapeamento, desenvolvido pelo ME, de equipamentos escolares que necessitam de investimentos de construção de novas infraestruturas, bem como de intervenções de requalificação e modernização de grande dimensão, mencionado no capítulo 2.2.2.

Datado de 1984, este equipamento, que chegou a ser também escola secundária, foi, ao longo dos anos, alvo de diversas adaptações e melhorias, em parte em função das necessidades da sua população estudantil. As mais recentes intervenções incluíram a remoção dos telhados de fibrocimento, a renovação da instalação elétrica dos espaços exteriores e a substituição das janelas exteriores dos blocos A, B, C e D, com colocação de proteção térmica e solar. No entanto, a par da necessidade urgente de ampliação, a escola apresenta necessidades gerais e urgentes de requalificação, designadamente ao nível das salas de aula, que se apresentam em mau estado de conservação e que possuem significativas insuficiências em termos de conforto térmico, mobiliário e equipamentos, desadequação dos espaços de práticas experimentais, etc.

Por sua vez, a Escola Secundária de Alcochete foi criada em 2004 para responder à incapacidade de resposta da Escola EB 23 El-Rei D. Manuel I em acolher o elevado número de

alunos, do 5º ao 12º ano, que a frequentava. Surgiu em resultado de uma parceria entre o ME e a CMA, que cedeu o terreno para a sua construção, e é uma escola composta por um edifício de 2 pisos, com cerca de 6 mil m$^2$, dispondo de uma área exterior com cerca de 11 mil m$^2$.

**Figura 28. Escola Secundária de Alcochete**

Fonte: AEA

A generalidade das escolas possui biblioteca e instalações desportivas. A maioria possui igualmente recreios cobertos, que complementam os espaços de recreio a descoberto (Tabela 22).

**Tabela 22. Biblioteca, equipamentos desportivos e recreios nos estabelecimentos de ensino, ano letivo 2020-2021**

Fonte: Escolas, fichas de caraterização; CMA

| Estabelecimento escolar | Biblioteca | Ginásio | Campo de jogos | Recreio coberto | Recreio descoberto |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nº | Nº | Nº | Nº | Nº |
| EB n.º 1 de Alcochete | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| EB n.º 2 de Alcochete | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 |
| EB da Restauração | 1 | 1 | 1 | 0 | 2 |
| EB de Passil | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| JI do Samouco | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| EB1 do Samouco | 0 | 0 | 0* | 1 | 1 |
| EB de São Francisco | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 |
| EB23 El-Rei D. Manuel I | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Esc. Secundária de Alcochete | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Colégio da Alameda | SI | SI | SI | SI | SI |
| Colégio Quinta do Concelho | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Colégio Penas Real | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 |
| Colégio Planeta Brilhante | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 |
| Refúgio dos Fidalguinhos | SI | SI | SI | SI | SI |
| JI da FJGJ | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |

SI = Sem Informação
* Existe um campo de jogos anexo à escola, mas independente.

Os pavilhões desportivos da EB23 El-Rei D. Manuel I e da Escola Secundária de Alcochete correspondem a 2 dos 4 pavilhões desportivos existentes no Concelho. Todas as escolas do 1º CEB possuem pelo menos um campo de jogos (a EB nº 2 de Alcochete possui 2), com exceção da EB1 do Samouco. Esta última escola, todavia, tem uma localização anexa a um campo de jogos, que carece de requalificação. Algumas das escolas do 1º CEB e dos níveis de escolaridade mais avançados possuem ainda ginásios e/ou salas de desporto. Parte destas instalações desportivas, particularmente dos estabelecimentos que apresentam necessidade de beneficiação, necessitam também de intervenção. Existem também necessidades relacionadas com a falta ou desgaste do material desportivo. Uma caraterização mais aprofundada dos equipamentos e instalações desportivas é conduzida na Carta Desportiva de Alcochete.

**Figura 29. Polidesportivo da Escola Secundária e Polidesportivo da EB 23 El-Rei D. Manuel I**

Fonte: SPI, 2021

Nos equipamentos e instalações desportivas das escolas, os alunos têm possibilidade de praticar diversas modalidades, como Badminton, Basquetebol, Boccia, BTT, Futebol, HipHop, Multiatividades, Natação, Ténis de Mesa, Voleibol e Xadrez. O desporto escolar no AEA é assegurado por 11 professores.

Apesar da EB23 El-Rei D. Manuel I e da Escola Secundária possuírem espaços laboratoriais (no primeiro caso, integrados nas salas de aula), estes espaços, em ambos os casos, apresentam fragilidades em termos de estado de conservação, de funcionalidade e adequação às atuais exigências e práticas pedagógicas. Acrescente-se a este propósito que, tal como expresso no Projeto de Intervenção do AEA para o quadriénio 2021-2025, o documento "Síntese da ação Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC)", relativo à ação inspetiva (externa) realizada em 2019, salienta a fragilidade do AEA no "Ensino Experimental das Ciências", apresentando a prática laboratorial e experimental, da Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário, "como um dos pontos de intervenção prioritária na definição de estratégias de planeamento, formação entre pares, trabalho colaborativo, autorregulação, elaboração de horários e na adequação dos processos avaliativos das aprendizagens".

## Alunos

Recorrendo aos dados disponibilizados pela DGEEC[25], é possível analisar a evolução do total de alunos matriculados, nos últimos 10 anos, por natureza institucional dos estabelecimentos de ensino (Figura 30).

[25] Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (mec.pt).

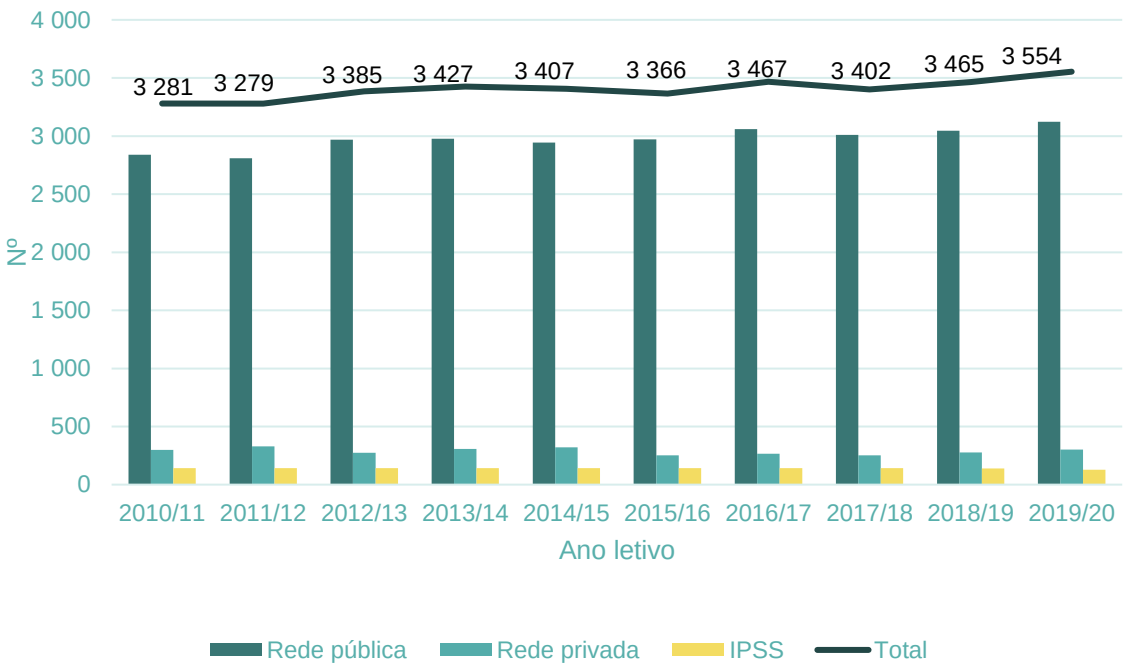



**Figura 30. Número de alunos matriculados, segundo a natureza institucional das escolas, entre os anos letivos 2010-2011 e 2019-2020**

Fonte: DGEEC/MEC

Nota: A rede privada não inclui os dados relativos ao Refúgio dos Fidalguinhos, com sede no Barreiro.

Nos últimos 10 anos, tem-se verificado uma **tendência de aumento do número de alunos matriculados nas escolas do município de Alcochete**, sendo as escolas da rede pública, que são aquelas que acolhem a maioria dos alunos, as principais responsáveis por este aumento. Neste decénio, o número total de alunos matriculados variou entre um mínimo de 3.279, registado no ano letivo de 2011/12, e um máximo de 3.554, no ano letivo de 2019/2020. Considerando apenas os alunos matriculado nos estabelecimentos de ensino da rede pública, os mínimos e máximos são, respetivamente, 2.809 e 3.124 alunos, tendo estes sido registados nos mesmos anos letivos (2011/12 e 2019/202).

Já **o número de alunos matriculados na rede privada independente**, que como vimos anteriormente se concentra no pré-escolar e primeiros ciclos do ensino básico, **não sofreu alterações significativas** entre os momentos inicial e final considerados nesta análise (300 alunos em 2010/11, e 303 em 2019/20). Em termos relativos, observou-se uma ligeira descida da percentagem de alunos matriculados em escolas privadas face ao total de alunos, tendo esta passado de 9,1% para 8,5% (Figura 31). O máximo de alunos inscritos nestes estabelecimentos registou-se em 2011/12 (328 alunos) e o mínimo (252 alunos) em 2015/16 e em 2017/18.

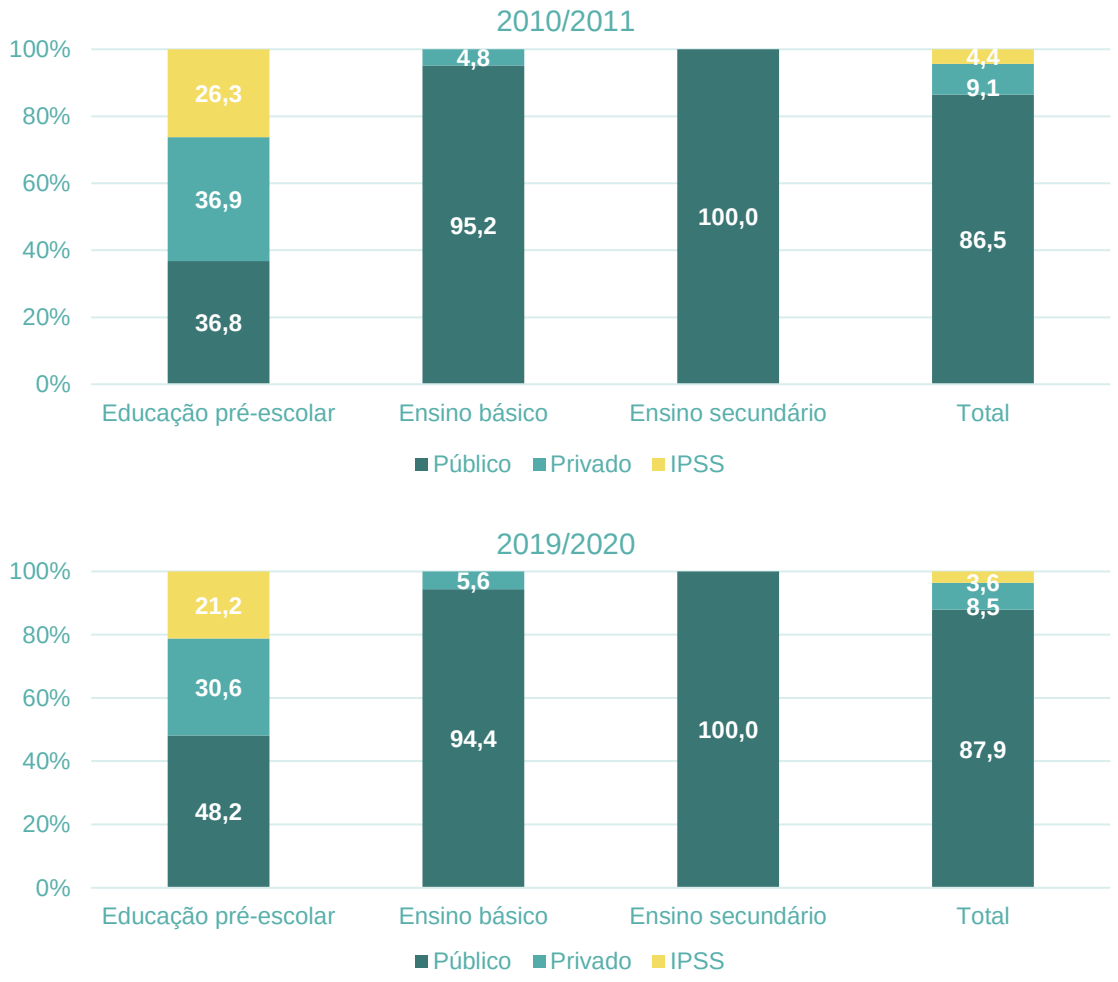



**Figura 31. Distribuição dos alunos matriculados (%), por natureza do estabelecimento e nível de ensino, em 2010/11 e 2019/20**

Fonte: DGEEC/MEC

Nota: A rede privada não inclui os dados relativos ao Refúgio dos Fidalguinhos, com sede no Barreiro.

A **rede solidária**, que em qualquer dos anos letivos acolheu menos de 5% do total de alunos do concelho, mas representa cerca de ¼ dos alunos do pré-escolar, **registou igualmente uma perda de alunos**, tendo em 2019/20, ano em que acolheu apenas 127 alunos, o que representou 3,6% do total de alunos e 21,2% das crianças matriculadas no pré-escolar. No ano letivo de 2010/2011 os alunos do pré-escolar matriculados na rede solidária representavam 26,3% das crianças dessa oferta educativa e 4,4% do total de alunos no Concelho.

A Figura 31, que ilustra o peso de cada setor educativo, considerando a rede pública, privada e solidária, por nível de ensino e no total de alunos, permite ainda perceber que os alunos matriculados na educação pré-escolar são aqueles que, entre os vários níveis de ensino,

registaram uma maior redistribuição, tendo os alunos matriculados na rede pública aumentado a sua representatividade.

Recorrendo às fichas de caraterização dos estabelecimentos de ensino, é possível obter dados mais recentes, para o ano letivo de 2020-2021 (Tabela 23). Restringindo a análise à oferta pública, uma vez que a ausência de respostas de parte das escolas privadas inviabiliza uma análise global dessa oferta, verificamos que o número de alunos matriculados nas escolas de rede pública continua a aumentar.

**Tabela 23. Alunos e turmas da rede escolar pública de Alcochete, por níveis e ciclos de ensino, ano letivo 2020-2021**

Fonte: Escolas, fichas de caraterização (2020/2021); DGEEC/MEC (anos anteriores)

| Nível e ciclo de ensino | Alunos | Turmas | Taxa de variação | |
|---|---|---|---|---|
| | 2020/21 | 2020/21 | 2015/26–2020/21 | 2019/20-2020/21 |
| | Nº | Nº | % | % |
| Pré-escolar | 335 | 14 | 12,4 | 16,3 |
| 1º CEB | 805 | 39 | -3,9 | -0,6 |
| 2º CEB | 431 | 19 | 1,7 | -4,4 |
| 3º CEB | 777 | 34 | 13,8 | 3,3 |
| Secundário* | 1.007 | 40 | 34,1 | -1,3 |
| Rede pública | 3.355 | 146 | 13,7 | 1,0 |

* Considera os alunos e turmas de todas as ofertas educativas presentes na escola. Neste caso as taxas de variação foram calculadas com a informação dada pela escola.

Neste último ano letivo, **o número de alunos da rede escolar pública correspondeu a um total de 3.355 alunos, distribuídos por 146 turmas**, superando os valores de qualquer dos anos da década analisada anteriormente (Figura 30). Este valor representa um acréscimo de alunos, relativamente ao ano anterior, tendo sido particularmente expressivo no pré-escolar, acompanhando o alargamento da universalidade desta oferta. Considerando a variação face ao ano letivo de 2015-2016, é igualmente de salientar o crescimento observado no 3º CEB e no ensino secundário.

A análise por níveis de ensino será aprofundada nos subcapítulos seguintes.

### 2.4.2. Educação pré-escolar

No ano letivo de 2020/21, o ensino pré-escolar no concelho de Alcochete foi oferecido num **total de 12 escolas**, que incluem **6 escolas públicas agrupadas**, e 6 escolas privadas, 5 das quais independentes e 1 da rede solitária (privado dependente do Estado). Estas escolas são as seguintes:

- Escola básica n.º 1 de Alcochete (AEA);
- Escola básica n.º 2 de Alcochete (AEA);
- Escola básica da Restauração (AEA);
- Escola básica de Passil (AEA);
- JI do Samouco (AEA);
- Escola básica de São Francisco (AEA);
- Colégio da Alameda;
- Colégio Quinta do Concelho;
- Colégio Penas Real;
- Colégio Planeta Brilhante;
- Refúgio dos Fidalguinhos;
- JI da Fundação João Gonçalves Júnior (IPSS).

Neste último estabelecimento escolar, o custo de acesso à componente letiva é assegurado pelo ME, sendo a sua frequência gratuita para as famílias, que apenas têm de custear as ofertas e serviços complementares ou prolongamentos de horários, caso destes usufruam.

A educação pré-escolar apresenta uma **maior dispersão geográfica do que os restantes níveis de ensino** (Figura 32). A oferta pública encontra-se representada em todas as freguesias, não obstante existir uma concentração de estabelecimentos, de menor dimensão, na sede de Concelho, onde também se localiza o JI da IPSS. Já a oferta privada, apesar de integralmente localizada na freguesia de Alcochete, distribui-se noutras localidades. Em termos de números de

estabelecimentos, este é o nível de ensino em que a repartição da oferta pelo setor público e privado (considerando quer a oferta empresarial, quer a solidária) é mais equitativa.

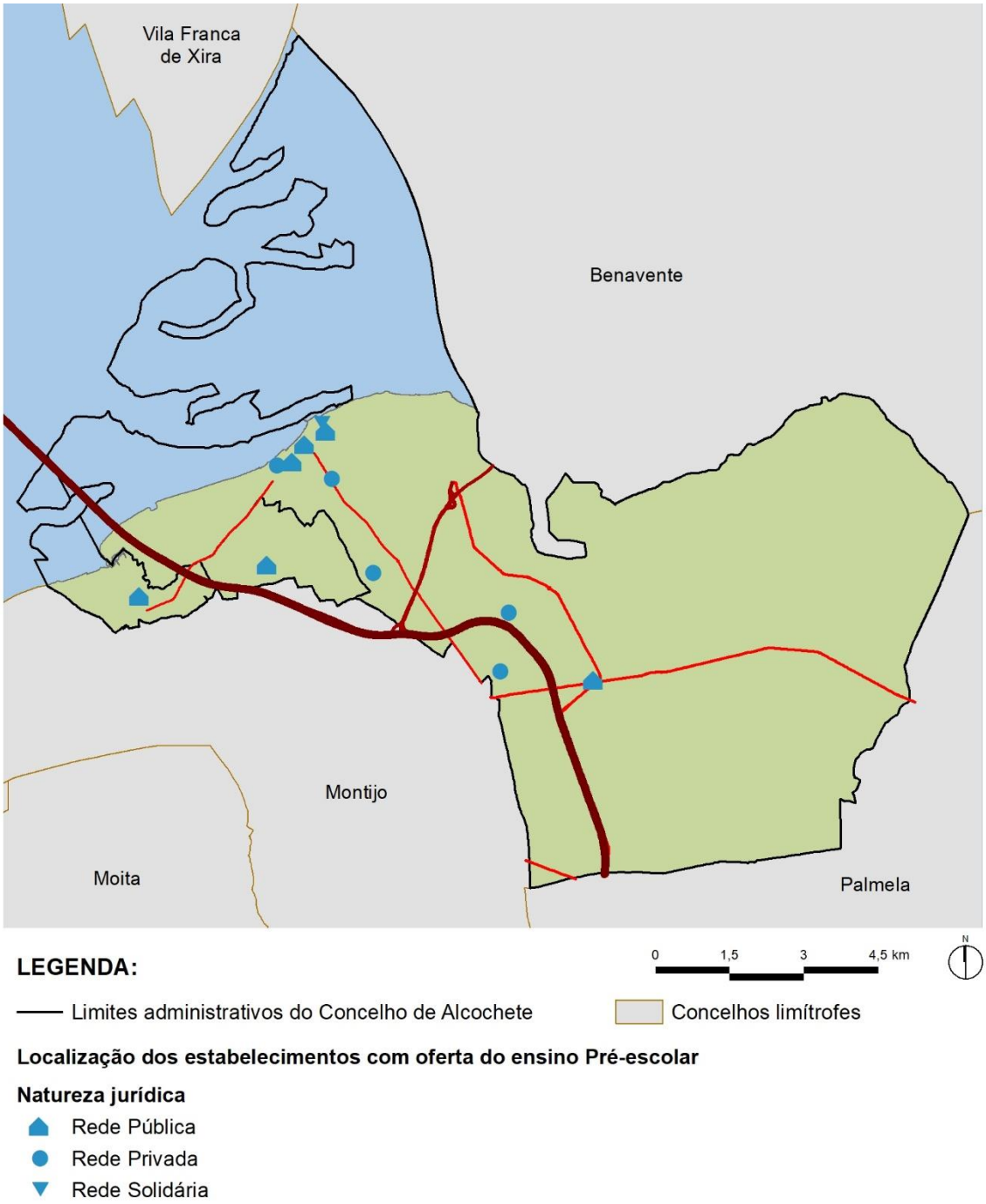



**Figura 32. Estabelecimentos escolares do ensino pré-escolar, segundo a natureza institucional, 2020-2021**

Fonte: CMA, 2021

Em todas as escolas da rede pública, com exceção do JI do Samouco, a oferta do ensino pré-escolar é integrada com o 1º ciclo do ensino básico. Salienta-se ainda que, na EB nº 2 de Alcochete (Valbom), a oferta do ensino pré-escolar é muito recente, tendo surgido apenas no ano letivo de 2020/2021, na sequência de obras de requalificação e ampliação realizada neste estabelecimento, que, além da criação ou requalificação de outros espaços, criaram 2 novas salas especificamente para este nível de ensino.

Por sua vez, entre a oferta privada, considerando quer os privados independentes, quer a IPSS, apenas 2 escolas oferecem a possibilidade de prosseguimento dos estudos na instituição, cobrindo esta oferta, num dos casos, o 1º CEB, e no outro, o 2º CEB. Em contrapartida, todas elas oferecem, complementarmente ao JI, uma resposta ao nível da creche, dirigida a crianças com menos de 3 anos (Tabela 24).

**Tabela 24. Estabelecimentos de ensino de Alcochete com educação pré-escolar, ano letivo 2020-2021**

Fonte: Escolas, fichas de caraterização; CMA

| Estabelecimento escolar | Localização | Natureza | Outras ofertas escolares |
|---|---|---|---|
| EB n.º 1 de Alcochete | Alcochete | Pública | 1º CEB |
| EB n.º 2 de Alcochete | Alcochete | Pública | 1º CEB |
| EB da Restauração | Alcochete | Pública | 1º CEB |
| EB de Passil | Passil | Pública | 1º CEB |
| JI do Samouco | Samouco | Pública | - |
| EB de São Francisco | S. Francisco | Pública | 1º CEB |
| Colégio da Alameda | Fonte da Senhora | Privada | Creche |
| Colégio Quinta do Concelho | Pinhal do Concelho | Privada | Creche |
| Colégio Penas Real | Sítio da Lagoa Cheia | Privada | Creche, 1º e 2º CEB |
| Colégio Planeta Brilhante | Alcochete | Privada | Creche |
| Refúgio dos Fidalguinhos | Alcochete | Privada | Creche, 1º CEB |
| JI da FJGJ | Alcochete | IPSS | Creche |

Recorrendo aos dados disponibilizados pela DGEEC, é possível avaliar a evolução dos alunos matriculados em escolas do pré-escolar da rede pública, privada e solidária, ao longo da última década até ao ano letivo de 2019/20. Em termos gerais, **a procura de ensino pré-escolar aumentou** desde 2010/2011 (544 alunos), até um máximo registado em 2013/2014 (664 alunos), tendo depois diminuído até ao ano letivo de 2017/2018 (542 alunos), para voltar posteriormente a aumentar. Neste período, **a procura pelas escolas públicas tem-se consolidado e alargado**, ganhando maior expressão e, partir de 2012/2013, superando claramente as matrículas em escolas privadas (Figura 33).

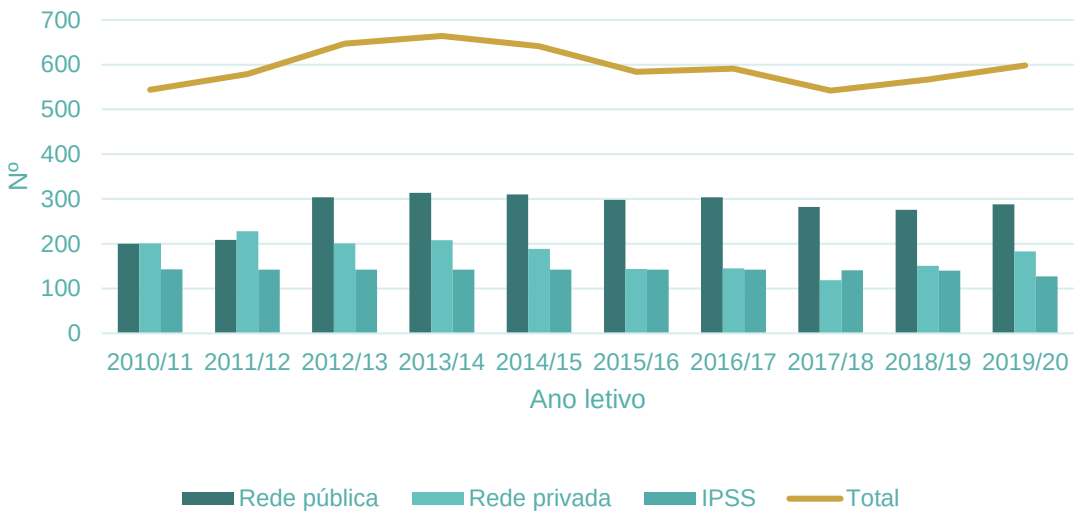



**Figura 33. Número de alunos matriculados no ensino pré-escolar, segundo a natureza institucional das escolas, entre os anos letivos 2010-2011 e 2019-2020**

Fonte: DGEEC/MEC

Nota: A rede privada não inclui os dados relativos ao Refúgio dos Fidalguinhos, com sede no Barreiro.

Com base na informação disponibilizada pelas escolas, é possível perceber que o acréscimo do número de alunos do pré-escolar matriculados nas escolas públicas se manteve. No ano letivo de 2020-2021, estiveram inscritos nestes estabelecimentos da rede pública um total de 335 alunos, repartidos por 14 salas de pré-escolar, o que se traduz numa taxa de variação positiva de 6,3% face ao ano letivo anterior (Tabela 25).

**Tabela 25. Capacidade e ocupação dos estabelecimentos de ensino públicos do pré-escolar, ano letivo 2020-2021**

Fonte: Escolas, fichas de caraterização; CMA; Carta Social

| Estabelecimento escolar | Capacidade (pré-escolar) | Turmas | Alunos | Taxa de variação dos alunos (2019/20 – 2020/21) | Taxa de ocupação |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nº de alunos | Nº | Nº | % | % |
| EB n.º 1 de Alcochete | 25 | 1 | 25 | 0,0 | 100,0 |
| EB n.º 2 de Alcochete* | 50 | 2 | 50 | -* | 100,0 |
| EB1 da Restauração | 50 | 2 | 50 | 0,0 | 100,0 |
| EB1 de Passil | 25 | 1 | 16 | -30,4 | 64,0 |
| JI do Samouco | 100 | 4 | 94 | -1,1 | 94,0 |
| EB1 de São Francisco | 100 | 4 | 100 | 5,3 | 100,0 |
| Rede pré-escolar pública | 350 | 14 | 335 | 6,3 | 95,7 |
| Rede pré-escolar privada | - | - | - | - | - |
| Rede pré-escolar solidária | 142 | - | 106 | -16,5 | 74,6 |

* A oferta de ensino pré-escolar iniciou-se no ano letivo de 2020/2021.

Atendendo a que **a capacidade da rede pública se situa nos 350 alunos**, verificamos ter havido uma taxa de ocupação de 95,7%, **próxima da ocupação plena**. Esta taxa de ocupação apenas foi menos expressiva na EB1 do Passil, uma das escolas de menor dimensão, tanto em capacidade, como em número de alunos, e a única escola pública localizada numa área de caraterísticas menos marcadamente urbanas.

De acrescentar que, apesar de na vila de Alcochete existirem 3 escolas com ensino pré-escolar público, estas são escolas de pequena dimensão, quando comparadas com as escolas únicas das freguesias do Samouco e de S. Francisco, pelo que capacidade da rede pública, ao nível do pré-escolar, possui uma distribuição relativamente equitativa pelas 3 freguesias do concelho.

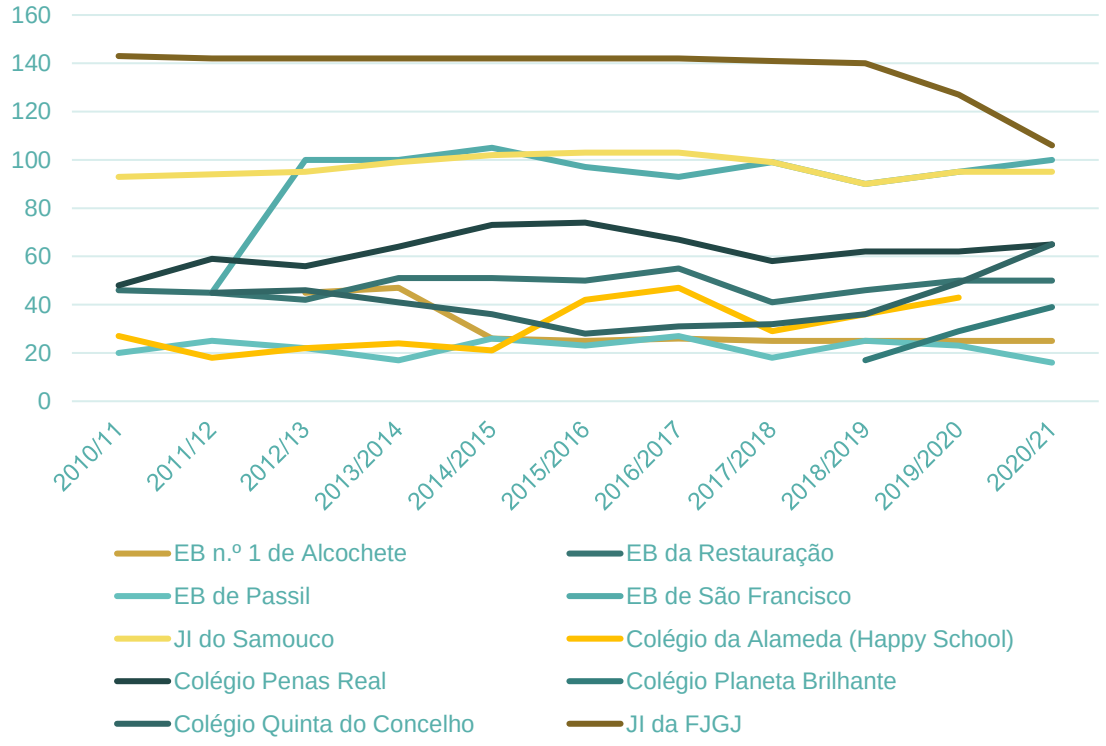



**Figura 34. Evolução do número de alunos matriculados no ensino pré-escolar, por escola, entre os anos letivos 2010-2011 e 2020-2021**

Fonte: DGEEC/MEC; Escolas, fichas de caraterização (2020/21)

Notas: No ano letivo de 2020/21, apenas foi considerada a informação para as escolas que preencheram a ficha de caraterização. Não foi considerada a EB n.º 2 de Alcochete, pois a oferta de ensino pré-escolar apenas se iniciou no ano letivo de 2020/2021. O Colégio da Alameda até 2017/2018 era denominado de Happy School.

Acrescente-se ainda que a única escola da **rede solidária**, que ao longo da última década tem sido aquela que acolheu maior número de crianças, registou uma **quebra significativa no número de alunos matriculados** desde 2019/2020, tendo registado uma quebra de -24,3% no

número de matrículas entre os 2 últimos anos letivos considerados. A sua capacidade é de 142 crianças, pelo que a taxa de ocupação, que até então era de 100% (ou muito próxima deste máximo), para o último ano letivo, situou-se nos 75%.

Uma vez que não foi possível a recolha de informação para todas as escolas privadas, a análise da oferta privada assenta na informação refletida na Figura 33. Nesta década em análise, o número de alunos do ensino pré-escolar matriculados nas escolas privadas registou o seu máximo no ano letivo de 2012/2013, tendo estado em quebra a partir daí até 2017/2018. No ano letivo seguinte e, especialmente, em 2019/2020, observou-se um novo crescimento no total de crianças matriculadas em escolas privadas, mantendo-se, todavia, um distanciamento muito considerável relativamente ao volume de crianças do pré-escolar que frequentam a oferta pública.

Acrescente-se que, de acordo com a informação cedida pelo AEA, à data de 01 de julho de 2022, a **lista de espera para o pré-escolar**, para o ano em 2021/2022, era de 86 crianças, abarcando todos as escolas públicas do concelho. Estas crianças não colocadas encontravam-se em lista de espera nos seguintes estabelecimentos:

- EB1 de S. Francisco: 26 crianças;
- EB Nº 2 de Alcochete: 25 crianças;
- EB1 da Restauração: 19 crianças;
- JI do Samouco: 8 crianças;
- EB Nº 1 de Alcochete: 6 crianças;
- EB1 do Passil: 2 crianças.

Por último, uma análise das origens dos alunos do pré-escolar da rede pública, por estabelecimento de ensino, recorrendo aos dados dos serviços municipais relativos à Ação Social Escolar (ASE), revela que as escolas acolhem alunos de outras localidades, destacando-se as escolas de S. Francisco, do Samouco e do Passil como aquelas que são frequentadas por uma maior proporção de crianças com outros locais de residência (Figura 35). O peso de crianças com residência noutro concelho, principalmente no Montijo, é superior nas localidades mais próximas destas origens (sobretudo EB de S. Francisco e JI do Samouco).

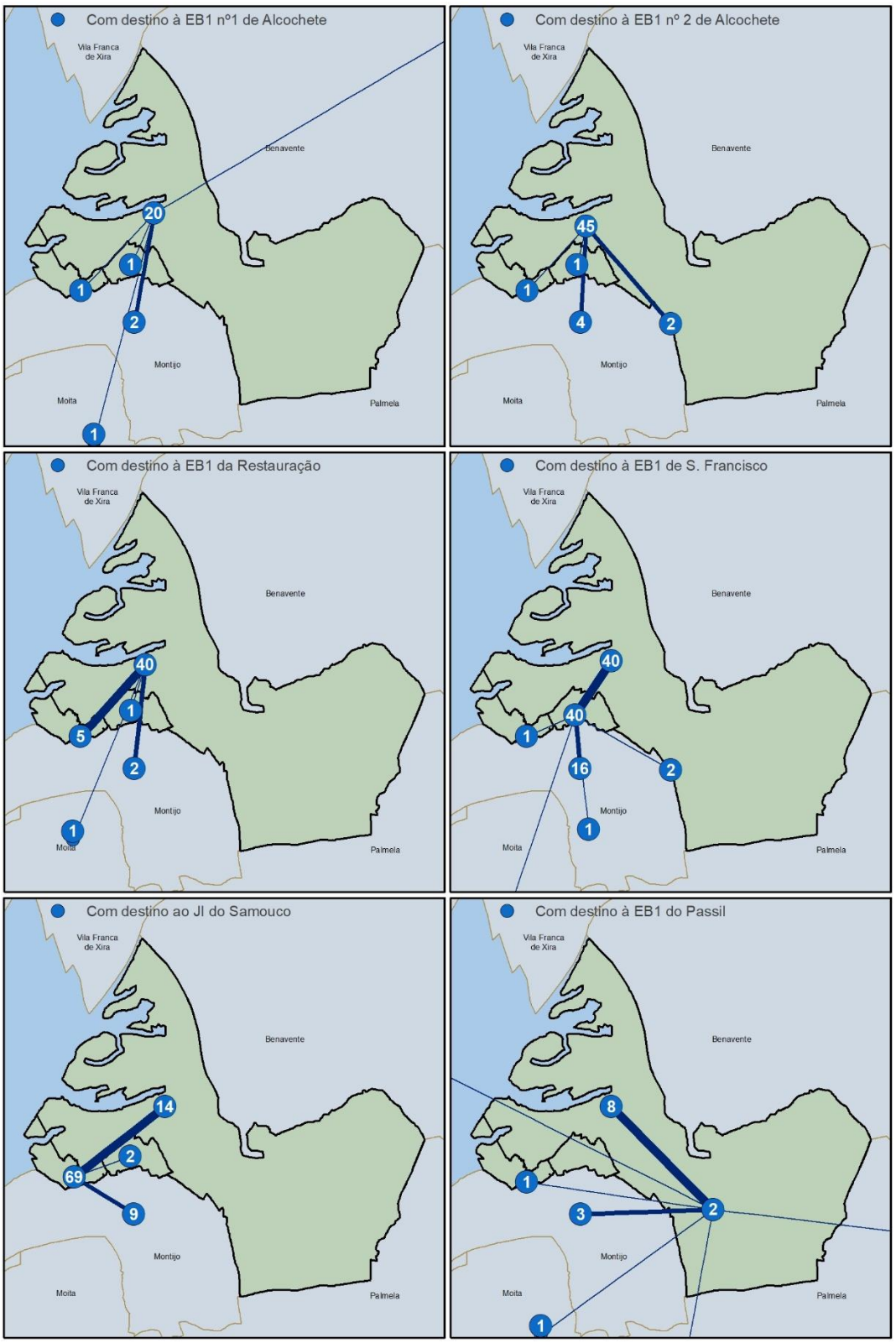



**Figura 35. Origem dos alunos por estabelecimento da rede pública pré-escolar**

Fonte: CMA, 2021

### 2.4.3. 1º Ciclo do ensino básico

O ensino do 1º CEB no concelho de Alcochete foi, no ano letivo de 2020/2021, oferecido num total de **8 escolas, da rede pública e privada** (Figura 36).

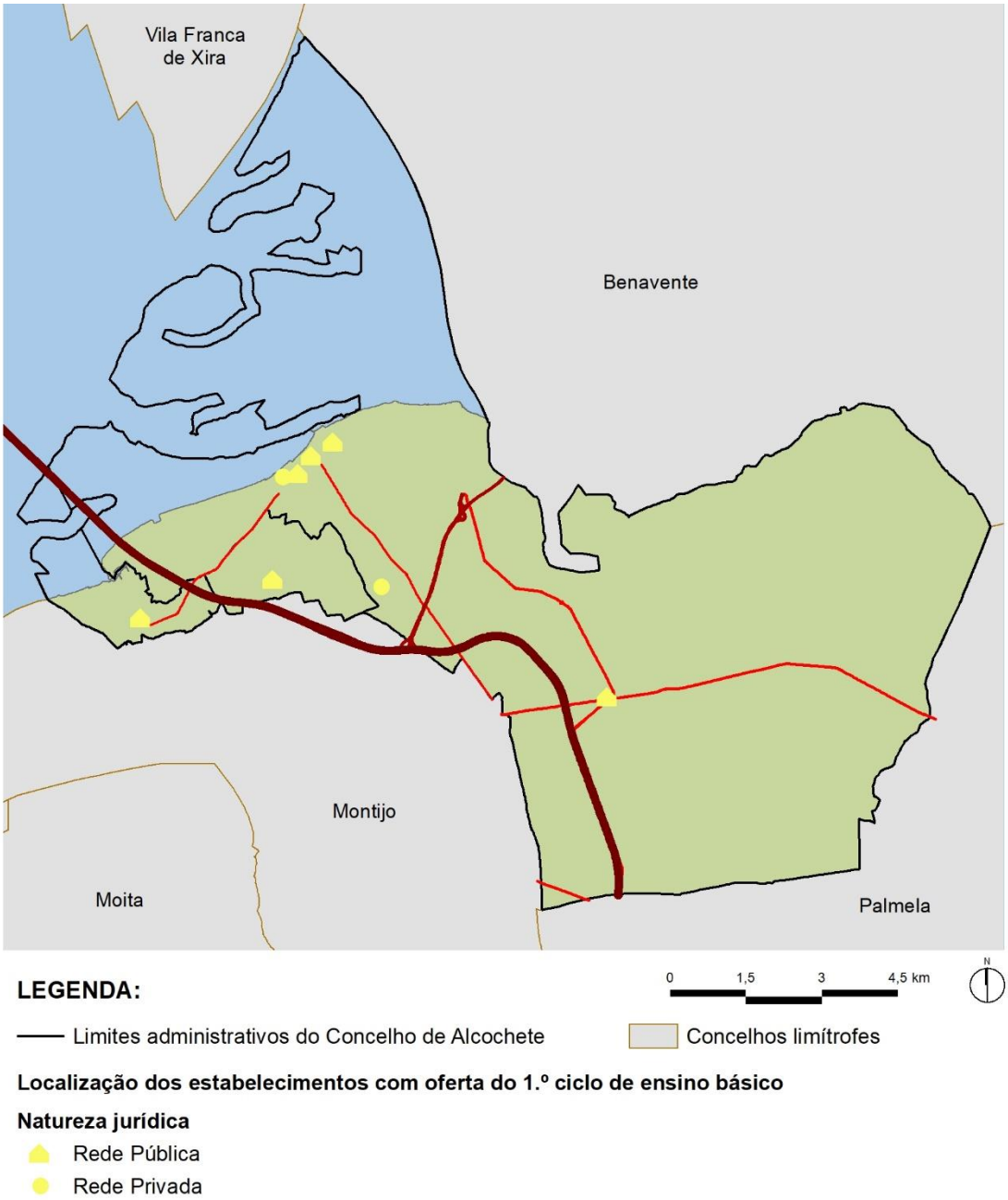



**Figura 36. Estabelecimentos escolares do 1º CEB, segundo a natureza institucional, 2020-2021**

Fonte: CMA, 2021

No ano letivo de 2020/2021, o conjunto das 8 escolas do concelho de Alcochete com 1º CEB, que se lista seguidamente, inclui **6 escolas públicas agrupadas** (5 das quais também com pré-escolar), e 2 escolas privadas independentes (ambas com pré-escolar e uma delas também com 2º CEB):

- Escola básica n.º 1 de Alcochete (AEA);
- Escola básica n. º2 de Alcochete (AEA);
- Escola básica de Passil (AEA);
- Escola básica da Restauração (AEA);
- Escola básica do Samouco (AEA);
- Escola básica de São Francisco (AEA);
- Colégio Penas Real;
- Refúgio dos Fidalguinhos.

À semelhança da educação pré-escolar, também a oferta pública de 1º ciclo está **presente nas três freguesias do Concelho**, embora, nas freguesias do Samouco e de S. Francisco, apenas seja garantida por uma escola da rede pública em cada freguesia (Tabela 26).

**Tabela 26. Estabelecimentos de ensino de Alcochete com educação do 1º CEB, ano letivo 2020-2021**

Fonte: Escolas, fichas de caraterização; CMA

| Estabelecimento escolar | Localização | Natureza | Outras ofertas escolares |
|---|---|---|---|
| EB n.º 1 de Alcochete | Alcochete | Pública | Pré-escolar |
| EB n.º 2 de Alcochete | Alcochete | Pública | Pré-escolar |
| EB da Restauração | Alcochete | Pública | Pré-escolar |
| EB de Passil | Passil | Pública | Pré-escolar |
| EB do Samouco | Samouco | Pública | - |
| EB de São Francisco | S. Francisco | Pública | Pré-escolar |
| Colégio Penas Real | Sítio da Lagoa Cheia | Privada | Creche, pré-escolar e 2º CEB |
| Refúgio dos Fidalguinhos | Alcochete | Privada | Creche, pré-escolar |

O **número de alunos matriculados no 1º CEB**, ao longo do último decénio, tem-se situado, com algumas oscilações, em torno dos **900 alunos**, dirigindo-se a procura predominantemente para a rede pública, que acolhe cerca de 90% dos alunos. No período em análise, o máximo de

alunos (939, dos quais 843 estavam matriculados em escolas públicas) ocorreu no ano letivo de 2017/2018, enquanto o mínimo foi registado no ano letivo de 2011/2012 (884 alunos, dos quais 784 matriculados em escolas públicas) (Figura 37).

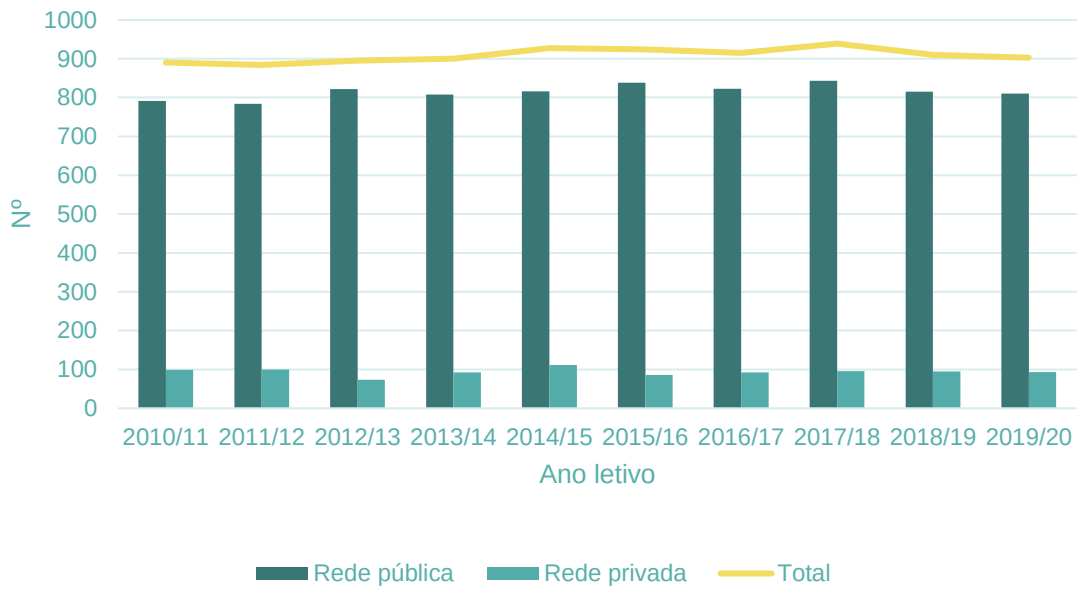



**Figura 37. Número de alunos matriculados no 1º CEB, segundo a natureza institucional das escolas, entre os anos letivos 2010-2011 e 2019-2020**

Fonte: DGEEC/MEC

Nota: A rede privada não inclui os dados relativos ao Refúgio dos Fidalguinhos, com sede no Barreiro.

Atendendo às informações cedidas pelas escolas públicas, no ano letivo de 2020-2021, observou-se um pequeno decréscimo no número de matrículas (-0,6%) relativamente ao ano anterior. Este decréscimo, à semelhança do que se observa no ensino pré-escolar, teve uma maior importância relativa na escola do Passil (-15,6%). Em oposição, a EB nº2 de Alcochete e a escola do Samouco registaram um aumento no número de matrículas.

No ano letivo de 2020-2021, estiveram inscritos nestes estabelecimentos um total de 805 alunos, repartidos por 39 turmas. A **capacidade da rede pública** para este nível de ensino é de **875 crianças**, tendo sido registada uma **taxa de ocupação de 92% no último ano letivo**.

A EB1 do Samouco, contudo, é alvo de forte procura tendo no ano letivo de 2020-2021 acolhido um número de alunos superior, em 14 alunos, à capacidade instalada. Esta situação está prestes a ser resolvida, uma vez que as obras de requalificação e ampliação presentemente em curso deverão elevar a capacidade deste estabelecimento para 150 crianças, ampliando consequentemente a capacidade da rede pública do 1º CEB para 925 alunos.

**Tabela 27. Capacidade e ocupação dos estabelecimentos de ensino públicos de Alcochete com 1º CEB, ano letivo 2020-2021**

Fonte: AEA, fichas de caraterização das escolas; CMA

| Estabelecimento escolar | Capacidade (1º CEB) | Turmas | Alunos | Taxa de variação anual alunos (2019/20 – 2020/21) | Taxa de ocupação |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nº de alunos | Nº | Nº | % | % |
| EB n.º 1 de Alcochete | 75 | 3 | 67 | 0,0 | 89,3 |
| EB n.º 2 de Alcochete | 175 | 8 | 174 | 3,6 | 99,4 |
| EB1 da Restauração | 225 | 11 | 202 | -0,5 | 89,8 |
| EB1 de Passil | 50 | 2 | 27 | -15,6 | 54,0 |
| EB1 do Samouco | 100* | 5 | 114 | 2,7 | 114,0 |
| EB1 de São Francisco | 250 | 10 | 221 | -3,5 | 88,4 |
| Rede pública do 1º CEB | 875 | 39 | 805 | -0,6 | 92,0 |

* Após a conclusão das obras de ampliação em curso, a capacidade da escola passará a ser de 150 alunos.

A Figura 38 ilustra a evolução do número de alunos matriculados por estabelecimento de ensino com oferta do 1º CEB, evidenciando, não obstante as especificidades de cada escola, uma **tendência genérica de estabilização na procura**.

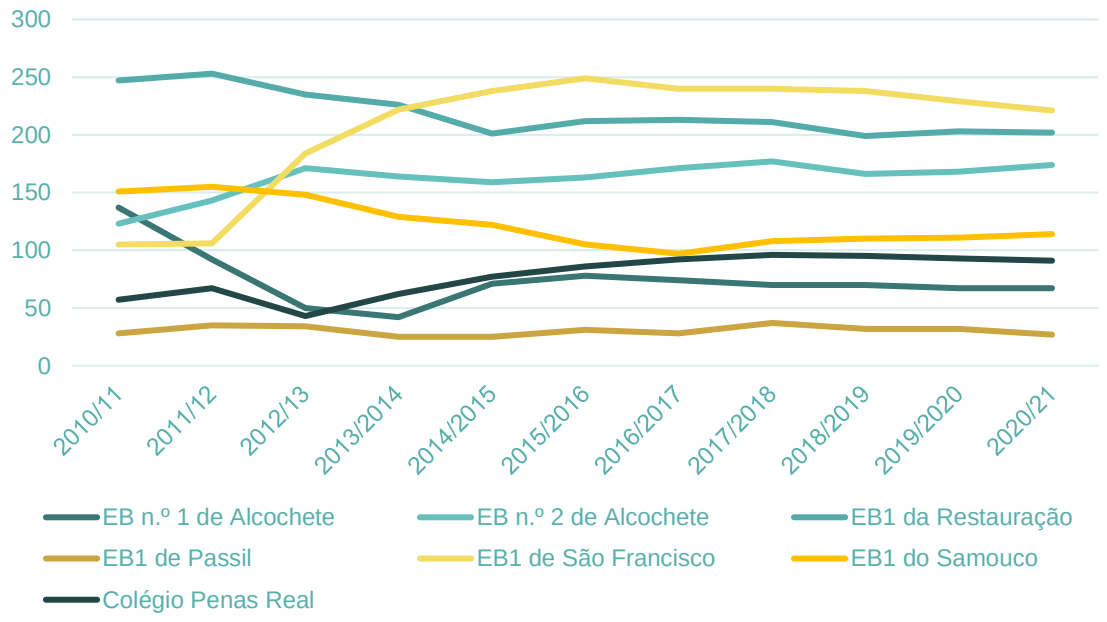



**Figura 38. Evolução do número de alunos matriculados no 1º CEB, por escola, entre os anos letivos 2010-2011 e 2020-2021**

Fonte: DGEEC/MEC; Escolas, fichas de caraterização (2020/21)

Nota: Apenas foi considerada a escola privada para a qual existia informação disponível.

À semelhança da rede pública do ensino pré-escolar, também para o 1º CEB foi analisada a origem dos alunos, por estabelecimento de ensino, recorrendo aos dados dos serviços municipais relativos à Ação Social Escolar (ASE). A tendência é idêntica, salientando-se a EB1 de S. Francisco como aquela onde é maior a relevância dos alunos residentes noutras localidades, principalmente em Alcochete e no Montijo, e em menor grau na EB1 do Samouco, seguindo-se a EB1 nº 2 de Alcochete e a EB1 da Restauração. A EB1 do Passil é, contudo, a única escola onde é superior a proporção de crianças que residem noutros lugares que não no Passil (Figura 39).

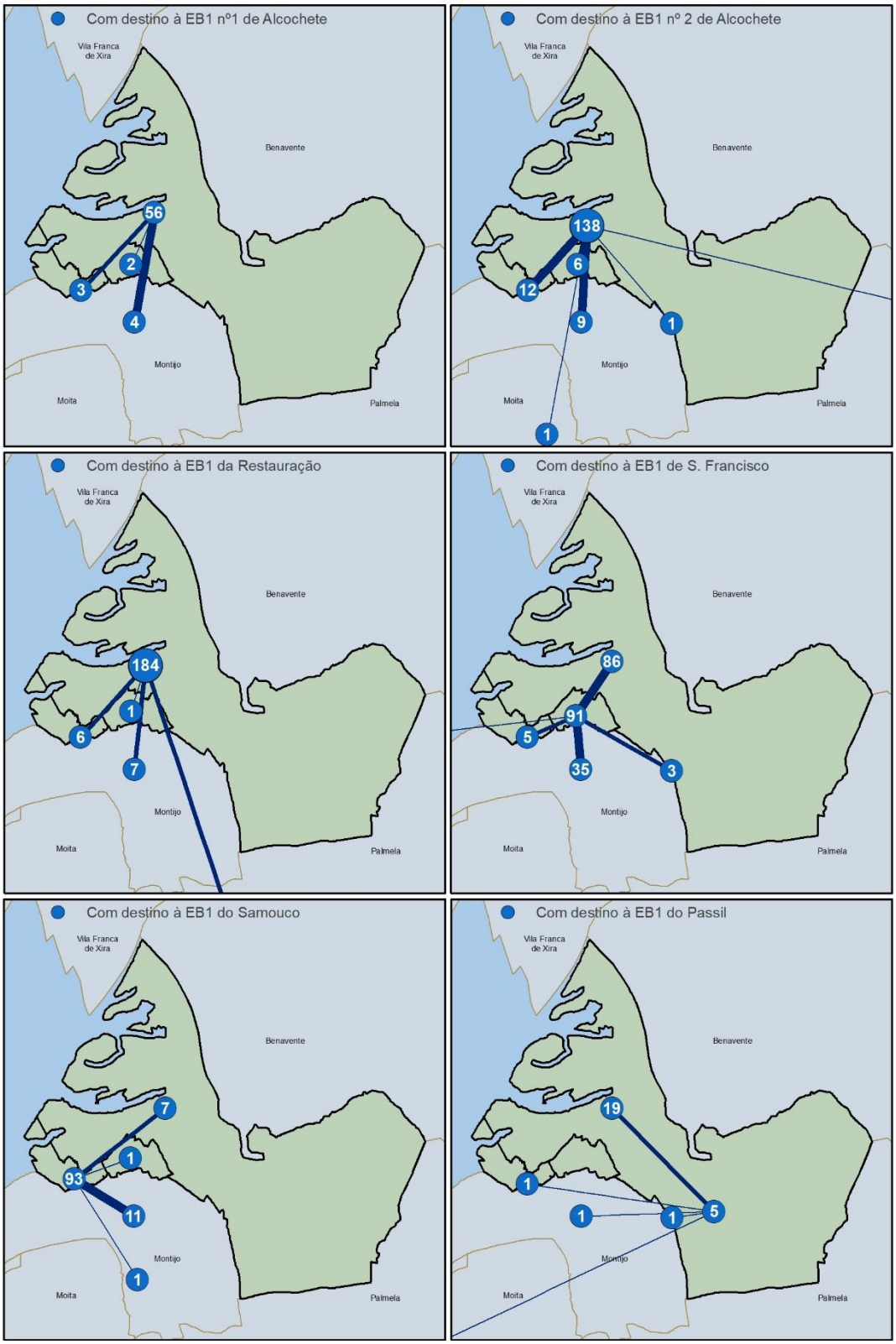



**Figura 39. Origem dos alunos por estabelecimento da rede pública do 1.º CEB**

Fonte: CMA, 2021

### 2.4.4. 2º e 3º Ciclos do ensino básico

No concelho de Alcochete, a oferta escolar do 2º e 3º CEB é oferecida em **dois estabelecimentos de ensino**: uma escola pública, localizada na vila de Alcochete – a **Escola Básica do 2º e 3º ciclos El Rei D. Manuel I** – e uma escola privada localizada no Sítio da Lagoa Cheia – o Colégio Penas Real –, onde apenas é lecionado o 2º CEB.

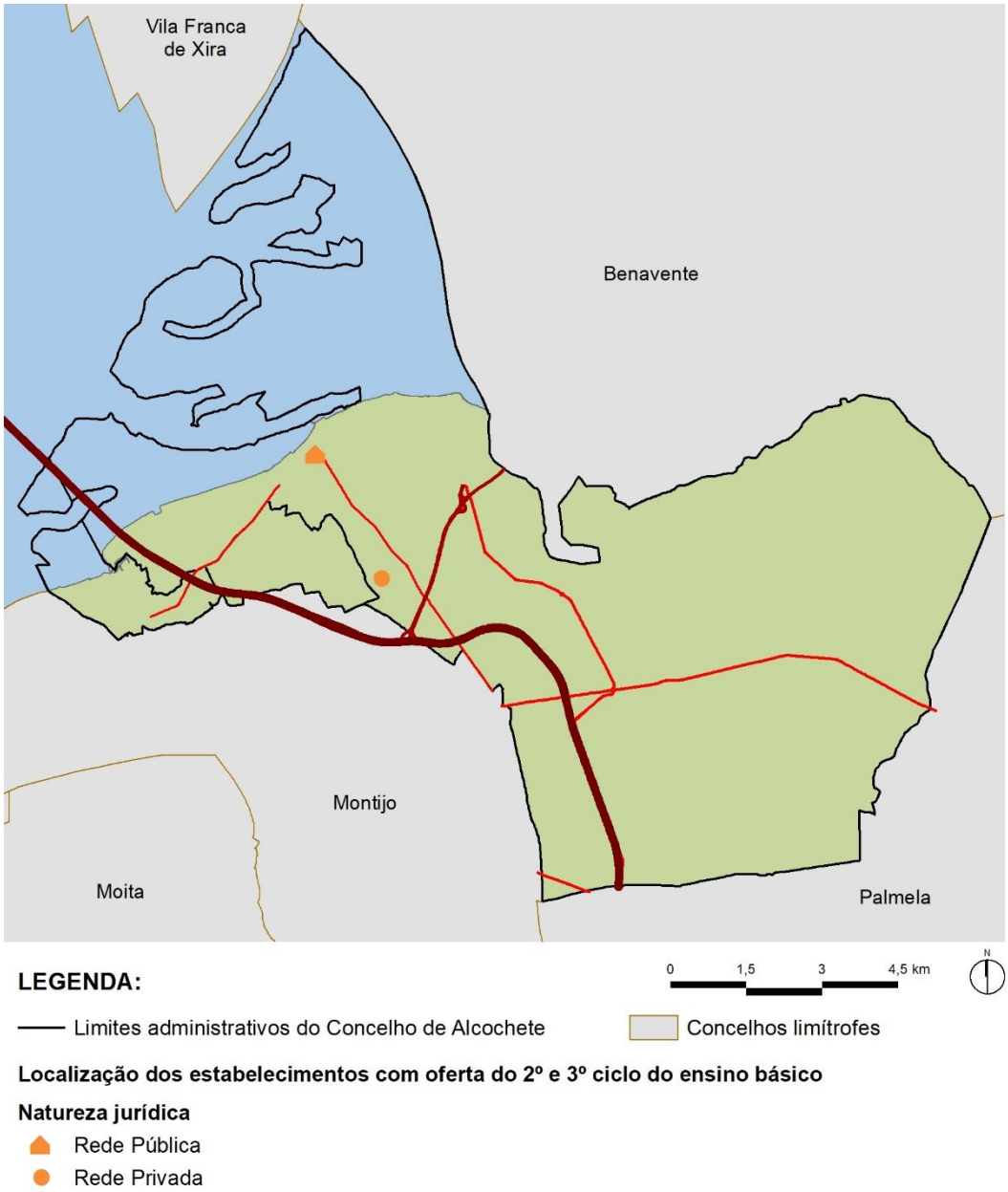



**Figura 40. Estabelecimentos escolares do 2º e 3º CEB, segundo a natureza institucional, 2020-2021**

Fonte: CMA, 2021

Existindo apenas uma escola pública com oferta educativa para estes ciclos, esta, embora **localizada na vila de Alcochete**, serve toda a população do Município.

**Tabela 28. Estabelecimentos de ensino do 2º e 3º CEB no concelho de Alcochete, ano letivo 2020-2021**

Fonte: Escolas, fichas de caraterização; CMA

| Estabelecimento escolar | Localização | Natureza | Outras ofertas escolares |
|---|---|---|---|
| EB23 El-Rei D. Manuel I | Alcochete | Pública | - |
| Colégio Penas Real | Sítio da Lagoa Cheia | Privada | Creche, pré-escolar e 2º CEB |

Embora, conforme analisado no subcapítulo 8.1, existam constrangimentos associados ao estado de conservação, mobiliário, iluminação e equipamentos, e, inclusivamente, funcionalidade deste equipamento escolar, a sua **taxa de ocupação revela-se igualmente preocupante**. A oferta pública, garantida pela EB23 El-Rei D. Manuel I, encontra-se dimensionada para 30 turmas, possuindo uma capacidade de 750 alunos, no entanto a sua população escolar no ano letivo de 2020/2021 foi de 1.208 alunos, distribuídos por 53 turmas. Deste modo, a **taxa de ocupação foi, neste ano, de 161%** (Tabela 29),

**Tabela 29. Capacidade e ocupação dos estabelecimentos de ensino público de Alcochete com 2º e 3º CEB, ano letivo 2020-2021**

Fonte: AEA, fichas de caraterização; CMA

| EB 23 El-Rei D. Manuel I | | |
|---|---|---|
| Capacidade (2º e 3º CEB) | Nº de alunos | 750 |
| Turmas | Nº | 53 |
| Alunos | Nº | 1208 |
| Taxa de variação anual alunos (2019/20 – 2020/21) | % | 0,4 |
| Taxa de ocupação | % | 161,1 |

Esta forte sobreocupação, que acontece há largos anos, obrigou à instalação de dois monoblocos provisórios, assim como, a que 2 turmas do 9º ano tivessem aulas na escola secundária, no ano letivo de 2020/2021.

Na Figura 41, além da distribuição dos alunos por natureza institucional das escolas, revela-se também a distribuição desta procura por ciclos de ensino, em ambos os casos numa perspetiva evolutiva.

O peso dos alunos matriculados no setor privado é muito reduzido, limitando-se a uma única turma do 5º e outra do 6º. Tendo esta oferta sido iniciada em 2013/2014, com apenas 8 alunos,

o total de matrículas cresceu progressivamente até um máximo de 37 alunos, no ano letivo de 2017/2018. Em 2020/2021, existiam 25 alunos matriculados no 2º CEB.

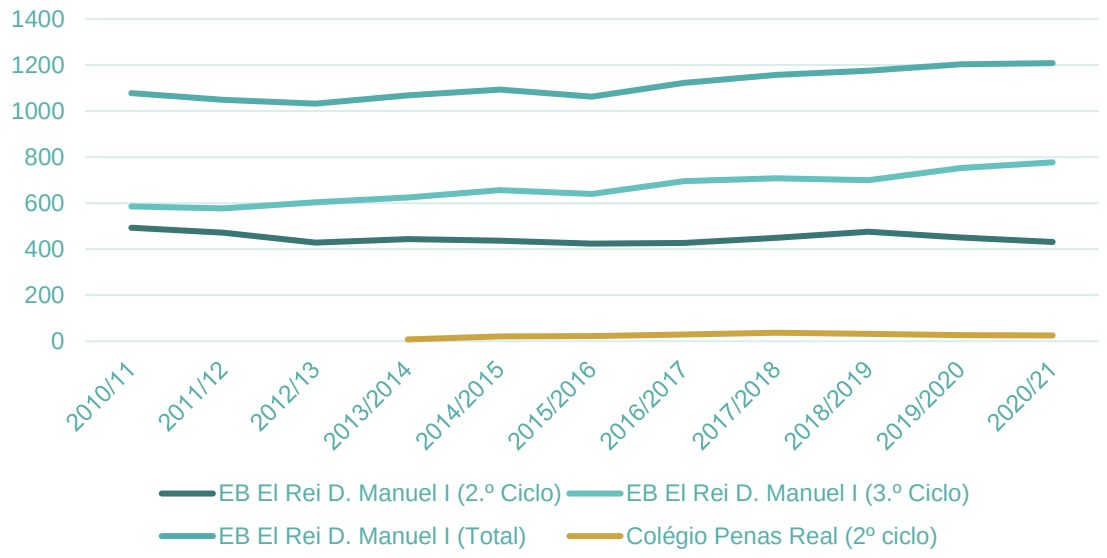



**Figura 41. Evolução do número de alunos matriculados no 2º e 3º CEB, por escola e ciclo de ensino, entre os anos letivos 2010-2011 e 2020-2021**

Fonte: DGEEC/MEC; Escolas, fichas de caraterização (2020/21)

Em oposição, o **número de matrículas na rede pública**, que já no início da década de 10 estava sobredimensionado face à oferta pública, **continua a manifestar uma tendência de subida**. Este crescimento é sobretudo impulsionado pelo 3º ciclo, que em 2011/2012 era de 577 alunos (o valor mínimo do período) e em 2020/2021 atingiu o máximo de 777 alunos. A evolução dos alunos do 2º Ciclo, embora com pequenas oscilações, tem-se mantido sensivelmente constante desde 2012/2013.

### 2.4.5. Ensino secundário

No que respeita ao ensino secundário, a rede escolar no município de Alcochete para este nível de ensino é constituída por **um único estabelecimento de ensino**, pertencente à rede pública, localizado na sede de concelho: a Escola Secundária de Alcochete.

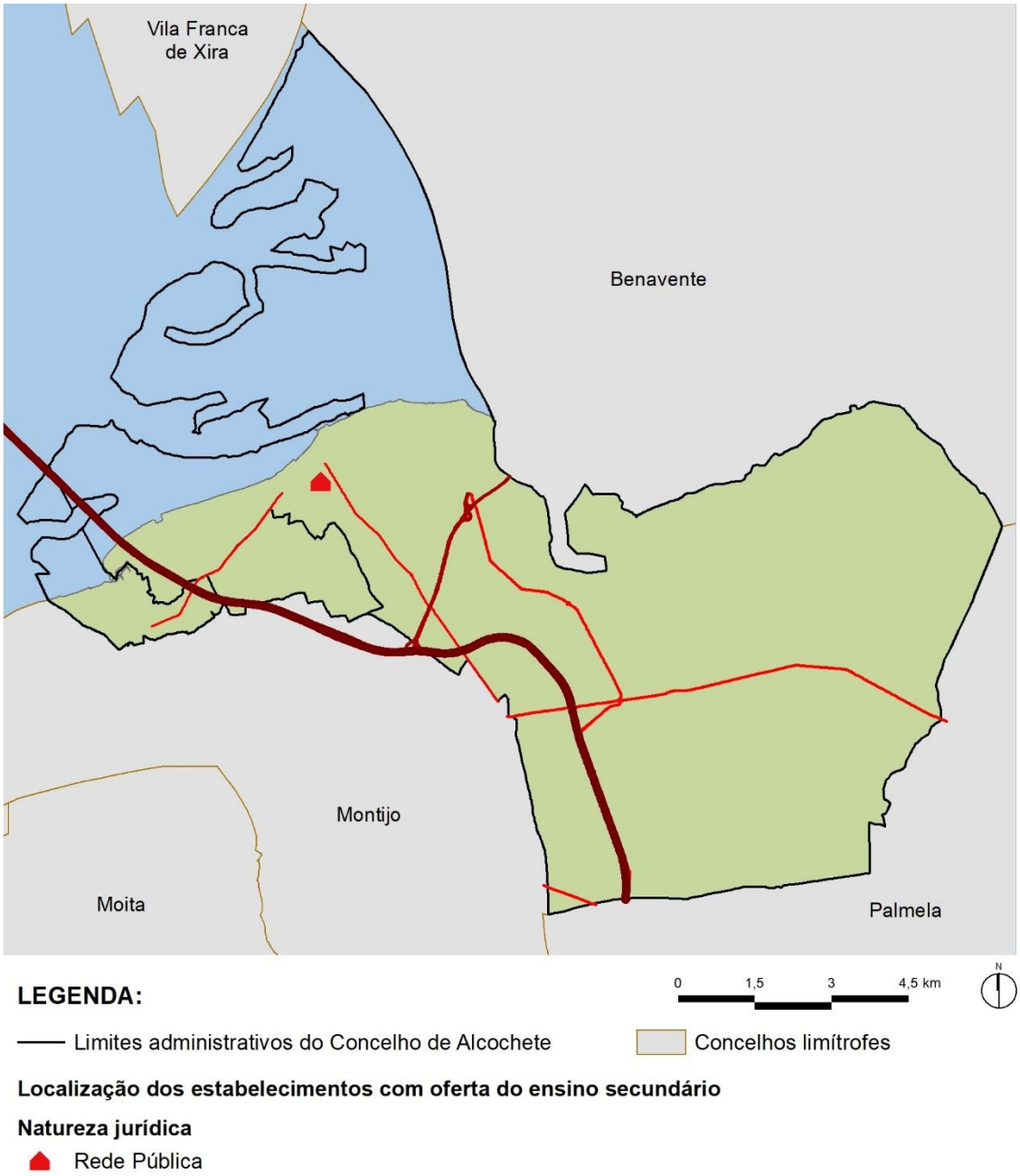



**Figura 42. Estabelecimentos escolares do ensino secundário, segundo a natureza institucional, 2020-2021**

Fonte: CMA, 2021

No ano letivo de 2020/2021, a oferta educativa da Escola Secundária de Alcochete abrangeu:

- **Cursos científico humanísticos** (21 turmas), designadamente cursos de ciências e tecnologias, cursos de ciências socioeconómicas, cursos de línguas e humanidades, e curso de artes visuais – dirigidos, essencialmente, para os alunos que pretendem prosseguir estudos no ensino superior;

- **Cursos profissionais** (9 turmas), designadamente para técnicos de apoio à gestão desportiva, de turismo, de restauração e bar, de gestão e programação de sistemas informáticos, de vendas e marketing, e administrativo – destinados aos alunos que pretendem obter uma qualificação profissional com vista à integração no mercado de trabalho, mantendo a possibilidade de prosseguir estudos;

- **Ensino recorrente em regime não presencial** (4 turmas), uma resposta educativa e formativa para os que "procuram a conciliação da frequência dos estudos com obrigações pessoais ou profissionais, com a capitalização de modelos de aprendizagem e uma adequação dos programas à especificidade do ensino secundário", valorizando assim "a aquisição de conteúdos e o desenvolvimento de capacidades essenciais e estruturantes" (Projeto Curricular do AEA, 2018-2021);

- **Ensino noturno** (7 turmas), designadamente cursos EFA de nível secundário, EFA dupla certificação de nível secundário, formações modulares certificadas e cursos de português para falantes de outras línguas.

Dada a sobrelotação da EB23 El-Rei D. Manuel I, questão já abordada no subcapítulo anterior, a Escola Secundária de Alcochete, no ano letivo de 2020/2021, acolheu também 2 turmas do 9º ano.

As aulas práticas dos alunos dos cursos profissionais decorrem fora da escola, nos espaços da Autarquia.

Analisando a evolução do número de alunos matriculados no ensino secundário no Concelho é percetível a **tendência de crescimento na procura deste nível de ensino**. Apesar de uma quebra na procura, com algum significado, registada no ano letivo de 2017/2018, o último ano letivo para o qual é a DGEEC disponibiliza informação (2019/2020), foi aquele que, na última década, correspondeu ao maior número de alunos (Figura 43).

**Figura 43. Número de alunos matriculados no Ensino Secundário, entre os anos letivos 2010-2011 e 2019-2020**

Fonte: DGEEC/MEC

Esta análise pode ser complementada com uma observação mais fina, ao nível da oferta formativa da escola, com recurso aos dados disponibilizados diretamente por este estabelecimento escolar, para os últimos 6 anos letivos (sem considerar os alunos das turmas do 9º ano aqui relocalizados da EB 23 El-Rei D. Manuel I) (Figura 44).

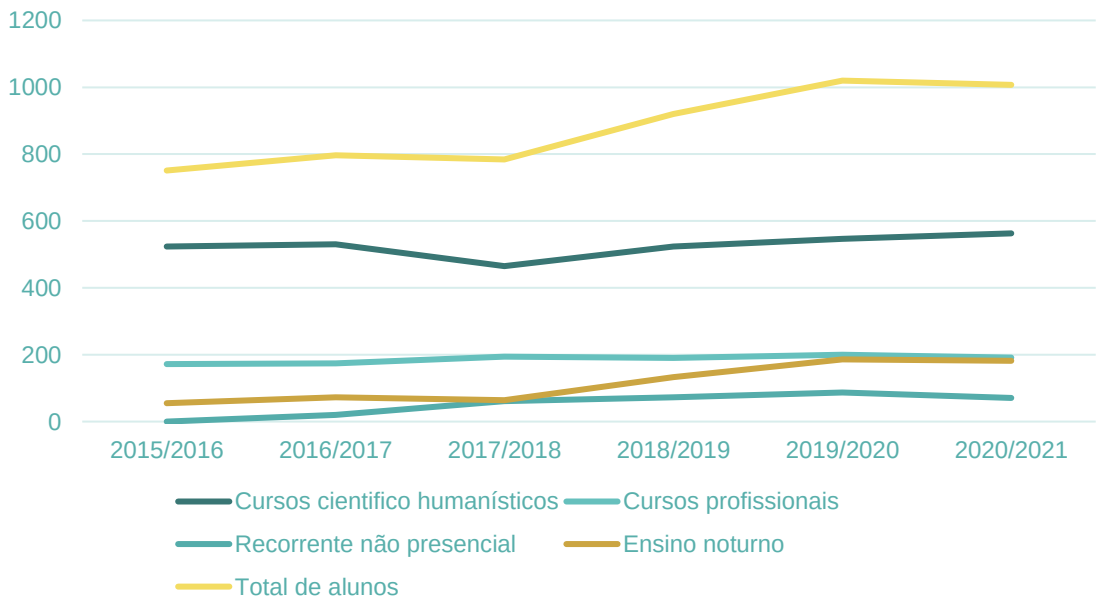



**Figura 44. Número de alunos da Escola Secundária, por oferta formativa, entre os anos letivos 2015-2016 e 2020-2021**

Fonte: ES, fichas de caraterização

Estes dados permitem perceber que o aumento do número de alunos da escola, sendo detetado nas várias ofertas, é **particularmente expressivo no ensino noturno e recorrente não presencial** (que se mantêm, ainda assim, como as ofertas que possuem menos alunos matriculados) e ganha **relevância, sobretudo, pelo somatório das várias ofertas formativas**.

Face ao volume de alunos matriculados nas várias ofertas e atendendo que a **capacidade desta escola é de 800 alunos**, conclui-se que a escola secundária de Alcochete, presentemente, encontra-se em **plena ocupação** (Tabela 30).

**Tabela 30. Capacidade e ocupação dos estabelecimentos de ensino público de Alcochete com ensino secundário, ano letivo 2020-2021**

Fonte: Escolas, fichas de caraterização; CMA

| ES de Alcochete | | |
|---|---|---|
| Capacidade (alunos) | Nº | 800 |
| Total de alunos | Nº | 1007 |
| ▪ Alunos dos cursos científico humanísticos | Nº | 563* |
| ▪ Alunos dos cursos profissionais | Nº | 191 |
| ▪ Alunos dos cursos do ensino recorrente não presencial | Nº | 71 |
| ▪ Alunos dos cursos do ensino noturno | Nº | 182 |

* A estes alunos juntam-se os alunos de 2 turmas do 9º ano que estão deslocalizados da EB23 El-Rei D. Manuel I.

A Escola Secundária, onde estudam vários atletas federados, integra, desde 2018, uma Unidade de Apoio ao Alto Rendimento na Escola (UAARE). Criadas em 2016[26], para conciliar, com sucesso, a atividade escolar e a prática desportiva de alunos/atletas do ensino secundário enquadrados no regime de alto rendimento ou seleções nacionais, as UAARE visam uma articulação mais eficaz entre os agrupamentos de escola, os encarregados de educação, as federações desportivas e seus agentes e os municípios, entre outros interessados.

No ano letivo de 2020-2021 a UAARE da Escola Secundária de Alcochete apoiou 59 alunos/atletas, principalmente de futebol, mas também de rugby, que apresentaram um desempenho académico médio global de 92%.

[26] O despacho conjunto n.º 9386-A/2016, de 21 de julho, dos Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e dos Secretários de Estado da Educação e da Juventude e do Desporto, criou o Projeto-piloto "Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola (UAARE). Este projeto-piloto é coordenado pela Direção-Geral da Educação, em colaboração com o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e Agrupamentos de Escolas / Escolas não agrupadas envolvidas, cabendo ao ME a supervisão do mesmo.

**Tabela 31. Atletas, modalidades e desempenho académico da UAARE da Escola Secundária de Alcochete**

Fonte: UAARE, Direção-Geral da Educação

| | 2018 – 2019 | 2019-2020 | 2020-2021 |
|---|---|---|---|
| Atletas | 17 | 64 | 59 |
| Modalidades | 1 | 2 | 2 |
| Desempenho académico médio global | 90,00% | 97,33% | 92,00% |

Desde a sua criação, no ano letivo de 2018/2019, a sua abrangência tem aumentado quer em número de alunos, quer em número de modalidades praticadas.

## 2.5. Dimensões educativas complementares

### 2.5.1. Estratégia municipal de combate ao abandono e promoção do sucesso escolar

O CME e o Conselho Local de Ação Social (CLAS) estabeleceram como uma prioridade no domínio da educação a implementação do **Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar de Alcochete**, um projeto que o Município candidatou a financiamento ao Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020.

O Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar de Alcochete, que está em curso até ao final do ano letivo 2021/2022, assenta em três domínios fundamentais interdependentes: (i) a promoção da saúde; (ii) o desenvolvimento da cidadania e da consciência ambiental; e, (iii) a aproximação dos alunos à comunidade. Os objetivos deste projeto encontram-se alinhados com as orientações internacionais e nacionais para a política educativa[27], em particular com o Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), e são: "a promoção do sucesso escolar, a recuperação de jovens em situação de abandono escolar precoce, a promoção da disciplina, a promoção da leitura, da literacia e da inclusão digital, e a melhoria dos processos de monotorização do sucesso escolar".

As ações delineadas, que se materializam no desenvolvimento do conjunto de atividades elencadas na Tabela 32, são:

- Promoção da saúde com o reforço da educação física no 1.º ciclo;
- Valorização do património local e regional, da educação para as artes, educação ambiental sustentável, da educação democrática e participação cidadã;
- Constituição de equipas multidisciplinares de prevenção e combate ao abandono escolar precoce;

[27] Entre estas com: o DL n.º 139/2012, de 5 de julho, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário; o Programa Nacional de Promoção de Sucesso Escolar (PNPSE)/Planos de Ação Estratégica elaborados por cada agrupamento/escola; o Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória (Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho); o Programa de Tutorias no Ensino Básico; o Programa de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC); a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC); as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE), as Aprendizagens essenciais (AE); o DL nº54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva para a escolaridade obrigatória; o Portugal INCoDe.2030.

- Desenvolvimento de competências parentais em ambientes de educação formal, não formal e informal;
- Promoção da literacia e da inclusão digitais para o exercício pleno da cidadania.

Com o desenvolvimento destas atividades, o Município espera ser capaz de promover uma redução efetiva das taxas de retenção e de abandono escolar e uma diminuição da proporção de alunos com pelo menos uma negativa.

**Tabela 32. Atividades que integram o Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar de Alcochete**

Fonte: CMA, 2021

| Atividade | Nível de Ensino |
|---|---|
| 1º Salto – Apoio à Expressão Físico Motora | Pré-Escolar e 1º ciclo do ensino básico |
| Promoção da literacia digital | 1º, 2º 3º ciclo do básico e ensino secundário |
| Leitura e Cãopanhia | 1ºano do 1ºciclo do ensino básico |
| Brincando aos crescidos para construir cidadãos emancipados | 1º ano do 1º ciclo do ensino básico (9 turmas). |
| Á mesa com os livros da Biblioteca de Alcochete | 5º ano do 2ºciclo do ensino básico (10 turmas) |
| O que levas na Canastra | Pré-Escolar, 1º, 2º 3º ciclo do básico e ensino secundário |
| Cidadania | 7ºano (10 turmas) |
| História e Arqueologia | 5º ano (10 turmas) |
| Etnografia | 1.º ano do 1.º ciclo |
| Arte e património | 2º ano do 1.º ciclo (11 turmas) |
| Apoio Psicossocial | Ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico |
| Conto contigo – modelo da Fundação AGA KHAN Portugal | Pré-Escolar |
| Formação Parental | 5ºano e as suas famílias |

### 2.5.2. Educação e formação

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) tem como metas até 2025, no âmbito do crescimento e emprego: a **certificação de 100.000 adultos em regime de RVCC** (Componente 05. Capitalização e Inovação Empresarial); a **matrícula de, pelo menos, 1.145 adultos no ensino pós-secundário e superior** (Componente 06. "Qualificações e Competências"); e a **inscrição de 145.500 participantes em medidas de apoio à melhoria das qualificações dos adultos** (Componente 06 "Qualificações e Competências"). A recuperação da economia e a proteção do emprego, com vista assegurar a coesão socioterritorial, está também na base da visão da Estratégia Portugal 2030[28], sendo a promoção da empregabilidade e da qualidade do emprego um dos seus principais eixos de intervenção.

Visando responder aos desafios identificados pelo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e pelo *Next Generation EU*, a nível europeu, a Estratégia Portugal 2030, com referência para a Agenda Temática "Digitalização, inovação e qualificações como motores de desenvolvimento", estabelece um conjunto de metas nacionais, a alcançar até 2030, relacionadas com o domínio do emprego. A saber:

- Reduzir a taxa de desemprego de longa e muito longa duração;
- Criar 25 000 empregos qualificados em atividades de I&D nas empresas;
- Reduzir para menos de 5% a taxa de abandono precoce da educação e formação;
- Aumentar a proporção da população adulta que conclui o ensino secundário para 70%;
- Alcançar 55% dos diplomados com o ensino secundário completo nas vias de dupla certificação;
- Garantir uma percentagem de 60% dos jovens com 20 anos a frequentar o ensino superior;
- Aproximar a taxa de participação de adultos em atividades de aprendizagem ao longo da vida (ALV) à média europeia, incluindo a formação contínua e a reconversão de competências dos ativos;
- Atingir 80% de indivíduos com competências digitais básicas, ou mais do que básicas.

[28] A Estratégia Portugal 2030, aprovada em outubro de 2020, consubstancia a visão do governo para a próxima década e oferece o referencial para os vários instrumentos de política, como sejam o PRR e o próximo quadro comunitário de apoio 2021-27 (Portugal 2030).

No âmbito da oferta formativa para adultos, o **Programa Qualifica** contribui para o alcance destes objetivos. De acordo com o documento de lançamento deste Programa[29], este assenta numa estratégia que combina processos de RVCC com uma componente de formação complementar, visando relançar a educação e formação de adultos como prioridade no País e aproximar as metas de convergência em matéria de aprendizagem ao longo da vida com a média dos países da UE.

Em linha com este quadro de referência nacional, a **Agenda Estratégica do Plano de Desenvolvimento Social de Alcochete 2019-2021** estabelece um conjunto de objetivos estratégicos no âmbito do crescimento, formação e emprego. São estes:

- A promoção da igualdade de oportunidades através da capacitação dos jovens para a integração profissional;
- A promoção da articulação entre a formação e as necessidades do tecido empresarial local;
- A divulgação junto de pequenos e médios empresários das medidas de apoio a empregabilidade, através da promoção de programas para a procura ativa de emprego, da articulação entre o tecido empresarial e as instituições de ensino, e da promoção de ações de sensibilização para a orientação escolar e profissional;
- Assegurar o equilíbrio na formação com as necessidades de emprego.

No que diz respeito ao **Programa Qualifica**, em junho de 2017, o Município de Alcochete celebrou o protocolo de colaboração com o **Centro Qualifica da Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo** (AFPDM), que ao longo dos anos tem sido uma entidade parceira do Município, com o objetivo de "criar mais condições para aumentar os níveis de certificação escolar ou profissional no Concelho, disponibilizando um espaço para que se possam realizar, pelo Centro Qualifica, atendimentos personalizados e em grupo, e formação em regime de itinerância a todos os interessados com idade igual ou superior a 18 anos, que procurem qualificação escolar (de nível básico ou secundário) ou profissional"[30].

[29] https://www.portugal.gov.pt/downloadficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBAAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDczAAAUEjLnBAAAAA%3D%3D

[30] https://www.cm-alcochete.pt/pages/970?news_id=4853

Mais recentemente, em abril de 2021, o Município celebrou um novo protocolo com a AFPDM, no âmbito do **projeto Ler+ Qualifica**[31], envolvendo entre a Biblioteca de Alcochete. O objetivo deste protocolo é contribuir para a qualificação da população adulta, desenvolver a literacia funcional, instrumental e literária dos adultos e fomentar o gosto e os hábitos de leitura e de escrita. Neste âmbito, as iniciativas abrangem o público adulto em todas as freguesias do concelho, com especial incidência nas zonas rurais do Concelho, estando o Município, e a sua biblioteca, envolvidos na divulgação do projeto, no planeamento, desenvolvimento e apoio às atividades e iniciativas inerentes, em conjunto com a AFPDM.

Também, o **Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra** do Montijo é parceiro do AEA, centro especializado em qualificação de adultos que tem como propósito assegurar a informação, a orientação e o encaminhamento de candidatos para modalidades de formação, bem como o RVCC adquiridas ao longo da vida[32].

Acrescente-se ainda que a educação e formação de adultos representa uma dimensão relevante nas opções programáticas no domínio da educação no município de Alcochete, encontrando-se enquadrada em vários documentos programáticos e estratégicos, e sendo **assumida como estratégica pelo AEA**. Com efeito, nos vários documentos de planeamento do AEA (p.e. Plano de Ação Estratégica do AEA, para 2018-2021), a educação e formação de adultos emerge como uma questão relevante, sendo o alargamento da escolaridade e da qualificação profissional da população do Concelho, associada ao desenvolvimento de competências parentais e à melhoria da sua capacidade de inserção no mercado de trabalho, objetivos estabelecidos. Questões como a diversificação, alargamento e adequação da oferta formativa do AEA em função das necessidades da população e como forma de captação de novos públicos, o estabelecimento de parcerias externas no âmbito dos Cursos EFA, assim como a divulgação das ofertas formativas, são igualmente aspetos que se encontram vertidos na estratégia de implementação do Projeto Educativo do AEA.

Os dados publicados pelo INE relativos ao número de indivíduos com 18 ou mais anos que participaram em cursos de EFA (Tabela 33), revelam que, no município de Alcochete, apenas houve ocorrência de participação em cursos EFA ao nível do ensino secundário. Revelam ainda um acréscimo destas participações, passando o número de participantes nestes cursos de 11, no ano letivo de 2012/2013, para 61, no ano letivo 2018/2019.

[31] O Ler + Qualifica é um projeto lançado pelo Plano Nacional de Leitura 2017-2027 (PNL2027) e a ANQEP, dirigido à população adulta que frequenta processos de RRVCC, percursos de EFA ou Formações Modulares (CB, FM e PFOL). Decorre desde 2017 e reúne, em 2021, 77 Centros Qualifica.

[32] https://centro-qualifica.espjs.edu.pt/o-cqep-pjs.php#paraquem

**Tabela 33. Indivíduos com 18 ou mais anos, participantes em cursos de educação e formação de adultos, nos anos letivos 2012/2013 e 2018/2019**

Fonte: INE

| | | Ensino Básico | | | Ensino Secundário |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | |
| | | Nº | Nº | Nº | Nº |
| 2018/2019 | Portugal | 1781 | 3966 | 9910 | 21444 |
| | AML | 830 | 1155 | 3298 | 6574 |
| | Alcochete | - | - | - | 61 |
| 2012/2013 | Portugal | 1170 | 3265 | 9669 | 18386 |
| | AML | 501 | 975 | 2872 | 6057 |
| | Alcochete | - | - | - | 11 |

O Relatório de Autoavaliação do AEA 2019-2020 identifica, como um dos objetivos futuros, a redução da taxa de absentismo que correspondia a cerca de 45% no caso dos Cursos EFA. O Projeto Curricular do AEA oferece cursos EFA em regime pós-laboral, que conferem certificação escolar de nível secundário e certificação profissional. Estes cursos estão abertos a formandos "com idade igual ou superior a 18 anos, que possuam baixos níveis de escolaridade ou de qualificação profissional" e ainda formação modular de curta duração capitalizável, de 25 ou 50 horas (Português e Inglês para Falantes de outras Línguas). De acordo com o Projeto Curricular do AEA, "a oferta formativa modular visa a elevação dos níveis de qualificação dos adultos (…) com vista à obtenção de uma qualificação escolar ou a correspondente a uma determinada saída profissional".

O Relatório de Autoavaliação 2019-2020 do AEA, no que diz respeito aos Cursos de EFA, para o ano letivo 2019/2020, evidenciava que, dos 86 formandos inscritos[33], "a taxa de frequência foi de 54,7% (47 formandos com frequência), tendo a taxa de conclusão sido de 31,9% (dos 47 formandos com frequência, 15 concluíram) e 24 (51,1%) prosseguiram para o ano seguinte, embora sem ter sucesso em todas as UFC frequentadas".

Tal como descrito no Capítulo 2.4.5., a oferta educativa da Escola Secundária de Alcochete, contempla ainda Ensino Recorrente não presencial (71 alunos, em 2020/21, e 87 no ano letivo anterior). De acordo com a legislação em vigor[34], o Ensino Recorrente Não Presencial oferece cursos cientifico-humanísticos de Ciências e Tecnologias, de Ciências Socioeconómicas e de Línguas e Humanidades de nível secundário de educação que conferem o 12º ano. As disciplinas estão organizadas por módulos e tem um referencial de três anos, distribuídos por formação

[33] 49 formandos EFA Escolar 1º Ano, 13 formandos EFA Escolar 2º Ano, e 24 formandos EFA TAE.

[34] Portaria n.º 242/2012, de 10 de agosto.

específica, que integra uma disciplina trienal obrigatória (9 módulos), duas disciplinas bienais optativas (10º ano, 6 módulos) e uma disciplina anual optativa (12º ano, 3 módulos), e formação geral, que integra Português (9 módulos), Filosofia (6 módulos) e Língua Estrangeira (3 módulos).

De referir ainda que, em 2018, foi celebrado um protocolo de colaboração entre a AML e a Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP), no contexto do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ), com objetivo de permitir um maior alinhamento entre a oferta de formação de nível intermédio da AML e a procura de qualificações por parte do tecido empregador. Neste contexto, a ANQEP desenvolveu o "Diagnóstico de Antecipação de Necessidades de Qualificações Intermédias na Área Metropolitana de Lisboa", operacionalizado pela AML, que adotou a metodologia desenvolvida por esta Agência no âmbito do SANQ. Segundo este estudo persistem desajustamentos entre a oferta e a procura de qualificações. Em Portugal, a falta de candidatos com as competências adequadas é identificada por um em cada três empregadores como o principal obstáculo ao preenchimento de vagas, sendo a saúde um dos setores profissionais de mais difícil recrutamento na AML. Este diagnóstico aponta os Serviços às Empresas (avançados), as TICE, os Serviços e Tecnologias de Saúde, os Transportes e Mobilidade, a Economia do Mar, o Turismo, as Indústrias Culturais e Criativas e a Educação, Ciência e Tecnologia, como áreas e setores geradores de emprego jovem e qualificado, e, portanto, que devem ser desenvolvidos na AML.

Importa ainda mencionar, que a Escola Secundária de Alcochete lecionou igualmente **Cursos de Educação e Formação** (CEF). Esta oferta formativa afigura-se como um importante recurso para contrariar o abandono escolar, possibilitado a conclusão da escolaridade obrigatória, através de um percurso flexível e com uma estrutura curricular profissionalizante. Encontra-se especialmente vocacionada para os alunos que possuem idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram a escola antes da conclusão do 12º ano, bem como àqueles que procuram uma formação profissional mais prática e orientada para o mercado de trabalho. Os CEF, de acordo com Despacho-conjunto nº 453/2004, de 27 de julho, na sua redação atual, estão organizados em quatro componentes de formação: Sociocultural, Científica, Tecnológica e Prática.

Assim, nos últimos anos letivos, a Escola Secundária de Alcochete acolheu:

- No ano letivo 2018/19, 1 turma de CEF (Serviço Mesa e Bar), com 22 alunos.
- No ano letivo 2017/18, 3 turmas de CEF (2 de Serviço Mesa e Bar, com 41 alunos, e 1 de Auxiliar de Ação Educativa, com 11 alunos). Neste ano funcionou ainda 1 turma de curso vocacional de secundário, de técnico de controlo de qualidade alimentar, com 16 alunos.

- No ano letivo 2016/17, 2 turmas de CEF (1 de Serviço Mesa e Bar, com 18 alunos, e 1 de auxiliar de ação educativa, com 17 alunos). Neste ano funcionaram ainda 3 turmas de curso vocacional de secundário (1 de técnico de controlo de qualidade alimentar com 18 alunos, 1 de técnico de apoio à família e de apoio à comunidade com 14 alunos e 1 de técnico de recursos ambientais com 14 alunos), assim como 1 turma do curso vocacional de básico, com os ofícios de jardinagem, desporto e expressão plástica, com 23 alunos.

- No ano letivo 2015/16, 3 turmas de curso vocacional de secundário (1 de técnico de controlo de qualidade alimentar com 12 alunos, 1 de técnico de apoio à família e de apoio à comunidade com 14 alunos e 1 de técnico de recursos ambientais com 14 alunos), assim como 2 turmas de curso vocacional de básico (uma com os ofícios de jardinagem, desporto e expressão plástica, com 23 alunos e outra com os ofícios de assistente administrativo, informática e logística e com 22 alunos).

### 2.5.3. Educação inclusiva

O **regime jurídico da educação inclusiva** foi aprovado em 2018[35], visando assegurar uma escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, têm a possibilidade de encontrar respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social, garantindo assim que o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória[36] seja atingido para todos. De acordo com o estabelecido pelo mesmo diploma legal, isto implica o **reconhecimento da diversidade dos alunos das escolas**, através da adequação dos processos de ensino às características e condições individuais, e apostando na autonomia das escolas e dos seus profissionais, designadamente através do reforço da intervenção dos docentes de educação especial.

Este regime jurídico[37] define ainda três tipologias de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão:

- **Medidas universais**, correspondentes às respostas educativas que a escola tem disponíveis para todos os alunos com objetivo de promover a participação e a melhoria das aprendizagens. São estas: diferenciação pedagógica, acomodações curriculares,

[35] DL n.º 54/2018, de 06 de julho de 2018.

[36] https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf

[37] Nos Artigos 8º, 9º e 10º.

enriquecimento curricular, promoção do comportamento pró-social, intervenção em foco académico ou comportamental em pequenos grupos;

- **Medidas seletivas**, que visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação de medidas universais. São estas: percursos curriculares diferenciados, adaptações curriculares não significativas, apoio psicopedagógico, antecipação e reforço das aprendizagens, apoio tutorial;

- **Medidas adicionais**, que visam colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão, sendo mobilizadas quando subsiste a insuficiência das medidas universais e seletivas. São estas: frequência do ano de escolaridade por disciplinas, adaptações curriculares significativas, plano individual de transição, desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado, desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

O Relatório de Autoavaliação do AEA 2019/2020 regista "22 alunos em risco de abandono escolar que beneficiaram de medidas inclusivas, sendo que 14 destes alunos tiveram Apoio Tutorial Específico, representando isto um ligeiro decréscimo relativamente a 2018/19". O mesmo relatório especificava ainda que "com a implementação do DL n.º 54, em 2018/19, registou-se um elevado número de alunos sinalizados para medidas inclusivas, uma vez que todos os alunos que já estavam abrangidos pelo DL n.º 3/2008[38] tiveram de ser novamente sinalizados juntamente com os novos alunos que indiciavam risco de abandono ou insucesso. No ano de 2019/20 apenas se consideraram as novas sinalizações, o que justifica a acentuada redução".

Tendo em conta o quadro de referência descrito, no ano letivo 2020/2021, foram contabilizadas crianças do pré-escolar que beneficiaram de Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão, no JI de Samouco, na EB de S. Francisco, na EB do Passil e na EB Restauração (Tabela 34).

[38] Define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo.

**Tabela 34. Nº de alunos com necessidades específicas por escola/nível de ensino e necessidades associadas para o ano letivo 2020/2021**

Fonte: CMA, 2021

| Nível de ensino | Estabelecimento | N.º de alunos | Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão |
|---|---|---|---|
| Pré-escolar | EB Restauração | 1 | Medidas Universais e Seletivas |
| | EB Nº1 | 0 | - |
| | EB Nº2 | 0 | - |
| | EB São Francisco | 2 | Medidas Universais e Seletivas |
| | JI Samouco | 3 | Medidas Universais e Seletivas |
| | EB Passil | 2 | Medidas Universais e Seletivas |
| 1º Ciclo | EB Restauração | 10 | Medidas Universais e Seletivas |
| | EB Nº1 | 6 | Medidas Universais e Seletivas |
| | EB Nº2 | 6 | Medidas Universais e Seletivas |
| | EB São Francisco | 16 | 15 alunos com Medidas Universais e Seletivas e 1 aluno com Medidas Universais, Seletivas e Adicionais |
| | EB Samouco | 10 | Medidas Universais e Seletivas |
| | EB Passil | 7 | Medidas Universais e Seletivas |
| 2º Ciclo | EB D. Manuel I | 28 | Medidas Universais e Seletivas |
| 3ºCiclo | | 61 | 59 alunos com Medidas Universais e Seletivas e 2 alunos com Medidas Universais, Seletivas e Adicionais |
| Secundário, C. Científico-Humanísticos | ESA | 9 | 8 alunos com Medidas Universais e Seletivas e 1 aluno com Medidas Universais, Seletivas e Adicionais |
| Secundário, Cursos profissionais | | 19 | 18 alunos com Medidas Universais e Seletivas e 1 aluno com Medidas Universais, Seletivas e Adicionais |

Entre os alunos do 1º CEB foram identificados beneficiários de Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão em todos os estabelecimentos doa AEA, ainda que em maior número na EB de São Francisco e na EB1 da Restauração, que são também as duas escolas com maior capacidade, assim como na EB1 do Samouco. Finalmente, a EB 23 El-Rei D. Manuel I regista 28 e 61 alunos, respetivamente nos 2º e 3º CEB, enquanto a Escola Secundária contabiliza 9 alunos nos Cursos Científico-Humanísticos, e 19 alunos nos Cursos Profissionais. Em qualquer das escolas as “medidas universais e seletivas” são a tipologia mais frequente.

Importa ainda sublinhar que, conforme o DL n.º 54/2018, o AEA dispõe de uma Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) e de um Centro de Apoio à Aprendizagem, uma estrutura de apoio dinâmica, plural e agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências existentes no AEA. De acordo com Projeto Curricular do AEA para o triénio 2018-2021, a EMAEI tem a responsabilidade de identificar as necessidades e tomar decisões relativamente à implementação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, procedendo à análise das evidências decorrentes da avaliação e monitorização

sistemática dos progressos de cada aluno, envolvendo todos os intervenientes, ouvindo o aluno e os pais/encarregados de educação.

No que diz respeito as perspetivas estratégicas no domínio da educação inclusiva, diferentes documentos programáticos do AEA referem a necessidade de adequação das estratégias educativas aos alunos abrangidos pela educação inclusiva, enquanto um dos fatores de sucesso do próprio AEA, focando os esforços naquelas turmas em que existam alunos com Medidas Seletivas que apresentam maiores dificuldades, menos autonomia ou estão mais desmotivados[39]. Tanto o Plano de Ação Estratégica do AEA 2018/2019[40], como o Projeto Educativo do AEA para o triénio 2018/2021[41] estabelecem o objetivo de garantir que os alunos em situação de abandono escolar precoce (com retenções repetidas e/ou em situação de risco potencial de abandono escolar) recebam apoio diferenciado, de forma individualizada e inclusiva, através da ação do EMAEI, que deverá proceder à identificação e atribuição de apoio tutorial específico.

### 2.5.4. Apoios à família e complementos educativos

No âmbito das políticas públicas locais de educação, os serviços de apoio as famílias, com alunos integrados na educação pré-escolar e no 1º CEB compreendem as **Atividades de Animação e de Apoio à Família** (AAAF), destinadas à Educação pré-escolar, a **Componente de Apoio à Família** (CAF), dirigidas ao 1º ciclo de ensino básico, o **serviço de refeições escolares**, a atribuição de apoios no âmbito da **Ação Social Escolar**, e finalmente as **Atividades Extracurriculares** promovidas pelo Município. O funcionamento, renovação, cancelamento e suspensão destes serviços são regulamentados pelo **Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimento de Educação Pré-Escolar e do 1° Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Alcochete**[42].

[39] Relatório de Autoavaliação do AEA 2019/2020, disponível em http://www.aealcochete.box3.pt/images/AnoLetivo20202021/RecrutamentoESA/AO/AEA_RelatorioAutoavaliacao20192020_anexos.pdf .

[40] Disponível em http://www.aealcochete.box3.pt/images/AnoLetivo20202021/DocumentosOficiais/PlanoAcaoEstrategica_2018_2021.pdf

[41] Disponível em: http://www.aealcochete.box3.pt/images/AnoLetivo20202021/DocumentosOficiais/ProjetoEducativo.pdf

[42] Publicado no Diário da República, n.º 68/2021, Série II de 2021-04-08, Edital n.º 400/2021.

## AAAF e CAF

Segundo o Regulamento[43], AAAF destinam-se ao acompanhamento das crianças que frequentam a educação pré-escolar antes e/ou depois do período diário de atividades educativas e durante o período de interrupção das mesmas. Já a CAF, corresponde às atividades destinadas a acompanhar os alunos que frequentam o 1º CEB, antes e/ou depois da componente curricular e extracurricular e durante os períodos de interrupção letiva, tendo que estar inscritos nas atividades extracurriculares. Estas atividades são gratuitas e têm natureza lúdica, formativa e cultural, abrangendo domínios diversificados, tais como o desposto, as artes, a ciência, a tecnologia, e o voluntariado e solidariedade.

Estes serviços têm um projeto transversal a todos os estabelecimentos de ensino, que assenta em princípios que asseguram condições de igualdade entre todas as crianças da educação pré-escolar e do 1º CEB da rede pública do Concelho. Os serviços AAAF e CAF têm como missão comum a construção de um suporte no que concerne à harmonização entre vida profissional e familiar, procurando criar uma resposta social adequada que permita apoiar as famílias e proporcionar as crianças momentos de descontração e brincadeira nos períodos que antecedem ou que sucedem as atividades educativas e letivas diárias.

O projeto assenta na disponibilização de atividades de educação não formal, assentes na livre escolha e no envolvimento das crianças como meio para alcançar o sucesso e onde a aprendizagem não se sobrepõe ao convívio com pares. Estas atividades são de diferente natureza, incluindo atividades e jogos de expressões físico-motora, plástica e dramática, e procuram promover o bem-estar físico e emocional das crianças. A criança é estimulada a interagir com os outros e com ambiente, expressando as suas ideias, tomando decisões, e aprendendo a gerir emoções e valores como a partilha, o respeito, a compreensão, a tolerância, a solidariedade e responsabilidade.

No ano letivo 2020/2021, além das atividades regulares, foi estabelecida uma **parceria com o Conservatório Regional de Artes do Montijo**, para realização semanal de aulas de dança criativa, em cada estabelecimento de ensino. Estas aulas promovem, através de uma linguagem

[43] O Regulamento define normas comuns para estes serviços, que se aplicam a todos os pais e encarregados de educação. Estabelece que as candidaturas a estes serviços sejam formalizadas com a inscrição em boletim próprio, sendo o período de candidatura e a tabela de comparticipações divulgadas anualmente no site do município de Alcochete. O valor cobrado inclui a frequência das atividades nos períodos de interrupção letiva do Natal, Páscoa e Verão. As renovações têm prioridade sobre as novas inscrições, incluindo as inscrições no serviço CAF de alunos que tenham frequentado, no ano anterior, os serviços AAAF até ao mês de julho. São ainda definidos critérios para prioridade de admissão, regras de funcionamento e horários dos serviços, regras nos pagamentos, obrigações e direitos e deveres dos funcionários de educação.

não verbal, a exteriorização de sentimentos, ideias e emoções levando a um maior conhecimento do próprio corpo e do próprio eu, fomentando a autoestima das crianças.

As admissões aos serviços AAAF e aos serviços CAF estão **dependentes das vagas disponíveis**. A Tabela 35 apresenta o nº de vagas disponibilizadas por cada estabelecimento de ensino, para cada um dos níveis de ensino, assim como o que estas representam relativamente à capacidade da escola em termos de número de alunos. Verifica-se que a **oferta de AAAF é superior à de CAF**, tendo uma taxa potencial de cobertura nas várias escolas de 60% da capacidade da escola para o pré-escolar, enquanto a oferta de CAF está disponível para cerca de um quarto do número máximo de alunos de cada estabelecimento de ensino.

**Tabela 35. Lista de admissões para serviços AAAF e CAF por estabelecimento de educação, ensino e ciclo de escolaridade**

Fonte: CMA, Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família, 2021

| Estabelecimento de ensino | Pré-escolar | | 1º CEB | |
|---|---|---|---|---|
| | N.º de admissões | % da capacidade | N.º de admissões | % da capacidade |
| EB nº1 de Alcochete | 15 | 60,0 | 20 | 26,7 |
| EB nº2 de Alcochete | 30 | 60,0 | 40 | 22,9 |
| EB1/JI da Restauração | 30 | 60,0 | 60 | 26,7 |
| JI do Passil | 15 | 60,0 | - | - |
| EB1/JI de S. Francisco | 60 | 60,0 | 60 | 24,0 |
| JI do Samouco | 60 | 60,0 | - | - |
| EB1 do Samouco | - | - | 30 | 30,0 |
| Total | 210 | - | 210 | - |

De acordo com a informação disponibilizada pelos serviços municipais, no ano letivo de 2020/2021, os **serviços AAAF envolveram 17 trabalhadores** e foram usufruídos por um total de **198 crianças**, que **não preencheram todas as vagas**: restaram 5 vagas na EB nº 1 de Alcochete, que neste ano entrou em requalificação, 6 no Passil e 2 no JI do Samouco. Em contrapartida, na EB da Restauração foi autorizada a inscrição de uma criança além da capacidade máxima estipulada (Tabela 36).

**Tabela 36. N.º de trabalhadoras afetos aos serviços AAAF e CAF e n.º de crianças que usufruem dos mesmos, por estabelecimento de ensino**

Fonte: CMA, 2021

| Estabelecimento de ensino | Serviços AAAF | | Serviços CAF | |
|---|---|---|---|---|
| | Nº de trabalhadores | Nº de crianças | Nº de trabalhadores | Nº de crianças |
| EB nº1 de Alcochete | 1 | 10 | 2 | 19 |
| EB nº2 de Alcochete | 3 | 30 | 4 | 52 |
| EB1/JI da Restauração | 3 | 31 | 4 | 58 |
| JI do Passil | 2 | 9 | - | - |
| EB1/JI de S. Francisco | 4 | 60 | 5 | 68 |
| JI do Samouco | 4 | 58 | - | - |
| EB1 do Samouco | - | - | 3 | 34 |
| Total | 17 | 198 | 18 | 231 |

Os serviços **CAF afetam 18 trabalhadores** e são **usufruídos por 231 crianças**, **superando a oferta prevista** no Regulamento. A EB nº 2 de Alcochete e a EB1 de S. Francisco são os estabelecimentos onde a procura (nº de crianças com CAF) supera com maior intensidade a oferta.

## Atividades de Enriquecimento Curricular

As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) são de **carácter facultativo** e destinam-se aos **alunos do 1.º CEB**. Possuem uma **natureza lúdica, formativa e cultural**, podendo situar-se nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado, e da dimensão europeia da educação[44].

Relativamente a estas atividades, a Direcção-Geral da Educação[45] tem vindo a alertar para a tendência generalizada de "excessiva escolarização, que se traduz em ofertas de carácter segmentado e pouco articulado com o período curricular e com o projeto educativo dos agrupamentos de escolas", sendo ainda algumas das AEC indevidamente substitutas das componentes artísticas e físico-motoras. Neste sentido, divulgou um conjunto de recomendações[46], que, entre outras questões, valoriza o tempo de recreio, a natureza lúdica e a utilização de espaços e recursos educativos diversificados, na comunidade.

[44] Enquadramento | Direção-Geral da Educação (mec.pt)

[45] Enquadramento | Direção-Geral da Educação (mec.pt)

[46] As recomendações de ação no contexto das AEC são: "O tempo de recreio necessário para a brincadeira livre das crianças; o caráter lúdico das atividades, que devem orientar-se para o desenvolvimento da criatividade e das expressões; a utilização de espaços, materiais, contextos e outros recursos educativos

No território educativo do município de Alcochete, a **Federação das Associações de Pais do Concelho de Alcochete** (FAPEECA) é a **entidade promotora das AEC** nas escolas públicas de Alcochete. No ano letivo 2020/2021, a EB1 de S. Francisco foi a escola com maior número de alunos inscritos nas AEC, seguida pela EB1 da Restauração e pela EB nº2 de Alcochete, representando estes alunos cerca de 75 a 80% da população escolar. A EB de Passil, apesar de ter sido o estabelecimento de ensino onde foi menor o número de alunos com AEC, foi também o único onde esta oferta abrangeu a totalidade da população escolar. A maior parte dos alunos usufruíram das AEC numa base diária, ou seja, uma hora por dia.

**Tabela 37. Número de alunos beneficiários das AEC, por estabelecimento de ensino e minutos, para o ano letivo 2020/2021**

Fonte: CMA, 2021

| Estabelecimento de ensino | 5x60 minutos | 4x60 minutos | 3x60 minutos | 2x60 minutos | 1x60 minutos | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº | Nº | Nº | Nº | Nº | Nº | % dos alunos |
| EB n.º1 de Alcochete | 16 | 0 | 38 | 0 | 0 | 54 | 80,6 |
| EB n. º2 de Alcochete | 114 | 0 | 20 | 3 | 0 | 137 | 78,7 |
| EB1 da Restauração | 111 | 0 | 40 | 1 | 1 | 153 | 75,7 |
| EB1 de Passil | 17 | 0 | 10 | 0 | 0 | 27 | 100,0 |
| EB1 de São Francisco | 106 | 1 | 67 | 2 | 1 | 177 | 80,1 |
| EB1 do Samouco | 61 | 0 | 28 | 0 | 0 | 89 | 78,1 |

As atividades físicas e desportivas incluídas nas AEC abrangem um total de 317 praticantes do sexo feminino e 283 do sexo masculino.

## Ação social escolar

A atribuição dos apoios no âmbito da ASE visa **prevenir a exclusão social e o abandono escolar**, garantindo a igualdade de oportunidades de acesso ao êxito escolar e o cumprimento da escolaridade obrigatória. As modalidades de apoio incluem auxílios económicos para a aquisição de material escolar, para visitas de estudo, comparticipação financeira no valor das refeições diárias que dizem respeito a estabelecimentos de ensino dotados de refeitório, bem como para transportes escolares.

diversificados, na comunidade, evitando-se a permanência em sala de aula; a eliminação do agendamento de trabalhos de casa; o enquadramento e apoios necessários para que todos os alunos possam participar nas atividades, independentemente das suas capacidades ou condições de saúde; a garantia de que todas as componentes do 1º ciclo são abordadas pelo docente da turma, em período curricular".

A concessão e o acesso aos apoios são determinados com base na condição socioecónomica em que se enquadram os alunos e os seus agregados familiares, correspondendo a escalões de rendimento específicos para atribuição do abono de família calculado com base no indexante de Apoios Sociais (IAS). A estes escalões corresponde o acesso a diferentes benefícios, níveis de benefício ou graus de comparticipação pelos benefícios recebidos, de acordo com a legislação em vigor[47]. O Despacho n.º 8452-A/2015[48] define os valores mínimos de comparticipação para os alunos do 1° ciclo, tendo os municípios, no âmbito das suas atribuições neste domínio, competência para aumentar e alargar os apoios de ação social escolar. Para alem das modalidades de apoio acima descritas, o despacho define ainda uma comparticipação suplementar na aquisição em tecnologias de apoio para alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente.

Para o escalão A (escalão 1 do abono de família), o Município de Alcochete[49] comparticipa a totalidade do valor das refeições diárias nos estabelecimentos de ensino dotados de refeitório, os livros do 1º CEB são gratuitos, e está previsto um auxílio económico de 16 euros para aquisição do material escolar. Para o escalão B (escalão 2 do abono de família), os apoios são concedidos a 50% no que remete para a alimentação[50], e o auxílio económico para aquisição de material escolar é de 8 euros, no entanto os livros do 1º ao 4° ano mantêm a sua gratuitidade.

O Projeto de Intervenção do AEA para o quadriénio 2021-2025 valoriza a relevância do perfil socioeconómico do agregado familiar do aluno no desempenho académico do mesmo, traduzindo a existência de diferenças de oportunidades para o sucesso escolar e prosseguimento dos estudos. De acordo com esta fonte, no ano letivo de 2019/2020, 17,9% de alunos do AEA beneficiou da ASE, sendo esta percentagem superior nos primeiros anos de escolaridade obrigatória e entre os alunos dos Cursos Profissionais do Ensino Secundário (Tabela 38).

[47] Decreto-Lei n.º 55/2019.

[48] Publicado em Diário da República n.º 148/2015, 2º Suplemento, Série II de 2015-07-31. Disponível em https://dre.pt/home/-/dre/69927755/details/maximized.

[49] https://www.cm-alcochete.pt/viver/educacao/apoios-socioeducativos/acao-social

[50] Durante grande parte do ano letivo de 2020/2021, devido ao agravamento da situação pandémica, os alunos beneficiários do escalão B da Ação Social foram também isentos do pagamento das refeições escolares.

**Tabela 38. Alunos beneficiários da Ação Social Escolar, por tipologia de ensino, nos anos letivos 2019-2020**

Fonte: AEA, Projeto de Intervenção 2021-2025

| Nível de Ensino | | 2019-2020 |
|---|---|---|
| Ensino Básico | 1º Ciclo | 171 |
| | 2º Ciclo | 88 |
| | 3º Ciclo | 138 |
| Ensino Secundário | | 90 |
| Total | | 487 |

Uma análise desagregada dos dados dos serviços sociais do Município, para o ano letivo de 2020/2021, por escola do pré-escolar (Figura 45) e do 1º CEB (Figura 46), destaca a EB1 do Passil como o estabelecimento de ensino que, em ambas as situações, concentra uma maior proporção de população escolar socialmente menos favorecida. Com efeito, este estabelecimento de ensino, mais afastado dos principais centros urbanos do Concelho, serve preferencialmente uma população que enfrenta algumas fragilidades de natureza socioeconómica, pelo que no pré-escolar, quase metade dos alunos eram beneficiários do ASE, e no 1º CEB esta percentagem supera os 70%.

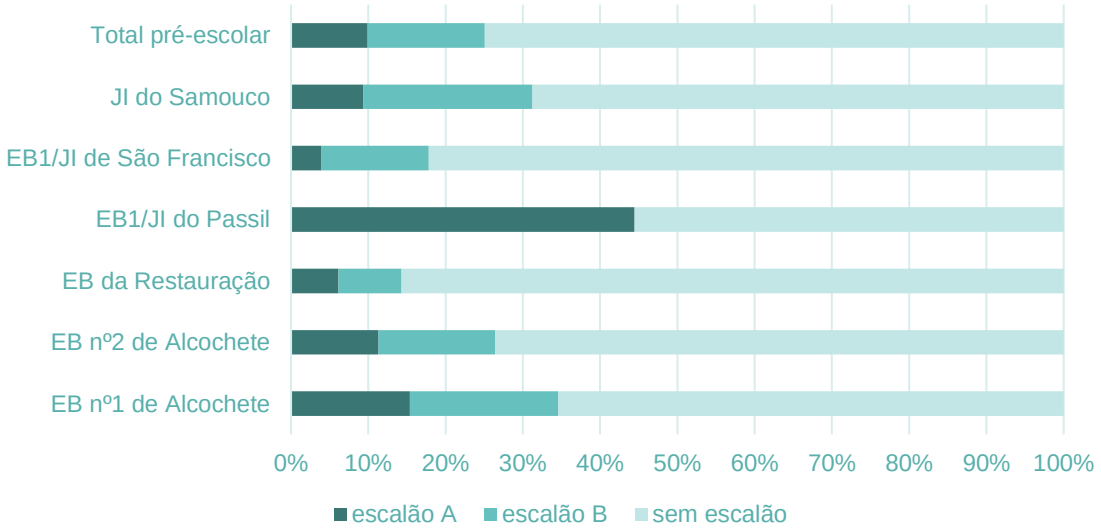



**Figura 45. Alunos do pré-escolar segundo o escalão da ASE por estabelecimento de ensino, em 2020-2021**

Fonte: CMA, 2021

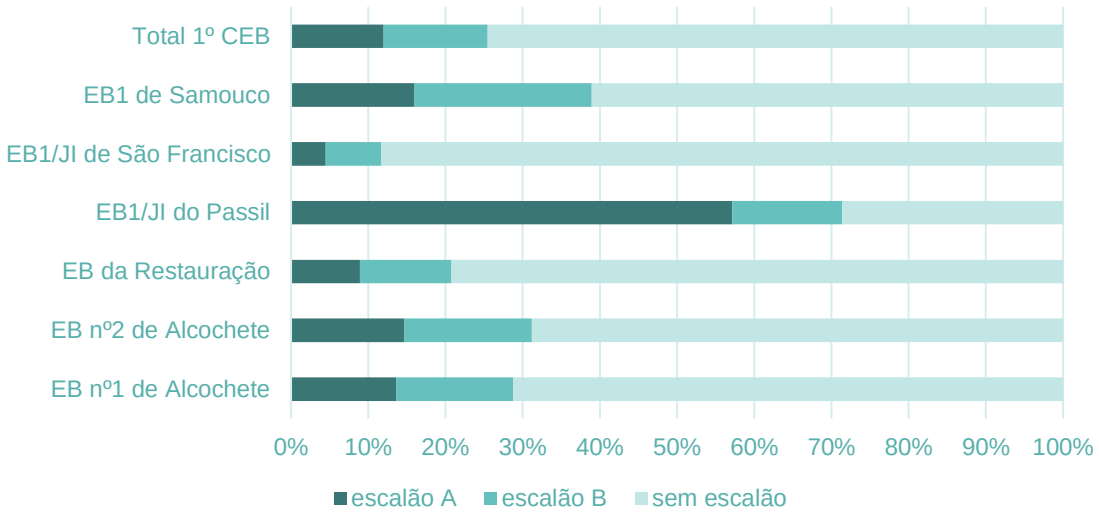



**Figura 46. Alunos do 1º CEB segundo o escalão da ASE por estabelecimento de ensino, em 2020-2021**

Fonte: CMA, 2021

As escolas do Samouco, principalmente da EB1 e ainda que a uma grande distância da escola do Passil, possui igualmente uma percentagem de alunos beneficiários da ASE superior à média do nível de ensino correspondente (total do pré-escolar e total do 1º CEB).

Pelo contrário, o Centro Escolar de São Francisco destaca-se pela positiva, apresentando proporções mais reduzidas de alunos beneficiários da ASE, seguida pela EB da Restauração.

Adicionalmente, importa mencionar que em consequência a situação pandémica, nos últimos anos foram garantidos alguns apoios complementares aos alunos socialmente vulneráveis. De acordo com o Balanço do ano letivo 2019/2020 do AEA, foram disponibilizados um total de 105 computadores (48 no 1° ciclo; 10 no 2° ciclo; 14 no 3° ciclo; 22 no ensino secundário), 7 tablets (pelo APEE do Valbom), e 20 computadores (pela CMA a alunos do Ensino Secundário). Foi ainda fornecido auxílio para as fotocópias (36 alunos no 1° CEB, 11 no 2° CEB e 6 no 3° CEB), e foram disponibilizados equipamentos da escola a professores e alunos, neste último caso, com apoio presencial na ESA (Cursos Profissionais).

As atas do Conselho Pedagógico alertam para o agravamento das desigualdades das condições e oportunidades de aprendizagem, em consequência da pandemia.

### Refeições escolares

De acordo com o Regulamento, o serviço de refeições escolares é principalmente destinado aos alunos que frequentam os estabelecimentos públicos de educação e ensino pré-escolar e do 1º CEB, bem como ao pessoal docente e não docente desses estabelecimentos, aos membros da comunidade educativa que a eles se deslocam e ainda, em casos excecionais, aos participantes de atividades pontuais, mediante autorização prévia da CMA.

O serviço de fornecimento de refeições funciona durante os períodos de atividade letiva, sendo, todavia, também assegurado pela CMA nos períodos de interrupção letiva, no caso do CAF. As ementas são de responsabilidade da Autarquia e definidas com o apoio de técnicos especializados. O preço dos almoços destinados aos alunos é fixado anualmente por despacho do ME, e o pagamento efetuado diária ou mensalmente de acordo com o ano de escolaridade dos alunos. O Regulamento define ainda disposições relativas ao funcionamento e utilização dos refeitórios escolares.

Todas as escolas da rede pública possuem refeitório e cozinha, com exceção da EB. nº1 de Alcochete, EB. do Passil e EB. do Samouco, que apenas possuem copa e refeitório. No entanto, as instalações das cozinhas do J.I. do Samouco e da E.B. da Restauração, necessitam de beneficiações quanto ao grau de conservação, mobiliário e equipamentos.

## 2.5.5. Transportes escolares

A elaboração do plano de transportes escolares, bem como a organização e controlo do funcionamento dos transportes escolares conforme o definido no respetivo plano de transporte municipal, são competências transferidas para os órgãos municipais, tal como analisado no capítulo 2.2.2.

De um ponto de vista normativo, o acesso aos transportes escolares é regulamentado pelo **Regulamento dos Transportes Escolares** do Município de Alcochete de 2015, alterado em 2021 com o Edital n.°142/2021[51]. O transporte escolar é assegurado em 2 tipos de circuito: em transporte público e especial, este último assegurado pela CMA com recurso a veículos próprios, sendo destinado à população escolar residente em locais que não são servidos por transportes públicos. O regulamento define os pressupostos e as regras de organização e funcionamento do serviço de transporte escolares, incluindo os circuitos de carreiras públicas, bem como a rede

[51] Diário da República, n.°18/2021, Série II de 2021-01-27. Disponível em: https://dre.pt/home/-/dre/155460815/details/maximized

complementar dos circuitos especiais, e entendendo o transporte escolar como meio para assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e possibilitar a prossecução dos estudos até o limite de idade legalmente estabelecida.

Os percursos dos circuitos especiais do transporte escolar, e as respetivas paragens e horários são definidos anualmente pela CMA, sendo que o transporte escolar, nos circuitos de carreiras públicas, utiliza os transportes públicos. Neste contexto, é de responsabilidade da CMA a organização do processo de acesso ao transporte escolar por parte dos seus alunos, inclusivamente a divulgação dos requisitos necessários para beneficiar do apoio em transporte e dos termos do processo de candidatura[52]. O regulamento aplica-se a todos os alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória da rede pública e solidária até os 18 anos de idade, incluindo aqueles que residem a mais de 3 quilómetros do estabelecimento escolar e respondam a requisitos específicos.[53]:

Para a população escolar, que se encontra em escolaridade obrigatória e que reside a mais de 3 km do respetivo estabelecimento de ensino, cujo transporte é assegurado por transportes públicos, a CMA comparticipa na totalidade do valor do passe. A CMA comparticipa igualmente a totalidade do valor do passe concedido aos alunos com necessidades educativas especiais. As comparticipações são concedidas uma vez por mês para cada titular.

O Regulamento prevê também exceções no fornecimento de transporte escolar, sendo que a CMA poderá assegurar este a alunos que residam a menos de 3 km e que se encontrem em situações especificas (como, por exemplo, doença ou deficiência, graves problemas de natureza social no agregado familiar, etc.), bem como penalizações que determinam a perda do direito dos alunos em utilizar o transporte escolar (abandono do estabelecimento de ensino, utilizo indevido dos transportes, comportamentos antissociais, etc.).

Neste quadro, o município de Alcochete elaborou o **Plano Municipal de Transportes** (PMT) para o ano letivo 2020/2021[54], que tem como objetivo a identificação dos alunos e alunas que

[52] Estas responsabilidade foram transferidas do Agrupamento de Escolas de Alcochete para a Camara Municipal de Alcochete com a alteração do Edital n.°142/2021.

[53] De acordo com o Regulamento, são estes: ser matriculados na escola da sua área de residência; ter sido deslocados de cursos diurnos para a frequência de cursos noturnos; ser matriculados em estabelecimentos de ensino localizados fora da área de residência (por ausência de vaga, curso, ou disciplina especifica).

[54] Desenvolvido pela Divisão de Intervenção Social, Setor de Educação do Município de Alcochete, e aprovado em reunião de câmara, a 25 de julho de 2019: https://www.cm-alcochete.pt/municipio/noticias/arquivo-de-noticias/2019/noticia/camara-aprova-plano-municipal-de-transportes-escolares.

nesse ano letivo necessitam de transporte por residirem a mais de 3 km do estabelecimento do ensino onde estão matriculados, e a definição da solução mais adequada nesta matéria.

À data da sua elaboração, o PMT identificou **392 alunos do ensino pré-escolar, básico e secundário que necessitavam de transporte** entre as localidades de residência e o estabelecimento de ensino que frequentam[55]. A maior parte corresponde a alunos da Escola Secundária de Alcochete (161 alunos) e da EB23 El-Rei D. Manuel I (161 alunos).

O transporte dos alunos é, na maior parte das situações, assegurado por **transporte público**, designadamente pela empresa de transportes coletivos de passageiros Transportes Sul do Tejo (TST), que assegura a conexão de Alcochete à Fonte da Senhora, Passil, Barroca d'Alva, Monte Laranjo, Samouco e São Francisco, bem como a outros concelhos limítrofes (Lisboa, Montijo, Moita, Setúbal, Palmela). No âmbito do circuito de carreiras públicas, o PMT estimava, para a frequência de estabelecimentos de ensino no Concelho, o transporte de **349 alunos**, dos quais 306 necessitam de transporte entre localidades dentro do Concelho e 43 correspondem a deslocações interconcelhias.

Os restantes alunos com necessidade de transporte dizem respeito aos **circuitos especiais** destinados as localidades mais isoladas e rurais distribuídos em 3 circuitos, que abrangem um total de **43 alunos**, agrupados em 4 grupos[56] (Figura 47).

[55] De acordo com a Ata 16° do CME, de 10 de julho de 2018, para a versão anterior do PMT (2018/2019), estimava-se que 388 alunos iriam beneficiar do circuito de transporte público, comparticipado financeiramente pelo Município, sendo que no caso de 67 alunos as deslocações eram interconcelhias.

[56] Para estes circuitos especiais o Plano previa a utilização das estradas nacionais (EN4, 118, 119, 502), Municipais (Estrada da Malhada de Meias), CM 100, 1203, 502, 1123, 1124, Pinhal do Concelho, Terroal, Passil, outras de terra batida e também estradas e caminhos privados, como o caminho de acesso a Herdade Barroca d'Alva.

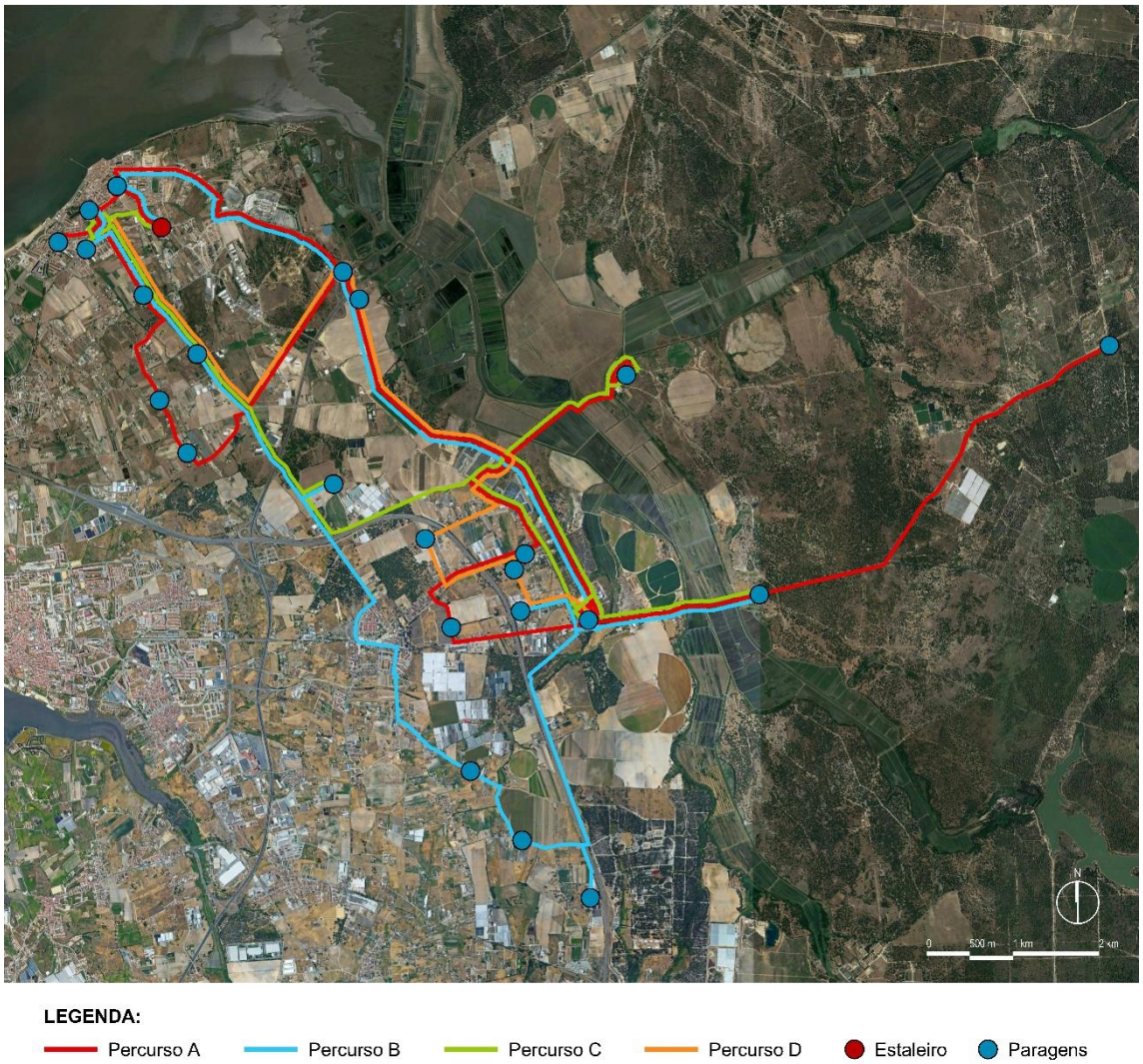



**Figura 47. Transportes escolares no âmbito dos circuitos especiais**

Fonte: CMA, 2021

A Tabela 39 sintetiza as caraterísticas das deslocações necessárias para as respetivas escolas, para o conjunto dos alunos residentes no concelho de Alcochete que carecem de transporte escolar.

**Tabela 39. Plano Municipal de Transportes por circuito, distância, duração, e número de alunos transportados por tipologia de ensino**

Fonte: CMA, 2020

| Circuito | Origem | Destino | Dist. (km) | Dur. (min.) | Pré escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Sec. | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Samouco | Alcochete | 5 | 10 | 0 | 0 | 30 | 52 | 93 | 175 |
| 2 | S. Francisco | Alcochete | 4 | 10 | 0 | 0 | 27 | 24 | 50 | 101 |
| 3 | Concelho Alcochete | Alcochete | 10 | 25 | 0 | 0 | 5 | 10 | 15 | 30 |
| 4 | Samouco | Montijo | 4 | 15 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 | 4 |
| 5 | Samouco | Outros concelhos | - | - | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 7 |
| 6 | S. Francisco | Montijo | 8 | 20 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| 7 | S. Francisco | Outros concelhos | - | - | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 3 |
| 8 | Alcochete | Montijo | 10 | 25 | 0 | 0 | 0 | 3 | 4 | 7 |
| 9 | Alcochete | Outros concelhos | - | - | 0 | 0 | 0 | 2 | 19 | 21 |
| 1 | Zonas Rurais | EB Passil | 49,95 | 145 | 5 | 13 | 0 | 0 | 0 | 18 |
| 2 | Zonas Rurais | Restauração Monte Novo e Valbom | 15 | 100 | 2 | 6 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| 3 | Zonas Rurais | EB23 El-Rei e ESA | 66,15 | 115 | 0 | 0 | 0 | 13 | 3 | 16 |
| 4 | Alcochete | Poeta Joaquim Serra | 15 | 20 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Total de alunos | | | | | 7 | 19 | 62 | 107 | 197 | 392 |

O investimento estimado pelo PMT pelo transporte dos 349 alunos no âmbito dos circuitos de carreiras públicas, corresponde à 103.827,50 euros (10 meses e 9 circuitos), e para o transporte dos 43 alunos no âmbito dos circuitos especiais a 68.498,57 euros (4 circuitos multiplicado por 198 dias), perfazendo um total de 172.326,07 euros.

O PMT aponta a necessidade de coordenação entre o município de Alcochete e o AEA, de forma a alinhar os horários escolares com os circuitos de transportes.

### 2.5.6. Recursos humanos

Em termos de evolução de docentes em exercício, o município de Alcochete segue a dinâmica da AML e consequentemente de Portugal. Em comparação com os censos de 2011, o concelho de Alcochete manteve, em termos percentuais, o mesmo número de docentes do Ensino Básico – 2ºciclo, enquanto a AML sofreu uma descida brusca, sendo essa a maior alteração apresentada na comparação dos anos letivos 2011/2012 e 2018/2019.

O AEA, no seu projeto de intervenção para o quadriénio 2021-2025, evidencia a estabilidade do pessoal docente e não docente, entendido como fator facilitador da implementação e sucesso de um projeto para o AEA, a médio e longo prazo.

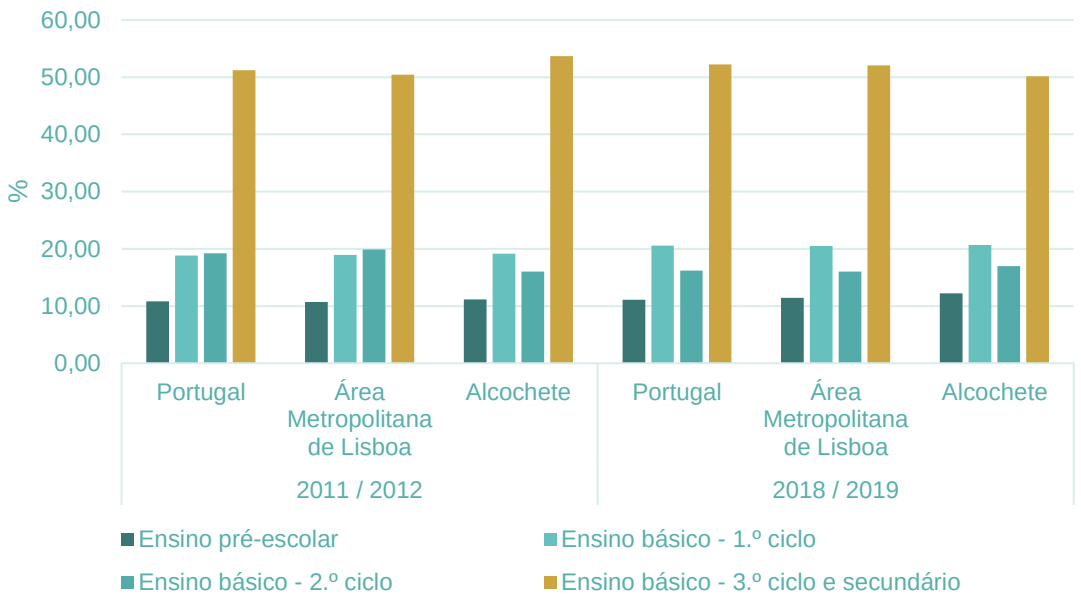



**Figura 48. Evolução dos docentes em exercício (%), nos anos letivos 2011/2012 e 2018/2019**

Fonte: DGEEC

No que respeita ao pessoal não docente, é de destacar a presença nas escolas da rede pública do ensino pré-escolar e do 1º CEB de técnicos que asseguram o acompanhamento em domínios complementares à atividade letiva. As escolas do AEA dispõem de acompanhamento regular prestado por psicólogos, terapeutas da fala (para os alunos mais jovens, dos primeiros anos de escolaridade) e, assistentes sociais.

Além destes profissionais, outros funcionários contribuem na organização e funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino, assumindo um papel de relevo no bom ambiente escolar, acompanhamento das crianças e jovens e no funcionamento dos serviços. A tabela seguinte sintetiza, de acordo com a informação disponibilizada pelas escolas, o número de auxiliares de ação educativa (assistentes operacionais) nas escolas do AEA.

**Tabela 40. Assistentes operacionais nas escolas da rede pública, ano letivo 2020-2021**

Fonte: Escolas, fichas de caraterização

| Entidade | Assistentes operacionais | Alunos | Ratio alunos/assistente operacional |
|---|---|---|---|
| EB1 nº 1 de Alcochete | 3 | 92 | 30,7 |
| EB1 nº 2 de Alcochete | 20 | 224 | 11,2 |
| EB1/JI da Restauração | 7 | 252 | 36,0 |
| EB1/JI do Passil | 4 | 43 | 10,8 |
| EB1/JI de São Francisco | 10 | 321 | 32,1 |
| JI do Samouco | 8 | 94 | 11,8 |
| EB1 do Samouco | 3 | 114 | 38,0 |
| EB23 El-Rei D. Manuel I | 23 | 1208 | 52,5 |
| Escola Secundária de Alcochete | 87 | 1007 | 11,6 |

A Portaria n.º 245-A/2020 de 31 de agosto, veio alterar a Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro, que regulamenta os critérios e a respetiva fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente, por agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas.

Na educação pré-escolar o ratio de assistentes operacionais é de um por cada grupo de crianças regularmente constituído em sala, em conformidade com o limite definido em despacho normativo de constituição de turmas. No 1.º ciclo do ensino básico o ratio de assistentes operacionais é de um por cada conjunto de 18 a 36 alunos, acrescendo em situações específicas[57].

Saliente-se que uma das competências delegadas nos municípios é o recrutamento e seleção do pessoal não docente, afeto aos estabelecimentos de educação e ensino da rede escolar pública, em articulação com os agrupamentos de escolas.

[57] De acordo com as seguintes condições: a) Mais um assistente operacional por cada conjunto adicional de 1 a 44; b) Mais dois assistentes operacionais no caso de estabelecimentos de ensino com uma sala de unidade de ensino estruturado; c) Mais dois assistentes operacionais no caso de estabelecimentos de ensino com uma sala de unidade de apoio especializado; d) Um assistente operacional por cada sala adicional constituída em qualquer das unidades referidas nas alíneas b) e c).

## 2.6. Cenarização e projeções da população escolar

### 2.6.1. Cenários de evolução

As projeções demográficas são uma ferramenta essencial na identificação de tendências e um importante instrumento na determinação do que, salvo acontecimentos históricos extraordinários, aconteceria a uma determinada população se esta ficasse entregue exclusivamente às suas dinâmicas demográficas. Todavia, o valor das projeções demográficas não reside na capacidade de previsão e certeza, mas na demonstração de cenários possíveis, em condições específicas e predeterminadas.

Através da projeção da população para o concelho de Alcochete procura-se prospetivar os limites da evolução demográfica para o Município e o que poderá ser a sua população nas próximas décadas, não considerando a intervenção das políticas que possam vir a ser adotadas, nem a ocorrência de acontecimentos imprevisíveis.

Como a população não se fixa no tempo, está em permanente alteração e vai adquirindo novas configurações, afigura-se essencial conhecer as hipóteses com que o Município se irá deparar nas próximas décadas, para que possam ser tomadas medidas tendentes, concretizar aspirações e evitar constrangimentos.

Todavia, é preciso ter em conta que a população possível no futuro é condicionada pela estrutura e composição da população, no momento de partida (Censos 2011) e pelos diferentes padrões de comportamento das componentes demográficas, nomeadamente os óbitos, a natalidade e os fluxos migratórios, ou seja, das entradas (imigrantes) e saídas (emigrantes) do país e dos movimentos de população dentro do mesmo país (entre municípios).

Com base nestes pressupostos, o gráfico seguinte apresenta um resumo da projeção demográfica efetuada e dos quatro cenários calculados – cenário natural, cenário de atração baixa, cenário de atração tendencial e cenário de atração acentuada – respetivamente. Concomitantemente, este gráfico, enumera o número de residentes registados nos Censos entre 1981 e 2011, por forma a compararmos com o que foi extrapolado para 2035.

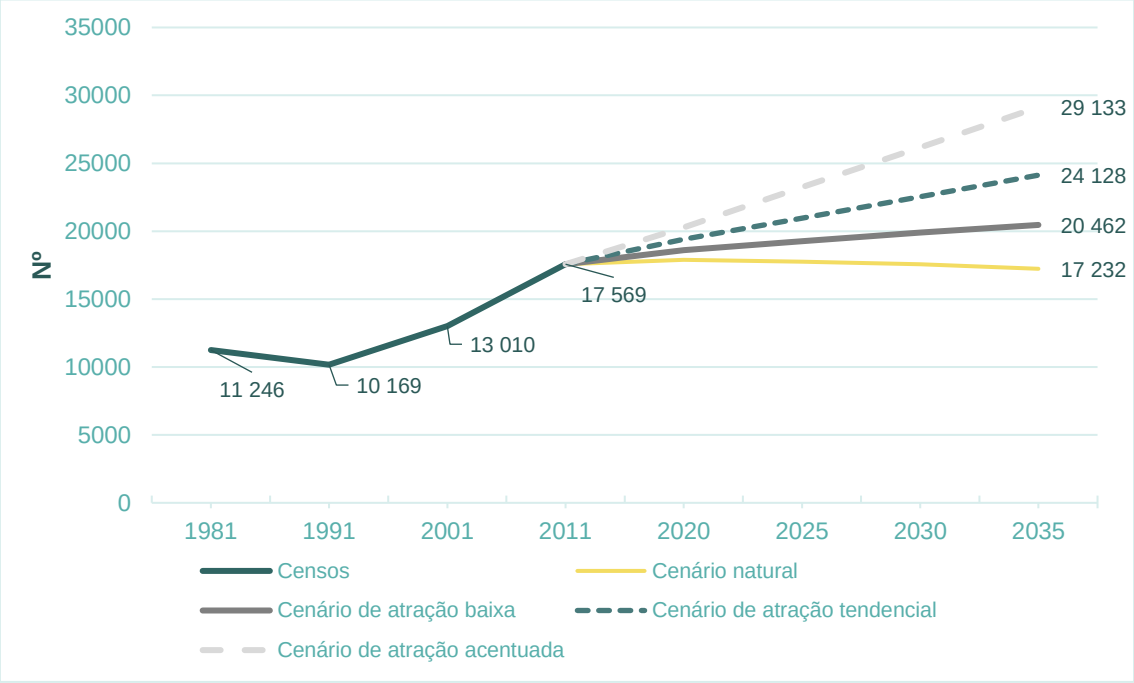



**Figura 49. Síntese da Projeção Demográfica, para o concelho de Alcochete**

Fonte: SPI

O **cenário natural** representa o "comportamento" da população, caso fossem criadas condições para anular os movimentos migratórios baseando-se numa população "estática" e, por isso, "não-real" (Tabela 41). Trata-se, portanto, de um cenário inverosímil.

**Tabela 41. Cenário natural para o concelho de Alcochete, no horizonte da Projeção Demográfica**

Fonte: SPI

| Períodos da Projeção Demográfica | Alcochete | Samouco | S. Francisco | Total |
|---|---|---|---|---|
| 2015 | 12.239 | 3.143 | 2.187 | 17.569 |
| 2020 | 12.482 | 3.122 | 2.288 | 17.892 |
| 2025 | 12.384 | 3.095 | 2.280 | 17.759 |
| 2030 | 12.239 | 3.058 | 2.261 | 17.558 |
| 2035 | 12.025 | 3.001 | 2.206 | 17.232 |

Os três cenários "migratórios" apresentados surgem como "reais", uma vez que consideram todas as componentes do crescimento populacional, quer sejam naturais (nascimentos e óbitos) ou migratórias (emigração, imigração e migrações internas).

O **cenário de atração baixa** representa um cenário de crescimento demográfico, com um acréscimo de 16% da população residente, em 2035 (Tabela 42). Na elaboração deste cenário foram considerados os valores da componente natural do crescimento demográfico (apresentados no cenário natural) e um saldo migratório positivo, baseado no valor mais reduzido para este indicador, registado para o concelho de Alcochete no decénio anterior. Neste caso, o saldo migratório mais baixo diz respeito ao ano de 2015, em que a entrada de imigrantes totalizou 142 efetivos, um valor que apesar de positivo encontra-se muito abaixo da média apresentada nos últimos 30 anos (303 efetivos).

Assente nestas premissas, o cenário de atração baixa sugere um aumento da estrutura demográfica, sobretudo ao nível das camadas mais altas desta, isto é, da população em idade ativa e da população idosa. Por oposição, a população jovem apresenta uma diminuição de quantitativos populacionais.

**Tabela 42. Cenário de atração baixa para o concelho de Alcochete, no horizonte da Projeção Demográfica**

Fonte: SPI

| Períodos da Projeção Demográfica | Alcochete | Samouco | S. Francisco | Total |
|---|---|---|---|---|
| 2015 | 12.239 | 3.143 | 2.187 | 17.569 |
| 2020 | 12.977 | 3.249 | 2.376 | 18.602 |
| 2025 | 13.427 | 3.363 | 2.465 | 19.254 |
| 2030 | 13.869 | 3.477 | 2.550 | 19.896 |
| 2035 | 14.286 | 3.581 | 2.595 | 20.462 |

O **cenário de atração tendencial** apresenta, igualmente, um aumento populacional, desta feita, de 37% face a 2011. A elaboração deste cenário baseou-se no comportamento médio para as componentes naturais e migratórias, do concelho de Alcochete, entre 2011 e 2020, um período marcado por saldos naturais e migratórios positivos, pelo que a extrapolação dos mesmos evidencia uma propensão para o crescimento da estrutura demográfica (Tabela 43).

**Tabela 43. Cenário de atração tendencial para o concelho de Alcochete, no horizonte da Projeção Demográfica**

Fonte: SPI

| Períodos da Projeção Demográfica | Alcochete | Samouco | S. Francisco | Total |
|---|---|---|---|---|
| 2015 | 12.239 | 3.143 | 2.187 | 17.569 |
| 2020 | 13.539 | 3.393 | 2.477 | 19.409 |
| 2025 | 14.610 | 3.667 | 2.675 | 20.951 |
| 2030 | 15.720 | 3.952 | 2.878 | 22.551 |
| 2035 | 16.852 | 4.239 | 3.037 | 24.128 |

O **cenário de atração acentuada** surge como um cenário mais "otimista". Apesar do cariz hipotético que lhe é intrínseco, a construção deste cenário assenta em tendências registadas no passado e, portanto, plausíveis de suceder. Contudo, é importante reiterar, que este cenário pressupõe a manutenção da mortalidade, a recuperação das taxas de fecundidade na ordem dos 59,7‰, bem como um saldo migratório que registe uma entrada anual de 450 imigrantes (Tabela 49).

**Tabela 44. Cenário de atração acentuada para o concelho de Alcochete, no horizonte da Projeção Demográfica**

Fonte: SPI

| Períodos da Projeção Demográfica | Alcochete | Samouco | São Francisco | Total |
|---|---|---|---|---|
| 2015 | 12.239 | 3.143 | 2.187 | 17.569 |
| 2020 | 14.142 | 3.548 | 2.586 | 20.276 |
| 2025 | 16.202 | 4.077 | 2.968 | 23.247 |
| 2030 | 18.231 | 4.602 | 3.336 | 26.168 |
| 2035 | 20.368 | 5.149 | 3.616 | 29.133 |

Atendendo às estimativas da população residente para o Município, calculadas pelo INE, podemos afirmar que **o cenário de atração tendencial é o que mais se aproxima das caraterísticas demográficas identificadas para o Município**, que, desde 2011, tem vindo a ganhar, em média, 242 efetivos anuais, o que em 2020 representava mais de 11% face ao estimado, em 2011.

Os **resultados preliminares dos Censos 2021** atualmente disponíveis, ainda que incipientes, **corroboram a tendência de crescimento demográfico acima mencionada**. Neste contexto, verifica-se que o cenário de atração tendencial excede em cerca de 260 efetivos comparativamente ao recenseamento da população residente no concelho de Alcochete. À escala da freguesia, as tendências de aumento populacional repercutem-se, à exceção da freguesia de São Francisco, cujo cenário demográfico projetado aponta, neste período, menos 93 indivíduos face aos Censos 2021.

### 2.6.2. Projeção da população escolar

Uma vez projetados os valores da população residente para o Município, importa determinar os possíveis cenários de evolução da população em idade escolar. Neste âmbito, trata-se de uma análise segmentada dos diferentes cenários, focada na população com idades compreendidas entre os 3 e os 19 anos, cujos resultados surgem agrupados por anos e por idades, conforme os diferentes níveis de ensino. Os grupos etários considerados são os seguintes:

- 3-5 anos: Educação pré-escolar;
- 6-9 anos: 1º CEB;
- 10-11 anos: 2º CEB;
- 12-14 anos: 3º CEB;
- 15-19 anos: Ensino secundário.

A Tabela 45, relativa à população estudantil apurada através dos Censos de 2011, sistematiza os dados de referência para este exercício, permitindo a repartição da população estimada para cada um dos grupos etários. Como podemos verificar, em 2011, a população em idade escolar correspondia, em termos absolutos, a 3.497 efetivos. Em termos relativos, a população residente com 6-9 anos de idade (1º CEB) garantia 24,79% desta estrutura, seguindo-se a população residente com 3-5 anos de idade (pré-escolar), com 20,07%.

**Tabela 45. População residente em idade escolar, para o concelho de Alcochete, em 2011**

Fonte: INE

| Idades | População em idade escolar | |
|---|---|---|
| | N. º | % |
| 3-5 anos | 702 | 20,07 |
| 6-9 anos | 867 | 24,79 |
| 10-11 anos | 476 | 13,61 |
| 12-14 anos | 572 | 16,36 |
| 15-17 anos | 536 | 15,33 |
| 18-19 anos | 344 | 9,84 |
| Total | 3.497 | 100,00 |

Os resultados encontram-se explanados na Tabela 46, os quais sugerem um acréscimo de 11% do número de alunos entre 2020 e 2035. É de referir, no entanto, que este aumento é verificável somente no ensino público (+409 efetivos em 2035 face a 2020), uma vez que o número de efetivos no ensino privado tende a diminuir ligeiramente (-9 efetivos em 2035 face a 2020).

**Tabela 46. Extrapolação da população em idade escolar com base no número de alunos entre os anos letivos 2009/2010-2019/2020, no concelho de Alcochete**

Fonte: SPI

| Ano da projeção | Alunos (n.º) | | |
|---|---|---|---|
| | Ensino público | Ensino privado | Total |
| 2020 | 3.122 | 423 | 3.545 |
| 2025 | 3.258 | 421 | 3.679 |
| 2030 | 3.395 | 418 | 3.812 |
| 2035 | 3.531 | 415 | 3.946 |

Analisada a evolução tendencial do número de alunos matriculados nas escolas do concelho de Alcochete, procedeu-se à repartição da população estudantil estimada, por nível de ensino, de modo a calibrar os diferentes cenários projetados, considerando as “perdas” de alunos para o ensino privado.

### Projeção da população escolar | Cenário de atração baixa

Num cenário de atração baixa, o número de efetivos em idade escolar tende a diminuir cerca de 10% até 2035 (Tabela 47). Os efetivos com 3-5 anos surgem como o grupo etário mais afetado pela perda de quantitativos demográficos (-41,28%, em 2035 face a 2020), seguindo o grupo de idade 6-9 anos (-23,63%, em 2035 face a 2020). Por oposição, os grupos etários dos 15 aos 19

anos contribuem para a evolução positiva de efetivos demográficos indicada neste cenário, os quais passam de 880 efetivos, em 2011, para 1.309 efetivos, em 2035 (Figura 50).

**Tabela 47. Projeção da população em idade escolar (Cenário de atração baixa) para o concelho de Alcochete, por grupos etários**

Fonte: SPI

| Idades | 2020 | 2025 | 2030 | 2035 | Diferença 2020-2035 (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| 3-5 anos | 415 | 254 | 229 | 244 | -41,28 |
| 6-9 anos | 883 | 844 | 617 | 674 | -23,63 |
| 10-11 anos | 502 | 565 | 543 | 432 | -13,93 |
| 12-14 anos | 621 | 697 | 670 | 537 | -13,54 |
| 15-17 anos | 691 | 746 | 830 | 798 | 15,43 |
| 18-19 anos | 443 | 479 | 533 | 512 | 15,43 |
| Total | 3.556 | 3.585 | 3.423 | 3.197 | -10,10 |

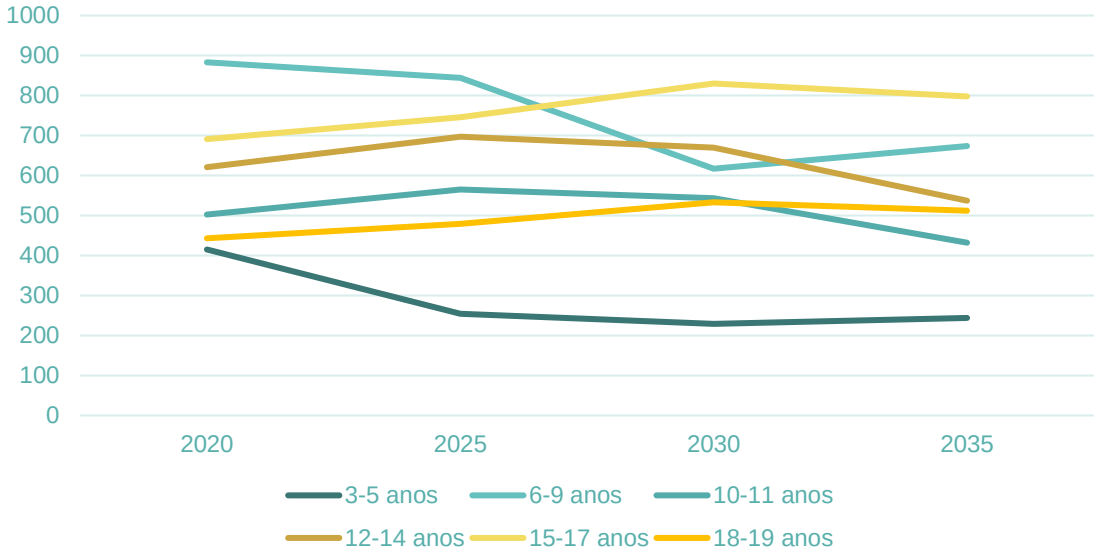



**Figura 50. Projeção da população em idade escolar (Cenário de atração baixa) para o concelho de Alcochete, por grupos etários**

Fonte: SPI

### Projeção da população escolar | Cenário de atração tendencial

Relativamente ao cenário de atração tendencial, verifica-se um crescimento de 9,28% da população entre os 3 e os 19 anos de idades, comparativamente a 2020 (Tabela 48). Todavia, este acréscimo de quantitativos demográficos não ocorre de forma transversal nos diferentes grupos etários, uma vez que os grupos de idades entre os 3 e os 9 anos de idade sofrem uma perda que ascende aos 7%. Já a evolução dos grupos etários entre os 15 e 19 anos traduz um aumento potencial da procura escolar do nível de ensino secundário (Figura 51).

**Tabela 48. Projeção da população em idade escolar (Cenário de atração tendencial) para o concelho de Alcochete, por grupos etários**

Fonte: SPI

| Idades | 2020 | 2025 | 2030 | 2035 | Diferença 2020-2035 (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| 3-5 anos | 449 | 338 | 362 | 426 | -5,02 |
| 6-9 anos | 928 | 940 | 784 | 902 | -2,83 |
| 10-11 anos | 523 | 612 | 618 | 548 | 4,81 |
| 12-14 anos | 646 | 753 | 761 | 676 | 4,68 |
| 15-17 anos | 751 | 833 | 953 | 960 | 27,93 |
| 18-19 anos | 482 | 535 | 612 | 616 | 27,93 |
| Total | 3.778 | 4.011 | 4.090 | 4.129 | 9,28 |

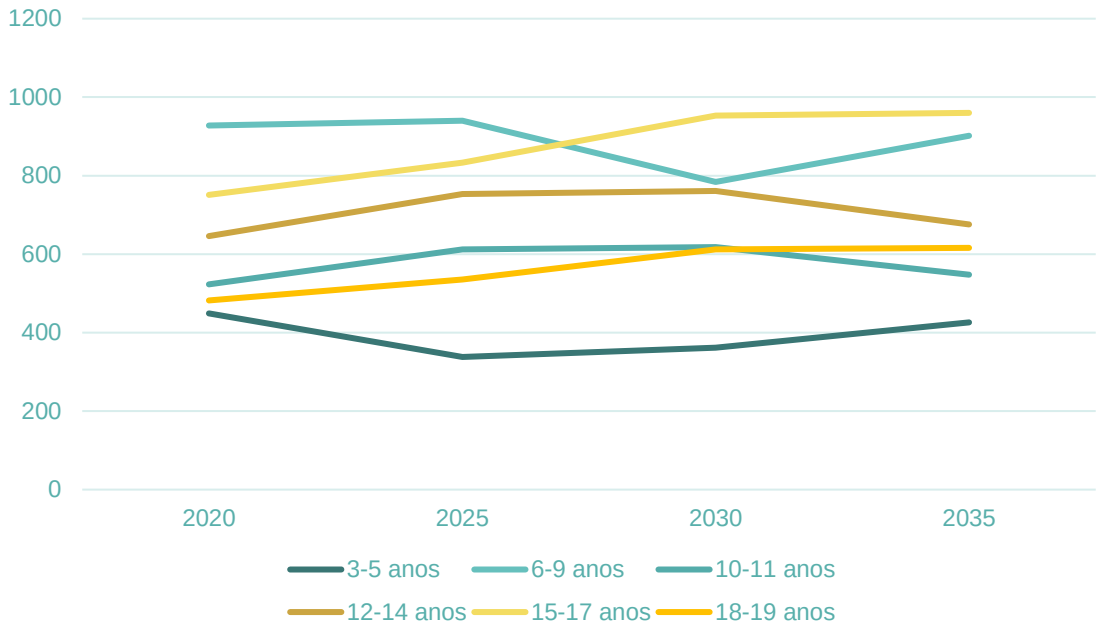



**Figura 51. Projeção da população em idade escolar (Cenário de atração tendencial) para o concelho de Alcochete, por grupos etários**

Fonte: SPI

### Projeção da população escolar | Cenário de atração acentuada

Num cenário de cariz mais otimista, a população em idade escolar passaria dos 3.497, registado em 2011, para 5.973 efetivos, até 2035, obtendo um ganho de cerca de 50%, face a 2020 (Tabela 49). Contrariamente aos cenários anteriores, todos os grupos etários apontam para uma evolução positiva, sobretudo o grupo de idades dos 3-5 anos (+ 63,79% em 2035 face a 2020) (Figura 52).

**Tabela 49. Projeção da população em idade escolar (Cenário de atração acentuada) para o concelho de Alcochete, por grupos etários**

Fonte: SPI

| Idades | 2020 | 2025 | 2030 | 2035 | Diferença 2020-2035 (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| 3-5 anos | 480 | 647 | 708 | 787 | 63,79 |
| 6-9 anos | 970 | 1.110 | 1.319 | 1.355 | 39,72 |
| 10-11 anos | 541 | 655 | 736 | 861 | 59,05 |
| 12-14 anos | 669 | 805 | 902 | 1.053 | 57,46 |
| 15-17 anos | 805 | 913 | 1.064 | 1.168 | 45,13 |
| 18-19 anos | 517 | 586 | 683 | 750 | 45,13 |
| Total | 3.981 | 4.715 | 5.412 | 5.973 | 50,03 |

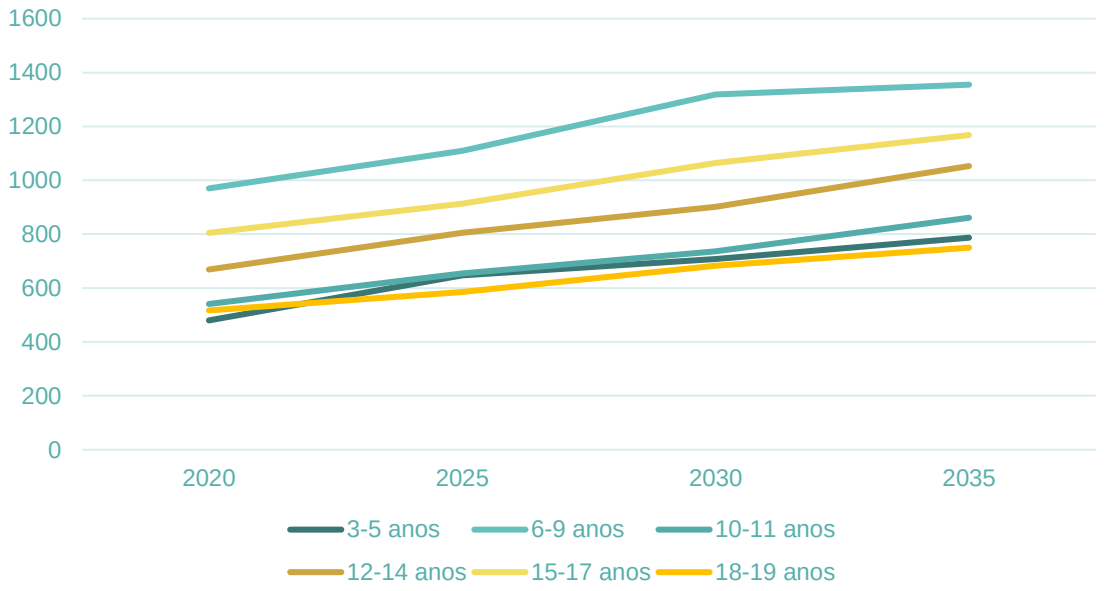



**Figura 52. Projeção da população em idade escolar (Cenário de atração acentuada) para o concelho de Alcochete, por grupos etários**

Fonte: SPI

A figura seguinte apresenta um resumo da projeção da população em idade escolar para os diferentes cenários.

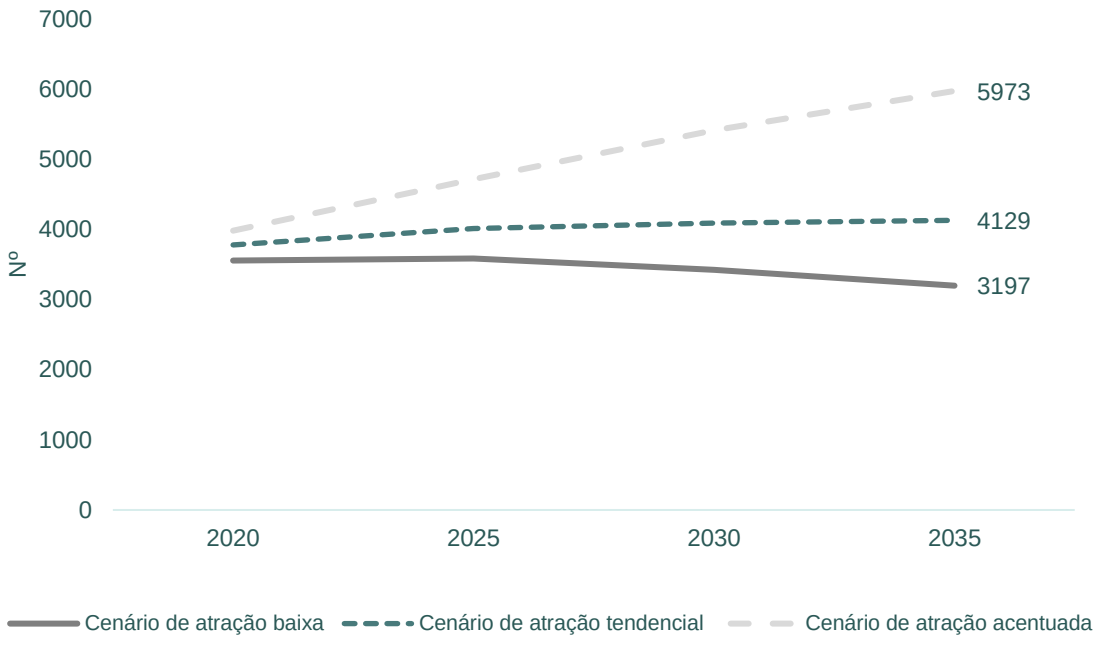



**Figura 53. Síntese da população em idade escolar, para o concelho de Alcochete**

Fonte: SPI

O exercício de cenarização e de projeção da população escolar realizado aponta para a manutenção do crescimento populacional que tem sido observado nas últimas décadas, acompanhado, todavia, pela manutenção da tendência de envelhecimento populacional, o que se traduz em potenciais diferenciadas de população escolar e dinâmicas na procura de ensino.

Como referido anteriormente, o **cenário de atração tendencial é o que mais se aproxima da realidade demográfica do concelho de Alcochete**, isto se for garantida a manutenção dos indicadores demográficos (mortalidade, fecundidades e migrações). Neste contexto, é expetável que no horizonte de 10 anos da projeção demográfica, a população em idade escolar, num cenário de atração tendencial, seja de 4.129 efetivos.

As projeções obtidas apontam para que a população em idade de frequentar os níveis de educação e ensino mais baixos (pré-escolar), não obstante algumas oscilações intermédias, tendam no horizonte de 2035 a uma ligeira redução, enquanto a população em idade de frequentar o 2º e 3º CEB tenderá a registar um ligeiro aumento, colocando-se o maior crescimento de população escolar ao nível do ensino secundário.

## 2.7. Síntese do diagnóstico

Tal como foi evidenciado no capítulo 2.1., onde são analisadas as dinâmicas demográficas e socioeconómicas do concelho, Alcochete afirma-se como um território ativo e atrativo, caraterísticas fortemente potenciadas pela construção da última travessia do Tejo, que reposicionou o concelho de Alcochete no contexto metropolitano. A aproximação e facilidade de acesso a Lisboa, dotaram o Município de uma forte atratividade residencial, com consequências sobre a dinâmica demográfica que se tornou muito positiva e que se deverá manter no futuro.

Também do ponto de vista socioeconómico, e salvaguardando o facto de que inevitavelmente as análises globais ocultam sempre a matiz de diferentes contextos e situações existentes em qualquer território, a situação do município de Alcochete afigura-se favorável. Indicadores como o ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem ou o poder de compra *per capita*, colocam Alcochete numa situação mais favorável do que o contexto regional e nacional, reforçando a sua atratividade.

Esta atratividade territorial foi, aliás, comprovada pelos recentes resultados preliminares dos Censos 2021 que, num contexto nacional quase generalizado de perda populacional, identificam Alcochete não apenas como um dos poucos municípios que apresenta uma evolução demográfica inversa, mas revelando também que, entre estes últimos, é aquele que apresenta o quarto maior crescimento populacional do País.

O dinamismo demográfico observado, que é sobretudo ditado pela componente de crescimento migratório (pois embora o crescimento natural seja ainda positivo, é baixo e apresenta uma tendência de decréscimo), tem tido, naturalmente, tradução quer na composição da população residente, quer na população em idade escolar.

Assim, por um lado, é possível identificar uma tendência de qualificação do perfil de escolaridade da população residente, observável tanto pela redução da população sem qualquer nível de ensino e com níveis de instrução mais reduzidos, como pelo incremento da proporção de população com níveis de escolaridade mais elevados. Por outro lado, é possível identificar um aumento dos alunos matriculados nos vários níveis de ensino. No ano letivo de 2019/2020, encontravam-se matriculados 3.554 alunos nos vários estabelecimentos de ensino do Concelho, 87,9% dos quais em escolas da rede pública (3.124 alunos). No ano letivo seguinte, as matrículas, apenas na rede pública, eram de 3.355 alunos. Já as taxas de escolarização revelam um aumento muito expressivo, e mais marcado do que ao nível regional e nacional, da frequência da educação pré-escolar.

O aumento de alunos no Concelho observado ao longo da última década tem sido canalizado, sobretudo, para os estabelecimentos de ensino da rede pública, que é atualmente composta por 9 escolas agrupadas num único agrupamento de escolas, com uma oferta educativa que cobre todos os níveis de ensino do pré-escolar ao secundário. No Concelho existe ainda uma escola do pré-escolar pertencente à rede solidária, com capacidade para 142 crianças (o maior equipamento deste nível de ensino no Concelho), que nos últimos anos letivos registou uma redução na procura. Já a oferta escolar privada engloba o pré-escolar, onde se encontram a maioria das crianças matriculadas em escolas privadas e, ainda, do 1º e 2º Ciclo.

Os últimos anos pautaram-se por um significativo investimento Municipal na rede escolar, que se traduziu num alargamento da capacidade das escolas públicas do pré-escolar e 1º CEB e numa melhoria substancial da qualidade da rede escolar destes níveis de escolaridade. Não obstante, mesmo nestes níveis de ensino, existem ainda algumas necessidades de intervenção, sobretudo nas escolas onde as intervenções realizadas nos últimos anos tiveram uma menor envergadura ou aconteceram já há mais tempo, nomeadamente no JI do Samouco, na EB1 do Passil e na EB1 da Restauração.

Em termos de dimensionamento da oferta de ensino pré-escolar, são várias, e por vezes contrárias, as dinâmicas a que é necessário atender. Por um lado, as perspetivas de consolidação do alargamento da universalidade de acesso ao ensino pré-escolar às crianças de 3 anos, assim como a existência de listas de espera nas escolas, aponta para a necessidade de alargamento da oferta escolar. Por outro lado, e apesar das projeções demográficas gerais indicarem a continuação das dinâmicas de crescimento populacional observadas em qualquer das freguesias do município de Alcochete, face à continuação da acentuação do processo de envelhecimento da população, as projeções para a população com idade compreendida entre os 3 e os 5 anos, apontam igualmente, segundo o cenário de atração tendencial, assumido como o mais provável, para uma diminuição das crianças desta faixa etária, seguida de uma recuperação que até 2035 não deverá superar os quantitativos hoje existentes. Junta-se ainda a existência de vagas nos últimos 2 anos não preenchidas no equipamento na rede solidária. Assim, o aumento da oferta de pré-escolar deverá continuar permitindo garantir um lugar às crianças mais jovens, mas ser contido na sua expressão .

Já o dimensionamento da oferta de 1º CEB, oferta que à semelhança do pré-escolar tem também vindo a ser aumentada e qualificada, parece ser capaz de garantir uma resposta adequada à procura projetada para a próxima década, que aponta uma tendência de decréscimo após 2025, seguida de uma recuperação após 2030.

No entanto, é nos últimos ciclos do ensino básico que se concentram as mais relevantes e prementes necessidades de investimento. A EB 23 El-Rei D. Manuel I, única escola pública com estes níveis de ensino, encontra-se fortemente pressionada face ao elevado volume de alunos que a procuram, tendo-se mantido ao longo da última década em significativa sobreocupação. Esta, inclusivamente, obrigou à instalação de módulos provisórios para ao acolhimento de turmas, assim como à colocação de outras turmas do 9º na escola secundária. Este desfasamento entre a capacidade da escola e a sua procura, cruza-se com o facto das instalações existentes se encontrarem muito degradadas e com manifestas necessidades em termos de recursos de aprendizagem (p.e. instalações e equipamentos informáticos, mobiliário e equipamentos, desadequação dos espaços de práticas experimentais).

A análise cruzada entre o atual contexto no domínio da educação no Município e as projeções de população escolar para a próxima década permite, portanto, estabelecer o seguinte balanço de necessidades (Tabela 50).

**Tabela 50. Síntese dos principais indicadores da oferta e da procura educativa e balanço da situação atual da rede escolar pública**

Fonte: SPI

| Nível de ensino | Estabelecimento de ensino | Contexto da oferta atual | | Contexto da procura atual | | Tendência recente de evolução do número de alunos | Projeção da população escolar (2020-2035) | Balanço situação atual | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Estado de conservação | Capacidade | Alunos matriculados (2020/2021) | Lista de espera (2021/2022) | | | Ocupação | Beneficiação |
| Ensino pré-escolar | EB n.º 1 de Alcochete | Bom | 25 | 25 | 6 | Constante | -5% | Plena | Requalificada |
| | EB n.º 2 de Alcochete | Bom | 50 | 50 | 25 | -[1] | | Plena | Requalificada |
| | EB1 da Restauração | Razoável | 50 | 50 | 19 | Constante | | Plena | Obras ligeiras |
| | EB1 de Passil | Razoável | 25 | 16 | 2 | Decréscimo | | Subocupada | Obras |
| | JI do Samouco | Razoável | 100 | 94 | 8 | Constante | | Plena (tendencial) | Obras |
| | EB1 de São Francisco | Bom | 100 | 100 | 26 | Constante | | Plena | Requalificada |
| | Rede pública | - | 350 | 335 | 86 | Aumento | | - | - |
| | Rede privada | - | SI | 183[2] | SI | Aumento | | - | - |
| | Rede solidária | - | 142 | 106 | 0 | Decréscimo | | Subocupada | - |
| 1º CEB | EB n.º 1 de Alcochete | Bom | 75 | 67 | - | Constante | -2,83% | Subocupada | Requalificada |
| | EB n.º 2 de Alcochete | Bom | 175 | 174 | - | Aumento | | Plena | Requalificada |
| | EB1 da Restauração | Razoável | 225 | 202 | - | Constante | | Subocupada | Obras |
| | EB1 de Passil | Razoável | 50 | 27 | - | Decréscimo | | Subocupada | Obras |
| | EB1 do Samouco | Em obra | 100[3] | 114 | - | Constante | | Sobreocupada | Em obra |
| | EB1 de São Francisco | Bom | 250 | 221 | - | Constante | | Subocupada | Requalificada |
| | Rede pública | - | 875 | 805 | - | Constante | | - | - |
| | Rede privada | - | SI | 93[2] | - | Constante | | - | - |
| 2º e 3º CEB | EB23 El-Rei D. Manuel I | Razoável | 750 | 431 (2ºCEB)<br>777 (3ºCEB) | - | Aumento | +4,81%<br>+4,68% | Sobreocupada | Obras |
| | Escolas da rede privada | - | - | 25 | - | Decréscimo | | - | - |
| Ensino secundário | Escola Secundária de Alcochete | Razoável | 800 | 1007 | - | Constante | +27,93% | Plena | Obras |

[1] O pré-escolar neste estabelecimento de ensino iniciou-se apenas no ano letivo de 2020/2021.

[2] Para o ano letivo de 2019/20202, e não considerando os alunos matriculados no Refúgio dos Fidalguinhos.

[3] Após a conclusão das obras de ampliação em curso, a capacidade da escola passará a ser de 150 alunos.

O Projeto de Intervenção para o Quadriénio 2021-2025, desenvolvido pelo atual Diretor do AEA, o professor Rodolfo Viegas, evidencia e sistematiza por domínio de intervenção, questões com necessidades de intervenção prioritária, no contexto do AEA. A saber:

- **Melhoria das condições físicas e dos recursos de aprendizagem**: adequação dos equipamentos informáticos, disponibilização de recursos inovadores, intervenção nas salas de aula, ação global no espaço escolar da Escola Básica 2,3 El-Rei D. Manuel I, aquisição de materiais e otimização de espaços de práticas experimentais;

- **Medidas de apoio às aprendizagens**: reforço das tutorias, aumento do apoio individualizado, incremento na coadjuvação e Preparação para exame/Preparação da prova final (PPE/PPF), participação e articulação das Bibliotecas Escolares, acompanhamento do Centro de Apoio à Aprendizagem;

- **Melhoria das medidas de promoção do sucesso escolar**: aferição da eficácia das medidas, reflexão sobre as causas do sucesso e do insucesso, aferição de critérios de avaliação no Ensino Básico, articulação dos programas do Ensino Básico – 1º Ciclo, avaliação da Educação Inclusiva, intervenção na indisciplina no Ensino Básico – 2º e 3º ciclos, reflexão sobre as taxas de sucesso no Ensino Secundário – Artes Visuais e Cursos Profissionais e as taxas de absentismo no Ensino Noturno;

- **Melhoria da eficácia do processo de articulação curricular e do trabalho colaborativo**: participação das estruturas intermédias, partilha de práticas e recursos, desenvolvimento do trabalho de projeto, formação entre pares, articulação intra e inter ciclos, articulação de projetos transversais intra e inter Conselhos de Turma, formação docente, desburocratização associada ao trabalho colaborativo;

- **Melhoria da organização escolar**: extensão da plataforma Inovar+ (Ensino Noturno), constituição de turmas, lotação dos espaços escolares, aproveitamento das oportunidades externas, participação das estruturas na avaliação interna, captação de recursos, reflexão sobre os constrangimentos impostos pela situação pandémica, adequação das atividades do Plano Anual de Atividades aos objetivos centrais e estratégicos, articulação da distribuição de serviço e da elaboração de horários;

- **Melhoria da participação escolar**: sensibilização para a preservação e valorização da Escola por parte das famílias.

Em síntese, destacam-se os seguintes aspetos:

**Aspetos a reter:**

- Forte atratividade do Município, que se vem traduzindo num aumento progressivo da população residente e, consequentemente, da população escolar. Consolidação desta tendência de acréscimo da procura escolar.
- Aumento da capacidade e da qualidade dos equipamentos de ensino públicos da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo, em consequência da intervenção da Autarquia e da recente concentração de investimentos na ampliação e requalificação das infraestruturas físicas.
- Persistência de necessidades de beneficiação de alguns estabelecimentos de ensino, ao nível das instalações e recursos educativos (p.e. infraestruturas e equipamentos digitais), destacando-se a urgência associada às condições de funcionamento da EB 23 El-Rei D. Manuel I, face à grave sobreocupação, degradação físicas das instalações e escassez de recursos de aprendizagem.
- Aumento do número de alunos matriculados em todos os níveis de ensino e progressão expressiva da taxa bruta de pré-escolarização.
- Dificuldades de resposta rápida nos ajustamentos necessários entre a oferta e a natural oscilação na procura da rede escolar.
- Presença de uma comunidade escolar organizada e mobilizada, que reconhece a relevância da Educação para a coesão social e para ao desenvolvimento do território, e tendência de aumento, mas ainda insuficiente, da articulação e do trabalho colaborativo entre agentes educativos.
- Indício de progressão positiva nos indicadores de sucesso académico, aumento das candidaturas e acessos ao Ensino Superior, e aumento das expetativas da população estudantil relativamente ao prosseguimento de estudos.
- Necessidade de dar continuidade e aprofundar a implementação de medidas de promoção do sucesso escolar, sobretudo no ensino profissional e no ensino recorrente.

# 3. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

## 3.1. Prioridades estratégicas da política educativa municipal

O município de Alcochete assumirá até 31 de março 2022 as novas competências na área da educação, decorrentes da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, competências estas que se encontram desenvolvidas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação (ver capítulo 2.2.2.).

O exercício destas competências, algumas já hoje exercidas pelo Município, reveste um exigente desafio, na medida em que mobiliza um conjunto diversificado e volumoso de recursos humanos, patrimoniais e financeiros, o que torna mais exigente o planeamento, a gestão e a realização de investimentos em matéria de educação.

Com efeito, a educação vem sendo assumida pelo Município como um pilar do desenvolvimento social e territorial de Alcochete. A par dos investimentos na requalificação e expansão da rede escolar pública, o Município tem desenvolvido um esforço de agregação da comunidade educativa, no exercício da sua representação institucional na presidência do CME, no Conselho Geral do AEA e na direção da Fundação João Gonçalves Júnior, entidade da rede solidária que assume claramente na sua missão a qualidade educativa nas suas respostas sociais (creche, pré-escola e ATL).

Tendo presente o desafio e a necessidade de encontrar as condições de equilíbrio para o exercício destas competências, o Município pretende dar continuidade à sua intervenção em matéria de política educativa, neste caso aprofundada e atualizada através da revisão da Carta Educativa – plasmada neste documento – e, entre outras iniciativas, da elaboração do Plano Estratégico Educativo Municipal, complementar ao presente documento.

Para este efeito, tem presente os três eixos basilares de intervenção que concretizam a política educativa e que revestem a sua atuação neste domínio:

- Eixo 1 – Requalificação dos equipamentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
- Eixo 2 – Promoção da qualidade e do sucesso educativo e formativo nas escolas do concelho;
- Eixo 3 – Incentivo à oferta do ensino profissionalizante no concelho, prosseguindo as áreas prioritárias.

Ao primeiro eixo de intervenção associam-se as ações de natureza material, traduzidas na intervenção física e funcional no parque escolar do Município nos vários níveis de ensino, com vista à valorização e qualificação da rede escolar.

Estas ações vêm dar continuidade àquelas que têm recentemente vindo a ser desenvolvidas pelo Município, que vêm conduzindo à ampliação e requalificação dos JI e EB1 do Concelho (p.e. a requalificação e ampliação da EB1 do Samouco presentemente em curso ou das EB1 nº 1 e nº 2 de Alcochete). Neste sentido, deverão dar uma resposta às necessidades de investimento antes identificadas e mapeadas (entre as quais se destaca a situação de sobrelotação e desqualificação observada na EB 23 El Rei D. Manuel I, equipamento escolar que integra o mapeamento desenvolvido pelo ME de equipamentos escolares com necessidades de investimentos com maior escala). Deste modo, justificam uma articulação entre o Município e o ME e os demais parceiros, no quadro do exercício das novas competências, de forma a assegurar a viabilidade e sustentabilidade destes investimentos.

Já os eixos dois e três estão associados a ações de natureza imaterial de concretização em projetos de ação educativa e formativa, que visam, entre outros aspetos, concretizar a estratégia municipal para a redução do abandono escolar precoce e para a promoção do sucesso educativo e a prossecução, pelo Município, de atividades complementares de ação educativa.

Estas iniciativas, por sua vez, deverão ser devidamente desenvolvidas e enquadradas pelo Plano Estratégico Educativo Municipal, que deverá garantir a orientação estratégica para a intervenção no domínio da educação e assumir um papel catalisador da atuação da comunidade educativa. Mais uma vez, darão continuidade a iniciativas municipais desenvolvidas ou em curso, como o Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar de Alcochete ou a adesão de Alcochete à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)[58], que permitiu a sua integração numa rede de partilha de informação e experiências no domínio da educação, e sagrou o seu alinhamento com os princípios inscritos na Carta das Cidades Educadoras.

A Carta das Cidades Educadoras, revista pela última vez em 2020, baseia-se nos principais documentos internacionais que defendem os direitos humanos, e, entre estes, os direitos das crianças e jovens. Assumindo ativamente a educação como um direito e um vetor chave para o desenvolvimento das cidades e das comunidades, estabelece um quadro de compromissos e

[58] Esta associação, fundada em 1994, contava em 2020 com mais de 500 cidades participantes que trabalham em projetos e atividades, no respeito pela Carta das Cidades Educadoras.

orientações de base para a coesão social e o desenvolvimento sustentável, efetivo e integrado, dos territórios e das comunidades[59].

Tendo por base este conjunto de valores e compromissos assumidos, o Município de Alcochete estabeleceu as seguintes prioridades estratégicas na área da educação:

- A redução do insucesso e do abandono escolar precoce;
- A formação e ativação dos jovens afastados da qualificação e do emprego;
- A requalificação, expansão e modernização da Rede de Equipamentos educativos;
- A promoção de competências digitais;
- A promoção do acesso à Educação garantindo os apoios socioeducativos.
- A promoção da ligação das crianças e dos jovens ao Concelho, dinamizando projetos socioeducativos e/ou programas de educação formal e não formal na área da cidadania e da consciência ambiental;
- Elaborar, monitorizar e rever documentos estratégicos de apoio aos processos de tomada de decisão;
- Promover o envolvimento das entidades locais na criação de dinâmicas locais para uma intervenção ajustada aos contextos e às necessidades específicas dos alunos e suas famílias.

Estas prioridades estratégicas, informadas pelas prioridades da politica educativa nacional e pelas prioridades de investimento do Portugal 2030 e do PRR 2026 com incidência no domínio da educação, a par com as conclusões do diagnóstico estratégico que identificam os constrangimentos e os desafios que se colocam ao Município de Alcochete nos próximos 10 anos ao nível do planeamento e gestão da rede educativa e do desenvolvimento de atividades de promoção da qualidade e do sucesso educativo e formativo no concelho, fundamentam as propostas de intervenção que seguidamente se apresentam.

[59] A Carta das Cidades Educadoras, revista pela última vez em 2020, baseia-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965); no Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966); na Convenção sobre os Direitos da Criança (1989); na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990); na 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher celebrada em Pequim (1995); na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001); na Carta Mundial pela Direito à Cidade (2005); na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006); no Acordo de Paris sobre o Clima (2015) e na Agenda 2030 sobre o Desenvolvimento Sustentável (2015).

## 3.2. Programa de intervenção

### 3.2.1. Propostas de intervenção

As propostas de intervenção, enquadradas nas prioridades estratégicas da política educativa municipal e justificadas pelo diagnóstico estratégico desenvolvido, traduzem-se num conjunto de ações e recomendações, organizadas nos três eixos da política educativa.

Previamente, importa refletir na necessidade de reordenamento do território educativo. Presentemente existe um único agrupamento de escolas que garante o desenvolvimento de um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória no Concelho, que articula os diferentes estabelecimentos de ensino existentes sobre um projeto pedagógico comum e coerente, e que procura promover a partilha e o aproveitamento racional dos recursos, assim como a coesão social e territorial. Este agrupamento de escolas, apesar da sua grande dimensão em número de escolas e abrangência geográfica, está unido por um sentimento comum de pertença, num território educativo que, não sendo uniforme, se encontra consolidado e é globalmente reconhecido.

Deste modo, entende-se **não existir necessidade, a médio prazo, para proceder a uma reorganização da rede escolar pública em dois territórios educativos**. No período de vigência da Carta Educativa, e após a criação da nova EB23, e em caso de tal se vir a revelar pertinente, poderá ser promovida uma separação do AEA em dois agrupamentos de escolas, salvaguardando o cumprimento dos princípios definidos pelo Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na sua atual redação.

#### Eixo 1: Requalificar os equipamentos de educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário

A adequação da rede escolar deverá garantir, não apenas as condições necessárias para o cumprimento da escolaridade obrigatória para todas as crianças e jovens, mas também para potenciar o seu sucesso escolar e combater ao abandono precoce. Deverá garantir ainda as condições adequadas à educação pré-escolar, entendida como a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida (Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar[60]). Destinada às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, a educação pré-escolar é facultativa, mas desempenha um papel fulcral na

[60] Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro.

promoção de uma maior igualdade de oportunidades relativamente às condições de vida e aprendizagens futuras, cabendo ao Estado contribuir para a universalização da oferta.

Os investimentos em matéria da educação que vêm sendo realizados pelo Município, seguem estas premissas e permitiram já relevantes melhorias na abrangência e qualidade da rede pública ao nível do pré-escolar e do 1º CEB, no respeito pela sua Carta Educativa de 1.ª Geração. As intervenções de renovação e criação de equipamentos escolares contempladas neste eixo deverão dar continuidade ao esforço que vem sendo desenvolvido, resolvendo alguns dos aspetos mais críticos, ao nível do dimensionamento e qualificação, que persistem na oferta da rede escolar pública, e, simultaneamente, preparando-a no sentido de criar as condições mais adequadas para o sucesso escolar, o bem-estar e o desenvolvimento harmonioso e pleno de todas as crianças e jovens do município de Alcochete.

Globalmente, todas as propostas de requalificação e criação de equipamentos escolares integradas neste eixo procuram dotar a rede escolar de **melhores condições de funcionalidade**, de **desempenho energético** e de **conforto térmico e lumínico**. Deverão, igualmente, dotar estes espaços de uma **maior flexibilidade e polivalência** na sua utilização, de forma a melhor **adequar a capacidade de resposta da rede escolar às oscilações na procura**. Assim, e em particular para os estabelecimentos do ensino pré-escolar e do 1º CEB, as requalificações propostas para os equipamentos que carecem ainda de beneficiação, deverão ter igualmente subjacente o objetivo de possibilitar a melhor gestão da capacidade de resposta da rede escolar em função da evolução das necessidades. Os projetos técnicos das intervenções, sem comprometer o respeito pelos requisitos pedagógicos e técnicos para a instalação e funcionamento de estabelecimentos de educação, deverão procurar garantir uma maior flexibilidade funcional, potenciando sempre que possível a partilha e a multifuncionalidade dos espaços e salvaguardado a facilidade de adequação, quer à acomodação de atividades letivas, quer de outras funções.

Esta polivalência ganha outra expressão, tornando-se particularmente evidente no caso da EB1 do Passil, a única escola localizada na metade oriental do Concelho, com caraterísticas rurais, que, apesar de ter vindo a perder população escolar, é reconhecido pelo Município como um equipamento fundamental para a coesão socioterritorial e para o bem-estar da comunidade. Para este equipamento escolar é proposto um **modelo inovador** que o promova a **equipamento vocacionado para respostas multifuncionais**, mediante o desenvolvimento de um projeto ambicioso que articule e compatibilize a convivência de respostas no domínio da educação e ensino, garantindo a manutenção do JI e do 1º CEB, com outros domínios de apoio às famílias. Estes domínios, e as respostas concretas associadas, deverão ser identificados através de uma

análise às necessidades existentes na comunidade, e podem incluir valências dirigidas à infância (como a creche), dirigidas à 3ª idade (p.e. centro de dia), ou a outros grupos.

Esta proposta articula-se com a intervenção Municipal noutros domínios, nomeadamente com a ELH de Alcochete, que estabelece como um dos seu objetivos específicos "Garantir uma habitação adequada aos residentes do Passil, acautelando a manutenção dos laços da comunidade e a valorização da sua história coletiva, e promover a reabilitação urbana", e com o esforço de dinamização das áreas industriais envolventes, aspetos que podem ser determinantes para a fixação e atração de população residente, e por consequência de população escolar.

No que respeita ao dimensionamento da rede, atendendo às perspetivas de evolução da população escolar e às dinâmicas atuais de oferta e procura, a **ampliação da rede escolar** centra-se, sobretudo, **nos níveis de escolaridade mais avançados**, em particular no 2º e 3º CEB e no ensino secundário. No primeiro caso, são propostas duas ações, que se revestem da prioridade máxima e que visam dar resposta, por um lado, à situação de degradação e obsolescência do espaço físico da EB23 El-Rei D. Manuel I e, por outro lado, à preocupante situação de sobreocupação existente há vários anos. No caso da Escola Secundária, há uma intenção de dar resposta a alguns problemas de desqualificação existentes, mas, sobretudo, de precaver a capacidade de acolher uma procura que se perspetiva ser significativamente acentuada na próxima década. As intervenções nestes estabelecimentos de ensino, tal como nas restantes escolas, deverão igualmente contribuir para uma melhoria qualitativa no ensino experimental das ciências.

O 1º CEB, face às últimas intervenções de requalificação e ampliação na rede, algumas das quais ainda em curso, afigura-se possuir uma capacidade de resposta para a próxima década.

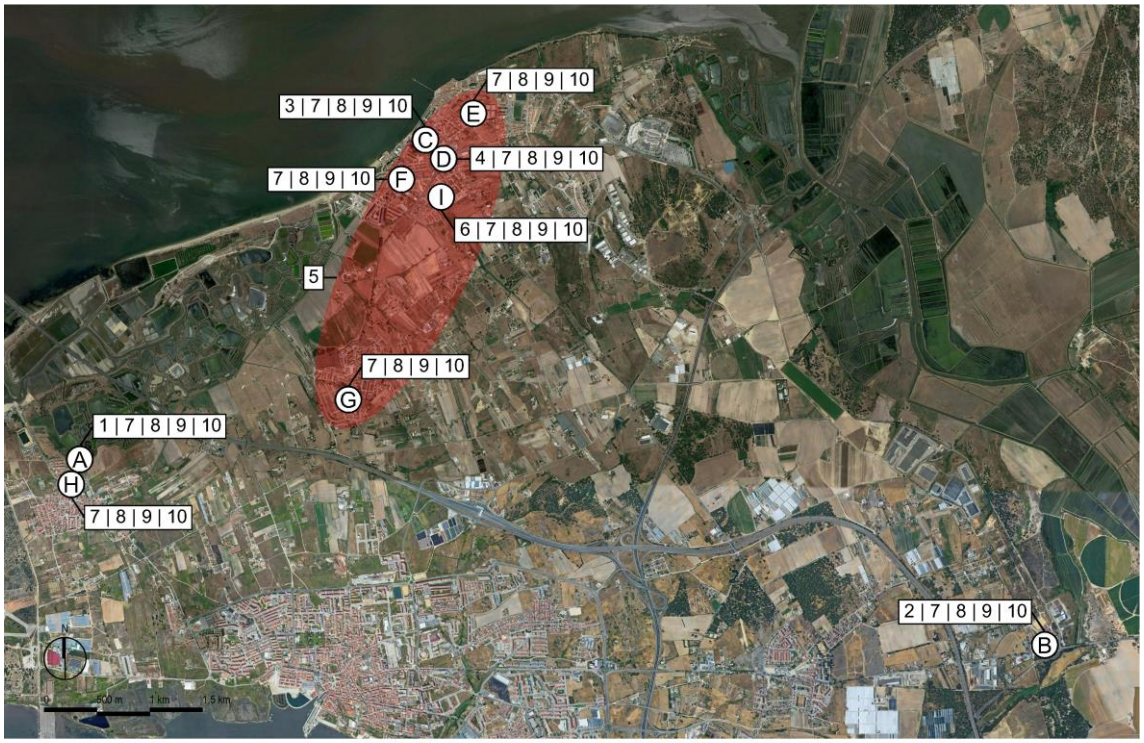
O pré-escolar, cuja rede tem igualmente sido ampliada, vem registando um aumento da procura, recentemente atenuado, e que as projeções demográficas apontam que venha a restringir-se nos próximos anos e seja retomado a partir de 2025. Este quadro, associado às dinâmicas gerais de universalidade do acesso, recomendam que a expansão da rede para este nível de ensino, embora possa continuar (pois as listas de espera assim o justificam), deverá ser, porém, contida. Deste modo, as **propostas de ampliação encontram-se associadas às respostas às necessidades de requalificação** que subsistem na rede, assumindo-se uma lógica de racionalidade dos investimentos. Abrangem o JI do Samouco e a EB1 da Restauração.

Estas intervenções deverão ser complementadas com **quatro projetos de caráter transversal a toda a rede escolar pública**, que se centram em aspetos complementares específicos, mas de extrema relevância para a motivação dos alunos, as vivências e ligações afetivas à escola e, também, para os vários domínios da aprendizagem. São projetos centrados na valorização ambiental dos espaços exteriores e de recreio, na oferta de equipamentos escolares desportivos qualificados e bem-equipados, na dotação das infraestruturas tecnológicas e no apetrechamento com os equipamentos necessários, aproveitando a disponibilização de apoios previstos no PRR para a transição digital na Educação (500 M€) e, ainda, na requalificação da envolvente à escola.

Desde modo, face às conclusões do diagnóstico, propõem-se **10 novas intervenções estruturantes** na rede pública de estabelecimentos escolares do Concelho:

1. **Requalificação e ampliação da JI do Samouco.**
2. **Reconversão da EB1 do Passil em Centro Escolar e de Apoio à Família.**
3. **Requalificação e ampliação da EB1 da Restauração.**
4. **Requalificação da EB 23 El-Rei D. Manuel I.**
5. **Criação de uma nova EB23.**
6. **Requalificação e ampliação da Escola Secundária de Alcochete.**
7. **Requalificação dos espaços exteriores da rede escolar.**
8. **Valorização dos equipamentos desportivos escolares.**
9. **Modernização digital dos equipamentos escolares.**
10. **Valorização do interface Escola-Bairro.**

Tal como ilustrado na Figura 54, estas propostas de intervenção abrangem a totalidade da rede escolar pública.




**LEGENDA:**

**Escolas da rede pública:**
A - JI do Samouco
B - EB1 do Passil
C - EB1 da Restauração
D - EB 23 El-Rei D. Manuel I
E - EB1 n.º 1 de Alcochete
F - EB1 n.º 2 de Alcochete
G - EB1 de S. Francisco
H - EB1 do Samouco
I - Escola Secundária de Alcochete

**Propostas de intervenção para o Eixo 1:**
1 - Requalificação e ampliação da JI do Samouco
2 - Reconversão da EB1 do Passil em Centro Escolar e de Apoio à Família
3 - Requalificação e ampliação da EB1 da Restauração
4 - Requalificação da EB 23 El-Rei D. Manuel I
5 - Criação de uma nova EB23
6 - Requalificação e ampliação da Escola Secundária de Alcochete
7 - Requalificação dos espaços exteriores da rede escolar
8 - Valorização dos equipamentos desportivos escolares
9 - Modernização digital dos equipamentos escolares
10 - Valorização do interface Escola-Bairro

**Figura 54. Propostas de intervenção para o Eixo 1: Requalificar os equipamentos de educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário**

Fonte: SPI, 2021

Seguidamente apresentam-se as fichas das ações propostas para o Eixo I que integram o programa de execução da revisão da Carta Educativa, conforme estabelecido na alínea a) do n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. A ficha contém uma descrição sumária da intervenção, a identificação dos objetivos e dos resultados que se pretendem alcançar com a intervenção, o promotor e as entidades a envolver, a capacidade máxima instalada sempre que aplicável, bem como a sua priorização e calendarização indicativa da execução. Integra-se ainda, sempre que possível, uma estimativa do investimento.

Os valores de investimento apresentados constituem valores meramente indicativos, ainda não suportados num programa e projeto detalhado, não devendo, como tal, ser considerados como valores orçamentais completos, detalhados e definitivos. As estimativas foram calculadas com base em preços médios unitários, tendo como referência os valores máximos constantes do Anexo II.

| Designação: | Ação 1 |
|---|---|
| **Requalificação e ampliação do JI do Samouco** | |
| Descrição sumária: | |
| O JI do Samouco carece de uma intervenção que permita a reabilitação e modernização do espaço edificado, incluindo os espaços comuns e exteriores e dos equipamentos e infraestruturas associados. A intervenção deverá traduzir-se também na ampliação do estabelecimento, aumentando a sua capacidade em 1 sala. | |
| Objetivos e resultados esperados: | |
| Esta ação visa garantir as condições adequadas para o funcionamento do JI, proporcionando às crianças e aos recursos humanos do equipamento as condições adequadas de bem-estar, conforto e de segurança. Deverá igualmente possibilitar o reforço da capacidade de oferta da educação pré-escolar, fomentando a universalidade de acesso ao pré-escolar. | |
| Promotor: | Entidades a envolver: |
| Município / Ministério da Educação | AEA, Associação de Pais do Samouco, CME |
| Capacidade máxima: | Estimativa de investimento: |
| 125 Alunos | 700.000 € |
| Grau de Prioridade: | Calendarização indicativa da execução: |
| Elevada | Anos 4 e 5 |

| Designação: | Ação 2 |
|---|---|
| **Reconversão da EB1 do Passil em Centro Escolar e de Apoio à Família** | |
| Descrição sumária: | |
| Reabilitação e redimensionamento da EB1/JI do Passil, respondendo às necessidades específicas de adequação deste equipamento à prática educativa, e adaptando-o ao acolhimento de novas funções de apoio à família. Estas funções deverão ser definidas mediante uma análise das necessidades da comunidade, e poderão ser dirigidas à infância ou a outros públicos (p.e. creche ou centro de dia). | |
| Objetivos e resultados esperados: | |
| Sendo este o único equipamento escolar público que tem perdido população, a intervenção visa adequar e manter a oferta educativa de pré-escolar e 1º CEB neste equipamento e, reconhecendo o seu papel enquanto equipamento âncora, potenciar a sua utilização em prol da comunidade. Pretende-se contribuir para a coesão socioterritorial e reforço da interligação da escola e comunidade. | |
| Promotor: | Entidades a envolver: |
| Município / Ministério da Educação | AEA, FAPEECA, MTSSS, CME, Comunidade |
| Capacidade máxima: | Estimativa de investimento: |
| 50 Alunos (pré-escolar + 1º CEB) | 825.000€ (requalificação escola: 605.000€ + requalificação polidesportivo contíguo: 220.000€) |
| Grau de Prioridade: | Calendarização indicativa da execução: |
| Elevada | Anos 5 e 6 |

| Designação: | Ação 3 |
|---|---|
| **Requalificação e ampliação da EB1 da Restauração** | |
| Descrição sumária:<br><br>Requalificação e modernização daquela que é a maior escola integrada de JI e 1º CEB na vila de Alcochete. A par da requalificação das instalações escolares e desportivos, a intervenção vai possibilitar a criação de 2 salas adicionais para o pré-escolar, aumentando a capacidade da rede pública. | |
| Objetivos e resultados esperados:<br><br>Garantir as condições adequadas para o funcionamento do estabelecimento, e reforçar a capacidade da oferta de pré-escolar, tendo em conta o alargamento da universalidade de acesso ao ensino pré-escolar, e o facto de ter sido na vila de Alcochete que, no último ano letivo, existiu o maior número de crianças em lista de espera para o pré-escolar. | |
| Promotor:<br><br>Município / Ministério da Educação | Entidades a envolver:<br><br>AEA, Associação de Pais e Encarregados de Educação do JI e EB 1º CEB da Restauração, CME |
| Capacidade máxima:<br><br>325 Alunos (100 do pré-escolar + 225 do 1ºCEB) | Estimativa de investimento:<br><br>1.650.000€ |
| Grau de Prioridade:<br><br>Elevada | Calendarização indicativa da execução:<br><br>Anos 6 e 7 |

| Designação: | Ação 4 |
|---|---|
| **Requalificação da EB 23 El-Rei D. Manuel I** | |
| Descrição sumária:<br><br>Reabilitação e requalificação integral da EB23 El-Rei D. Manuel I, devolvendo-lhe a capacidade para a qual foi projetada. Inclui a beneficiação, modernização e equipamento dos vários espaços edificados, incluindo dos espaços letivos, laboratoriais e desportivos, assim como dos espaços comuns e exteriores. | |
| Objetivos e resultados esperados:<br><br>Garantir a todos os alunos do 2º e 3º ciclos o ambiente escolar e as condições físicas adequadas, favorecendo as aprendizagens e o seu desenvolvimento global, assim como garantir ao pessoal docente e não docente, condições dignas de trabalho. | |
| Promotor:<br><br>Município / Ministério da Educação | Entidades a envolver:<br><br>AEA, Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB23 El Rei D. Manuel I, CME |
| Capacidade máxima:<br><br>750 Alunos | Estimativa de investimento:<br><br>4.500.000 € |
| Grau de Prioridade:<br><br>Muito elevada | Calendarização indicativa da execução:<br><br>Anos 1 a 3 |

| Designação: | Ação 5 |
|---|---|
| **Criação de uma nova EB23** | |
| Descrição sumária: | |
| A crítica sobreocupação da EB23 El Rei D. Manuel I, que, de acordo com as projeções demográficas efetuadas, tenderá a acentuar-se, justifica a criação urgente de uma nova escola deste nível de ensino. Inclui o projeto e construção deste novo equipamento, projetado para 500 alunos, assim como o seu equipamento (mobiliário escolar, e material didático e informático). | |
| Objetivos e resultados esperados: | |
| Garantir a todos os alunos do 2º e 3º ciclos condições favoráveis para aprendizagem e o seu desenvolvimento global, assim como garantir ao pessoal docente e não docente, condições dignas de trabalho. Permitir a restituição dos níveis de ocupação adequados à EB23 El Rei D. Manuel I. | |
| Promotor: | Entidades a envolver: |
| Município / Ministério da Educação | AEA, Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB23 El Rei D. Manuel I, CME |
| Capacidade máxima: | Estimativa de investimento: |
| 500 Alunos | 5.250.000 € |
| Grau de Prioridade: | Calendarização indicativa da execução: |
| Muito elevada | Anos 1 a 3 |

| Designação: | Ação 6 |
|---|---|
| **Requalificação e ampliação da Escola Secundária de Alcochete** | |
| Descrição sumária: | |
| Reabilitação integral da ESA, e ampliação da capacidade de acolhimento dos alunos, através da construção de um novo bloco, com 8 novas salas, 4 laboratórios/salas de atividades tecnológicas. Inclui a beneficiação, modernização e equipamento dos vários espaços edificados, incluindo dos espaços letivos, laboratoriais e desportivos, assim como dos espaços exteriores e de apoio. | |
| Objetivos e resultados esperados: | |
| Beneficiar as condições de estudo e trabalho na Escola Secundária e garantir uma capacidade de resposta adequada às perspetivas de aumento de procura deste nível de ensino. Fomentar a possibilidade de crescimento e diversificação de outras ofertas educativas e formativas, assim como de outras atividades complementares compatíveis, aproximando a escola da comunidade. | |
| Promotor: | Entidades a envolver: |
| Município / Ministério da Educação | AEA, Associação de Pais e Encarregados de Educação da ESA, CME |
| Capacidade máxima: | Estimativa de investimento: |
| 1250 Alunos | 4.900.000 € |
| Grau de Prioridade: | Calendarização indicativa da execução: |
| Elevada | Anos 3 a 5 |

| Designação: | Ação 7 |
|---|---|
| **Requalificação dos espaços exteriores da rede escolar** | |
| Descrição sumária: | |
| Valorização dos espaços exteriores das restantes escolas, garantindo a existência de ambientes diversificados e privilegiando a introdução de elementos e materiais naturais e a criação de áreas verdes, de modo a proporcionar às crianças e jovens áreas de recreio, seguras e adequadas à sua faixa etária, mas que, simultaneamente, estimulem a atividade física e o contacto com a natureza. | |
| Objetivos e resultados esperados: | |
| Reconhecendo a relevância do espaço exterior no desenvolvimento global e na aprendizagem das crianças, pretende proporcionar as melhores condições para as atividades lúdicas e valorizar os tempos para brincar passados na escola, estimulando o contacto com o exterior, criando ambientes mais saudáveis, resilientes e sustentáveis, e despertando nas crianças a consciência ambiental. | |
| Promotor: | Entidades a envolver: |
| Município/ Ministério da Educação | AEA, FAPEECA, CME |
| Capacidade máxima: | Estimativa de investimento: |
| Não aplicável | 100.000 € |
| Grau de Prioridade: | Calendarização indicativa da execução: |
| Moderada | Anos 1 a 10 |

| Designação: | Ação 8 |
|---|---|
| **Valorização dos equipamentos desportivos escolares** | |
| Descrição sumária: | |
| Renovação do material desportivo que se encontra degradado ou obsoleto, para todas as escolas da rede pública, e manutenção das instalações desportivas escolares das escolas não incluídas nas ações 1, 2, 3, 4 e 6. Esta medida deverá ser implementada em articulação com o Programa de Intervenção da Carta Desportiva de Alcochete. | |
| Objetivos e resultados esperados: | |
| Melhorar os recursos desportivos, criar as condições adequadas para a prática de atividades físicas e desportivas na rede escolar pública, e promover a adoção de estilos de vida saudáveis e o gosto pelo desporto desde tenra idade, beneficiando a população escolar, mas também a comunidade. | |
| Promotor: | Entidades a envolver: |
| Município / Ministério da Educação | AEA, FAPEECA, CME, Comunidade |
| Capacidade máxima: | Estimativa de investimento: |
| Não aplicável | A definir |
| Grau de Prioridade: | Calendarização indicativa da execução: |
| Moderada | Anos 1 a 10 |

| Designação: | Ação 9 |
|---|---|
| **Modernização digital dos equipamentos escolares** | |
| Descrição sumária: | |
| Modernização da rede escolar pública, garantindo o acesso à internet em banda larga em ambiente escolar e dotando as escolas das infraestruturas e equipamentos tecnológicos necessários para acompanhar a transição digital, adequados à sua oferta educativa, incluindo a oferta de ensino profissional. | |
| Objetivos e resultados esperados: | |
| Criar condições, em todas as escolas do Município, para a inovação educativa e pedagógica e garantir a possibilidade de utilização de equipamentos e acesso a recursos educativos digitais, assim como o desenvolvimento de competências digitais, por alunos, professores e funcionários, atenuando desigualdades socioterritoriais. | |
| Promotor: | Entidades a envolver: |
| Município | AEA, FAPEECA, Ministério da Educação, CME |
| Capacidade máxima: | Estimativa de investimento: |
| Não aplicável | A definir |
| Grau de Prioridade: | Calendarização indicativa da execução: |
| Moderada | Anos 1 a 10 |

| Designação: | Ação 10 |
|---|---|
| **Valorização do interface Escola-Bairro** | |
| Descrição sumária: | |
| Valorização do espaço envolvente direto à escola, através de intervenções no espaço público, adequadas a cada caso em concreto, que garantam, ao nível urbano, um bom enquadramento paisagístico, padrões adequados de conforto e segurança para a estadia e para o acesso, quer por via pedonal e ciclável, quer por via rodoviária (p.e. com lugares de estacionamento *Kiss and Drive*). | |
| Objetivos e resultados esperados: | |
| Potenciar a integração urbana e funcional da escola e valorizar a sua imagem e ligação à comunidade. Facilitar as gerais de condições de acesso e, em particular, favorecer a adoção de modos suaves nas deslocações entre casa e escola, sempre que possível. | |
| Promotor: | Entidades a envolver: |
| Município | AEA, FAPEECA, CME, Comunidade |
| Capacidade máxima: | Estimativa de investimento: |
| Não aplicável | A definir |
| Grau de Prioridade: | Calendarização indicativa da execução: |
| Moderada | Anos 1 a 10 |

## Eixo 2: Promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do Concelho

Complementarmente às propostas de intervenção supramencionadas, o Eixo 2 enquadra o conjunto de medidas, de natureza imaterial, destinados a promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo. Saliente-se que as iniciativas apresentadas no Eixo 1 contribuem, elas próprias, para o objetivo inerente ao presente Eixo, gerando condições de base indispensáveis para o bem-estar de alunos e recursos humanos envolvidos no funcionamento da rede escolar, assim como, em larga medida, determinando a disponibilidade e qualidade dos recursos educativos, sendo, portanto, decisivas para sucesso da aprendizagem e para a qualidade educativa.

Conforme ficou expresso no diagnóstico desenvolvido, a atuação do Município, que nos últimos anos investiu fortemente na requalificação do parque escolar, abarcou igualmente outros campos complementares, numa atuação complementar e articulada com os demais agentes educativos. Entre estes destaca-se o Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar de Alcochete, que estará em curso por mais um ano letivo, e que, como apresentado, trabalha com a população escolar dimensões de base, como a saúde, a consciência ambiental, a cidadania e o envolvimento da comunidade, favorecendo o sucesso educativo. Outros projetos são, por exemplo, o "Programa de Treino de Competências de Consciência Fonológica para a Aprendizagem, da Leitura e da Escrita em Idade Pré-escolar", destinado aos alunos do pré-escolar do AEA e dinamizado por uma psicóloga e por uma terapeuta da fala, ou, ainda, a dinamização de atividades lúdico-culturais e físico-motoras, como o projeto "1º Salto" (educação física), o projeto "A Música vai à Escola" (para as crianças do pré-escolar) e o projeto "Dança Criativa" (para as crianças que frequentam a CAF), ambos em parceria com o Conservatório Regional de Artes do Montijo.

Neste ponto, relembra-se que o concelho de Alcochete, que apresenta uma tendência de progressão positiva nos indicadores educacionais, apresenta igualmente uma situação genericamente mais favoráveis do que o contexto regional e nacional.

Face ao exposto é intenção do Município e dos seus parceiros educativos continuar a implementar e, simultaneamente, reforçar e diversificar o trabalho desenvolvido, no âmbito das suas competências no domínio da educação. Neste contexto, salientam-se as seguintes dimensões de atuação, que deverão ser desenvolvidas em articulação estreita com a estratégia e o projeto educativo do AEA:

- Aprofundar o conhecimento existente no que respeita à realidade socioeducativa local, integrando os múltiplos interlocutores educativos e envolvendo a comunidade, servindo de suporte à definição de políticas locais no domínio da educativo e formativo, e culminando no desenvolvimento do Plano Estratégico Educativo Municipal de Alcochete, que deverá garantir uma orientação estratégica à atuação municipal e desenvolver programas de ação destinados aos vários objetivos estratégicos traçados.

- Dar continuidade à estratégia municipal de combate ao abandono e promoção do sucesso escolar, desenvolvendo um plano que dê seguimento ao trabalho que tem sido desenvolvido no âmbito do Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar de Alcochete.

- Desenvolver e apoiar o desporto na escola, como meio de motivação do sucesso dos alunos e de promoção de estilos de vida saudáveis, assim como de valores e princípios associados a uma cidadania ativa, e apoiar o trabalho desenvolvido pela UAARE, garantindo o acompanhamento e apoio aos alunos-atletas federados na conjugação do sucesso no desempenho académico e da atividade desportiva.

- Dar continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito das prestações de serviços de apoio às famílias, quer na conciliação entre a vida profissional e o acompanhamento familiar (AAAF e CAF), quer na garantia de respostas eficazes em termos de transportes escolares, quer nas respostas a questões sociais e constrangimentos financeiros, num contexto de agravamento em sequência da situação pandémica em curso.

- Apoiar os alunos na progressão dos estudos para além da escolaridade obrigatória, entre outras medidas, em particular os alunos mais carenciados, através da atribuição de Bolsas de Estudo para frequência do ensino superior.

- Desenvolver uma estratégia de capacitação e inclusão digital, visando a universalidade do acesso e a colmatação de desigualdades na aquisição e consolidação de competências nestas matérias, entre alunos, formandos e docentes.

- Assumir uma abordagem holística e a adoção de práticas educativas mais cooperantes, como meio de promoção da qualidade e sucesso escolar e formativo, e promover momentos de reflexão e partilha de projetos comuns no domínio da educação, dinamizando e fomentando a articulação continuada e eficaz com as demais entidades e agentes da comunidade educativa.

- Desenvolver mecanismos de acompanhamento e avaliação regular dos indicadores de sucesso e insucesso escolar e formativo, em articulação com todos os agentes educativos (ver capítulo 3.4.).

### Eixo 3: Incentivar a oferta do ensino profissionalizante no concelho, perseguindo as áreas prioritárias

A oferta de ensino profissionalizante no município de Alcochete tem vindo a consolidar-se e diversificar-se, e vem registando uma procura crescente por parte da população, quer ao nível dos cursos profissionais diurnos, quer ao nível da oferta formativa dirigida à população adulta. Com efeito, tal como ficou expresso na análise efetuada, a qualificação e a formação da população tem sido uma aposta do Município e dos restantes agentes educativos.

Na atuação nesta matéria, tal como sucede no Eixo 2 com o sucesso educativo, é determinante a adoção de lógicas de trabalho em rede e o estabelecimento de parcerias, não apenas pela otimização de recursos e fortalecimento de relações de proximidade, mas porque esta abordagem se traduz na criação de condições francamente mais favoráveis para a potenciação dos resultados obtidos.

Condição de base é igualmente a questão do conhecimento, quer em termos das caraterísticas e fatores que condicionam positivamente e negativamente, a oferta atual e passada, quer em termos prospetivos antecipando as necessidades de qualificações. Nesta matéria salienta-se o passo dado pela AML, no desenvolvimento, pela ANQEP, estudo de diagnóstico de necessidades de qualificação de nível intermédio, de âmbito metropolitano.

Assim, neste domínio, importa igualmente dar continuidade e aprofundar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Município e pela comunidade educativa. Neste momento, expressam-se as seguintes dimensões de atuação, às quais se encontram associadas intenções estratégicas que, tal como no Eixo anterior, deverão ser desenvolvidas e traduzidas num quadro de propostas, em sede de Plano Estratégico Educativo Municipal de Alcochete:

- Contribuir para a definição e adequabilidade da oferta formativa às necessidades do mercado e à procura formativa, desenvolvendo um planeamento estratégico da qualificação escolar e profissional, assente num conhecimento concreto e aprofundado dos contextos sociais, educativos e de mercado de trabalho.

- Contribuir para o desenvolvimento de oferta formativa de alta qualidade e inclusiva, e apoiando as entidades que garantem a oferta formativa no desenvolvimento de

programas curriculares pertinentes e apelativos, num ensino próximo e inspirador e na disponibilidade de apoio didático apropriado.

- Promover o envolvimento alargado, em todas as fases do processo, não apenas das entidades formativas e dos múltiplos interlocutores educativos, como também da comunidade, incluindo formandos (atuais e potenciais) e empregadores, e desenvolver novas parcerias estratégicas enriquecedoras da qualidade da oferta formativa e potenciadoras das taxas de empregabilidade.

- Apostar e apoiar a divulgação da oferta existente, dando a conhecer e promovendo os diferentes percursos formativos junto da comunidade.

- Desenvolver mecanismos de acompanhamento e avaliação regular dos indicadores de evolução e sucesso formativo, em articulação com todos os agentes educativos (ver capítulo 3.4.), permitindo a aferição de resultados e a introdução atempada de melhorias.

### 3.2.2. Calendarização das propostas de intervenção

A presente calendarização engloba as propostas de intervenção do Eixo I (ações), tem em consideração o horizonte temporal de vigência da revisão da Carta Educativa – 10 anos, e é definida em função do grau de prioridade de cada ação.

Para o efeito, consideram-se os seguintes graus de prioridade:

- Muito elevada;
- Elevada;
- Moderada.

A prioridade muito elevada engloba as ações destinadas a resolver situações de emergência que configuram situações de rutura na oferta educativa, especialmente equipamentos educativos que estão em sobrelotação e a funcionar acima da sua capacidade e que apresentam situações de degradação física e funcional que comprometem o adequado funcionamento dos equipamentos. Como tal, configuram situações que devem ter uma resposta urgente e com concretização no primeiro terço do calendário de execução.

A prioridade elevada engloba as ações que se destinam a suprir necessidades de reforço da oferta face às perspetivas de evolução da procura conferidas pelas projeções de evolução da população em idade escolar. Engloba também situações de reabilitação e de requalificação dos

equipamentos. Perspetiva-se que devam ser concluídas até ao final do segundo terço do calendário de execução.

A prioridade moderada corresponde às ações que, sendo estratégicas para a valorização da rede educativa e para o cumprimento das metas nacionais e municipais estabelecidas, podem, porém, ser executadas faseadamente até ao final do horizonte temporal de execução da revisão da Carta Educativa.

Para além desta priorização, a presente calendarização tem necessariamente em consideração a natureza, dimensão e complexidade das propostas de intervenção e as tarefas inerentes à sua concretização, que determinam o período de execução de cada ação.

**Tabela 51. Calendarização das propostas de intervenção**

Fonte: CMA

| Ações | | Grau de prioridade | Calendarização (anos) | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| 1. | Requalificação e ampliação do JI do Samouco | Elevada | | | | | | | | | | |
| 2. | Reconversão da EB1 do Passil em Centro Escolar e de Apoio à Família | Elevada | | | | | | | | | | |
| 3. | Requalificação e ampliação da EB1 da Restauração | Elevada | | | | | | | | | | |
| 4. | Requalificação da EB 23 El-Rei D. Manuel I | Muito elevada | | | | | | | | | | |
| 5. | Criação de uma nova EB23 | Muito elevada | | | | | | | | | | |
| 6. | Requalificação e ampliação da Escola Secundária de Alcochete | Elevada | | | | | | | | | | |
| 7. | Requalificação dos espaços exteriores da rede escolar | Moderada | | | | | | | | | | |
| 8. | Valorização dos equipamentos desportivos escolares | Moderada | | | | | | | | | | |
| 9. | Modernização digital dos equipamentos escolares | Moderada | | | | | | | | | | |
| 10. | Valorizar o interface escola-bairro | Moderada | | | | | | | | | | |

## 3.3. Enquadramento na Política Urbana Municipal

O exercício de planeamento da rede de equipamentos educativos no Concelho desenvolvido na presente revisão da Carta Educativa, que procura ajustar a oferta e procura no contexto educativo tendo presente o cenário de partida e as perspetivas de evolução da população escolar, deve articular-se com as opções de política urbana municipal, de forma a responder adequadamente aos desafios específicos que se colocam na relação entre o planeamento urbano e ordenamento da rede educativa.

Consequentemente, a revisão da Carta Educativa do Município de Alcochete procura assegurar a coerência das suas propostas de intervenção com os instrumentos de planeamento territorial, existentes e previstos, tendo presente as condições atuais e as perspetivas de evolução relativamente à distribuição espacial da população, atividades e funções.

As dinâmicas de transformação registadas em Alcochete nos últimos anos, do ponto de vista demográfico, económico e social, são significativas e resultam da crescente atratividade do território face às suas características intrínsecas e ao seu posicionamento na AML. Esta atratividade reflete-se necessariamente numa maior difusão urbanística, no incremento populacional e numa maior procura de equipamentos e serviços coletivos por parte da população residente e presente no concelho.

Os dados recolhidos sugerem a continuidade da trajetória de crescimento populacional e urbanístico. Com efeito, tendo como horizonte temporal o ano de 2035, o ‘cenário de atração tendencial’ aponta para um aumento expetável dos quantitativos populacionais, nomeadamente em idade ativa (particularmente dos indivíduos com 30-34 anos de idade), com repercussões nas geometrias da população. As hipóteses apresentadas nas projeções demográficas decorrem, entre outros fatores, dos efeitos induzidos pelos projetos urbanísticos e pelas expetativas de desenvolvimento urbano e territorial previstos para o concelho, com implicações de natureza socioeconómica e na dimensão da redistribuição espacial da população.

Segundo a informação urbanística existente nos serviços municipais relativa aos projetos habitacionais em execução ou aprovados, incluindo pedidos de informação prévia, prevê-se a concretização, no curto prazo, de cerca de 550 fogos, o que pode significar um acréscimo populacional de aproximadamente 1.380 habitantes, tendo em conta a dimensão média do agregado familiar. Esta nova oferta habitacional concentra-se nos núcleos urbanos de Alcochete e de São Francisco, particularmente no primeiro.

Já no que respeita à oferta habitacional prevista a médio e longo prazo, para além dos potenciais novos conjuntos habitacionais que surgirão do processo expetável de colmatação dos perímetros urbanos, há que destacar a elaboração do Plano de Pormenor (PP) da Coutadinha-Batel, localizado a sudeste do perímetro urbano do núcleo de Alcochete, que abrange uma superfície de 72 ha. Trata-se de uma área parcialmente degradada onde se pretende instalar um polo multifuncional (habitação, polo tecnológico, equipamentos, alojamento turístico e parque urbano) que projete Alcochete no contexto do Arco Ribeirinho Sul e da AML. Prevê-se a construção de cerca de 2.000 fogos, o que reveste um potencial incremento populacional de aproximadamente 5.000 novos habitantes, que necessariamente se refletirá na procura dos equipamentos e serviços educativos.

A realidade anteriormente descrita está necessariamente em ponderação na revisão em curso do PDM[61] e informará o modelo de ordenamento e de ocupação do território a adotar nos próximos anos, garantindo-se assim as necessárias condições para o desenvolvimento das várias funções, nomeadamente no que respeita à programação dos equipamentos e serviços coletivos indispensáveis à população e às organizações.

Este processo de programação dos equipamentos nos instrumentos de planeamento territorial é informado pelas dinâmicas existentes e previstas, resultantes dos cenários de evolução demográfica e da ocupação urbana e das opções de desenvolvimento do território municipal, sendo para o efeito relevante o desenvolvimento de instrumentos específicos e setoriais, como a presente Carta Educativa, processos que se devem articular e informar mutuamente. De resto, a Carta Educativa é um documento que acompanhará a revisão do PDM, pelo que, necessariamente, terá de ser assegurada a coerência entre estes instrumentos de planeamento.

As opções e propostas de intervenção constantes da revisão da Carta Educativa dão resposta às necessidades identificadas no que concerne ao equilíbrio desejado entre a oferta e da procura educativa, a curto médio prazo, e não podem deixar de se relacionar com realidade de organização territorial e urbana do Concelho, com as relações inter e intraurbanas estabelecidas, como também, em determinado nível, com as relações interconcelhias.

[61] O PDM em vigor foi ratificado pela RCM n.º 141/97, de 22 de agosto. Desde a sua publicação, há 24 anos, registaram-se significativas transformações no território. O processo de planeamento territorial deve, naturalmente, adaptar-se às dinâmicas e à evolução, a médio e longo prazo, das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, através de uma reponderação e atualização das opções estratégicas de desenvolvimento. Foram estes os motivos que fundamentaram a revisão do PDM, iniciada em 2019, que ganhou um novo fôlego recentemente, depois de um período marcado por dificuldades no desenvolvimento deste processo.

Estrategicamente, as propostas de intervenção são coerentes com os objetivos estratégicos adotados na revisão do PDM mais relacionados com a temática da educação. A saber:

- Procura ir ao encontro do modelo estratégico de atuação perspetivado, com ações que contribuem para a promoção de um desenvolvimento sustentado do concelho, tendo em atenção a sua diversidade territorial e as mudanças operadas nos últimos anos;
- Ajusta-se à realidade do concelho, nomeadamente através da correção de situações desadequadas e da resposta às necessidades e anseios da comunidade;
- Procura contribuir para a estratégia e modelo de desenvolvimento urbano municipal, que privilegia a consolidação global do sistema urbano, a requalificação e regeneração urbana dos aglomerados existentes e a criação de espaços verdes e de novas áreas de localização de equipamentos de utilização coletiva;
- Articula-se com a perspetiva de diversificação da base económica do concelho, de promoção do desenvolvimento de atividades económicas, de implementação de novos polos e de requalificação dos existentes;
- Adequa-se ao quadro normativo e inscreve-se no programa de investimentos públicos adequados ao desenvolvimento do concelho;
- Contribui para um ordenamento equilibrado e articulado com os concelhos vizinhos, reconhecendo as relações territoriais que se estabelecem.

Já no que respeita à operacionalização das propostas de intervenção na rede municipal de estabelecimento de educação, estando a revisão do PDM em curso, serão necessariamente asseguradas as condições em termos de ordenamento e de programação dos Espaços de Equipamentos[62], de forma a assegurar a viabilidade locativa e urbanística das propostas de intervenção na rede de estabelecimentos educativos.

Refira-se, por último, que existem terrenos de propriedade do Município destinados à localização de equipamentos de utilização coletiva, situados nas freguesias de Alcochete, São Francisco e Samouco e integrados em Espaços Habitacionais delimitados no PDM. A estes acrescerão outros espaços decorrentes da programação do solo urbano a realizar em sede de revisão do PDM. Em conjunto, estes espaços podem vir a ser mobilizados no processo de reajustamento da rede municipal de equipamentos educativos proposto na presente revisão da Carta Educativa, assegurando a viabilidade das propostas de intervenção em consonância com as opções de desenvolvimento territorial e de política urbana do Município.

[62] Os Espaços de Equipamentos são uma subcategoria dos Espaços de Uso Especial, correspondendo a espaços onde são prestados serviços à população ou facultadas condições para a prática de atividades nos domínios dos segundos, incluindo a educação.

## 3.4. Recomendações para o acompanhamento da implementação da carta educativa

A concretização do programa de intervenção que integra a Carta Educativa de Alcochete 2ª Geração deve assentar na adoção de um modelo organizacional que garanta a articulação interinstitucional requerida para a sua operacionalização e implementação. Consequentemente, importa identificar os diferentes atores institucionais e os respetivos papeis nas diferentes fases de implementação, avaliação e monitorização da carta educativa, beneficiando das valências e potencialidades de cada entidade envolvida no processo.

A coordenação da implementação, avaliação e monitorização da Carta Educativa será assegurada pelo **Executivo Municipal**, suportado pela **Divisão de Intervenção Social – Setor da Educação**, encarregue de assegurar a operacionalização do programa de intervenção da Carta Educativa. Este processo deverá ser desenvolvido em articulação com as demais entidades ativas no domínio da educação e com os diferentes níveis de governança e governação, designadamente o ME, o AEA, os representantes dos diversos estabelecimentos educativos (púbicos, privados, do setor cooperativo e das IPSS) e de outras organizações da sociedade civil organizada (associações de pais, culturais, desportivas, etc.), desempenhando a Divisão de Intervenção Social - Setor da Educação (CM) um papel chave enquanto dinamizador destas dinâmicas (Figura 55).

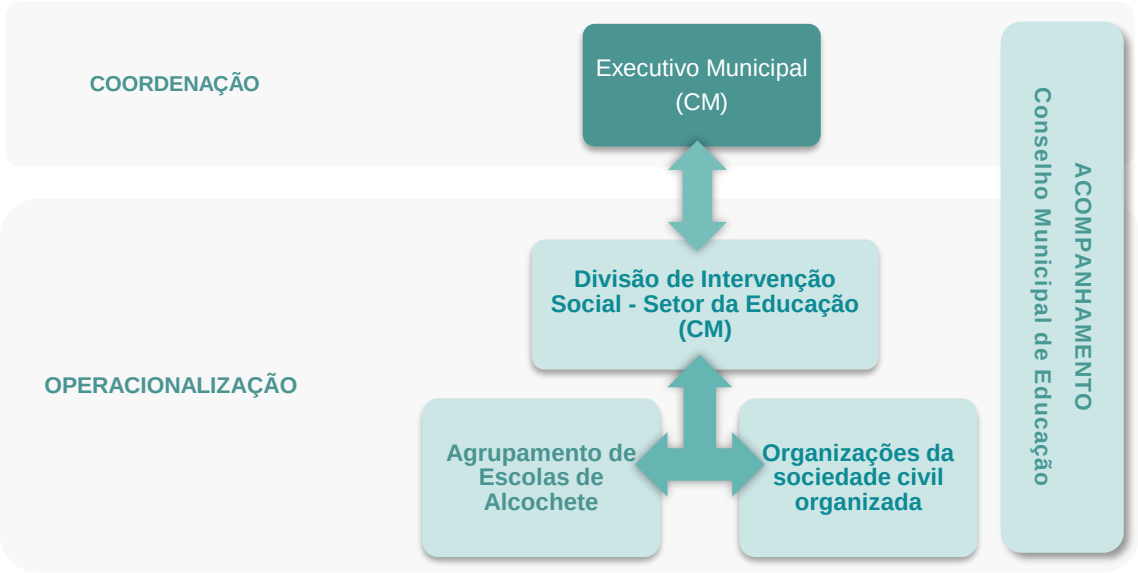



**Figura 55. Modelo Organizacional da Revisão da Carta Educativa de Alcochete**

Fonte: SPI, 2021

Este processo conta com o acompanhamento do **CME de Alcochete**, que desempenha um papel consultivo, constituindo-se como um fórum de discussão, reflexão, planificação e cooperação, essencial para o bom funcionamento do sistema educativo de nível local e o alinhamento com os serviços desconcertado do estado central, designadamente as direções regionais (Tabela 52).

**Tabela 52. Entidades parceiras na implementação da Carta Educativa de Alcochete**

Fonte: SPI, 2021

| Nível geográfico | Entidades parceiras |
|---|---|
| **Parceiros Locais** | ▪ Agrupamento de Escolas de Alcochete<br>▪ Estabelecimentos educativos (púbicos, privados, cooperativo, IPSS)<br>▪ Organizações da Sociedade Civil Organizada (associações de pais, culturais, desportivas, saúde, etc.)<br>▪ Conselho Municipal de Educação de Alcochete |
| **Parceiros regionais/nacionais** | ▪ Direção Regional da Educação (representada no Conselho Municipal de Educação de Alcochete)<br>▪ Ministério da Educação<br>▪ Instituto Português do Desporto e Juventude<br>▪ Centro distrital da Segurança Social |

Os agentes identificados, aproveitando a experiência existente e o conhecimento do sistema educativo local, coordenados pelo município de Alcochete, deverão manter uma abordagem pró-ativa e colaborativa durante a implementação do Programa de Intervenção da Carta Educativa, através de reuniões periódicas de trabalho, com um intervalo nunca inferior a 6 meses, que permitirão a monitorização e avaliação dos resultados alcançados. Estas reuniões poderão ser coincidentes com as reuniões do CME.

A **Divisão de Intervenção Social – Setor da Educação**, em articulação com as demais entidades envolvidas, conforme o modelo organizacional acima apresentado, tem sob sua responsabilidade o processo acompanhamento e monitorização do Programa de Intervenção da Carta Educativa. Para tal deverá ser desenvolvida uma base de dados, fundamentada na informação recolhida no âmbito do diagnóstico desenvolvido no Capítulo 2, a qual deverá ser regularmente atualizada e acompanhada por relatórios periódicos de avaliação das necessidades e do progresso da implementação do Programa de Intervenção. Para este processo deverão contribuir o AEA e os estabelecimentos escolares, assim como os demais parceiros e comunidade educativa, transmitindo, sempre que possível, os dados mais atuais relativos às atividades educativas e formativas, ou de apoio a estas, sob sua responsabilidade.

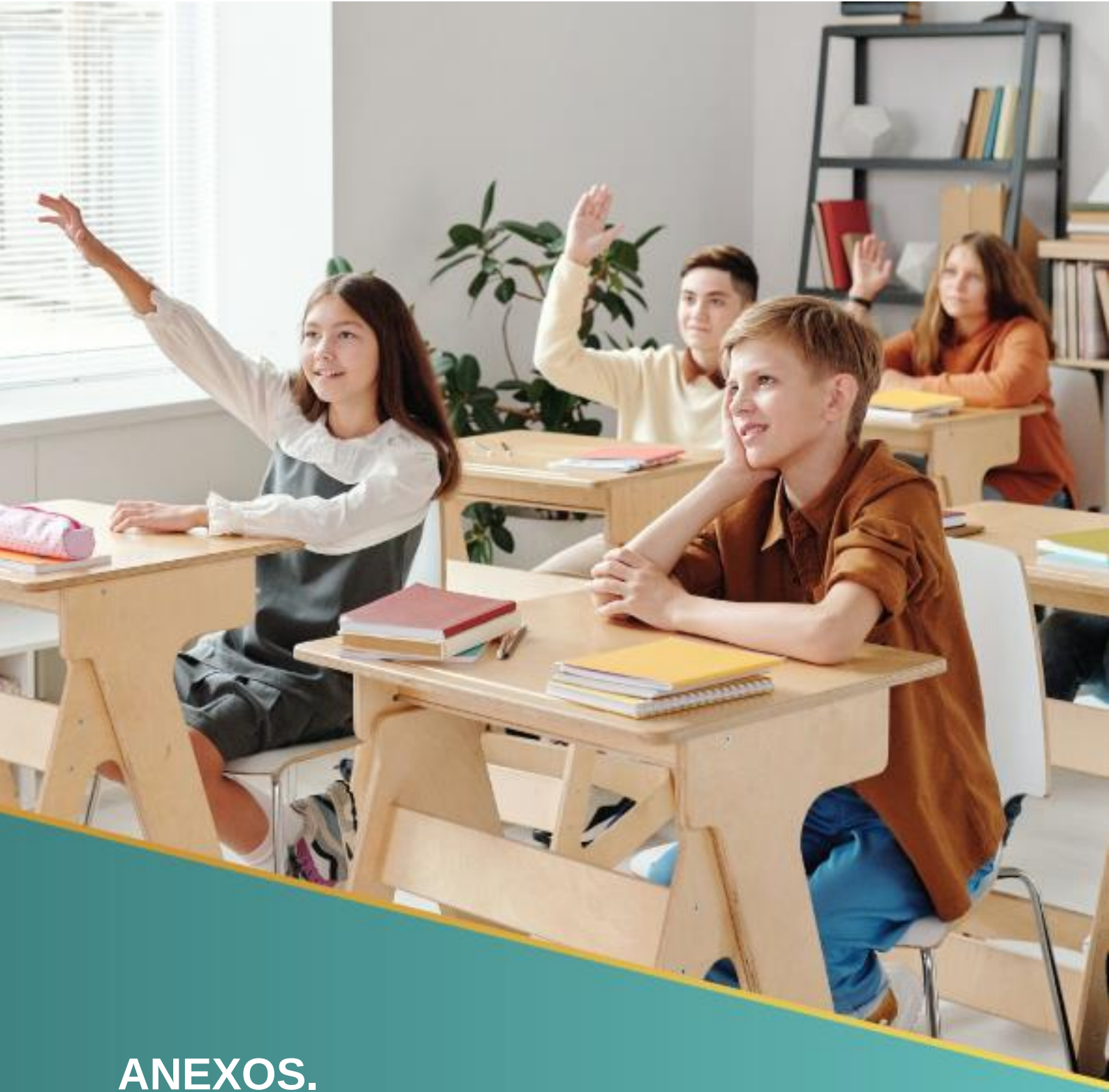
Este processo de monitorização deverá igualmente recorrer ao SIG (Sistema de Informação Geográfica) enquanto ferramenta privilegiada para a análise e interpretação dos dados, relações e tendências, apoiando a gestão da implementação e eventual necessidade de ajustamentos. Desta forma, será possível avaliar mais facilmente a concretização física dos investimentos do programa de intervenção, aferindo a sua pertinência e eficácia, identificar e corrigir desvios e fragilidades, entretanto detetadas no decorrer da sua implementação, bem como proporcionar as soluções adequadas e atempados a novas questões.

A tabela seguinte sistematiza um conjunto de indicadores que, entre outros, poderão ser utilizados no processo de monitorização e avaliação (Tabela 53).

**Tabela 53. Possíveis indicadores de monitorização da Carta Educativa de Alcochete**

Fonte: SPI, 2021

| Indicadores para a monotorização e avaliação da Carta Educativa |
|---|
| ▪ Nº de escolas da rede pública requalificadas e criadas |
| ▪ Nº de novas salas criadas, por nível de ensino do pré-escolar |
| ▪ Nº de alunos matriculados, por estabelecimento e nível de ensino |
| ▪ Nº de alunos matriculados em cursos profissionais e em ofertas formativas para adultos |
| ▪ Nº de crianças em lista de espera para o pré-escolar |
| ▪ M² de área desportiva requalificados criados |
| ▪ Nº de praticantes de desporto escolar |
| ▪ Nº de modalidades praticadas no âmbito do desporto escolar |
| ▪ Tempos e modos de deslocação nas deslocações casa-escola |
| ▪ Nº de escolas da rede pública com cobertura de internet |
| ▪ Taxa bruta e taxa real de escolarização (%) |
| ▪ Taxa de retenção e desistência (%), por nível de ensino e ano de escolaridade |
| ▪ Resultados nas provas finais e exames nacionais de Português e Matemática |
| ▪ Taxa de conclusão e desistência (%), por oferta formativa |
| ▪ Taxas de assiduidade e de conclusão por ofertas formativas para adultos (certificação de alunos em cursos EFA) |
| ▪ Nº de alunos do ensino superior residentes em Alcochete |
| ▪ Nº de crianças inscritas no AAAF e CAF |
| ▪ Nº de crianças e tempos de deslocação do transporte escolar |
| ▪ Nº de crianças e jovens com ação social escolar, por escalão |
| ▪ Taxas de empregabilidade dos vários cursos da oferta formativa |
| ▪ Nº de projetos desenvolvidos em parceria |



# ANEXOS.

## I. CENARIZAÇÃO E PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS

## II. VALORES DE REFERÊNCIA PARA O INVESTIMENTOS

# I. CENARIZAÇÃO E PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS

## I.1. Enquadramento e metodologia

A análise da dinâmica demográfica assume-se como uma necessidade para a definição sustentável de estratégias de planeamento. A identificação e caraterização de variabilidades nas componentes populacionais[63] traçam um importante referencial no sistema de apoio à decisão, em setores relevantes, como a educação, saúde, economia, transportes, habitação e ambiente, onde as opções políticas fundamentadas são cruciais.

Como refere Nazareth (1988:1)[64], "*um correto ordenamento do território, o pleno emprego, a existência dos equipamentos sociais adequados nos locais exatos, são exemplos de problemas onde é possível atuar com antecedência em função das expectativas futuras*". Neste contexto, Rodrigues (2012)[65] defende que a programação de equipamentos e o desenvolvimento de ações de promoção, tanto ao nível do investimento público como do privado, melhoram significativamente quando se baseiam em projeções populacionais.

Deste modo, torna-se necessário prospetivar[66] a evolução populacional de modo a identificar, atempadamente, algumas carências que daí possam surgir, como, por exemplo, a programação de equipamentos coletivos, as redes de infraestruturas e a consolidação do solo urbano, de modo a satisfazer a população residente atual e vindoura, uma vez que "*o futuro também se constrói*" (Mendes, 2012)[67].

Todavia, as certezas demográficas têm limites espácio-temporais, dentro das quais a evolução da população se deve posicionar, caso não ocorram situações excecionais, nomeadamente,

---

[63] Neste caso específico, os óbitos, a fecundidade e as migrações.

[64] NAZARETH, J. Manuel (1988). Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa. Edições Presença. Lisboa.

[65] RODRIGUES, Luís M. C. (2012). População, Prospectiva e Gestão de Recursos Hídricos. Uma Metodologia de Informação Geográfica para o Apoio à Decisão. Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Regional. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

[66] A prospetiva demográfica procura determinar como será a população futura, na condição de se verificarem determinadas hipóteses de evolução fixadas para a mortalidade, fecundidade e migrações. Em relação à prospetiva, GODET (2000) afirma que: "Face ao futuro, os homens podem escolher entre quatro atitudes: a de avestruz passiva, que sofre a mudança; a do bombeiro reativo, que aguarda que o fogo se declare para o combater; a do segurador pré-ativo, que se prepara para as mudanças previsíveis, porque sabe que a reparação é mais cara que a prevenção; e, por fim, a do conspirador pró-ativo, que atua no sentido de provocar as mudanças desejadas. GODET, Michel (2000). A Caixa de Ferramentas da Prospectiva Estratégica - Problemas e Métodos. Prefácio e revisão técnica da edição portuguesa por Júlio Dias. Centro de Estudos de Prospectiva e Estratégia Edifício do IESF de Lisboa.

[67] MENDES, Maria Filomena; ROSA, Maria J. V. (2012). Projeções 2030 e o Futuro. Encontro Presente no Futuro. Fundação Manuel dos Santos. Lisboa

guerras, cataclismos ou pandemias, e que, consequentemente, colocam em causa a utilização dos métodos tradicionais de cálculo das projeções demográficas. Importa salientar, neste âmbito, que o impacto da atual situação epidemiológica COVID-19 (SARS-CoV-2), pelo seu cariz ignoto e hodierno, não será considerado no presente exercício. Reconhece-se, porém, que as hipóteses de evolução futura das componentes demográficas possam ser afetadas, de forma ainda presentemente desconhecida, pela situação pandémica em curso.

A construção de projeções demográficas baseia-se na necessidade concomitante de apontar quantitativos populacionais futuros e fornecer um panorama de futuros possíveis ("*futuríveis*")[68] de evolução, que são "*cenários não improváveis, tendo em conta os determinismos do passado e o confronto dos projetos dos atores*" (Godet, 1993)[69]. O termo projeção aplica-se ao prolongamento de tendências estatisticamente observáveis, a partir de séries temporais determinadas e que se referem ao passado recente, segundo um conjunto de hipóteses de extrapolação. Esse prolongamento efetua-se a partir da constituição de hipóteses de evolução (Rodrigues, *s.d. apud* Maia, 2008:70)[70].

No âmbito da revisão da Carta Educativa e da Carta Desportiva esta situação assume uma importância significativa, no sentido em que permite escolher o cenário de evolução demográfica que mais se coaduna com a estratégia de desenvolvimento delineada para o Concelho.

No presente exercício foi adotado o **método das componentes por *coortes***[71], e um horizonte temporal de 2035. A população de partida refere-se a 2011, uma vez que os dados preliminares dos Censos 2021 divulgados são ainda insuficientes para esta análise. a população de partida deve ser a mais atual e fiável, normalmente a apurada nos últimos censos, sendo o dia 1 de janeiro a data de referência. Neste caso, o ano de partida não corresponde exatamente ao momento censitário de 2011, que aconteceu a 21 de março. Porém, de forma a facilitar os cálculos, foi considerado que um atraso de três meses e vinte e um dias não produziria um erro muito significativo. Além disso, poderíamos aumentar o erro associado às estimativas do número de óbitos e de nascimentos até essa data. É de referir que, apesar dos Censos 2021 se

[68] "Futuríveis" ("*Futuribles*") é um termo resultante da contração de "futuros possíveis", da autoria de Bertrand de Jouvenel, presente no seu livro – "*L'Art de la Conjecture*", escrito em 1964.

[69] GODET, Michel (1993). Manual de Prospectiva Estratégica: da Antecipação à Ação. Publicações Dom Quichiote. Lisboa.

[70] MAIA, Inês. (2008). Evolução da População no período 2001 – 2026 no Concelho de Alenquer. Um Aeroporto na Ota? Impactos de desenvolvimento Local. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Informação. Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa.

[71] *Cohort-component Method* define-se "como um conjunto de indivíduos que viveram o mesmo acontecimento demográfico durante um dado período" (Torres, 1996: 147).

reportarem a março de 2021, ao momento apenas foram divulgados os dados preliminares, referentes a contagens dos edifícios, alojamentos, agregados e indivíduos ao nível geográfico de freguesia, não se encontrando ainda disponível a informação necessária para esta análise.

Considera-se que o horizonte temporal definido para esta projeção – 2035 – é o mais adequado, atendendo que a margem de erro associada às projeções demográficas de curto e médio prazo é menor, aumentando substancialmente para lá dos 30 – 40 anos, quando muita da população é constituída por pessoas ainda não nascidas, alterando as premissas de partida[72] (Machado, 2009)[73]. Além disso, cumpre o estabelecido pelo artigo 15º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, relativamente à obrigatoriedade de rever decenalmente a Carta Educativa.

No método das componentes por *coortes* são analisadas as variáveis micro-demográficas – óbitos, fecundidade e migrações – respetivamente. Estas componentes estão profundamente (inter)ligadas e a população projetada resulta, efetivamente, dessa combinação. Este método apresenta inúmeras vantagens, tornando as hipóteses de evolução elucidativas, ao permitir uma avaliação do impacto e níveis alternativos da mortalidade, da fecundidade e dos movimentos migratórios na estrutura e no crescimento da população.

No modelo demográfico supramencionado, a população é dividida por sexo e por grupos etários quinquenais[74] (o modelo 5x5 para intervalos temporais e grupos etários) e, através de um processo interativo, obtém-se a população futura, em que os efetivos de partida "*são envelhecidos, aplicando-se as probabilidades de sobrevivência fixadas. Os sobreviventes das*

[72] Na opinião de (MENDES, 2012:3) "as incertezas em relação à evolução futura da mortalidade e da fecundidade não são totais, pois esses comportamentos inscrevem-se em tendências pesadas: não é expetável que, por exemplo, os níveis de mortalidade aumentem significativamente ou que se regresse a uma situação de descendências numerosas. Mas, mesmo que tal acontecesse, os reflexos dessas alterações não seriam imediatos. Por exemplo, se os níveis de fecundidade aumentarem de forma significativa, o número de nascimentos poderá não aumentar no curto prazo (caso os progenitores estejam em desvantagem em relação à geração dos seus pais) e o número de pessoas em idades avançadas não vai variar, por essa mudança só implicar com uma parte da população (a mais jovem)"

[73] MACHADO, José M.S. Cunha (2009). Dinâmica Demográfica no Ave. Um Estudo Prospectivo. Tese de Doutoramento em Sociologia. Área do Conhecimento de Matemática e Estatística para as Ciências Sociais. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Braga.

[74] Para preservar a integridade das *coortes* por idades, tal como evoluem no tempo, é fundamental seguir dois princípios básicos: o número de anos no intervalo de projeção deve ser igual ou maior que o número de anos na coorte. Neste contexto, "*a utilização de grupos etários quinquenais é a mais comum porque satisfaz as necessidades de um grande grupo de utilizadores e adequa-se aos dados recolhidos pelos censos decenais*" (Machado, 2009: 56).

*novas gerações são posteriormente envelhecidos pelo mesmo método e assim sucessivamente*" (Carrilho, 2005:10)[75].

De seguida procede-se ao cálculo dos nascimentos, no qual os efetivos femininos em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade) são multiplicados pelas taxas de fecundidade diferenciadas por grupo etário. Aos novos nados-vivos, depois de repartidos pelo sexo, de acordo com a relação de masculinidade, é aplicada a probabilidade de sobrevivência à nascença fixada para cada sexo. Por sua vez, o segmento das migrações é sujeito ao mesmo processo de envelhecimento.

Desta projeção resulta um cenário base, ou cenário natural, que combina as componentes naturais da população (natalidade e mortalidade) e três cenários "migratórios", que em função dos pressupostos fixados na base de evolução e com base no comportamento passado, fornecerá um quadro real, associando o movimento natural ao movimento migratório.

Para facilitar a compreensão do método escolhido, optou-se por uma abordagem faseada, explicando ao longo das etapas subsequentes as diferentes técnicas de cálculo e de análise.

[75] CARRILHO, Maria José (2005). Metodologia de Cálculo das Projecções Demográficas: Aplicação em Portugal. Revista de Estudos Demográficos, nº 37. Artigo 1, pp. 5-24. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

## I.2. Análise prospetiva das componentes demográficas

### Mortalidade

"*O primeiro passo no processo de projeção consiste em calcular o número de pessoas vivas no ano base que sobreviverão até ao ano projetado. O que se obtém multiplicando a população no ano base pela taxa de sobrevivência para cada grupo etário*" (Machado, 2009:56). Na projeção deste segmento recorre-se às tábuas de mortalidade, nas quais se mostra uma descrição sintética dos aspetos mais importantes da mortalidade e a variação da morte perante a idade.

Estes modelos tabulares podem ser calculados ou pré-definidos. Neste exercício, em particular, optou-se por calcular a tábua de mortalidade referente ao ano 2011, em detrimento da utilização das tábuas de mortalidade para Portugal, calculadas pelo INE, no sentido de obter uma maior aproximação à realidade do concelho de Alcochete, uma vez que feita a análise à evolução do comportamento das Taxas Brutas de Mortalidade (TBM) verificou-se um desfasamento significativo, relativamente à média regional e nacional, algo evidente, sobretudo, após o ano 2008. Desde essa data, a média para o município de Alcochete tem-se situado nos 8,2 ‰, em oposição aos 9,6‰ e aos 10,4‰ registados para a AML e para o País, respetivamente (Figura 56).

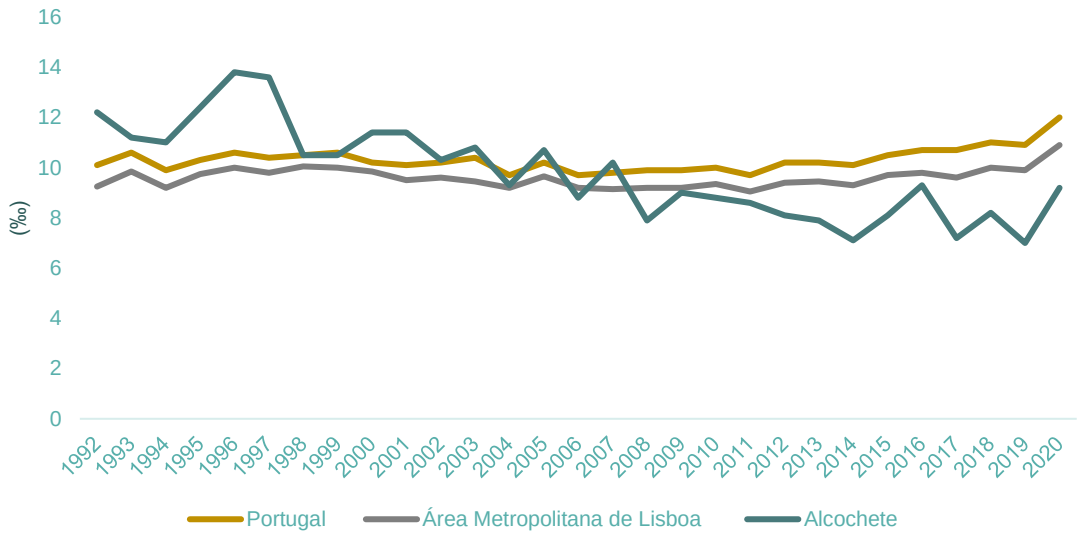



**Figura 56. Evolução da Taxa Bruta de Mortalidade (‰)**

Fonte: INE

Para a construção da tábua de mortalidade considerou-se a população residente, por sexo e grupos etários quinquenais, em 2011, assim como, os óbitos registados em 2011, 2012 e 2013, também agrupados por sexo e grupos etários quinquenais.

A consideração trianual do número de óbitos procura, através da obtenção de um valor médio, limitar eventuais variações interanuais, que possam contribuir para uma subvalorização ou sobrevalorização da incidência da mortalidade no âmbito da construção da tábua de mortalidade, pois "*as flutuações anuais, mesmo pequenas, que ocorrem nos óbitos podem influenciar o nível de esperança de vida. Para obviar esta situação constroem-se tábuas plurianuais que têm a vantagem, quando centradas nos anos dos Recenseamentos da População, de assentarem em efetivos populacionais mais precisos*" (Carrilho *et al.*, 2004:43)[76].

**Tabela 54. População residente em 2011 e número médio de óbitos entre 2011, 2012 e 2013, por sexo e grupo etário, para o concelho de Alcochete**
Fonte: INE

| Grupos etários | Residentes | | Óbitos (média 2011, 2012 e 2013) | |
|---|---|---|---|---|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| Menos de 1 ano | 114 | 121 | 0 | 0 |
| 1 - 4 anos | 462 | 489 | 0 | 0 |
| 5-9 anos | 555 | 543 | 0 | 0 |
| 10-14 anos | 531 | 517 | 0 | 0 |
| 15-19 anos | 484 | 396 | 0 | 0 |
| 20-24 anos | 432 | 424 | 0 | 0 |
| 25-29 anos | 478 | 471 | 0 | 0 |
| 30-34 anos | 687 | 830 | 0 | 0 |
| 35-39 anos | 911 | 939 | 0 | 0 |
| 40-44 anos | 750 | 786 | 1 | 1 |
| 45-49 anos | 632 | 633 | 2 | 0 |
| 50-54 anos | 524 | 524 | 3 | 2 |
| 55-59 anos | 429 | 445 | 4 | 2 |
| 60-64 anos | 435 | 489 | 6 | 3 |
| 65-69 anos | 373 | 425 | 8 | 4 |
| 70-74 anos | 278 | 350 | 7 | 6 |
| 75-79 anos | 209 | 323 | 11 | 12 |
| 80-84 anos | 135 | 200 | 15 | 15 |
| 85 e mais anos | 75 | 170 | 14 | 30 |
| Total | 8494 | 9075 | 72 | 76 |

Passemos então a explanar o que é uma tábua de mortalidade: "*As tábuas de mortalidade oferecem a mais completa descrição da mortalidade e, correspondentemente, dos sobreviventes*

[76] CARILLHO, Maria José; PATRÍCIO, Lurdes (2004). Tábuas de Mortalidade em Portugal. Revista de Estudos Demográficos nº36. Artigo 3, pp. 41-69. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

*a cada idade por geração*" (TORRES, 1996:98)[77]. Na sua composição é aplicado o método da *coorte* fictícia que consiste em transpor os fenómenos que se observam num determinado momento para uma *coorte* imaginária. O ponto de partida é relativo às probabilidades de morte, obtidas através das taxas de mortalidade, mediante a aplicação de uma fórmula de transformação linear.

O processo de construção da tábua de mortalidade reveste-se de alguma complexidade, pelo que não faria sentido descrever minuciosamente os procedimentos seguidos, que aliás se encontram plenamente elucidados em Nazareth (1996: 139-144)[78]. Não obstante é de destacar alguns aspetos díspares, que foram considerados.

Enquanto na tabela apresentada por Nazareth (1996:144) o último grupo quinquenal se refere à população com 70 e mais anos de idade, por opção e face ao crescente envelhecimento da população, considerou-se que o último grupo quinquenal na tábua de mortalidade calculada para Alcochete, fosse 85 e mais anos de idade. Também na coluna 7 ($_nL_x$) referente aos sobreviventes em anos completos, mais concretamente nos ponderadores da mortalidade infantil k' e k'', face à melhoria dos indicadores relativos a esta problemática, optou-se por usar os valores de 0,05 para k'' e 0,95 para k', em oposição a 0,15 e 0,85, apresentados pelo professor J.M. Nazareth.

Considerando todos estes pressupostos obteve-se os seguintes resultados para as tábuas de mortalidade do concelho de Alcochete (Tabela 55 e Tabela 56), em que:

$_nm_x$: taxas de mortalidade entre a idade $x$ e $x + n$

$_nq_x$: quocientes de mortalidade, i.e., a probabilidade de morte entre a idade exata $x$ e a idade exata $x + n$

$_np_x$: probabilidade de sobrevivência entre as idades exatas $x$ e $x + n$

$l_x$: sobreviventes em cada idade exata $x$

$_nd_x$: óbitos entre idades exatas

$_nL_x$: sobreviventes em anos completos

$_nP_x$: probabilidade de sobrevivência entre dois grupos de anos completos

$T_x$: número de anos vividos entre as idades exatas $x$ e $x + n$

$e_x$: esperança de vida na idade $x$, ou seja, o número médio de anos que resta viver às pessoas que atingiram a idade $x$ (Nazareth, 1996: 141-144).

[77] TORRES, Adelino (1996). Demografia e Desenvolvimento: Elementos Básicos. Gradiva. Lisboa.

[78] NAZARETH, J. M. (1996). Introdução à Demografia – Teoria e Prática. Editorial Presença. Lisboa.

**Tabela 55. Tábuas de Mortalidade calculadas para as mulheres, para o concelho de Alcochete, em 2011, por grupos etários quinquenais**

Fonte: SPI

| Idades | $_nm_x$ | $_nq_x$ | $_np_x$ | $l_x$ | $_nd_x$ | $_nL_x$ | $_nP_x$ | $T_x$ | $e_x$ |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos 1 ano | 0,002755 | 0,002751 | 0,997249 | 100000,00 | 275,10 | 99738,65 | 0,997276 | 8174423,42 | 82 |
| 1 - 4 anos | 0,000000 | 0,000000 | 1,000000 | 99724,90 | 0,00 | 398899,59 | 0,999972 | 8074684,77 | 81 |
| 5 - 9 anos | 0,000000 | 0,000000 | 1,000000 | 99724,90 | 0,00 | 498624,48 | 1,000000 | 7675785,18 | 77 |
| 10 - 14 anos | 0,000000 | 0,000000 | 1,000000 | 99724,90 | 0,00 | 498624,48 | 1,000000 | 7177160,69 | 72 |
| 15 - 19 anos | 0,000000 | 0,000000 | 1,000000 | 99724,90 | 0,00 | 498624,48 | 1,000000 | 6678536,21 | 67 |
| 20 - 24 anos | 0,000000 | 0,000000 | 1,000000 | 99724,90 | 0,00 | 498624,48 | 1,000000 | 6179911,73 | 62 |
| 25 - 29 anos | 0,000000 | 0,000000 | 1,000000 | 99724,90 | 0,00 | 498624,48 | 1,000000 | 5681287,24 | 57 |
| 30 - 34 anos | 0,000000 | 0,000000 | 1,000000 | 99724,90 | 0,00 | 498624,48 | 0,999113 | 5182662,76 | 52 |
| 35 - 39 anos | 0,000355 | 0,001773 | 0,998227 | 99724,90 | 176,85 | 498182,36 | 0,995945 | 4684038,27 | 47 |
| 40 - 44 anos | 0,001272 | 0,006341 | 0,993659 | 99548,05 | 631,25 | 496162,12 | 0,995509 | 4185855,91 | 42 |
| 45 - 49 anos | 0,000527 | 0,002630 | 0,997370 | 98916,80 | 260,10 | 493933,74 | 0,987688 | 3689693,79 | 37 |
| 50 - 54 anos | 0,004453 | 0,022020 | 0,977980 | 98656,70 | 2172,37 | 487852,56 | 0,976073 | 3195760,05 | 32 |
| 55 - 59 anos | 0,005243 | 0,025878 | 0,974122 | 96484,33 | 2496,82 | 476179,57 | 0,970355 | 2707907,50 | 28 |
| 60 - 64 anos | 0,006817 | 0,033512 | 0,966488 | 93987,50 | 3149,72 | 462063,23 | 0,962205 | 2231727,93 | 24 |
| 65 - 69 anos | 0,008627 | 0,042226 | 0,957774 | 90837,79 | 3835,76 | 444599,54 | 0,938222 | 1769664,70 | 19 |
| 70 - 74 anos | 0,017143 | 0,082192 | 0,917808 | 87002,03 | 7150,85 | 417133,01 | 0,877872 | 1325065,16 | 15 |
| 75 - 79 anos | 0,036120 | 0,165641 | 0,834359 | 79851,18 | 13226,65 | 366189,25 | 0,766064 | 907932,15 | 11 |
| 80 - 84 anos | 0,075000 | 0,315789 | 0,684211 | 66624,53 | 21039,32 | 280524,32 | 0,931180 | 541742,89 | 8 |
| 85 e + anos | 0,174510 | 1 | 0 | 45585,20 | | 261218,57 | | 261218,57 | 6 |

**Tabela 56. Tábuas de Mortalidade calculadas para os homens, para o concelho de Alcochete, em 2011, por grupos etários quinquenais**

Fonte: SPI

| Idades | $_nm_x$ | $_nq_x$ | $_np_x$ | $l_x$ | $_nd_x$ | $_nL_x$ | $_nP_x$ | $T_x$ | $e_x$ |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos 1 ano | 0,000000 | 0,000000 | 1,000000 | 100000,00 | 0,00 | 100000,00 | 1,000000 | 7761199,07 | 78 |
| 1 - 4 anos | 0,000000 | 0,000000 | 1,000000 | 100000,00 | 0,00 | 400000,00 | 1,000000 | 7661199,07 | 77 |
| 5 - 9 anos | 0,000000 | 0,000000 | 1,000000 | 100000,00 | 0,00 | 500000,00 | 1,000000 | 7261199,07 | 73 |
| 10 - 14 anos | 0,000000 | 0,000000 | 1,000000 | 100000,00 | 0,00 | 500000,00 | 1,000000 | 6761199,07 | 68 |
| 15 - 19 anos | 0,000000 | 0,000000 | 1,000000 | 100000,00 | 0,00 | 500000,00 | 1,000000 | 6261199,07 | 63 |
| 20 - 24 anos | 0,000000 | 0,000000 | 1,000000 | 100000,00 | 0,00 | 500000,00 | 1,000000 | 5761199,07 | 58 |
| 25 - 29 anos | 0,000000 | 0,000000 | 1,000000 | 100000,00 | 0,00 | 500000,00 | 0,998788 | 5261199,07 | 53 |
| 30 - 34 anos | 0,000485 | 0,002423 | 0,997577 | 100000,00 | 242,31 | 499394,23 | 0,997874 | 4761199,07 | 48 |
| 35 - 39 anos | 0,000366 | 0,001828 | 0,998172 | 99757,69 | 182,34 | 498332,62 | 0,995766 | 4261804,83 | 43 |
| 40 - 44 anos | 0,001333 | 0,006645 | 0,993355 | 99575,35 | 661,63 | 496222,70 | 0,987552 | 3763472,22 | 38 |
| 45 - 49 anos | 0,003692 | 0,018291 | 0,981709 | 98913,72 | 1809,24 | 490045,52 | 0,975260 | 3267249,52 | 33 |
| 50 - 54 anos | 0,006361 | 0,031309 | 0,968691 | 97104,48 | 3040,22 | 477921,88 | 0,959858 | 2777204,00 | 29 |
| 55 - 59 anos | 0,010101 | 0,049261 | 0,950739 | 94064,27 | 4633,71 | 458737,07 | 0,944004 | 2299282,12 | 24 |
| 60 - 64 anos | 0,013027 | 0,063080 | 0,936920 | 89430,56 | 5641,26 | 433049,65 | 0,920151 | 1840545,05 | 21 |
| 65 - 69 anos | 0,020554 | 0,097748 | 0,902252 | 83789,30 | 8190,20 | 398471,01 | 0,892436 | 1407495,39 | 17 |
| 70 - 74 anos | 0,025180 | 0,118443 | 0,881557 | 75599,10 | 8954,21 | 355609,99 | 0,831019 | 1009024,38 | 13 |
| 75 - 79 anos | 0,051037 | 0,226308 | 0,773692 | 66644,89 | 15082,30 | 295518,73 | 0,682754 | 653414,40 | 10 |
| 80 - 84 anos | 0,111111 | 0,434783 | 0,565217 | 51562,60 | 22418,52 | 201766,69 | 0,773810 | 357895,67 | 7 |
| 85 e + anos | 0,186667 | 1 | 0 | 29144,08 | | 156128,98 | | 156128,98 | 5 |

Calculadas as tábuas de mortalidade determinou-se, entre outras funções, as probabilidades de sobrevivência, por sexo e por grupos de idade (nPx), fundamentais à construção de cenários de evolução demográfica. Além disso determinou-se a esperança de vida à nascença, a qual aponta uma longevidade de 82 anos para as mulheres e 78 anos para os homens.

### Fecundidade

No Método das Componentes por *Coortes*, a natalidade é o segundo segmento a ser projetado. O indicador mais utilizado para a análise pretendida é a Taxa de Fecundidade Geral (TFG), que enfatiza a relação existente entre o número de nados-vivos e o número de mulheres em idade fecunda (15 a 49 anos de idade). Com esta variável pretende-se estimar os nados-vivos no concelho de Alcochete, através da escolha de um modelo hipotético de fecundidade. Para isso, torna-se necessário analisar as TFG observadas em anos anteriores e estimar a sua sequência de evolução (Figura 57).

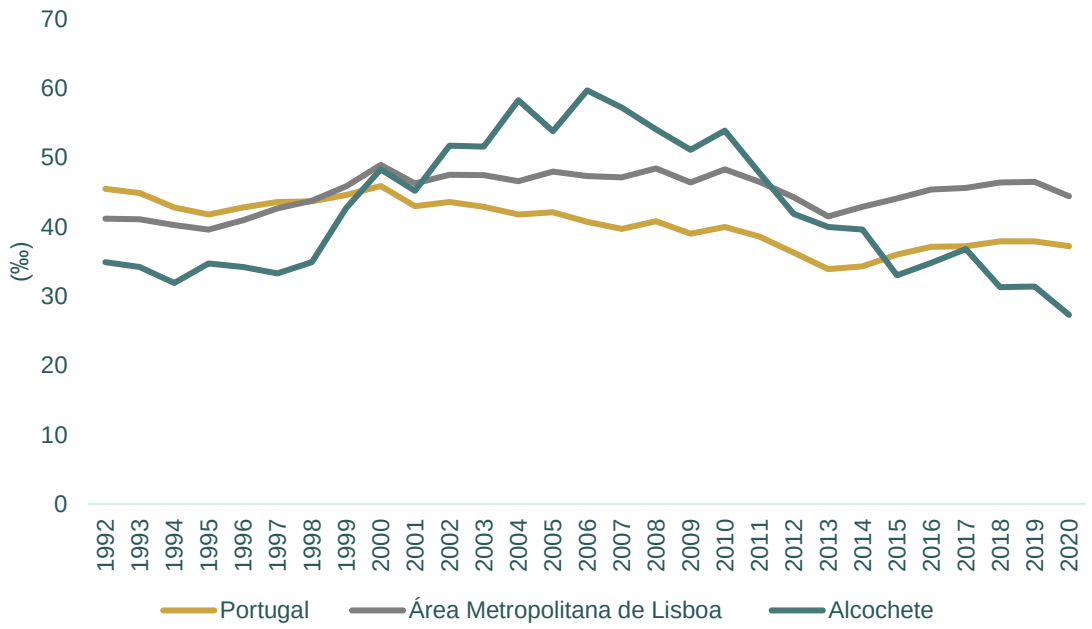



Figura 57. Evolução das Taxas Brutas de Fecundidade Geral (‰)

Fonte: INE

Podemos verificar, de um modo geral, um contínuo declínio da TFG, uma realidade transversal às diferentes escalas em análise. Todavia, é notória a oscilação deste indicador, no município de Alcochete, com uma flutuação entre os 27,3‰ e os 59,7‰, o primeiro registado em 2020 e o segundo em 2006.

Considerando, então, a descida das TFG determinamos os nados-vivos para a projeção demográfica, obtidos por regressão linear dos valores reais das taxas brutas de fecundidade entre 1992 e 2020 (Figura 58).

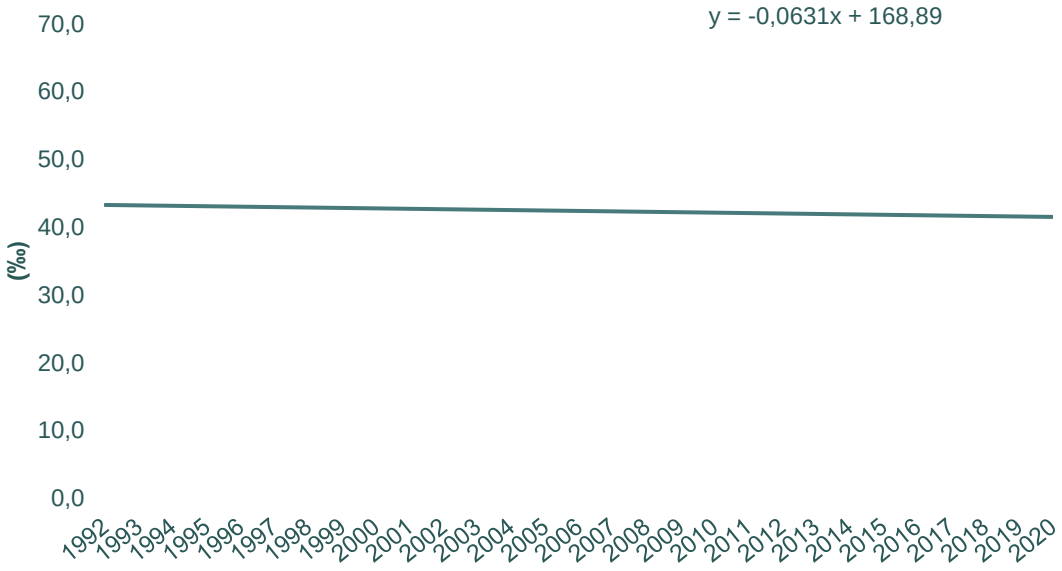



**Figura 58. Regressão Linear das Taxas Brutas de Fecundidade Geral para o concelho de Alcochete (‰)**

Fonte: SPI

A metodologia reflete e projeta a tendência de evolução regressiva da fecundidade verificada nos últimos anos (Tabela 57).

**Tabela 57. Taxas de Fecundidade Geral estimadas para o concelho de Alcochete, no horizonte da Projeção Demográfica**

Fonte: SPI

| Períodos da Projeção Demográfica | TFG estimada ‰ |
|---|---|
| 2015 | 40,5 |
| 2020 | 32,3 |
| 2025 | 41,2 |
| 2030 | 40,9 |
| 2035 | 40,6 |

Realizados os cálculos preliminares, elaborou-se o primeiro quadro de projeção, baseado na Fecundidade, Mortalidade e possibilidades de sobrevivência entre dois anos completos (os $_nP_x$ da tábua de mortalidade).

De seguida procedeu-se ao cálculo dos nascimentos, no qual os efetivos femininos em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade) são multiplicados pelas Taxas Específicas de Fecundidade (TEF). Um rácio entre sexos é assumido ao nascimento para dividir o total de nascimentos em nados-vivos masculinos e nados-vivos femininos, aplicando-se, posteriormente, a probabilidade de sobrevivência à nascença fixada para cada sexo.

Construímos, assim, o modelo natural de projeção que revela as tendências naturais da estrutura demográfica do município de Alcochete, fornecendo uma imagem geral da evolução do número de efetivos do concelho, não considerando quaisquer movimentos migratórios.

### Cenário natural

O Cenário Natural[79], considerando a população residente de 2011, sugere um decréscimo de 2% da população (-337 efetivos) até 2035, em resultado da manutenção dos baixos níveis de fecundidade. Esta tendência é transversal às freguesias de Alcochete (-214 efetivos até 2035) e do Samouco (-142 efetivos até 2031). Já a freguesia de São Francisco regista um acréscimo populacional (+19 efetivos até 2035).

**Tabela 58. Cenário natural para o concelho de Alcochete, no horizonte da Projeção Demográfica**

Fonte: SPI

| Períodos da Projeção Demográfica | Alcochete | Samouco | São Francisco | Total |
|---|---|---|---|---|
| 2015 | 12239 | 3143 | 2187 | 17569 |
| 2020 | 12482 | 3122 | 2288 | 17892 |
| 2025 | 12384 | 3095 | 2280 | 17759 |
| 2030 | 12239 | 3058 | 2261 | 17558 |
| 2035 | 12025 | 3001 | 2206 | 17232 |

O perfil demográfico do concelho carateriza-se, particularmente, pela diminuição da população jovem e pelo aumento progressivo do envelhecimento, que se consubstancia numa maior longevidade populacional, a qual remete o óbito para idades cada vez mais avançadas (78 anos para os homens e 82 anos para as mulheres)[80].

[79] Nos diferentes quadros-resumo dos cenários elaborados, os valores de “2015” referem-se sempre à população residente em 2011. Não obstante optámos por manter este ano como referência base para que o leitor compreenda que se trata sempre de uma análise evolutiva quinquenal.

[80] Valores dos “Ex” da Tábua de Mortalidade, para a classe etária “Menos de 1 ano”.

Neste contexto, podemos observar que o número de efetivos com menos de 1 ano de idade cai 42% (-98 indivíduos), até 2035. Por oposição, o número de residentes com idade superior a 50 anos aumenta até ao final do período projetado, situação conducente ao duplo envelhecimento no topo e na base da estrutura populacional (Tabela 59).

**Tabela 59. Projeções demográficas (Cenário natural)[81] para o concelho de Alcochete, por grupo etários e sexos reunidos**

Fonte: SPI

| Idades | 2015 | 2020 | 2025 | 2030 | 2035 |
|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 1 ano | 235 | 142 | 147 | 131 | 137 |
| 1 - 4 anos | 951 | 939 | 567 | 586 | 523 |
| 5-9 anos | 1098 | 1186 | 1081 | 714 | 717 |
| 10-14 anos | 1048 | 1098 | 1186 | 1081 | 759 |
| 15-19 anos | 880 | 1048 | 1098 | 1186 | 1074 |
| 20-24 anos | 856 | 880 | 1048 | 1098 | 1192 |
| 25-29 anos | 949 | 856 | 880 | 1048 | 1068 |
| 30-34 anos | 1517 | 948 | 856 | 880 | 1026 |
| 35-39 anos | 1850 | 1515 | 948 | 856 | 877 |
| 40-44 anos | 1536 | 1842 | 1499 | 938 | 875 |
| 45-49 anos | 1265 | 1523 | 1813 | 1477 | 969 |
| 50-54 anos | 1048 | 1242 | 1500 | 1786 | 1482 |
| 55-59 anos | 874 | 1014 | 1215 | 1468 | 1689 |
| 60-64 anos | 924 | 837 | 977 | 1170 | 1399 |
| 65-69 anos | 798 | 871 | 790 | 922 | 1091 |
| 70-74 anos | 628 | 732 | 807 | 732 | 848 |
| 75-79 anos | 532 | 538 | 637 | 703 | 630 |
| 80-84 anos | 335 | 390 | 401 | 474 | 518 |
| 85 e mais anos | 245 | 291 | 310 | 312 | 360 |
| Total | 17569 | 17892 | 17759 | 17558 | 17232 |

O Cenário Natural reflete, indubitavelmente, a fragilidade da estrutura demográfica do concelho, no sentido em que a substituição de gerações não se encontra assegurada. Urge, assim, uma mudança de paradigma demográfico assente na estabilização das TFG acima dos 40‰ – uma referência sugerida pelo EUROSTAT, para este indicador.

[81] Devido ao arredondamento dos decimais considerados nos cálculos, os totais por sexos e grupos etários nem sempre correspondem aos somatórios das respetivas parcelas. Esta situação poderá verificar-se nas várias fases do exercício.

As pirâmides etárias (Figura 59) permitem visualizar de forma clara as tendências acima mencionadas, nas quais se corroboram o fenómeno do duplo envelhecimento no topo e na base, contrapondo à tradicional configuração deste histograma triangular que deu lugar a uma base exígua (redução acentuada dos efetivos mais jovens) em detrimento de um topo alargado (aumento considerável dos idosos, sobretudo, do sexo feminino).

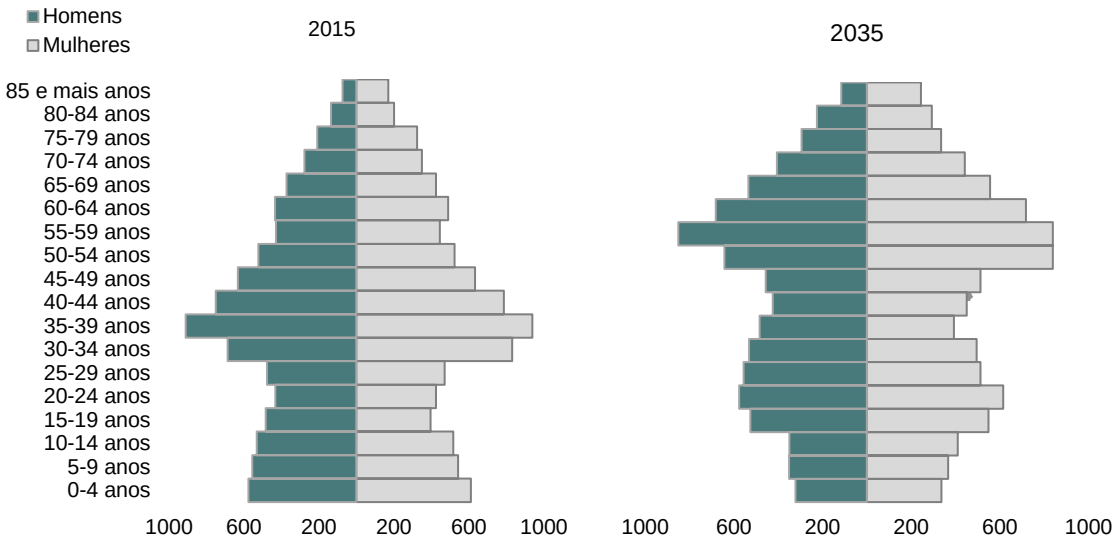



**Figura 59. Pirâmides Etárias para o concelho de Alcochete (Cenário natural)**

Fonte: SPI

## I.3. Cenários de evolução

### Migrações

Os movimentos migratórios, contrariamente à mortalidade e à fecundidade, não são um fenómeno natural. Resultam de um conjunto de deslocações de indivíduos, no espaço geográfico e num determinado período de tempo. Assim, estes são constituídos por: Emigração, Imigração e Migrações Internas.

Na prospetiva demográfica é considerada a variável mais incerta e menos "previsível", devido ao seu cariz inconstante, geralmente associada a fatores instáveis e dificilmente conjeturáveis, nomeadamente, o contexto político, económico e social. Por outro lado, a incipiente cobertura e registo das deslocações de pessoas dificulta a quantificação dos fluxos migratórios, pelo que não existe, efetivamente, um apuramento de qualidade, no que concerne às entradas e saídas do território nacional.

Com efeito, os movimentos migratórios na dinâmica populacional futura não se restringem, apenas, ao número de efetivos de entrada, mas também ao número de efetivos nascidos após a sua chegada ao território de acolhimento. Deste modo, na sua projeção, a população migrante é sujeita ao mesmo processo de envelhecimento, submetendo-se, igualmente, os efetivos femininos em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade) às TEF, de modo a obter os nados-vivos para os quinquénios seguintes.

Na projeção deste segmento está subjacente, a priori, uma análise ao comportamento dos movimentos migratórios. Para tal foi considerado o saldo migratório82 estimado nas últimas décadas (Figura 60).

[82] O saldo migratório é a diferença entre o número de entradas e saídas de residentes por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.

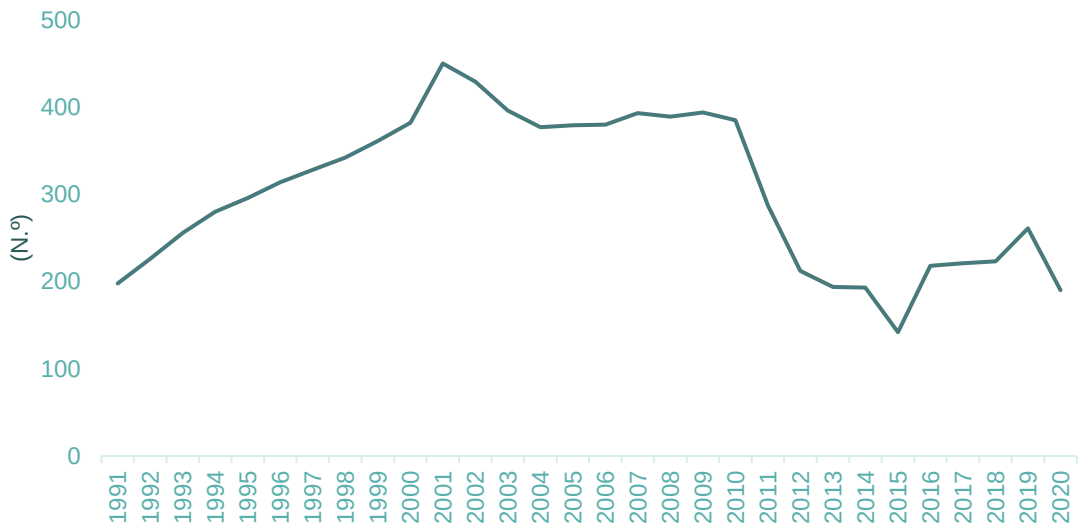



**Figura 60. Evolução do Saldo Migratório (N.º), no concelho de Alcochete, entre 1991 e 2017**

Fonte: INE

Da análise ao indicador em epígrafe, verificou-se que o saldo migratório, para o município de Alcochete, entre 1991 e 2020, foi manifestamente positivo (média de entrada de 303 imigrantes, nos últimos 30 anos), revelando-se, deste modo, um território atrativo, tal como evidenciado na análise às dinâmicas demográficas desenvolvida no capítulo 2.

No que se refere à população residente segundo as migrações (Censos 2011), e considerando apenas as pessoas que em 31/12/2009 residiam fora do Concelho, verifica-se que 89% destes indivíduos provém de outro município, enquanto que 11% vieram de um país estrangeiro. Em qualquer dos casos, verifica-se que a freguesia de Alcochete, mais populosa, acolhe a maioria da população imigrante.

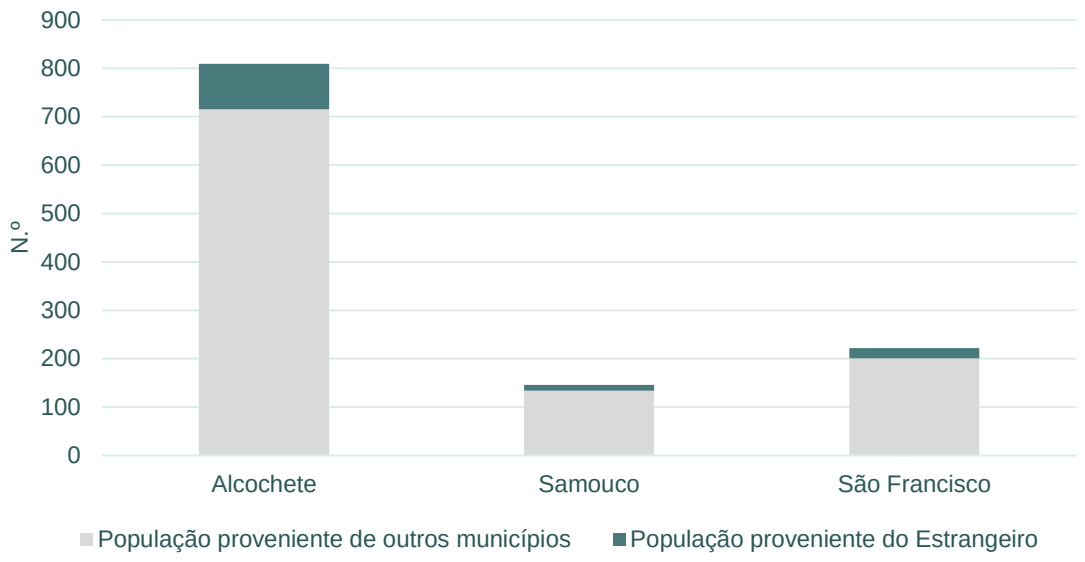



**Figura 61. Distribuição da população residente segundo as migrações, em 2011**

Fonte: INE

Considerando a evolução dos movimentos populacionais, designadamente as entrada e saídas de população residente nos últimos 30 anos, bem como da distribuição da população imigrante em 2011, estimou-se, então, o saldo migratório para o período da projeção demográfica.

Com base na projeção natural, por sexo e por grupos etários, para 2035 (Cenário Natural), foram construídas três hipóteses sobre a evolução das migrações, com base na tendência positiva dos movimentos migratórios.

As hipóteses equacionadas decorrem, igualmente, das expetativas de desenvolvimento socioeconómico consubstanciadas nos efeitos expetáveis induzidos pelos projetos urbanísticos previstos para o município. Os projetos imobiliários em execução ou aprovados (incluindo Pedido de Informação Prévia – PIP), contabilizam um total de 553 novos fogos de habitação, o que se traduz num acréscimo potencial de 1382 habitantes, tendo em conta a dimensão média dos agregados familiares. Adicionalmente, encontra-se em elaboração o Plano de Pormenor (PP) da Quinta da Coutadinha – Batel, prevendo a construção de 2000 fogos de habitação.

Deste modo, atendendo às dinâmicas em curso, os cenários obtidos apontam, sem exceção, para uma componente migratória positiva, para o período projetado, ainda que com intensidades distintas, de acordo com os seguintes pressupostos:

- **Cenário de atração baixa**: foi extrapolado o saldo migratório mais baixo registado no período entre 1991 e 2020. Neste caso, especificamente, foi considerado o ano de 2015, com uma entrada de 142 efetivos, ou seja, 710 imigrantes a cada cinco anos.

**Tabela 60. Saldo migratório estimado para o Cenário de Atração Baixa**

Fonte: SPI

| Local de residência | Imigrantes | | |
|---|---|---|---|
| | Homens | Mulheres | Total |
| Alcochete | 241 | 254 | 495 |
| Samouco | 63 | 64 | 127 |
| São Francisco | 43 | 45 | 88 |
| Total | 347 | 363 | 710 |

- **Cenário de atração tendencial**: foi considerado o saldo migratório médio entre 1991 e 2020, isto é, uma entrada anual de 303 efetivos, correspondendo a 1516 imigrantes por quinquénio.

**Tabela 61. Saldo migratório estimado para o Cenário de Atração Tendencial**

Fonte: SPI

| Local de residência | Imigrantes | | |
|---|---|---|---|
| | Homens | Mulheres | Total |
| Alcochete | 514 | 542 | 1056 |
| Samouco | 134 | 138 | 272 |
| São Francisco | 92 | 97 | 189 |
| Total | 740 | 777 | 1517 |

- **Cenário de atração acentuada**: foi repercutido o saldo migratório mais elevado, registado durante o período em análise, correspondente ao ano de 2001, com uma entrada de 450 efetivos, ou seja, 2250 imigrantes a cada cinco anos. Este cenário foi ainda combinado com uma TFG constante, correspondente ao maior valor registado para este indicador, no concelho de Alcochete, que neste caso ocorreu em 2006, ano em que registou 59,7‰.

**Tabela 62. Saldo migratório estimado para o Cenário de Atração Acentuada**

Fonte: SPI

| Local de residência | Imigrantes | | |
|---|---|---|---|
| | Homens | Mulheres | Total |
| Alcochete | 763 | 804 | 1567 |
| Samouco | 198 | 204 | 402 |
| São Francisco | 137 | 143 | 280 |
| Total | 1098 | 1151 | 2249 |

Uma vez escolhidas as hipóteses de evolução relativamente aos Saldos Migratórios, torna-se necessário repartir o total de migrantes por sexos e idades. Para tal recorremos à Estrutura-tipo dos Movimentos Migratórios da ONU[83], introduzindo-se estes dados no cenário base, e corrigindo-o por forma a obter a respetiva projeção até 2035.

**Tabela 63. Estrutura-tipo dos movimentos migratório**

Fonte: ONU

| Estrutura-tipo dos Movimentos Migratórios | | |
|---|---|---|
| Idades | H (%) | M (%) |
| 0 - 4 anos | 7,7 | 8,1 |
| 5 - 9 anos | 7 | 7,3 |
| 10 - 14 anos | 5,6 | 5,7 |
| 15 - 19 anos | 12 | 12,3 |
| 20 - 24 anos | 18,8 | 17,1 |
| 25 - 29 anos | 16,3 | 15,4 |
| 30 - 34 anos | 10,3 | 10,6 |
| 35 - 39 anos | 6,3 | 6,4 |
| 40 - 44 anos | 4,3 | 3,7 |
| 45 - 49 anos | 3,1 | 3,1 |
| 50 - 54 anos | 2,5 | 3,1 |
| 55 - 59 anos | 2,4 | 2,6 |
| 60 - 64 anos | 1,7 | 1,8 |
| 65 - 69 anos | 1,1 | 1,4 |
| 70 - 74 anos | 0,5 | 0,7 |
| 75 - 79 anos | 0,2 | 0,4 |
| 80 - 84 anos | 0,2 | 0,2 |
| 85 e mais anos | 0,1 | 0,2 |
| Total | 100,0 | 100,0 |

[83] A Estrutura-Tipo dos movimentos migratórios da ONU é frequentemente utilizada em exercícios de projeção demográfica, no contexto da distribuição dos migrantes. A aplicação prática consiste na multiplicação do valor do número de migrantes de cada sexo pela respetiva taxa de cada grupo de idades.

### Cenários de evolução

Os cenários de evolução têm por base o cenário natural, ao qual foi adicionado, em cada grupo de idades, o número de imigrantes previstos para cada cenário. Aos "novos" efetivos foram aplicadas as probabilidades de sobrevivência e as mulheres em idade fértil foram, igualmente, sujeitas às TFG estimadas. O procedimento repetiu-se quinquénio a quinquénio, de modo a obter os Cenários de Atração, que constam nos quadros seguintes.

### Cenário de atração baixa

De acordo com o Cenário atração baixa, no final do período projetado, a estrutura demográfica do concelho de Alcochete irá assistir a um aumento populacional de 16% face ao último período censitário, passando de 17569 para 20462 indivíduos (Tabela 64).

**Tabela 64. Cenário de atração baixa para o concelho de Alcochete, no horizonte da Projeção Demográfica**
Fonte: SPI

| Períodos da Projeção Demográfica | Alcochete | Samouco | São Francisco | Total |
|---|---|---|---|---|
| 2015 | 12239 | 3143 | 2187 | 17569 |
| 2020 | 12977 | 3249 | 2376 | 18602 |
| 2025 | 13427 | 3363 | 2465 | 19254 |
| 2030 | 13869 | 3477 | 2550 | 19896 |
| 2035 | 14286 | 3581 | 2595 | 20462 |

Todavia, este crescimento populacional é inexpressivo no que à sustentabilidade demográfica diz respeito. Efetivamente, a entrada de 142 efetivos anuais, pelo efeito das migrações, contribui para o aumento populacional do concelho, porém é incipiente no sentido de inverter a queda da natalidade.

À semelhança do que ocorre no cenário natural, neste cenário os nados-vivos decrescem a cada quinquénio (Tabela 65), uma diminuição que representa menos 41 efetivos (-17,53%) com menos de 1 ano de idade, em 2035. Neste âmbito, é de salientar que a proporção de jovens em relação à população total traduz um envelhecimento da estrutura demográfica, o que se reflete em classes ocas[84].

[84] Uma classe oca é uma classe etária que possui um número de indivíduos inferior ao número de indivíduos da classe etária seguinte.

À exceção dos grupos de idades entre os 0 e os 14 anos, bem como dos grupos de idades entre os 30 e os 49 anos que diminuem até ao final da projeção, os restantes grupos quinquenais registam um aumento de indivíduos.

É de referir ainda, que o grupo etário dos 35-39 anos, que possui o maior peso absoluto na estrutura demográfica, em 2015 (1850 efetivos), no último quinquénio, se transfere para o grupo etário 55-59 anos – com 1774 efetivos, que passará então a representar a maior fatia da população residente no Concelho.

**Tabela 65. Projeções demográficas (Cenário de atração baixa) para o concelho de Alcochete, por grupo etário**
Fonte: SPI

| Idades | 2015 | 2020 | 2025 | 2030 | 2035 |
|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 1 ano | 235 | 159 | 177 | 175 | 194 |
| 1 - 4 anos | 951 | 978 | 673 | 745 | 739 |
| 5-9 anos | 1098 | 1237 | 1188 | 900 | 971 |
| 10-14 anos | 1048 | 1138 | 1277 | 1228 | 984 |
| 15-19 anos | 880 | 1134 | 1224 | 1363 | 1309 |
| 20-24 anos | 856 | 1007 | 1262 | 1352 | 1501 |
| 25-29 anos | 949 | 968 | 1120 | 1374 | 1439 |
| 30-34 anos | 1517 | 1023 | 1043 | 1194 | 1426 |
| 35-39 anos | 1850 | 1560 | 1067 | 1087 | 1231 |
| 40-44 anos | 1536 | 1871 | 1572 | 1084 | 1127 |
| 45-49 anos | 1265 | 1545 | 1863 | 1571 | 1131 |
| 50-54 anos | 1048 | 1262 | 1542 | 1855 | 1593 |
| 55-59 anos | 874 | 1032 | 1252 | 1526 | 1774 |
| 60-64 anos | 924 | 849 | 1006 | 1218 | 1467 |
| 65-69 anos | 798 | 880 | 811 | 959 | 1144 |
| 70-74 anos | 628 | 736 | 819 | 755 | 885 |
| 75-79 anos | 532 | 540 | 643 | 716 | 652 |
| 80-84 anos | 335 | 392 | 404 | 479 | 529 |
| 85 e mais anos | 245 | 292 | 312 | 315 | 365 |
| Total | 17569 | 18602 | 19254 | 19896 | 20462 |

Numa análise prospetiva de evolução até 2035, apresentam-se as pirâmides etárias (início e fim do horizonte temporal da projeção) para o município de Alcochete, para um cenário de atração baixa, que reflete um aumento da população residente, embora aliado a um processo de envelhecimento demográfico (Figura 62).

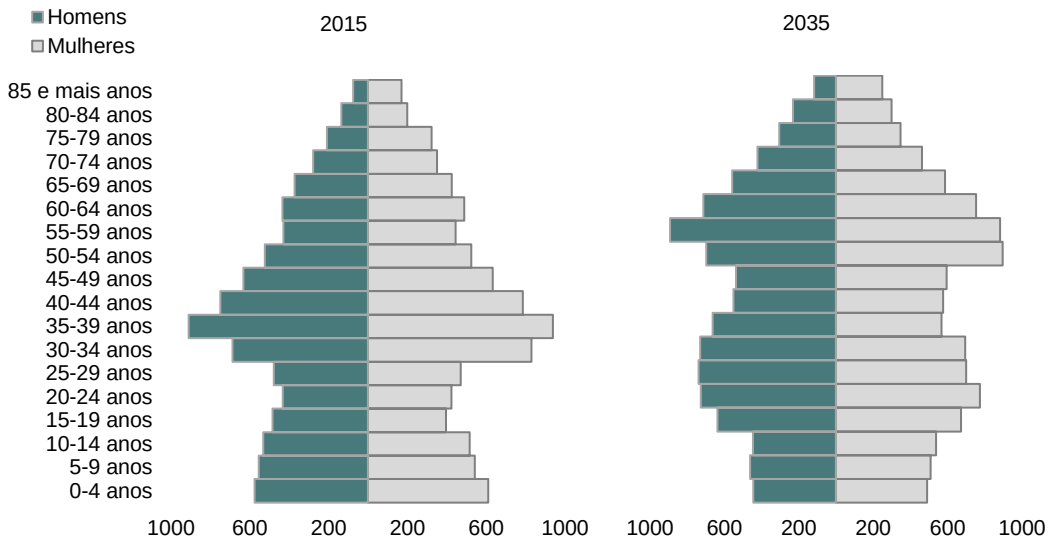



**Figura 62. Pirâmides Etárias para o concelho de Alcochete (Cenário de atração baixa)**

Fonte: SPI

### Cenário de atração tendencial

Considerando que o concelho de Alcochete seguirá a tendência dos últimos 30 anos no que às migrações diz respeito, foi extrapolada a sequência de evolução para este indicador. Em termos gerais, este cenário aponta para um aumento populacional que, em 2035, representará, em termos absolutos, um ganho de 6559 indivíduos (+ 37% face a 2011) (Tabela 66).

**Tabela 66. Cenário de atração tendencial para o concelho de Alcochete, no horizonte da Projeção Demográfica**

Fonte: SPI

| Períodos da Projeção Demográfica | Alcochete | Samouco | São Francisco | Total |
|---|---|---|---|---|
| 2015 | 12239 | 3143 | 2187 | 17569 |
| 2020 | 13539 | 3393 | 2477 | 19409 |
| 2025 | 14610 | 3667 | 2675 | 20951 |
| 2030 | 15720 | 3952 | 2878 | 22551 |
| 2035 | 16852 | 4239 | 3037 | 24128 |

Relativamente à estrutura da demográfica, é possível verificar que todas as camadas da população, excetuando os grupos de idades dos 35 aos 44 anos, assistem a um crescimento. Note-se, por exemplo, que o número de nados-vivos aumenta o seu efetivo em 10% até ao fim do horizonte projetado (+ 24 indivíduos face a 2011).

Neste cenário, os indivíduos com 30-34 anos de idade constituirão o grupo quinquenal com a maior representatividade, em 2035 (1879 indivíduos), algo que poderá ser explicado pelo fenómeno (i)migratório, visto que a maioria da população migrante apresenta, tradicionalmente, uma maior incidência na população em idade ativa (Tabela 67).

**Tabela 67. Projeções demográficas (Cenário de atração tendencial) para o concelho de Alcochete, por grupos etários**
Fonte: SPI

| Idades | 2015 | 2020 | 2025 | 2030 | 2035 |
|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 1 ano | 235 | 177 | 211 | 226 | 259 |
| 1 - 4 anos | 951 | 1023 | 793 | 926 | 986 |
| 5-9 anos | 1098 | 1294 | 1309 | 1112 | 1260 |
| 10-14 anos | 1048 | 1184 | 1380 | 1395 | 1239 |
| 15-19 anos | 880 | 1232 | 1368 | 1564 | 1576 |
| 20-24 anos | 856 | 1152 | 1504 | 1640 | 1852 |
| 25-29 anos | 949 | 1096 | 1392 | 1744 | 1859 |
| 30-34 anos | 1517 | 1107 | 1255 | 1550 | 1879 |
| 35-39 anos | 1850 | 1611 | 1203 | 1350 | 1633 |
| 40-44 anos | 1536 | 1903 | 1655 | 1250 | 1413 |
| 45-49 anos | 1265 | 1570 | 1920 | 1677 | 1316 |
| 50-54 anos | 1048 | 1284 | 1589 | 1933 | 1718 |
| 55-59 anos | 874 | 1052 | 1294 | 1592 | 1870 |
| 60-64 anos | 924 | 863 | 1040 | 1273 | 1544 |
| 65-69 anos | 798 | 890 | 834 | 1000 | 1206 |
| 70-74 anos | 628 | 741 | 834 | 782 | 928 |
| 75-79 anos | 532 | 543 | 650 | 731 | 677 |
| 80-84 anos | 335 | 393 | 407 | 486 | 541 |
| 85 e mais anos | 245 | 293 | 315 | 319 | 372 |
| Total | 17569 | 19409 | 20951 | 22551 | 24128 |

A concretizar-se, este cenário poderá contribuir, efetivamente, para o aumento dos quantitativos populacionais do concelho de Alcochete, não só pelo efeito da longevidade populacional, mas também pelo “incremento” de efetivos na base da estrutura demográfica. As pirâmides etárias que se seguem caraterizam, axiomaticamente, esta hipótese de evolução, cuja expansão de populacional se consubstancia, essencialmente, na população ativa, o que permite atenuar os efeitos do envelhecimento da estrutura demográfica (Figura 63).

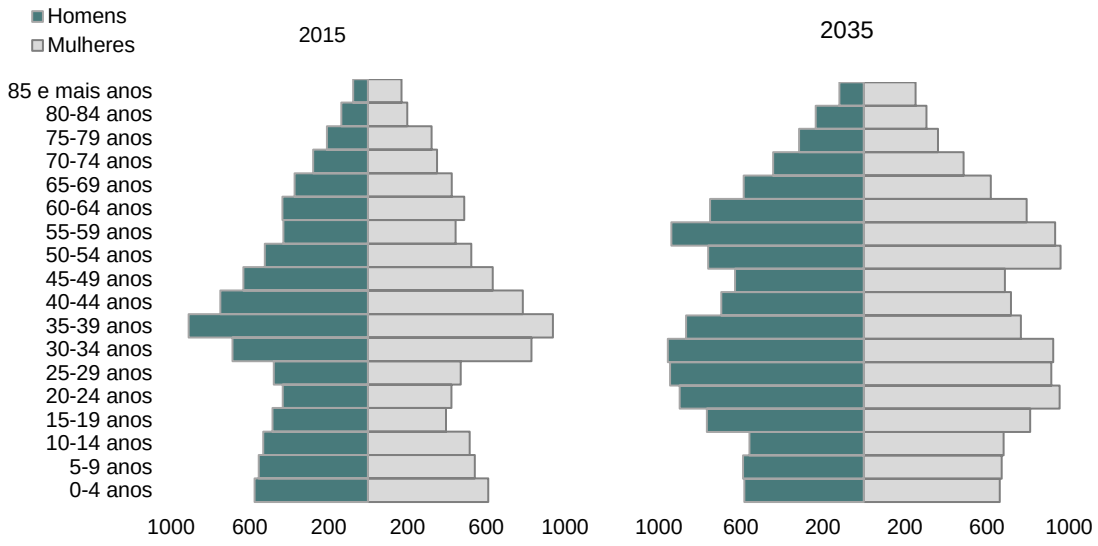



**Figura 63. Pirâmides Etárias para o concelho de Alcochete (Cenário de atração tendencial)**

Fonte: SPI

### Cenário de atração acentuada

O cenário que ora se apresenta surge como um quadro mais expansivo, relativamente aos cenários anteriores, no entanto, plausível de ocorrer, pois assenta em indicadores registados no passado. Deste modo, na projeção do cenário de atração acentuada assumiu-se a entrada de 450 imigrantes anuais (o saldo migratório mais elevado, registado em 2001). Adicionalmente, foi aplicado um modelo hipotético de fecundidade, que se mantém ao longo da projeção demográfica. Neste âmbito, foi tida em conta a TFG registada em 2006, pelo facto de ter sido o ano em que se assinalou o valor máximo para este indicador, nomeadamente, 59,7‰.

Com base nestes pressupostos, foi construído o seguinte modelo de projeção (Tabela 68).

**Tabela 68. Cenário de atração acentuada para o concelho de Alcochete, no horizonte da Projeção Demográfica**
Fonte: SPI

| Períodos da Projeção Demográfica | Alcochete | Samouco | São Francisco | Total |
|---|---|---|---|---|
| 2015 | 12239 | 3143 | 2187 | 17569 |
| 2020 | 14142 | 3548 | 2586 | 20276 |
| 2025 | 16202 | 4077 | 2968 | 23247 |
| 2030 | 18231 | 4602 | 3336 | 26168 |
| 2035 | 20368 | 5149 | 3616 | 29133 |

De acordo com este cenário, o concelho de Alcochete assiste, em 2035, a um aumento de 65,8% da sua população residente (+ 11564 indivíduos face a 2011). O crescimento é transversal às três freguesias, porém, é especialmente proeminente na freguesia de Alcochete (+ 8129 indivíduos face a 2011).

Segundo as hipóteses fixadas, os nados-vivos aumentam em cerca de 87%, e passam de 235 efetivos, em 2011, para 438 efetivos, em 2035. Trata-se, pois, de uma evolução positiva, cujo crescimento de quantitativos é coadjuvante de um rejuvenescimento populacional, não sendo, porém, inibidor do envelhecimento da estrutura demográfica.

À semelhança do que ocorre no cenário de atração tendencial, também no cenário de atração acentuada, os indivíduos com 30-34 anos de idade garantirão, em 2035, uma maior representatividade na estrutura demográfica global (2292 indivíduos).

**Tabela 69. Projeções demográficas (Cenário de atração acentuada) para o concelho de Alcochete, por grupos etários**
Fonte: SPI

| Idades | 2015 | 2020 | 2025 | 2030 | 2035 |
|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 1 ano | 235 | 327 | 330 | 369 | 439 |
| 1 - 4 anos | 951 | 1064 | 1432 | 1443 | 1598 |
| 5-9 anos | 1098 | 1347 | 1552 | 1923 | 1973 |
| 10-14 anos | 1048 | 1225 | 1474 | 1679 | 2055 |
| 15-19 anos | 880 | 1321 | 1499 | 1748 | 1943 |
| 20-24 anos | 856 | 1283 | 1725 | 1902 | 2171 |
| 25-29 anos | 949 | 1212 | 1640 | 2081 | 2242 |
| 30-34 anos | 1517 | 1184 | 1448 | 1875 | 2292 |
| 35-39 anos | 1850 | 1658 | 1326 | 1590 | 1999 |
| 40-44 anos | 1536 | 1932 | 1730 | 1401 | 1674 |
| 45-49 anos | 1265 | 1593 | 1972 | 1774 | 1484 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **50-54 anos** | 1048 | 1305 | 1632 | 2005 | 1833 |
| **55-59 anos** | 874 | 1071 | 1333 | 1653 | 1958 |
| **60-64 anos** | 924 | 876 | 1070 | 1323 | 1615 |
| **65-69 anos** | 798 | 899 | 855 | 1038 | 1261 |
| **70-74 anos** | 628 | 745 | 847 | 806 | 967 |
| **75-79 anos** | 532 | 545 | 656 | 744 | 700 |
| **80-84 anos** | 335 | 395 | 410 | 492 | 552 |
| **85 e mais anos** | 245 | 294 | 317 | 323 | 377 |
| **Total** | 17569 | 20276 | 23247 | 26168 | 29133 |

É de realçar que tantos os homens como as mulheres passam por uma evolução significativa de quantitativos. Com efeito, alguns grupos etários suplantarão os 1000 efetivos, uma caraterística exclusiva deste cenário, observável através das pirâmides etárias de 2015 (o período de referência) e de 2035 (horizonte da projeção) (Figura 64).

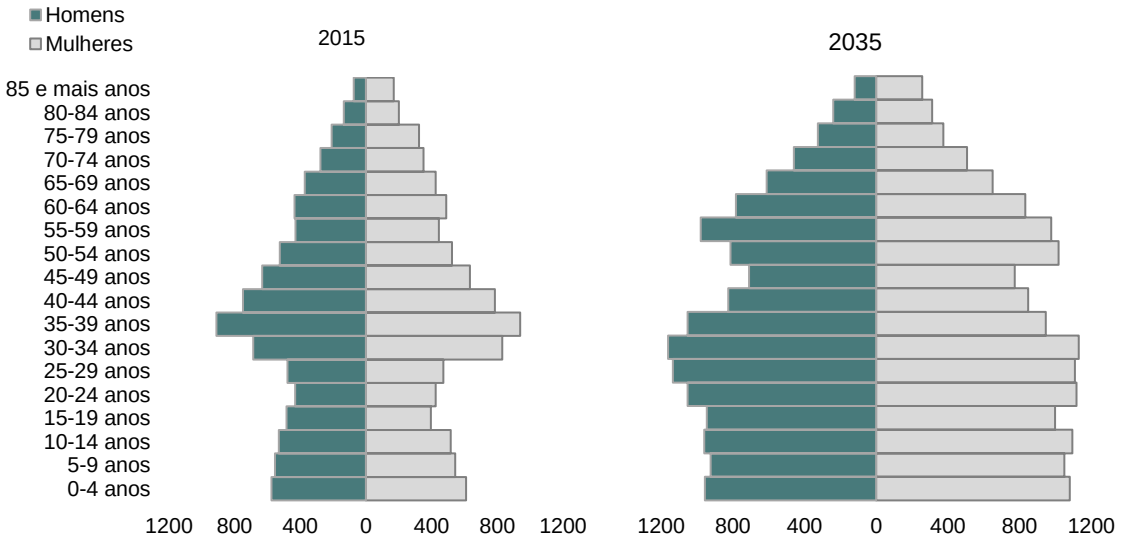



**Figura 64. Pirâmides Etárias para o concelho de Alcochete (Cenário de atração acentuada)**

Fonte: SPI

## Notas conclusivas às projeções demográficas

As projeções demográficas são uma ferramenta essencial na identificação de tendências e um importante instrumento na determinação do que, salvo acontecimentos históricos extraordinários, aconteceria a uma determinada população se esta ficasse entregue exclusivamente às suas dinâmicas demográficas. Todavia, o valor das projeções demográficas não reside, na capacidade

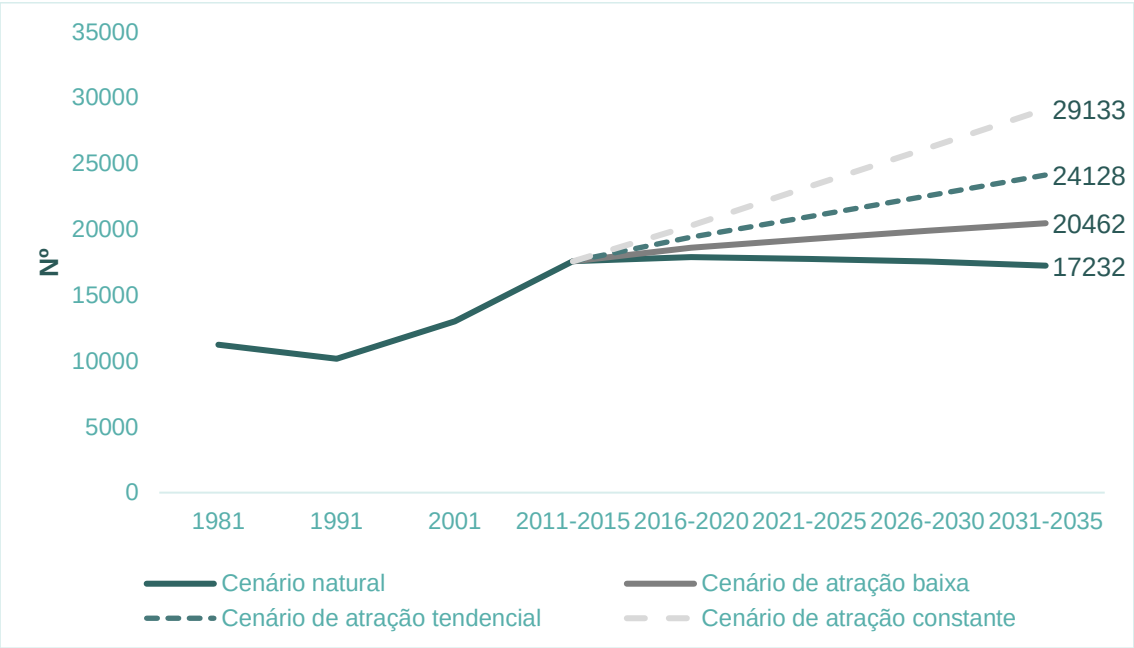
de previsão e certeza, mas na demonstração de cenários possíveis, em condições específicas e predeterminadas.

Através da projeção da população para o concelho de Alcochete procura-se prospetivar os limites da evolução demográfica para o Município e o que poderá ser a sua população nas próximas décadas, não considerando a intervenção das políticas que possam vir a ser adotadas, nem a ocorrência de acontecimentos imprevisíveis.

Como a população não se fixa no tempo, está em permanente alteração e vai adquirindo novas configurações, afigura-se essencial conhecer as hipóteses com que o Município se irá deparar nas próximas décadas, para que possam ser tomadas medidas tendentes, concretizar aspirações e evitar constrangimentos.

Todavia, é preciso ter em conta que a população possível no futuro é condicionada pela estrutura e composição da população, no momento de partida (Censos 2011) e pelos diferentes padrões de comportamento das componentes demográficas, nomeadamente, os óbitos, a natalidade e os fluxos migratórios, ou seja, das entradas (imigrantes) e saídas (emigrantes) do país e dos movimentos de população dentro do mesmo país (entre municípios).

Com base nestes pressupostos, o gráfico seguinte apresenta um resumo da projeção demográfica efetuada e dos quatro cenários calculados – cenário natural, cenário de atração baixa, cenário de atração tendencial e cenário de atração acentuada – respetivamente. Concomitantemente, este gráfico, enumera o número de residentes registados nos Censos entre 1981 e 2011, por forma a compararmos com o que foi extrapolado para 2035.



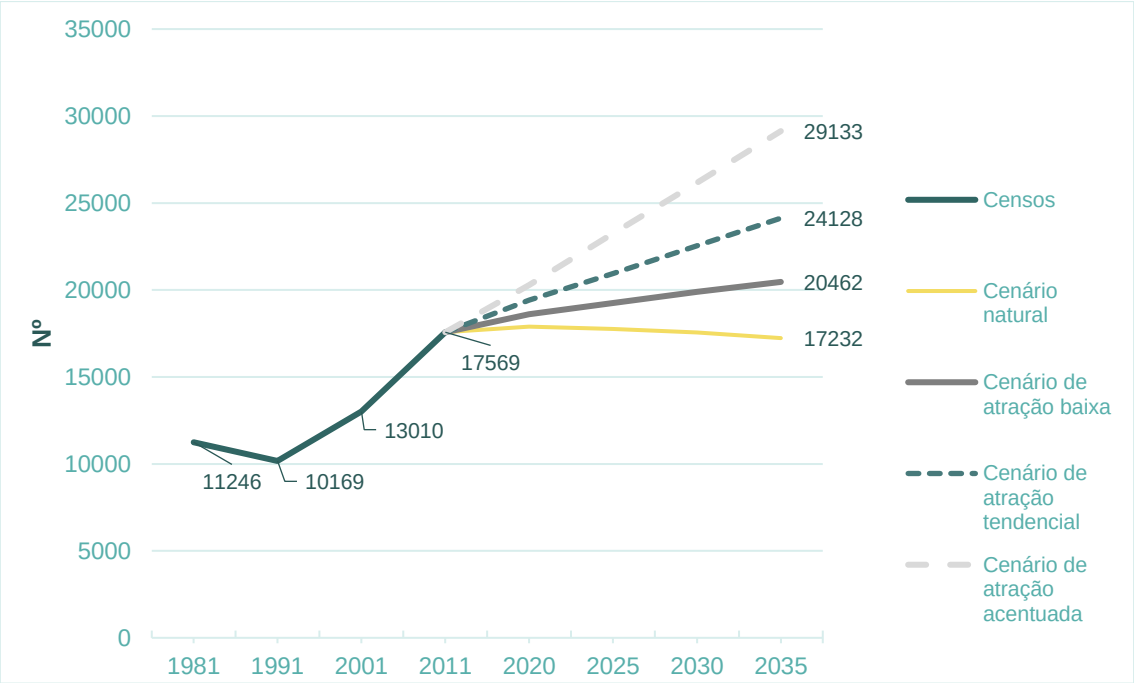




**Figura 65. Síntese da Projeção Demográfica, para o concelho de Alcochete**

Fonte: SPI

- O **cenário natural** representa o "comportamento" da população, caso fossem criadas condições para anular os movimentos migratórios baseando-se numa população "estática" e, por isso, "não-real". Trata-se, portanto, de um cenário inverosímil.

- No âmbito da presente projeção, os três cenários "migratórios" apresentados surgem como "reais", uma vez que consideram todas as componentes do crescimento populacional, quer sejam naturais (nascimentos e óbitos) ou migratórias (emigração, imigração e migrações internas).

- O **cenário de atração baixa** representa um cenário de crescimento demográfico, com um acréscimo de 16% da população residente, em 2035. Na elaboração deste cenário foram considerados os valores da componente natural do crescimento demográfico (apresentados no cenário natural) e um saldo migratório positivo, baseado no valor mais reduzido para este indicador, registado para o concelho de Alcochete no decénio anterior. Neste caso, o saldo migratório mais baixo diz respeito ao ano de 2015, em que a entrada de imigrantes totalizou 142 efetivos, um valor que apesar de positivo encontra-se muito abaixo da média apresentada nos últimos 30 anos (303 efetivos). Assente nestas premissas, o cenário de atração baixa sugere um aumento da estrutura demográfica, sobretudo, ao nível das camadas mais altas desta, isto é, da população em idade ativa e da população idosa. Por oposição, a população jovem apresenta uma diminuição de quantitativos populacionais.

- O **cenário de atração tendencial** apresenta, igualmente, um aumento populacional, desta feita, de 37% face a 2011. A elaboração deste cenário baseou-se no comportamento médio para as componentes naturais e migratórias, do Município de Alcochete, entre 2011 e 2020, um período marcado por saldos naturais e migratórios positivos, pelo que a extrapolação dos mesmos evidencia uma propensão para o crescimento da estrutura demográfica.

- O **cenário de atração acentuada** surge como um cenário mais "otimista". Apesar do cariz hipotético que lhe é intrínseco, a construção deste cenário assenta em tendências registadas no passado e, portanto, plausíveis de suceder. Contudo, é importante reiterar, que este cenário pressupõe a manutenção da mortalidade, a recuperação das taxas de fecundidade na ordem dos 59,7‰, bem como, um saldo migratório que registe uma entrada anual de 450 imigrantes.

- Atendendo às estimativas da população residente para o Município, calculadas pelo INE podemos afirmar que **é o cenário de atração tendencial, que mais se aproxima das caraterísticas demográficas identificadas para o Município**, que, desde 2011, tem vindo a ganhar, em média, 242 efetivos anuais, o que em 2020 representava mais de 11% face ao estimado, em 2011.

- Os **resultados preliminares dos Censos 2021** atualmente disponíveis, **corroboram, igualmente, a tendência de crescimento demográfico acima mencionada**. Neste contexto, verifica-se que o cenário de atração tendencial excede em cerca de 260 efetivos comparativamente ao recenseamento da população residente no concelho de Alcochete. À escala da freguesia, as tendências de aumento populacional repercutem-se, à exceção da freguesia de São Francisco, cujo cenário demográfico projetado aponta, neste período, menos 93 indivíduos face aos Censos 2021.

## I.4. Projeção da população escolar

Uma vez projetados os valores da população residente para o Município, importa determinar os possíveis cenários de evolução da população em idade escolar. Neste âmbito, trata-se de uma análise segmentada dos diferentes cenários, focada na população com idades compreendidas entre os 3 e os 19 anos, cujos resultados surgem agrupados por anos e por idades, conforme os diferentes níveis de ensino. Os grupos etários considerados são os seguintes:

- 3-5 anos: Educação pré-escolar;
- 6-9 anos: 1º CEB;
- 10-11 anos: 2º CEB;
- 12-14 anos: 3º CEB;
- 15-19 anos: Ensino secundário.

A Tabela 70, relativa à população estudantil apurada através dos Censos de 2011, sistematiza os dados de referência para este exercício, permitindo a repartição da população estimada para cada um dos grupos etários. Assim, optou-se por verificar qual o peso relativo que cada grupo representava, à data dos Censos, e aplicar, posteriormente, a mesma proporção aos valores estimados até 2030.

Como podemos verificar, em 2011, a população em idade escolar correspondia, em termos absolutos, a 3497 efetivos. Em termos relativos, a população residente com 6-9 anos de idade (1º CEB) garantia 24,79% desta estrutura, seguindo-se a população residente com 3-5 anos de idade (pré-escolar), com 20,07%.

**Tabela 70. População residente em idade escolar, para o concelho de Alcochete, em 2011**

Fonte: INE

| Idades | 2011 | |
|---|---|---|
| | Residentes (N. º) | % |
| 3-5 anos | 702 | 20,07 |
| 6-9 anos | 867 | 24,79 |
| 10-11 anos | 476 | 13,61 |
| 12-14 anos | 572 | 16,36 |
| 15-17 anos | 536 | 15,33 |
| 18-19 anos | 344 | 9,84 |
| Total | 3497 | 100,00 |

Posto isto e, de acordo com o método das componentes por *coortes*[85] explanado anteriormente, podemos concluir que a população estudantil irá aumentar até 2035. Todavia, importa calibrar a projeção da população em idade escolar com base nas estatísticas dos alunos matriculados, por nível de ensino, nos anos letivos 2009/2010-2019/2020. Com este procedimento pretende-se apurar a procura potencial da rede educativa do ensino público e excluir, concomitantemente, os alunos que estudam no ensino privado.

Considerando assim, o número de alunos no ensino público e no ensino privado, entre os anos letivos 2009/2010-2019-2020 (DGEEG, 2021) determinou-se a população em idade escolar, obtidos por regressão linear (Figura 66).

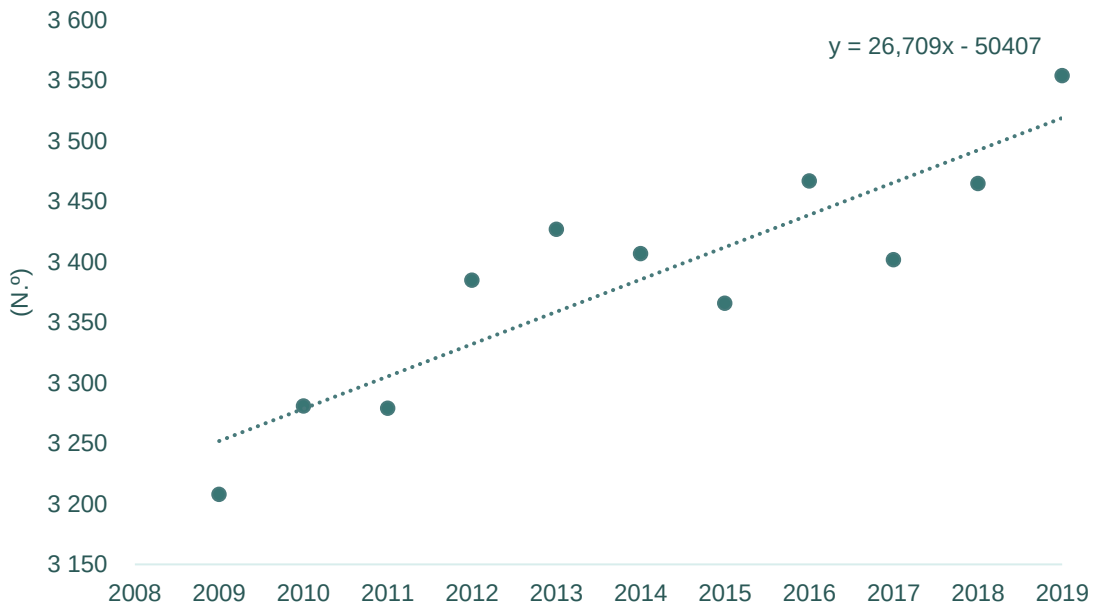



**Figura 66. Regressão Linear do dos alunos matriculados (ensino público e privado) nos anos letivos 2009/2010-2019/2020**

Fonte: SPI

O exercício em epígrafe resultou numa extrapolação matemática autónoma, porém, complementar às projeções demográficas, na medida em que permitiu estimar a tendência relativamente ao número de efetivos em idade escolar, apenas com conhecimento dos alunos matriculados nos anos letivos precedentes.

Os resultados encontram-se explanados na Tabela 71, os quais sugerem um acréscimo de 11% do número de alunos entre 2020 e 2035. É de referir, no entanto, que este aumento é verificável

[85] Excetuando o cenário natural, que pela sua natureza inverosímil não será considerado neste capítulo.

somente no ensino público (+409 efetivos em 2035 face a 2020), uma vez que o número de efetivos no ensino privado tende a diminuir ligeiramente (-9 efetivos em 2035 face a 2020).

**Tabela 71. Extrapolação da população em idade escolar com base no número de alunos entre os anos letivos 2009/2010-2019/2020, no concelho de Alcochete**

Fonte: SPI

| Ano da projeção | Alunos (n.º) | | |
|---|---|---|---|
| | Ensino público | Ensino privado | Total |
| 2020 | 3122 | 423 | 3545 |
| 2025 | 3258 | 421 | 3679 |
| 2030 | 3395 | 418 | 3812 |
| 2035 | 3531 | 415 | 3946 |

Analisada a evolução tendencial do número de alunos matriculados nas escolas do concelho de Alcochete procedeu-se à repartição da população estudantil estimada, por nível de ensino, de modo a calibrar os diferentes cenários projetados, considerando as "perdas" de alunos para o ensino privado.

### Projeção da população escolar | Cenário de atração baixa

Num cenário de atração baixa, o número de efetivos em idade escolar tende a diminuir cerca de 10% até 2035 (Tabela 72).

Os efetivos com 3-5 anos surgem como o grupo etário mais assolado pela perda de quantitativos demográficos (-41,28%, em 2035 face a 2020), seguindo o grupo de idade 6-9 anos (-23,63%, em 2035 face a 2020). Por oposição, os grupos etários dos 15 aos 19 anos contribuem para a evolução positiva de efetivos demográficos indicada neste cenário, os quais passam de 880 efetivos, em 2011 para 1309 efetivos, em 2035.

**Tabela 72. Projeção da população em idade escolar (Cenário de atração baixa) para o concelho de Alcochete, por grupos etários**
Fonte: SPI

| Idades | 2020 | 2025 | 2030 | 2035 | Diferença 2020-2035 (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| 3-5 anos | 415 | 254 | 229 | 244 | -41,28 |
| 6-9 anos | 883 | 844 | 617 | 674 | -23,63 |
| 10-11 anos | 502 | 565 | 543 | 432 | -13,93 |
| 12-14 anos | 621 | 697 | 670 | 537 | -13,54 |
| 15-17 anos | 691 | 746 | 830 | 798 | 15,43 |
| 18-19 anos | 443 | 479 | 533 | 512 | 15,43 |
| Total | 3556 | 3585 | 3423 | 3197 | -10,10 |

### Projeção da população escolar | Cenário de atração tendencial

Relativamente ao cenário de atração tendencial verifica-se um crescimento de 9,28% da população entre os 3 e os 19 anos de idades, comparativamente a 2020 (Tabela 73). Todavia, este acréscimo de quantitativos demográficos não ocorre de forma transversal nos diferentes grupos etários, uma vez que os grupos de idades entre os 3 e os 9 anos de idade sofrem uma perda que ascende os 7%. Já a evolução dos grupos etários entre os 15 e 19 anos traduz um aumento potencial da procura escolar do nível de ensino secundário.

**Tabela 73. Projeção da população em idade escolar (Cenário de atração tendencial) para o concelho de Alcochete, por grupos etários**
Fonte: SPI

| Idades | 2020 | 2025 | 2030 | 2035 | Diferença 2020-2035 (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| 3-5 anos | 449 | 338 | 362 | 426 | -5,02 |
| 6-9 anos | 928 | 940 | 784 | 902 | -2,83 |
| 10-11 anos | 523 | 612 | 618 | 548 | 4,81 |
| 12-14 anos | 646 | 753 | 761 | 676 | 4,68 |
| 15-17 anos | 751 | 833 | 953 | 960 | 27,93 |
| 18-19 anos | 482 | 535 | 612 | 616 | 27,93 |
| Total | 3778 | 4011 | 4090 | 4129 | 9,28 |

### Projeção da população escolar | Cenário de atração acentuada

Num cenário de cariz mais otimista, a população em idade escolar passaria dos 3497, registado em 2011, para 5973 efetivos, até 2035, obtendo um ganho de cerca de 50%, face a 2020 (Tabela 74). Contrariamente aos cenários anteriores, todos os grupos etários apontam para uma evolução positiva, sobretudo, o grupo de idades dos 3-5 anos (+ 63,79% em 2035 face a 2020).

**Tabela 74. Projeção da população em idade escolar (Cenário de atração acentuada) para o concelho de Alcochete, por grupos etários**
Fonte: SPI

| Idades | 2020 | 2025 | 2030 | 2035 | Diferença 2020-2035 (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| 3-5 anos | 480 | 647 | 708 | 787 | 63,79 |
| 6-9 anos | 970 | 1110 | 1319 | 1355 | 39,72 |
| 10-11 anos | 541 | 655 | 736 | 861 | 59,05 |
| 12-14 anos | 669 | 805 | 902 | 1053 | 57,46 |
| 15-17 anos | 805 | 913 | 1064 | 1168 | 45,13 |
| 18-19 anos | 517 | 586 | 683 | 750 | 45,13 |
| Total | 3981 | 4715 | 5412 | 5973 | 50,03 |

A figura seguinte apresenta um resumo da projeção da população em idade escolar para os diferentes cenários.

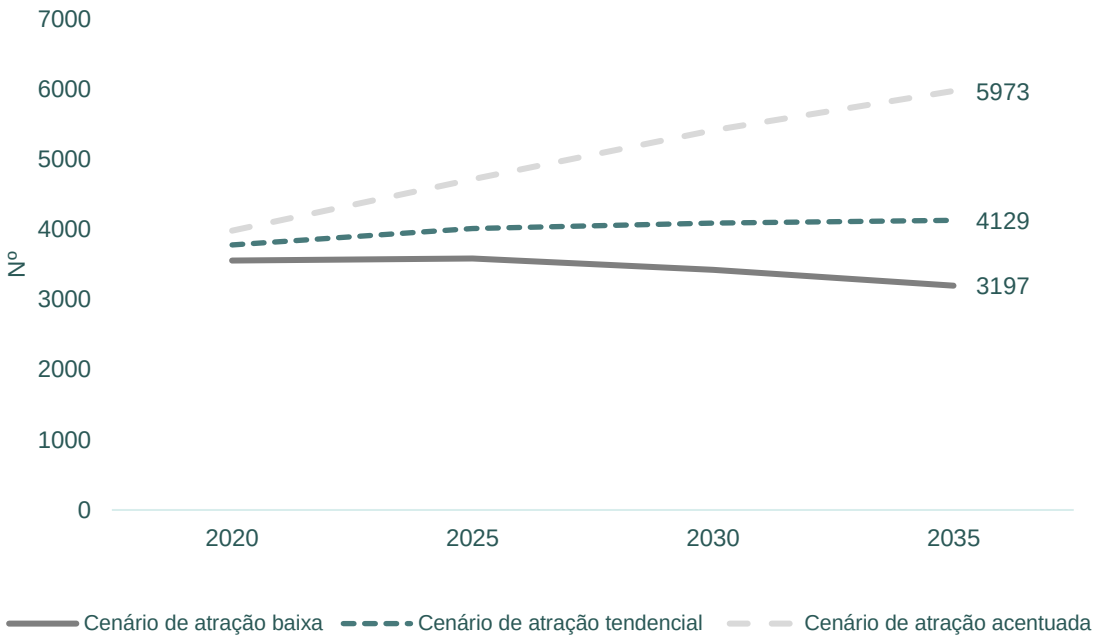



**Figura 67. Síntese da população em idade escolar, para o concelho de Alcochete**

Fonte: SPI

Como referido anteriormente, o cenário de atração tendencial é o que mais se aproxima da realidade demográfica do concelho de Alcochete, isto se for garantida a manutenção dos indicadores demográficos (mortalidade, fecundidades e migrações).

Neste contexto, é expetável que no horizonte de 10 anos da projeção demográfica, a população em idade escolar, num cenário de atração tendencial, seja de 4129 efetivos.

Com base na procura educativa apontadas, crê-se que a atual oferta de edução pré-escolar e de ensino básico conseguirá dar resposta à procura educativa, porém o nível do 3º ciclo do ensino básico e secundário sugerem um reforço da rede escolar pública.

# II. VALORES DE REFERÊNCIA PARA O INVESTIMENTO

## Investimento nas infraestruturas

| Natureza da intervenção | Descrição da intervenção | Valores máximos* | |
|---|---|---|---|
| | | Pré-Escolar e/ou 1.º Ciclo do Ensino Básico | 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e/ou Secundário |
| Intervenção física nas infraestruturas | | | |
| Nova construção | Construção de novos estabelecimentos | 135.500 €/sala | 157.500 €/sala |
| Ampliação, reabilitação e modernização | Construção de novas salas de aula | 135.500 €/sala | 157.500 €/sala |
| | Reabilitação e modernização de salas de aula existentes | 68.250 €/sala | 78.750 €/sala |
| Nova construção/ampliação, reabilitação e modernização de espaços específicos | Polivalente/refeitório | 31.500 €/espaço | 42.000 €/espaço |
| | Cozinha | 31.500 €/espaço | 42.000 €/espaço |
| | Salas de professores/pessoal auxiliar | 21.000 €/espaço | 31.500 €/espaço |
| | Copa | 21.000 €/espaço | 31.500 €/espaço |
| | Biblioteca | 42.000 €/espaço | 52.500 €/espaço |
| | Salas de atividades (educação visual, tecnológica, musical, etc.) | 31.500 €/espaço | 52.500 €/espaço |
| | Laboratórios | 136.500 €/espaço | 157.500 €/espaço |
| | Campos de jogos desportivos cobertos | 15.750 €/espaço | 21.000 €/espaço |
| | Auditório | - | 157.500 €/espaço |
| | Pavilhão desportivo | 150.491 €/espaço | 173.644 €/espaço |
| Outros custos | | | |
| Arranjos exteriores dentro do perímetro do estabelecimento | | Estabelecimentos novos - até ao limite de 10% do custo total de construção financiado | |
| Obras de conservação genéricas em fachadas, coberturas e respetivos arranjos exteriores | | 180 €/ $m^2$ de área intervencionada | |
| Aquisição de terrenos | | Até ao limite de 10 % da despesa total | |
| Estudos, projetos, atividades preparatórias e assessorias diretamente ligadas à operação | | Até ao limite de 5 % do custo total de construção | |
| Coordenação e gestão do projeto, fiscalização, coordenação de segurança e assistência técnica | | | |
| Revisões de preços ao contrato decorrentes da legislação aplicável | | Até ao limite de 2 % do custo total de construção | |
| Despesas relativas a ações de informação e publicidade incluindo a divulgação e promoção dos resultados da mesma | | Valor máximo 5.000€ | |

* Valores de referência constantes do Anexo I do Despacho do Secretário de estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional de 03/06/2020

## Investimento em equipamentos*

| Natureza da intervenção | Localização do equipamento/instalação | Valores máximos | |
|---|---|---|---|
| | | Pré-Escolar e/ou 1.º Ciclo do Ensino Básico | 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e/ou Secundário |
| Mobiliário Escolar | Sala de aula (Básico e Secundário) | 1.300 € | 1.300 € |
| | Sala de aula/atividades educação pré-escolar | 3.000 € | - |
| | Polivalente | 2.500 € | 5.000 € |
| | Refeitório | 3.500 € | 6.000 € |
| | Cozinha | 40.000 € | 50.000 € |
| | Biblioteca | 10.000 € | 15.000 € |
| | Salas de professores/pessoal auxiliar | 2.000 € | 3.000 € |
| | Salas de atividades (educação visual, tecnológica, musical, etc.) | 6.000 € | 9.000 € |
| | Sala da Direção | 2.000 € | 3.000 € |
| | Secretaria | 3.000 € | 6.000 € |
| | Laboratórios | 4.000 € | 6.000 € |
| | Auditório | - | 10.000 € |
| | Pavilhão desportivo | 1.000 € | 1.500 € |
| Material Didático | Sala de aula | 1.500 € | 2.000 € |
| | Sala de aula/atividades educação pré-escolar | 3.500 € | - |
| | Biblioteca | 2.000 € | 3.000 € |
| | Salas de professores/pessoal auxiliar | 1.000 € | 1.000 € |
| | Salas de atividades (educação visual, tecnológica, musical, etc.) | 5.000 € | 10.000 € |
| | Laboratórios | 9.000 € | 15.000 € |
| | Pavilhão desportivo | 5.000 € | 10.000 € |
| Equipamento Informático, eletrónico e redes de informação e de comunicação | Sala de aula (Básico e Secundário) | 2.000 € | 3.000 € |
| | Sala de atividades educação pré-escolar | 2.000 € | - |
| | Salas de professores/pessoal auxiliar | 2.000 € | 3.000 € |
| | Biblioteca | 2.500 € | 5.000 € |
| | Salas de atividades (educação visual, tecnológica, musical, etc.) | 5.000 € | 10.000 € |
| | Sala da Direção | 1.500 € | 2.500 € |
| | Secretaria | 3.000 € | 8.000 € |
| | Laboratórios | 1.500 € | 2.500 € |
| | Auditório | - | 3.000 € |
| | Pavilhão desportivo | 1.000 € | 2.000 € |
| Equipamentos de monitorização/segurança | | até ao limite de 3% do custo total de construção | |

* Aviso n.º ALT20-73-2021-16 (Alentejo 2020) - "Infraestruturas educativas para o ensino escolar (ensino pré-escolar, básico e secundário) - Pactos"

# BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E ENSINO PROFISSIONAL (2018). Diagnóstico de Antecipação de Necessidades de Qualificações Intermédias na Área Metropolitana de Lisboa.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALCOCHETE. Projeto Educativo para o triénio 2018-2021.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALCOCHETE. Projeto Curricular de Agrupamento para o triénio 2018-2021.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALCOCHETE. Plano de Ação Estratégica do AEA, para 2018-2021.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALCOCHETE. Relatório de Autoavaliação do AEA 2019-2020.

ALCOCHETE, REDE SOCIAL. Diagnóstico Social de Alcochete. Agenda Estratégica do Plano de Desenvolvimento Social de Alcochete 2019-2021.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS (2020). Carta das Cidades Educadoras.

CARRILHO, Maria José (2002). A situação demográfica recente em Portugal. Revista de Estudos Demográficos, nº 32, INE, Lisboa.

CARILLHO, Maria José; PATRÍCIO, Lurdes (2004). Tábuas de Mortalidade em Portugal. Revista de Estudos Demográficos nº36. Artigo 3, pp. 41-69. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

CARRILHO, Maria José (2005). Metodologia de Cálculo das Projecções Demográficas: Aplicação em Portugal. Revista de Estudos Demográficos, nº 37. Artigo 1, pp. 5-24. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

CENTRO EUROPEU PARA O DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL (2021). EFP em destaque Portugal.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2020). Estado da Educação 2019, Lisboa.

CORREIA, M. (2011). Políticas de Incentivo à Natalidade, Maternidade e Parentalidade nos 27 Países da União Europeia. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública e Internacional e Bioestatística. Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa.

DGOTDU (2002) – Normas para a Caracterização e Programação dos Equipamentos Coletivos, Coleção Informação.

COMISSÃO EUROPEIA/EACEA/EURYDICE. National Education Systems – Portugal.

COMISSÃO EUROPEIA/EACEA/EURYDICE (2019). A Estrutura dos Sistemas Educativos Europeus 2019/20: Diagramas Esquemáticos. Eurydice Factos e Números. Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia.

FERNANDES, Edite (1999). Estatística. Universidade do Minho. Braga.

GAUTHIER A. H (2000). Family policies in industrialized countries: is there convergence? Paper apresentado in: Seminário do Observatório europeu para os assuntos da família. Sevilha. Espanha.

GODET, Michel (1993). Manual de Prospectiva Estratégica: da Antecipação à Ação. Publicações Dom Quichiote. Lisboa.

GODET, Michel (2000). A Caixa de Ferramentas da Prospectiva Estratégica - Problemas e Métodos. Prefácio e revisão técnica da edição portuguesa por Júlio Dias. Centro de Estudos de Prospectiva e Estratégia Edifício do IESF de Lisboa.

HATEM, Fabrice; CAZES, Bernard; ROUBELAT, Fabrice (1993): La Prospective. Pratiques et Méthodes. Ed. Económica. Paris.

MACHADO, José M.S. Cunha (2009). Dinâmica Demográfica no Ave. Um Estudo Prospectivo. Tese de Doutoramento em Sociologia. Área do Conhecimento de Matemática e Estatística para as Ciências Sociais. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Braga.

MAIA, Inês. (2008). Evolução da População no período 2001 – 2026 no Concelho de Alenquer. Um Aeroporto na Ota? Impactos de desenvolvimento Local. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Informação. Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa.

MENDES, Maria Filomena; ROSA, Maria J. V. (2012). Projecções 2030 e o Futuro. Encontro Presente no Futuro. Fundação Manuel dos Santos. Lisboa.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2021). Carta Educativa. Guião para Elaboração.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2021). Carta Educativa. Sistema de Avaliação das Cartas Educativas. Manual de apoio ao utilizador.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2017). Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO PROSPECTIVA E PLANEAMENTO (2000). Manual para a Elaboração da Carta Educativa.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO PROSPETIVA E PLANEAMENTO (2000). Critérios de Reordenamento da Rede Educativa.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO (2020). Estratégia Portugal 2030.

MUNICÍPIO DE ALCOCHETE (2021). Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Alcochete — consulta pública. Edital n.º 400/2021, de 8 de abril. Diário da República n.º 68/2021, 2.ª série.

MUNICÍPIO DE ALCOCHETE (2021). Regulamento dos Transportes Escolares. Edital n.º 142/2021. Diário da República n.º 18/2021, 2.ª série.

MUNICÍPIO DE ALCOCHETE (2020). Estratégia Local de Habitação de Alcochete.

MUNICÍPIO DE ALCOCHETE (2019). Plano Municipal de Transportes para o ano letivo 2020/2021.

MUNICÍPIO DE ALCOCHETE (2019). Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar de Alcochete.

MUNICÍPIO DE ALCOCHETE (2007). Carta Educativa do Município de Alcochete.

MUNICÍPIO DE ALCOCHETE (1997). Plano Diretor Municipal.

NAZARETH, J. Manuel (1988). Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa. Edições Presença. Lisboa.

NAZARETH, J. M. (1996). Introdução à Demografia – Teoria e Prática. Editorial Presença. Lisboa.

OMS (2009). Guia Glocal das Cidades Amigas das Pessoas. Envelhecimento e Ciclo de Vida, Saúde na Família e na Comunidade. Tradução Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

PEREIRA, Margarida; PISCO, Paulo (2011). «Urbanismo escolar: contributos para a definição e aplicação do conceito» in Trunfos de uma Geografia Ativa. Imprensa da Universidade de Coimbra.

RODRIGUES, Luís M. C. (2012). População, Prospectiva e Gestão de Recursos Hídricos. Uma Metodologia de Informação Geográfica para o Apoio à Decisão. Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Regional. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SILVA, Suzana Tavares (2018) «Agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas», in Organização Administrativa: Novos Actores, Novos Modelos, Vol. I, AAFDL, Lisboam 2018, pp. 419-457.

TORRES, Adelino (1996). Demografia e Desenvolvimento: Elementos Básicos. Gradiva. Lisboa.

UNESCO, INSTITUTO DE ESTATÍSTICAS. Manual para utilização da Classificação Internacional Tipo da Educação 2011.

VIEGAS, Rodolfo (2021), , Projeto de Intervenção, Quadriénio 2021-2025. Agrupamento de Escolas de Alcochete.

## Legislação

Portaria n.º 245-A/2020, de 16 de outubro. Diário da República n.202/20, 1º Suplemento, Série I.

Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Diário da República n.º 21/19, Série I (versão consolidada).

Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto. Diário da República n.º 157/2018, Série I.

Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho. Diário da República n.º 129/2018, Série I.

Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho. Diário da República n.º 129/2018, Série I.

Despacho n.º 6478/2017 de 26 de julho. Diário da República n.º 143/2017, Série II.

Despacho 9386-A/2016, de 21 de Julho. Diário da República n.º 139/2016, 1º Suplemento, Série II.

Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho. Diário da República n.º 148/2015, 2º Suplemento, Série II.

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Diário da República n.º 176/2013, Série I (versão consolidada).

Portaria n.º 242/2012, de 10 de agosto. Diário da República, Série I.

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho. Diário da República n.º 129/12, Série I. Diário da República n.º 79/2008, Série I (versão consolidada).

Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril. Diário da República n.º 79/2008, Série I.

Despacho n.º 12591/2006 de 16 de junho. Diário da República n.º 115/2006, Série II.

Despacho Conjunto n.º 453/2004 de 24 de julho. Diário da República n.º 175/2004, Série II.

Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro. Diário da República n.º 34/1997, Série I-A.

Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de maio. Diário da República n.º 102/1998, 1º Suplemento, Série I-A (versão consolidada).

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro. Diário da República n.º 237/1986, Série I (versão atualizada).

Decreto-Lei n.º 565/76, de 19 de Julho. Diário da República n.º 167/1976, Série I.

Decreto de Aprovação da Constituição. Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10.

Alcochete
Município

spi
Sociedade Portuguesa de Inovação